

ALFA
Revista de Lingüística

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

Marcos Macari

Vice-Reitor

Herman Jacobus Cornelis Voorwald

Pró-Reitor de Pesquisa

José Arana Varela

INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Diretor

Johnny Rizzieri Olivieri

Vice-Diretor

Carlos Roberto Ceron

UNESP
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

ALFA
Revista de Lingüística

ISSN 0002-5216
(IMPRESSA)

Alfa	São Paulo	v.50	n.1	p.1-193	2006
------	-----------	------	-----	---------	------

Alfa: Revista de Linguística
UNESP – Universidade Estadual Paulista - Campus de São José do Rio Preto
Departamento de Estudos Linguísticos e Literários
Rua Cristóvão Colombo, 2265 – Jardim Nazareth
15054-000 – São José do Rio Preto - SP
cristina@ibilce.unesp.br

Comissão Editorial

Arnaldo Cortina
Marco Antônio Domingues Sant' Anna
Marize Mattos Dall' Aglio Hattner
Sandra Aparecida Ferreira
Sebastião Carlos Leite Gonçalves
Sílvia Dinucci Fernandes

Editora Responsável

Cristina Carneiro Rodrigues

Capa

Adriana Bessa Dammann

Revisão

Maura Loria

Revisão dos Abstracts

Alvaro Luiz Hattner

Assessoria Técnica

Maria do Carmo Junqueira

Conselho Editorial

Alceu Dias Lima (UNESP), Ângela Cecília Souza Rodrigues (USP), Arnaldo Cortina (UNESP), Ataliba Teixeira de Castilho (USP), Beatriz Nunes de Oliveira Longo (UNESP), Bento Carlos Dias da Silva (UNESP), Christian Hudelot (LEAPLE –CNRS), Cláudia Maria Xatara (UNESP), Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran (UNESP), Cristina Carneiro Rodrigues (UNESP), Daniel Leonard Everett (University of Manchester), Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Esmeralda Vailati Negrão (USP), Ester Miriam Scarpa (UNICAMP), Francisco da Silva Borba(UNESP), Helena Hatsue Nagamine Brandão (USP), Hildo Honório do Couto (UnB), Ieda Maria Alves (USP), Ingedore G. V. Koch (UNICAMP), Jacques Fontanille (Université de Limoges), Jacyntho Luis Brandão (UFMG), João Azenha Júnior (USP), João Moraes (UFRJ), João Wanderlei Geraldi (UNICAMP), John Robert Schmitz (UNICAMP), José Luiz Fiorin (USP), Kanavillil Rajagopalan (UNICAMP), Laurent Danon-Boileau (Université René Descartes), Leda Bisol (PUC-RS), Leonor Scliar Cabral (UFSC), Luís Antônio Marcuschi (UFPE), Luís Carlos Travaglia (UFU), Maria Aparecida Caltabiano M. B. Silva (PUC-SP), Maria Augusta Bastos de Mattos (UNICAMP), Maria Bernadete M. Abaurre (UNICAMP), Maria Celeste Consolin Dezotti (UNESP), Maria do Rosário F.V. Gregolin (UNESP), Maria Helena de Moura Neves (UNESP), Maria Helena Vieira Abrahão (UNESP), Maria Luiza Braga (UFRJ), Maria Marta Pereira Scherre (UnB), Maria Tereza de Camargo Biderman (UNESP), Marilda Couto Cavalcanti (UNICAMP), Mary Aizawa Kato (UNICAMP), Rafael Eugenio Hoyos-Andrade (UNESP), Renata Coelho Marchezan (UNESP), Roberto Gomes Camacho (UNESP), Rodolfo Ilari (UNICAMP), Rosemary Arrojo (State University of New York), Silvana Mabel Serrani Infante (UNICAMP), Sírio Possenti (UNICAMP), Vera Lúcia Paredes Pereira da Silva (UFRJ), Zélia de Almeida Cardoso (USP).

Publicação semestral/Bi-annual publication

Alfa: Revista de Linguística / UNESP – Universidade Estadual Paulista
– v.1 (1962) – v.23 (1977); v.24 (1980) – São Paulo, UNESP, 1962-1977;
1980 –

Semestral

Publicação suspensa de 1978-1979

ISSN 0002-5216 (Impressa)

Os artigos publicados na Alfa: Revista de Linguística são indexados por:

The articles published in Alfa: Revista de Linguística are indexed by:

LLBA - Linguistics and Language Behavior Abstracts; MLA International Bibliography; Bancos de Dados DARE – Unesco; Bibliographie Latinoamericaine D'Articles -- Institute des Hautes Études D'Amerique Latine; BLL – Bibliography of Linguistic Literature; BLLDB – Bibliography of Linguistic Data Base; Clase-Cich-Unam -- Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades; Francis Data Base.

SUMÁRIO / CONTENTS

ARTIGOS ORIGINAIS / ORIGINAL ARTICLES

- Pós-modernidade e novas tecnologias no discurso do professor de língua
Post-modernity and new technologies in teacher language discourse
Maria José R. Faria Coracini 7

- A questão ortográfica na *Gramática da Linguagem Portuguesa* (1536), de Fernão de Oliveira: uma introdução
The orthographic issue in the Fernão de Oliveira *Gramática da Linguagem Portuguesa* (1536): an introduction
Maurício Silva 23

- CFFs: as construções do tipo *foi fez* no Português do Brasil
FFCs: The *foi fez* constructions in Brazilian Portuguese
Angélica Rodrigues 39

- Por uma visão discursiva do fenômeno da hesitação
Towards a discursive approach of hesitation phenomenon
Julyana Chaves Nascimento
Lourenço Chacon 59

- A autoria institucional nos editoriais de jornais
The institutional authorship on the newspaper editorials
Francisco Alves Filho 77

- Semântica global e possibilidades discursivas: o discurso relatado em duas revistas de divulgação científica
Global semantics and discursive possibilities: reported speech in two scientific vulgarization magazines
Marcela Franco Fossey 91

▪ Aconselhamentos de auto-ajuda: um caso de captação do gênero proverbial Self-help counseling: a case of reproduction of the proverbial genre <i>Anna Flora Brunelli</i> 113
▪ Identidade e identificação: entre semiótica e psicanálise Identity and identification: Semiotics and Psychoanalysis <i>Waldir Beividas</i> <i>Tiago Ravello</i> 129
▪ Razão e afeto: a argumentação na crítica de arte Reason and affect: argumentation in art criticism <i>Lucia Teixeira</i> 145
▪ ENTREVISTA / INTERVIEW Conversations avec Jacques Fontanille Conversations with Jacques Fontanille <i>Jean Cristtus Portela</i> 159
ÍNDICE DE ASSUNTOS 187
<i>SUBJECT INDEX</i> 189
ÍNDICE DE AUTORES / <i>AUTHOR INDEX</i> 191

PÓS-MODERNIDADE E NOVAS TECNOLOGIAS NO DISCURSO DO PROFESSOR DE LÍNGUA

Maria José R. Faria CORACINI¹

- **RESUMO:** Este texto pretende apresentar algumas reflexões em torno da identidade do professor, atravessada pelo discurso da pós-modernidade na vertente que se apóia nas novas tecnologias como resultado do chamado progresso científico. Para este estudo, baseamo-nos nas teorias do discurso, na psicanálise e na filosofia derrideana, cuja tarefa é desconstruir o edifício logocêntrico da cultura ocidental. Depois de analisar 50 redações de professores, foi possível observar que coabitam crenças que remetem ao professor missionário e idealista e a mitificação das novas tecnologias como a solução para os problemas de método e de motivação. Chocam-se, assim, resistências ao passado e resistências às novas tecnologias, que perturbam a garantia do saber e, portanto, do poder do professor, enfatizando o saber do aluno. O desejo da tranquilidade e do conforto da verdade e da totalidade, garantido pela Torre de Marfim, se fragiliza na insegurança e nas incertezas da Torre de Babel (re)construída pela (pós-modernidade), em que vigoram a complexidade, a heterogeneidade e a impossibilidade de completude.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Discurso; ensino e novas tecnologias; identidade; sujeito; pós-modernidade.

Parte de uma pesquisa mais ampla a respeito do interdiscurso e da identidade, este texto pretende apresentar algumas reflexões em torno da identidade do professor, atravessada pelo discurso da pós-modernidade na vertente que se apóia nas novas tecnologias como resultado do chamado progresso científico. Considerando que todo discurso é heterogeneamente constituído, isto é, que todo discurso é atravessado por fragmentos dispersos de outros discursos (interdiscurso), manifestação da memória discursiva, de dizeres outros que nos precedem e nos constituem enquanto sujeitos, formulamos a hipótese de que é possível rastrear, no dizer do professor, vozes provenientes de muitos outros discursos – da moral, do colonizador, da mídia, da ciência, discurso dentro de

¹ UNICAMP – Instituto de Estudos da Linguagem – Departamento de Linguística Aplicada – 13081-970 – Campinas – SP – Brasil. Endereço eletrônico: coracini@iel.unicamp.br

discurso, num encadeamento sem fim nem começo – que entram na constituição do discurso didático-pedagógico. Dentre esses discursos, destaca-se o discurso da ciência, de cujos resultados decorre o discurso das e sobre as novas tecnologias.

Para este texto, baseamo-nos: a) nas teorias do discurso, que postulam o interdiscurso como o lugar do pré-construído, lugar das múltiplas vozes que constituem a memória discursiva fundante da subjetividade; b) na psicanálise que problematiza, de um lado, a concepção clássica de sujeito centrado e consciente e, de outro, a concepção de identidade como rol de características imutáveis e fixas que distinguem uns e outros entre si; e c) na filosofia derrideana, cuja tarefa é desconstruir o edifício logocêntrico da cultura ocidental, e, a partir daí, uma certa cientificidade ainda tão cara à modernidade (CORACINI, 1991), que se pauta na busca incessante da verdade absoluta e do conhecimento total, proveniente de uma visão objetiva que concede ao que se chama identidade o estatuto de verdade (de um indivíduo, de uma classe social ou profissional, de um povo).

Com base nesses fundamentos e nesses questionamentos, foram rastreadas entrevistas e redações de professores da rede pública estadual do ensino fundamental e médio do Estado de São Paulo, produzidas para um concurso promovido pelo Estado “O professor escreve a sua história” (CORACINI, 2003; LIMA, 2001), na tentativa de encontrar fragmentos que apontem para a constituição do imaginário do professor, atravessado pelo discurso das e sobre as novas tecnologias. Alguns desses recortes analisados serão apresentados e discutidos mais adiante.

Ciência, novas tecnologias e pós-modernidade

O discurso científico será aqui abordado na sua relação conflituosa com a pós-modernidade, em uma de suas vertentes que focaliza o fenômeno da globalização e o desenvolvimento tecnológico como o seu centro. Legitimado pelas pesquisas científicas que o embasam, esse desenvolvimento assume, no imaginário de professores, valor de verdade e, como decorrência, a partir de um processo de naturalização, ganha o *status* de necessidade. O efeito de naturalização das chamadas novas tecnologias, como base para um desempenho pedagógico de qualidade, instaura, no imaginário do professor, uma situação de conflito, despertando, ao mesmo tempo, o desejo de dominá-las e a angústia diante da constatação de seu desconhecimento e das dificuldades que colocam em xeque sua autoridade ou poder legitimado pelo saber que, embora lhe seja ainda atribuído pelo imaginário social, se vê questionado. Esse questionamento expõe a falta constitutiva do sujeito, que busca, em vão, a tranqüilidade da completude, anulando, no imaginário, a divisão, a falta, a perda, o descentramento que afetam

o eu (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 187) em constante estado de fluxo.

Sabe-se, ainda, que **a ciência** está pautada no paradigma da modernidade, centrado na razão e na concepção de sujeito homogêneo, consciente, racional (cartesiano), que assume, mais recentemente na Pedagogia de Línguas e na Linguística Aplicada (CORACINI; BERTOLDO, 2003), o sujeito cognoscente (cognitivo) também denominado psicologizante, capaz de se auto-controlar e controlar o outro (objetos, natureza, seres humanos), de controlar, pelo conhecimento, a própria aprendizagem (e o ensino), capaz, em última instância, de controlar os sentidos de seu dizer, na busca da (im)possível verdade única, objetiva e desinteressada, portanto, política e ideologicamente descomprometida. Em contrapartida, o **discurso da pós-modernidade** estaria ancorado, de um lado, na concepção de sujeito fragmentado, inefável, múltiplo, disperso, atravessado pelo inconsciente, e, de outro, comprometido com a globalização, que, por sua vez, se insere numa situação política capitalista, contribuindo fortemente para a proliferação de verdades com base em interesses – econômicos e mercantilistas – que fazem ver as novas tecnologias, resultantes das pesquisas científicas e por elas legitimadas, como a única alternativa para a construção de uma sociedade eficiente, “para além” da modernidade. Não é à toa que a multimídia se coloca, hoje, como a solução para um ensino de língua(s) motivador e, por isso mesmo, eficaz.

Seria interessante observar – e não é novidade alguma – que essas novas tecnologias chegam ao consumidor como um pacote fechado, com o lacre da confiabilidade científica, como objeto de troca sem que ele saiba como e porque elas foram concebidas e implementadas. Essa constatação torna-se ainda mais importante se quisermos compreender os efeitos de verdade e de mitificação que daí decorrem. Cabe, ainda, ressaltar que não postulamos a dicotomia modernidade vs pós-modernidade, já que esta, como seu nome indica, carrega em si o projeto da modernidade que, ainda que seja para se opor, se faz presente. A pós-modernidade traz o passado para negá-lo, o homogêneo e o racional para desconstruí-los...

É por isso que, no corpus por nós analisado, vozes da pós-modernidade, na vertente que se confunde com o fenômeno da globalização, atravessam o discurso do professor, enfatizando as novas tecnologias – vídeo, televisão, internet, multimídia –, instaurando tensões e conflitos na constituição da subjetividade do professor. Como se sabe, uma série de estudos tem sido suscitada, na área da Linguística Aplicada e da Pedagogia de línguas, com vistas à implementação desses meios como a solução ou o caminho mais acertado para os problemas atuais de ensino-aprendizagem (FERRÃO TAVARES, 2000; LANCIEN, 1998, dentre outros).

Ainda que de forma inconsciente, esses estudos, reforçados por uma mídia

que colabora, intencionalmente, para o marketing das novas tecnologias, bombardeando a todos por todos os lados e invadindo, inclusive, os espaços mais íntimos da vida de cada um, provocam a formação de um imaginário que mitifica o uso desse material, elevando-o ao patamar de imprescindível para o ensino-aprendizagem: **todos** os professores têm de saber lidar com esse material, solução para a garantia de motivação no aluno. De tal modo, que caberia falar de “mitificação” da máquina, se aceitarmos que o mito é uma construção social que, de certa forma, vem criar a ilusão do preenchimento da falta constitutiva do sujeito, enfim, da completude – ao mesmo tempo necessária, impossível e, por isso mesmo, sempre adiada.

Considerando, então, que o conflito é constitutivo de todo discurso e de todo sujeito, que, na visão psicanalítica, adotada por nós, é descentrado, fragmentado, inefável, atravessado pelo inconsciente que, por sua vez, se constitui na e pela linguagem (LACAN), sujeito esse que vivencia o sentimento de uma identidade ilusória, una e estável, possível de ser capturada pelas imagens de si e do outro que emergem no discurso, postulamos, finalmente, que, à revelia do consciente, o sujeito mais se diz do que diz, o que significa que ele não tem o controle dos sentidos produzidos, já que ele se revela na mesma medida em que, intencionalmente, deseja se esconder, sob o rótulo da isenção, da objetividade, do descompromisso político, social e, portanto, ideológico.

O discurso do professor

Talvez por isso mesmo, constate-se que, ao mesmo tempo em que despertam o desejo de um saber que escapa, mas que se considera imprescindível, as chamadas novas tecnologias vêm suscitando medo e uma sensação de desconforto e incompetência nos profissionais mais experientes. É o que parecem atestar os seguintes excertos extraídos de redações de professores do ensino fundamental:

S.¹² /.../ Saio. Crianças uniformizadas brincam. Ouço a conversa de duas delas: “Ontem, eu naveguei e consegui conectar um internauta da Austrália. Ele me contou como é a Escola dele lá. Até me convidou para ir, nas férias, conhecer o seu país”. E o outro propõe: “Comprei um novo CD-ROM que é fantástico. É um *game*. Não quer ir lá em casa ver comigo?” Não distingo a resposta. Quase não interpreto a conversa. “Preciso me informatizar com urgência”. Vê Ciça, a luta continua... (SILVA et al, 1997, p.49-50)

A angústia do professor, manifestada em vários momentos, tanto em

² A letra S indica segmento, o recorte ou seqüência extraída de redações publicadas (ver página no final do excerto), de redações avulsas não escolhidas para publicação (ver número no final do excerto) ou de entrevistas. Estas não são pontuadas como os trechos extraídos de textos escritos: as pausas são indicadas com uma barra (/ = pausa breve; // = pausa prolongada).

entrevistas quanto em redações, parece estar centrada numa certa perda de poder, já que a representação de professor que continua vigorando, prova da manutenção da ideologia que poderíamos atribuir à modernidade e ao modelo de escola considerada moderna, é aquela que coloca o saber no professor, em oposição à ausência de saber do aluno, ou melhor, que coloca o saber do professor como não tendo valor de troca. O professor, visto por esse prisma e pelo prisma de sujeito centrado, racional, capaz (ainda que idealmente) de controlar tanto o ensino quanto a aprendizagem, sente-se atordoado, senão perdido, diante da constatação de uma falta: sua incapacidade – ou sua ignorância – em lidar com tais “máquinas” que conectam o aluno ao mundo – para ele, professor, distante e inatingível – ou, mais grave ainda, a percepção de que não é capaz de compreender o que dizem seus alunos. Atente-se para o vocabulário específico da internet: “navegar”, “conectar”, “internauta”, “CD-ROM”, “*game*” que é atribuído aos adolescentes alunos.

Assim, S.1 aponta para a representação de um professor que, ao perceber que o aluno domina uma linguagem, um meio de comunicação que lhe é desconhecido (*quase não interpreto a conversa*), diante da iminência de mudança, vê seu pouco poder sendo rapidamente reduzido, poder esse já minimizado pela desvalorização social da profissão e do profissional. Daí a necessidade (construída) de tomar uma decisão: “Preciso me informatizar com urgência”, para enfrentar mais uma batalha: “Vê, Ciça, a luta continua”, afinal, o magistério configura-se como um campo de batalha, de luta e o professor como soldado (metáfora conceitual),³ diante do dever de salvar seu aluno, para não dizer a própria humanidade, como um Cristo nos dias de hoje (CORACINI, 2000, 2003).

Entretanto, como não poderia deixar de ser, já que somos sempre diferentes, embora partilhemos do mesmo momento histórico-social e, por isso mesmo, de discursos que nos atravessam e nos constituem enquanto sujeitos (garantia da permanência do mesmo), as reações diante das conseqüências inevitáveis da globalização – contingência à qual podemos resistir, mas dificilmente escapar – variam de acordo com as diferentes representações em torno do professor: uns, como em S.1, vislumbram a necessidade de se informatizarem; outros, como em S.2, parecem experimentar uma sensação de insegurança, de incompetência e de frustração:

S.2 /.../ Comecei a enxergar mais claro. Numa sociedade capitalista, em pleno processo de globalização, caminhando para o tal liberalismo econômico, ser incompetente significa ser um nada, quase inexistente, sem direito a exigir o que quer que seja. /.../

E aí está minha história. Uma vida dedicada à educação mas que foi pouco a pouco sendo esvaziada de sonho, de idealismo, de objetivo. Hoje, dou-me conta da perfeita inutilidade

³ A respeito de metáfora conceitual, ler Lakoff e Johnson (1980) e Coracini (1991).

deste trabalho. Primeiro, porque sinto que CD-ROMs e outras maravilhas da tecnologia dentro em breve farão melhor o *métier* muito melhor do que eu. Segundo, porque como dizer ao aluno que ele deve estudar, se quem passou a vida estudando só merece ganhar três reais por aula? Qualquer atividade deve ser mais honrosa e gratificante que a minha. Ah! Se eu pudesse nascer de novo! Como é humilhante ser professor nesta terra! Para o diabo com a vocação, o sacerdócio do magistério e outras baboseiras! /.../ (SILVA et al, 1997, p.79-80)

Convém assinalar que esse recorte é precedido pela seguinte fala de um aluno, dirigida à professora que justificava, para a classe, a greve por melhores salários:

— Olha, psora, se a senhora só ganha isso, francamente, é porque não tem competência para ganhar mais, porque até eu que estou na sexta série do noturno e sou só office-boy ganho mais que a senhora! (SILVA et al, 1997, p.80)

Ora, numa sociedade em que predomina o neoliberalismo defensor da tese de que cada um recebe a recompensa, principalmente em termos financeiros, na medida de sua competência e do valor que lhe é atribuído pela sociedade, a fala do aluno com a qual se identifica a personagem-professor, porque aí se reconhece, ou seja, a fala do personagem-aluno pela qual se vê capturado aponta para uma imagem degradante de si e da classe profissional a que pertence.⁴ A sensação, portanto, de incompetência e, sobretudo, de inutilidade da sua tarefa, incorporada e internalizada pelo professor, vê-se ampliada diante do desenvolvimento tecnológico que parece não apenas vir substituir as funções do professor, mas cumprir melhor a tarefa que lhe foi sempre atribuída: a de ensinar e motivar o aluno; daí o grito de revolta ou mal-estar do sujeito enunciator: *Ah se eu pudesse nascer de novo! /.../ Para o diabo com a vocação, o sacerdócio do magistério e outras baboseiras!*

É claro que se trata de uma redação e, como tal, de ficção: o autor (professor) cria uma personagem e uma situação, mas, ainda assim, se acreditarmos que a linguagem já é ficção e que a distância que a separa do suposto real é ilusória, pois nada existe fora da linguagem e, portanto, fora da interpretação, é possível vislumbrar lampejos de um imaginário social que se vê frustrado, sem sentido, ressentimento do sujeito por ter escolhido ser professor e desejo de refazer a vida, inserido no novo universo da máquina (*Ah se eu pudesse nascer de novo!*), sentidos dentre muitos que apontam para outros que escapam na e pela incompletude da frase.

Nessa linha de pensamento, a exclamação seguinte (*Para o diabo com a*

⁴ Segundo Mannoni (1994, p.186), uma identificação é uma captura: aquele que se identifica talvez creia que está capturando o outro, mas é ele quem é capturado, na medida em que a identificação se dá a partir do outro, de um traço do outro que, de alguma forma, já o constitui “Eu me identifico com alguém que me identifica”. Nas imagens em que se reconhece, a coisa que prende, atrai e aliena o eu na imagem do outro é aquilo que não se percebe na imagem, isto é, aquilo que não é perceptível ao consciente, que é, portanto, inconsciente.

vocação, o sacerdócio do magistério e outras baboseiras!) configura-se como um verdadeiro lamento, espécie de revolta que aponta para um conflito produzido pela mudança dos valores que ainda se fazem fortemente presentes no imaginário do professor: até algum tempo atrás, ser professor era uma questão de vocação, de sacerdócio, o dinheiro era relegado a um plano secundário (ao menos idealmente); hoje, a máquina, a tecnologia é mais valorizada do que o profissional que parece estar vivendo uma crise identitária, responsável pela provável anulação de suas funções e, portanto, pela anulação de si próprio enquanto profissional que não vê mais sentido no seu passado que é presente e se faz futuro pela memória – *uma vida dedicada à educação, mas que foi pouco a pouco sendo esvaziada de sonho, de idealismo, de objetivo*; vida que, outrora, era cheia e que, hoje, está vazia; certeza de um saber que se tornou incerto, segurança que se opõe à insegurança de uma sociedade em mudança (de valores, de perspectiva, de tudo). Esse professor, excluído e marginalizado, não encontra lugar nessa sociedade modificada, por isso se sente (es)vazi(ad)o – estrangeiro em sua própria casa, hóspede indesejável porque resiste ao novo, ao outro que também lhe resiste (DERRIDA, 1997) e, ao mesmo tempo, reconhece, deseja e valoriza, inconscientemente, esse novo, difícil, para não dizer inatingível.

O texto termina com uma espécie de derrota diante da constatação de que o aluno pobre, de periferia, ganha mais do que o professor, mais um indício certo da inserção de um e de outro na ideologia capitalista neoliberal, que divide as profissões e as classes sociais, embora, em discurso, garanta a igualdade de oportunidades para todos, tirando daqueles que detêm o poder qualquer responsabilidade pelo fracasso de muitos.

Se, nesse excerto, a resistência indicia o desejo velado do novo, no próximo excerto, transcrição de uma fala de um dos professores entrevistados, ocorre o inverso: fica evidente a mitificação das novas tecnologias, não apenas no ensino de línguas estrangeiras, mas, sobretudo, aí.

S.3 No meu tempo de aluno de Ensino Médio / tinha uma visão muito negativa pelo formato das aulas e atividades // a partir da Graduação / a visão foi modificada um pouco / talvez pelo modo de atuação nesta modalidade de ensino // hoje um pouco mais maduro / entendo que o professor de português tem e é essencial para o bom aprendizado / hoje com os recursos multimídias / a tarefa de professor é facilitada. (SILVA et al, 1997, p.25)

Note-se, uma vez mais, o contraste entre o que o sujeito-professor pensava no passado (*visão muito negativa [do ensino] pelo formato das aulas e atividades*) e o que pensa no presente (*o professor de português tem e é essencial para o bom aprendizado...*), em que os recursos tecnológicos – essenciais, segundo ele, *para o bom aprendizado* – vêm facilitar a tarefa de ensinar a língua portuguesa, sem que, com isso, o substituam (necessidade de valorização que aponta

para a não valorização do professor, na voz corrente do imaginário social). Os “recursos multimídias” constituem, pois, como apontam os textos analisados, um intermediário insubstituível entre o ensino e a aprendizagem, facilitando enormemente sua tarefa e, inclusive, a relação professor-aluno.

As novas tecnologias, propagadas pelo marketing e (re)forçadas, ainda que inconscientemente, por especialistas (LANCIEN, 1998; CHANIER, 1998; POTHIER, 1998), vieram construir novas dependências, que assumem o caráter de necessidades, naturalizando o que é/foi construído, naturalização semelhante à que ocorreu com o laboratório de línguas para o ensino de língua estrangeira na década de 70. Só que, desta vez, parece muito mais forte a dependência, já que o uso da informática abrange outros contextos (indústria, comércio etc. e a própria casa). Assim, mais uma vez, subjaz ao tom de revolta do professor uma admiração pelas novas tecnologias, admiração que o faz escrever a respeito e o faz desejá-las, como a solução para os problemas educacionais...

O caráter mí(s)tico das novas tecnologias atreladas à informática fica ainda mais evidente em S.4, segmento extraído de uma redação em que um professor-autor inventa uma situação em que se põe em cena e encena, na primeira pessoa do singular e no presente, o episódio de um sonho:

S.4 /.../ Os seqüestradores entram. Não há outra saída e os dois estão barrando a porta. Avançam em minha direção. É o fim...

Preciso me defender. Pego o *scanner* e, ao invés de atirá-lo contra eles, aponto-o em direção e o feixe de raio laser, incidindo sobre eles, os transfere para dentro do computador, onde são aprisionados junto à máquina – que sabe tudo, mas não é capaz de transformar nada sozinha; precisa que um professor ensine como ela deve ser utilizada.

Pensei: “Agora é só chamar a polícia e prendê-los, pois todo aquele que desejar dominar, oprimir ou guardar conhecimentos antes de dividi-los deveria ser preso”. /.../ (SILVA et al, 1997, p.107)

Numa atmosfera de suspense, a narrativa traz à baila uma situação de seqüestro, já bastante comum em 1997 – quando aconteceu o concurso – que se combina com cenas de ficção científica ou de fantasias cibernéticas: o *scanner* se transforma numa arma para capt(ur)ar imagens que são levadas para dentro do computador, suposto meio de libertação – da opressão, da discriminação e da desinformação –, a favor da partilha democrática dos conhecimentos: é o que a redação sugere. Como se isso pudesse realmente acontecer! Põe-se a nu a grande ilusão provocada pelo fenômeno da globalização que – contrariamente ao que prega (conceder acesso à informação a todos indiscriminadamente) – ajuda a cavar um fosso ainda mais profundo entre as classes sociais: mesmo que todas as escolas (da periferia, do interior, do campo) fossem equipadas com computadores de última geração, continuaria o problema da transformação acelerada da máquina, de sua manutenção e, sobretudo, da exigência de um conhecimento técnico

por parte do professor e/ou de uma equipe de funcionários especializados, nem sempre facilmente obtido e mantido nas grandes cidades, o que dirá na periferia e nas regiões mais carentes do país! E como se isso não bastasse, essa promessa de libertação se cruza com a função de panóptico, ou melhor, de sinóptico,⁵ de vigilância e, portanto, de prisão, tão bem desempenhada pela internet e por outros aparelhos da recente tecnologia: remédio e veneno ao mesmo tempo, afirmaria, acredito eu, Derrida (1991).

Vale observar, ainda no recorte em questão, de um lado, a reiteração da necessidade de reafirmar a importância do professor que aponta, como já foi dito, para a voz corrente da desvalorização, e, de outro, a presença do espetáculo que, aliás, caracteriza grande parte das redações analisadas, mostrando o professor como um artista... Mas, aqui, me parece, há estilhaços, fragmentos desse mundo da *performance*, da aparência que parece definir o mundo contemporâneo, com o incentivo da mídia, da cultura de massa, como um espetáculo: estar no palco, ou seja, superar o outro, é a glória tão desejada no mundo da competição, da mistificação e da representação...

Assim, ao lado de um discurso que veicula o progresso tecnológico proveniente das descobertas científicas – inquestionável porque o “novo” tende a ser mitificado na sociedade capitalista de um país de terceiro mundo – ou melhor, imbricado nesse discurso, deparamo-nos com fragmentos, estilhaços de um outro – dentre muitos outros – que aponta para uma realidade social que nos reporta para bem antes da modernidade, em que a miséria, a pobreza, a sujeira denunciavam a situação de injustiça abafada pelo desejo do progresso, do sistema neoliberal, do outro, enfim – rico, desenvolvido, culto. É esse desejo que perpassa as seqüências anteriores e com maior evidência, o próximo recorte extraído de uma entrevista:

S.5 Eu precisava esses dias do retroprojetor, cadê? / queimou as lâmpadas / não tem mais / não vai tê e não tem dinheiro prá comprá // o vídeo / tem quatro vídeos na escola e tão todos sem trabalhar // eu falei daqui uns dias eu vou ter que... eu não sei o que eu faço mais prá consegui trabalhar ./ (SILVA et al, 1997, p.40)

Nesse lamento que (re)vela a admiração reverente pelos avanços científicos, transformados em tecnologia, responsável pelo (suposto) conforto material e psicológico, é possível entrever a necessidade (naturalizada, porque construída) de um retroprojetor (com lâmpadas em funcionamento) e dos vídeos com infraestrutura para seu uso em classe: a falta de dinheiro – passada-presente-futura –, significante básico na nossa sociedade, é responsável por esse estado

⁵ Bauman (1999, p.59-62) defende a idéia de que a idéia de *panopticum* (olhar que observa vários) de Foucault não se aplica mais ao nosso momento histórico-social, em que vários vigiam cada um; daí o uso do termo *sinopticum*: olhares que convergem para um só.

de miséria – miséria da escola, miséria das aulas que não podem acontecer sem esses recursos, miséria da profissão e do profissional, empobrecidos uns e outros pela dependência construída, para não dizer pela escravidão da tecnologia: resposta afirmativa às expectativas do mercado internacional, cego às verdadeiras necessidades humanas.

A bem da (minha) verdade, a dificuldade da mudança, mitificada pelos especialistas da área (lingüistas aplicados e pedagogos em geral) e pelos livros didáticos que reforçam o novo (CORACINI, 1999), ainda que o novo não passe de uma forma de revestir o velho, ou de um engodo sedutor, é a grande responsável pela angústia que domina a classe de professores, angústia que provém do desejo não realizado de ver a escola mudada, ainda que essa mudança seja apenas aparente. Vejamos o segmento seguinte, extraído de uma entrevista com professor:

S.6 /.../ Então eu acho que seria nesse ponto / que você consiga ter um pouquinho de / de conhecimento / de cada parte para se tornar um professor // precisa muito do conhecimento e a gente precisa muito do conhecimento prá se tá atualizando / porque senão o tempo passou e a gente ficou né? // e como eu falei / já pela manhã: se alguém acordar hoje, ir para uma escola e ver o giz e um atrás do outro ele reconhece... porque nós não mudamos / infelizmente // tamos tentando né? // mas no geral / a escola não mudou em nada (SILVA et al, 1997, p.45)

Observe-se que a expectativa lograda de “atualização” (que traria *um pouquinho de conhecimento*), como base para uma mudança na escola, expressa na primeira parte deste recorte, se resume, na segunda parte, à constatação de que continuamos a “ver o giz e um atrás do outro”, porque nada mudou: nós não mudamos, a escola não mudou. Ora, o giz funcionava e ainda funciona como um instrumento, que, hoje, está sendo substituído pelo retroprojeto, pelo vídeo ou pela tela do computador. Mais uma vez, como sintoma de uma pós-modernidade, sempre atravessada pela modernidade – centrada nos experimentos científicos e na tecnologia resultante – e reforçada por especialistas da área da educação e do ensino de línguas em particular, é a aparência que predomina, é o imaginário que prevalece sobre o simbólico, tentando abafar valores como conhecimento, capacidade de questionar, de problematizar, enfim, de encontrar soluções “criativas”, apropriadas a cada situação...

Entretanto, tanto no passado quanto no presente, o conhecimento (teoria) acha-se fora do professor; é instrumento, objeto gerado sem a sua participação, sem o envolvimento de si, pois o professor *precisa muito do conhecimento para estar se atualizando*. Conhecimento teórico que se opõe à sua prática (CORACINI, 2003), como se a teoria não a constituísse e não fosse por ela constituída... Observe-se, ainda, a (aparente) contradição entre a necessidade de *um pouquinho*

de conhecimento (compartimentado) *de cada parte para se tornar professor* e a necessidade de *muito do conhecimento prá se tá atualizando* (adequação ao momento), *porque senão o tempo passou e a gente ficou*, metáfora do tempo que remete à velocidade de sua passagem – note-se o uso do pretérito passado dos verbos “passar” e “ficar” – e, portanto, à necessidade de não se dar o tempo necessário, tempo longo da maturação pela experiência subjetiva, pela (re)flexão de e sobre si mesmo, mas de correr para alcançá-lo, e, com ele, acompanhar as mudanças que provoca. Economia de um tempo que está fora do sujeito, que o força a ser o que não é, a fazer o que não quer, sob pena de ser banido da sociedade como um estrangeiro indesejável e inóspito (DERRIDA, 1997). Tempo que está fora da escola, pois *no geral, ela não mudou em nada* – mais uma contradição que aponta de uma só vez para o movimento e para a paralisação, para o tudo e para o nada.

A resposta de outra professora, desta vez, de francês, a um questionário ecoa, novamente, a voz dos especialistas, representantes do saber científico:

S.7 Considero-me uma professora que quer fugir do tradicional, que causa desestímulo. Busco sempre o novo meio de poder passar conteúdo de forma significativa, não me prender em livros, mas tudo sempre permeado por um planejamento e um objetivo a cumprir.

Ao afirmar que *quer fugir do tradicional*, P. se diz estar aí inserida, o que não é considerado bom pelos especialistas, teóricos, pesquisadores, cuja opinião ela repete: é preciso *não se prender em livros*, embora não deva perder de vista *um planejamento e um objetivo a cumprir*. A novidade – *não se prender em livros* –, denegação que remete ao fato de que, na escola, é o livro didático (ausente-presente) que organiza o conhecimento a ser ensinado, co-habita com as antigas regras: ter objetivos, fazer planejamento – ressonância da ciência! – como se o respeito a essas leis garantisse o controle do ensino e, portanto, da aprendizagem. Liberdade e deveres... Sempre o conflito entre o ser e o dever ser, entre o novo e o velho, entre o dentro e o fora, entre a busca e o desencontro, entre a formação anterior e a necessidade constante de “reciclagem”, marca, ao mesmo tempo, da permanência e da fugacidade do tempo. Continua nas mãos do professor a responsabilidade – impossível – pela motivação (estímulo) do aluno e, portanto, por sua aprendizagem, que se dá como um movimento singular que capt(ur)a o externo, esgarçando o hímen que separa e une o dentro e o fora. Continua nas mãos do professor o saber que lhe confere e tira o poder...

Em meio a toda essa tensão, permanece a dúvida:

S.8 Senti um frio no estômago. Será que estava sendo autoritária demais? Não estava explicando de uma forma clara e objetiva? Ou eram apenas frutos da minha imaginação? (00613)

Freqüentemente, o professor (personagem) depara-se com perguntas que nem sempre sabe responder, mas que sempre apontam para a incompletude, para a falta constitutiva do sujeito que se percebe inefável, poroso, cindido, embora deseje ardentemente o controle de si (*Será que estava sendo autoritária demais?*), pois aprendeu – em cursos de formação ou em palestras – que não é bom ser autoritária “demais” (o que pressupõe que ser autoritária – um pouco ou simplesmente – não constitui problema), o controle do outro e dos efeitos de sentido de seu dizer (*Não estava explicando de uma forma clara e objetiva?*): afinal, a clareza e a objetividade são qualidades importantes no professor – voz da ciência que atravessa o discurso pedagógico –, dúvidas que apontam para momentos de uma ilusória certeza, em que a pergunta e a denegação cedem lugar à afirmação.

E permanece a dúvida da dúvida:

S.9 Talvez não faça tanto sentido para nós, modernos, ou quem sabe, pós-modernos, estarmos enleados em tantas dúvidas, visto que somos herdeiros da crença na ciência. Ela nos mostra com certeza tantas coisas, que sequer elas existem de fato – uma realidade pode ser tão virtual! Nossos alunos estão impregnados da cultura científica. Estão acostumados a ver a natureza com olhos da ciência. (00707)

A dúvida – “talvez”, “quem sabe”, “que sequer elas existem de fato” –, atributo primeiro dos tempos denominados pós-modernos, em oposição aos tempos modernos, quando a certeza dominava a consciência do sujeito racional, idealizado, centrado, contrapõe-se à “cultura científica”, que “nos mostra com certeza tantas coisas” que, como afirma a personagem-professor, constituem “uma realidade virtual”, tanto ou mais virtual do que aquela que chega até nós pelo computador ou por outros recursos midiáticos. A certeza convive, no imaginário subjetivo, com a incerteza, assim como a modernidade convive com a pós-modernidade, paralela e imbricadamente. Resta ressaltar que a necessidade de acenar para a (pós-)modernidade, para o novo, para um conhecimento do que recentemente se estabeleceu como “moderno”, responde a uma ânsia de atualização como inserção no mundo de hoje e denuncia a existência de fragmentos do discurso científico da Linguística Aplicada e da Pedagogia, na constituição do imaginário da personagem(-professor) e do professor(-personagem).

Alguns alinhavos apenas...

Assim, nas falas dos professores, percebem-se ecos de vozes que se entrecruzam, provenientes de regiões de conflito: imbricados na ideologia da globalização, emergem desejos de emancipação, de liberdade e igualdade. Sob uma aparente

e ideal neutralidade, característica da objetividade científica, emergem marcas que apontam para a subjetividade. Sob a máscara de um discurso da eficiência, emergem vozes outras (mas que constituem o sujeito professor) que apontam para a (in)eficiência e a (des)valorização do profissional. Sob a menção insistente às novas tecnologias, que ora são execradas, ora mitificadas, faz-se ouvir a (auto-)crítica à (des)atualização e à (in)adaptação a um mundo em constante mutação.

Nesse sentido, como foi possível observar nos recortes analisados, coabitam crenças que remetem ao professor missionário e idealista ao lado de (ou inseridas em) outras, responsáveis pela mitificação das novas tecnologias como a solução para os problemas de método e de motivação e, nessa tensão, chocam-se resistências ao passado que se deseja banir e resistências às novas tecnologias, que perturbam a garantia do saber e, portanto, do poder do professor, enfatizando o saber do aluno que o tira da posição de ignorância em que, geralmente, é colocado diante do mestre. O desejo da tranqüilidade e do conforto da verdade e da totalidade, garantido pela Torre de Marfim, fragiliza-se na insegurança e incertezas da Torre de Babel (re)construída pela (pós-) modernidade, em que vigora a complexidade, a heterogeneidade e a impossibilidade de completude, sempre perseguida e para sempre adiada.

E é nessa rede emaranhada de fios que se (entre)tece a identidade do professor de língua (materna e estrangeira), complexa e tensa, feita de imagens e valores que se chocam e unem, pela memória, o passado, o presente e o futuro, o dentro e o fora, o novo e o velho, o saber e a ignorância, o certo e o incerto... Ilusoriamente marcado por oposições polarizadas e estanques, o imaginário responsável pelo sentimento de identidade do sujeito-professor é atravessado pelo simbólico (valores) e com ele se choca para constituir o sujeito no espaço entre, no limiar que ofusca os limites, que embaralha as fronteiras entre o interior e o exterior, na tensão do conflito e da contradição – do discurso, da linguagem, do sujeito.

CORACINI, M. J. R. F. Post-modernity and new technologies in teacher language discourse. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.1, p.7-21, 2006.

- *ABSTRACT: This paper aims at presenting some reflections upon teacher's identity, crossed by post-modern discourse, which is based on the new technologies resulting from scientific progress. This study relies on discourse theories, psychoanalysis concepts and Derridean philosophy, whose task is to deconstruct the logocentric building of Western culture. After analyzing 50 teachers' written texts, it is possible to observe that beliefs in a missionary and idealistic teacher live together with a kind of mythicizing of new technologies as the solution for methodological and motivational problems. Thus, resistance to the past clashes with resistance to new technologies that are disturbing the legitimacy of the teacher's knowledge and, consequently, of the teacher's power, while it emphasizing the student's knowledge as well. The desire of tranquility and a certain comfort produced in truth and in the idea*

of entireness, assured by the Ivory Tower, grows weak in the insecurity and uncertainty belonging to the Babel Tower, that is (re)constructed by (post)modernity, where complexity, heterogeneity and the impossible completeness persist.

- **KEYWORDS:** Discourse; teaching and new technologies; identity; subject; post-modernity.

Referências bibliográficas

AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Tradução de Cláudia Pfeiffer et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

BAUMAN, Z. *Globalização as conseqüências humanas*. Tradução de Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

CHANIER, T. Hypertexte, hypermédia et apprentissage dans des systèmes d'information et de communication. *Etudes de Linguistique Appliquée*, v.110, p.137-146, 1998.

CORACINI, M. J. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. Campinas: Pontes Editores. São Paulo: EDUC, 1991.

_____. Subjetividade e identidade do professor de português (LM). *Trabalhos em Lingüística Aplicada*, v.36, p. 147-158, 2000.

_____. (Org.). *Discurso e identidade: (des)construindo subjetividades*. Campinas/Chapecó: Editora da Unicamp/Argos, 2003a.

_____. (Org.). *Interpretação, autoria e legitimação do livro didático*. Campinas: Pontes Editores, 1999.

_____.; BERTOLDO, E. S. (Org.). *O desejo da teoria e a contingência da Prática*. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

DERRIDA, J. *A farmácia de Platão*. Tradução de Carmen Garcez. São Paulo: Iluminuras, 1991.

_____. *De l'hospitalité*. Paris: Calmann-Lévy, 1997.

FERRÃO TAVARES, C. Regards croisés sur la classe de langue et la télévision. *Etudes de Linguistique Appliquée: Revue de didactologie des langues-cultures*, n. 117, p. 97-107, jan-mar. 2000.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. London: University of Chicago Press, 1980.

LANCIEN, T. *Le multimédia*. Paris: Clé International, 1998.

LIMA, R. C. C. P. *O professor escreve sua história: uma análise discursiva de modos de identificação do sujeito-professor*. 2001, 158 f. Dissertação (Mestrado) Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MANNONI, O. A desidentificação. In: TAILLANDIER, G. et al: *As identificações*.

Tradução de Ari Roitman. Rio de Janeiro: Relume & Dumará, 1994.

POTHIER, M. Didactique des langues et environnements hypermédias: quelles tâches pour optimiser l'apprentissage autonome? *Etudes de Linguistique Appliquée*, v.110, p.147-157, 1998.

SILVA, A. et al. *O professor escreve sua história*. São Paulo: ABRELIVROS/FDE/UNICEF, 1997.

A QUESTÃO ORTOGRÁFICA NA GRAMÁTICA DA LINGUAGEM PORTUGUESA (1536), DE FERNÃO DE OLIVEIRA: UMA INTRODUÇÃO

Maurício SILVA¹

- RESUMO: O presente artigo tem o propósito de analisar a constituição da ortografia portuguesa a partir das observações feitas por Fernão de Oliveira em sua *Gramática da Linguagem Portuguesa* (1536), destacando os procedimentos gráficos e fonológicos propostos pelo autor, com a finalidade de estabelecer uma norma gráfica para a Língua Portuguesa.
- PALAVRAS-CHAVE: Língua Portuguesa; ortografia; Fernão de Oliveira; gramaticografia.

A história do estudo da linguagem humana, no mundo ocidental, coincide, em muitos sentidos, com a história da elaboração das gramáticas dos idiomas que constituem nossa tradição lingüística. Assim, da Grécia antiga aos dias atuais, é possível perceber uma relativa simetria entre o desenvolvimento de um cabedal cada vez mais amplo de especulações lingüísticas e a formalização de um conjunto de regras prescritivas – o que foi, com efeito, a gramática antiga –, o qual, de certo modo, espelhava esse desenvolvimento, fazendo com que a produção de gramáticas das línguas vernáculas fosse, portanto, diretamente proporcional à evolução do ideário lingüístico ocidental.

Desse modo, numa perspectiva histórica, pode-se dizer que desde Aristóteles já se assistia ao embate, ainda iminente, entre concepções diversas das funções da linguagem, as quais levariam, na Roma imperial, à consideração da gramática como uma típica *ars recte loquendi* (STEFANINI, 1994). Na Idade Média, chegou-se, a partir dessa consideração, à dicotomia entre uma gramática fundamentalmente “pedagógica”, tendo como modelo a obra de Donato, e uma gramática essencialmente normativa, inspirada em Prisciano. Mas é mesmo a partir da Era Moderna, em particular do Renascimento, que se pode falar num processo de gramatização mais consistente, o que redundaria numa distinção

¹ Centro Universitário Nove de Julho – 02117-010 – São Paulo – Brasil. Instituto de Pesquisas Lingüísticas *Sedes Sapientiae* para Estudos de Português – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 05015-001 – São Paulo – Brasil. Endereço eletrônico: maurisil@gmail.com

mais funcional entre os conceitos de normativismo e descritivismo (AUROUX, 1992; MATTOS E SILVA, 1997, 2000).

É ainda no Renascimento que as línguas vernáculas começam a adquirir a mesma importância que o latim, seja por meio de trabalhos esporádicos e não-gramaticais a respeito da linguagem (como o *De Vulgari Eloquentia*, de Dante Alighieri), seja por intermédio de obras de estudiosos da língua (como a *Gramática de la Lengua Castellana*, de Antonio de Nebrija). Particularmente no que se refere à língua portuguesa, a primeira gramática de que se tem notícia foi a de Fernão de Oliveira, com sua *Gramática da Linguagem Portuguesa* (1536), a qual já foi definida uma vez como “um conjunto de curiosas reflexões, de tipo ensaístico [...], uma miscelânea lingüística e cultural” (BUESCU, 1984, p. 15). Nessa época também, a ortografia já conquistara uma relativa importância no âmbito dos estudos gramaticais (ao lado da Fonética, da Morfologia e da Sintaxe), e, em Portugal, o mesmo Fernão de Oliveira, por meio de sua obra, foi o primeiro gramático da língua portuguesa a realizar uma tentativa parcialmente frustrada de reforma e unificação da grafia vernácula, inaugurando uma linhagem de ortógrafos que perdura – com maior ímpeto e vigor combativo – até os dias atuais (BURNEY, 1962).²

A intenção deste trabalho é analisar a referida obra de Fernão de Oliveira, do ponto de vista histórico e lingüístico, explorando suas reflexões acerca da ortografia da língua portuguesa, a fim de destacar as soluções gráficas encontradas pelo autor, bem como esclarecer a original nomenclatura gramatical difundida por sua obra durante o século XVI, a qual seria ora adotada, ora contestada por outros gramáticos do mesmo período.

Partindo da hipótese de que – no que concerne à ortografia – Fernão de Oliveira se situa no intervalo entre a *tradição* e a *inovação*, exprimindo um dilema que só poderia ser equacionado por intermédio de propostas ousadas para a resolução dos problemas gráficos, pode-se afirmar que sua gramática rejeita parcialmente uma longa tradição lingüística – representada pela gramática latina –, buscando conciliar a necessidade de afirmação da autonomia da língua portuguesa e de manutenção da consciência de sua origem distinta, imprimindo assim uma marca bastante pessoal em suas considerações lingüísticas.

É por isso que, apesar da evidente filiação de sua gramática, de um lado, às obras latinas do mesmo gênero e, de outro lado, à já citada gramática de Nebrija, Fernão de Oliveira faz uma obstinada apologia da língua portuguesa, procurando desvincular-se definitivamente tanto desses modelos tradicionais quanto de outros mais próximos, como o galego, o qual, por sua vez, se mantinha naturalmente

² A rigor, contudo, não se pode considerar Fernão de Oliveira o primeiro *ortógrafo* da língua portuguesa, posição ocupada por Pero de Magalhães Gandavo, com suas *Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia da língua portuguesa* (VASCONCELOS, 1933).

mais ligado ao castelhano, com quem estabelecia uma relação de dependência política (FÁVERO, 1996; BASTOS, 1981; SCHLIEBEN-LANGE, 1993; D'AZEVEDO, 1897).

Exemplos vários do discurso encomiástico promovido por Fernão de Oliveira podem ser facilmente verificados ao longo de sua obra, como nos revela o já bastante citado trecho abaixo transcrito:

o estado da fortuna pode conceder ou tirar favor aos estudos liberais e esses estudos fazem mais durar a glória da terra em que florescem. Porque Grécia e Roma só por isto ainda vivem, porque quando senhoreavam o Mundo mandaram a todas as gentes a eles sujeitas aprender suas línguas e em elas escreviam muitas boas doutrinas, e não somente o que entendiam escreviam nelas, mas também trasladavam para elas todo o bom que liam em outras. E desta feição nos obrigaram a que ainda agora trabalhemos em aprender e apurar o seu, esquecendo-nos do nosso. Não façamos assim, mas tornemos sobre nós agora que é tempo e somos senhores, porque melhor é que ensinemos a Guiné que sejamos ensinados de Roma. (OLIVEIRA, 1975, p.42)

O tom de exortação presente neste excerto não deve causar estranheza, numa época de auto-afirmação das novas potências ibéricas ante a tradição escolástica do latim. Trata-se, como se sabe, de um período em que os vernáculos neolatinos adquirem autonomia plena, afirmando-se como línguas independentes. Desse modo, a obra de Fernão de Oliveira não estaria imune a uma leitura ideologizada, uma vez que o próprio autor reconhece a imposição do grego e do latim às civilizações conquistadas, quando os povos que esses idiomas representam “senhoreavam o Mundo [e] mandaram a todas as gentes a eles sujeitas aprender suas línguas”. Para Fernão de Oliveira, é mais do que uma questão de justiça perante Portugal, que, agora, se coloca como nação preponderante no cenário europeu, mas principalmente se trata de uma questão de valorização de um idioma que necessita urgentemente ser estudado, esquadrinhado e gramaticalmente consolidado.

Nesse sentido, seu discurso encomiástico, de fundo nacionalista, apresenta também uma vertente pedagógica, a partir da qual Fernão de Oliveira exorta seus pares a se envolver no trabalho de ensino e de expansão da língua portuguesa:

e não desconfiemos da nossa língua porque os homens fazem a língua, e não a língua os homens. E é manifesto que as língua grega e latina primeiro foram grosseiras e os homens as puseram na perfeição que agora têm [...] apliquemos nosso trabalho a nossa língua e gente e

ficará com maior eternidade a memória dele e não trabalhemos em língua estrangeira, mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas, que a possamos ensinar a muitas outras gentes e sempre seremos delas louvados e amados. (OLIVEIRA, 1975, p.43-45)

Posturas apologéticas como essas, presentes ao longo da gramática de Fernão de Oliveira, adquirem sentido pleno, como sugerimos, num período de particular projeção para Portugal, cujo Renascimento adquire uma instigante especificidade (CARVALHO, 1980; BUESCU, 1984; BATISTA, 2002).

É preciso lembrar, contudo, que, como sugere Peter Burke, apesar da valorização das línguas vernáculas pelos gramáticos renascentistas, na mesma época intelectuais europeus defendiam o uso do latim, apontando, portanto, para a manutenção da tradição latina (BURKE, 1995), o que, aliás, é possível de se verificar – como já sugerimos – na própria gramática de Fernão de Oliveira, cuja principal referência lingüística parece ser ainda a célebre *Techné Grammatiké* de Dionísio Trácio. Por isso, se por um lado os gramáticos renascentistas, particularmente os portugueses, procuram apresentar conceitos inovadores em relação à língua portuguesa, por outro lado não rejeitam completamente o legado latino, como já salientou Buescu: “o latim, prestigioso modelo, antepassado venerável é, para eles [os gramáticos portugueses], irreversivelmente, uma língua morta, cuja herança os seus descendentes directos não enjeitam, mas, a partir da qual, re-investem e transformam” (BUESCU, 1998, p.15).

Para além da problemática das fontes e influências na gramática de Fernão de Oliveira – para empregar uma terminologia comparatista – ou do discurso encomiástico, de clara intenção litigiosa, que subjaz à sua inquietação pedagógica, avulta toda uma preocupação técnica, que se manifesta como um agrupamento de definições preliminares de diversos componentes da gramática da língua portuguesa, os quais poderiam ser tomados como um conjunto conceitual lingüístico preliminar.

Dividindo a primeira parte de sua gramática, na mais pura tradição latina, em três itens – letras, sílabas e vozes –, o autor já manifesta, de início, seu evidente pendor para as considerações de natureza fonético-fonológica, buscando refinar sua definição na exposição de cada um desses componentes gramaticais.

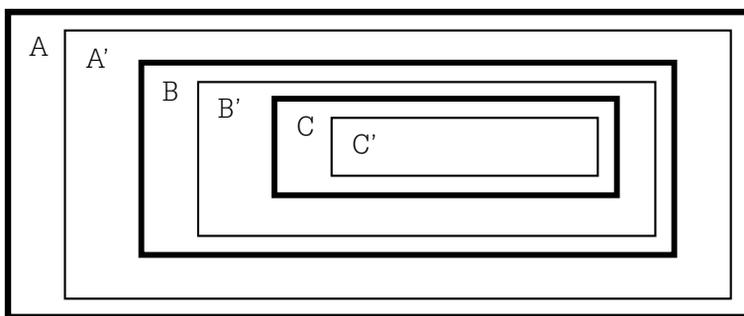
Assim, tratando do primeiro deles, o gramático português afirma que “letra é a figura de voz. Estas dividimos em consoantes e vogais. As vogais têm em si voz, e as consoantes não, senão junto com as vogais” (OLIVEIRA, 1975, p.46). Comentando essa curiosa passagem da gramática lusitana, Leonor Lopes Fávero lembra que, para Fernão Lopes, o conceito de *letra* refere-se a “unidades fônicas

e sua representação gráfica”, como, aliás, faziam os latinos com seu conceito de *littera*, devendo-se, nesse sentido, distingui-lo dos conceitos de *figura* ou *senal* (representação gráfica pura) e de *pronúnciação* (unidade fônica pura) (FÁVERO, 1997, p.96). Talvez a principal ressalva que se possa fazer acerca desse comentário diga respeito à classificação da pronúnciação como *unidade* fônica, quando, na verdade, parece tratar-se de *representação* fônica, uma vez que o primeiro termo caberia melhor para definir o conceito de voz.

Com efeito, embora Fernão de Oliveira não seja explícito no que considera como voz, é fácil inferir por suas observações tratar-se da unidade sonora, da competência acústica das letras, no sentido saussurreano e, portanto, mais abstrato, de imagem acústica. Nesse esquema, a concretização físico-fisiológica da voz ficaria a cargo da *pronúnciação*, em que, para Fernão de Oliveira, a voz adquire real concretude, razão pela qual o gramático quinhentista afirma que as consoantes não possuem voz, mas podem ser *pronúnciadas* ao lado de uma vogal. De fato, ao que parece, o conceito de voz teria sido retirado da tradição medieval da gramática modista, segundo a qual a voz representava um *significante*, mas não necessariamente um *significado*, já que, para a Idade Média, a faculdade simbólica (*ratio signandi*) era constituída – à maneira de Saussure – por um conceito e por uma imagem acústica, a esta última cabendo a denominação de *vox* (STEFANINI, 1994).

Definindo, em seguida, a sílaba, Fernão de Oliveira afirma que “*sílaba* é uma só voz, formada com letra ou letras, a qual pode significar por si ou ser parte de dicção, e assim as vogais, ainda que sejam em ditongo, podem fazer sílaba sem outra ajuda, e as consoantes não, senão misturadas com as vogais” (OLIVEIRA, 1975, p.46). Novamente, ressalta na concepção de sílaba o caráter abstrato do conceito de voz, o qual possuiria, de acordo com sua exposição, uma mesma imagem acústica para duas ou mais letras. Ao definir *senal*, por sua vez, afirma Fernão de Oliveira: “às figuras [das] letras chamam os Gregos caracteres, e os Latinos, notas, e nós lhe podemos chamar *senais*. Os quais hão-de ser tantos como as pronúnciações” (OLIVEIRA, 1975, p.46).

Diante de um quadro tão complexo – em que, inclusive, Fernão de Oliveira parece confundir tradições gramaticais distintas, como a dos estóicos gregos e dos modistas romanos – é necessário refazer o percurso, a fim de tentar melhor compreender sua exposição. Adotando um forma esquemática, podemos sugerir a seguinte divisão: para uma voz (*vox*), corresponde uma pronúnciação; para uma letra (*littera*), corresponde um *senal*. Voz e letra juntam-se, por fim, para formar a linguagem, figurada, segundo Fernão de Oliveira, pelo entendimento. Verifiquemos o esquema abaixo, em que A corresponde ao entendimento, B corresponde à voz e C corresponde à letra; do mesmo modo, A' corresponde à linguagem, B' corresponde à pronúnciação, C' corresponde ao *senal*:



Esquema 1 - Relação entre os conceitos de entendimento/linguagem, voz/pronúncia e letra/sinal, na *Gramática da Linguagem Portuguesa* (1536), de Fernão de Oliveira

Enquanto A, B e C estariam num âmbito da abstração, A', B' e C' estariam num âmbito da concretude. Assim, resumidamente, para Fernão de Oliveira, o *entendimento* possui uma *linguagem*, por meio da qual ele se realiza (“figura”) concretamente; a linguagem contém, por sua vez, a *voz*, que, para se realizar, depende da *pronúncia*, a qual não é senão a representação fônica da mesma voz; possui também a *letra*, representada graficamente pelo *sinal*. Por isso, segundo o gramático lusitano, enquanto as consoantes não possuem voz (mas possuem sinal), as vogais não têm letras correspondentes suficientes:

não diremos logo que temos as mesmas letras nem tantas como os Latinos, mas temos tantas figuras como eles e quase as mesmas ou imitação delas. E, contudo, não deixa de haver falta nesta parte, porque as nossas vozes requerem que tenhamos trinta e duas ou trinta e três letras. (OLIVEIRA, 1975, p. 47)

A partir dos conceitos aqui expostos, pode-se ter uma idéia mais precisa do tratamento dado por Fernão de Oliveira à ortografia da língua portuguesa.

A história da ortografia portuguesa – melhor dizendo, de sua sistematização e aprofundamento analítico – inicia-se no século XVI, para, em seguida, conhecer intermináveis propostas de reforma, unificação e transformação, movimento que atinge o paroxismo no século XX (ESTRELA, 19--.; HOUAISS, 1991; SILVA, 2001). Fernão de Oliveira assume, nesse contexto, um papel preponderante, seja pelo valor inaugural que suas anotações possuem, seja pela minúcia e perspicácia com que trata do problema ortográfico do português, seja ainda pela originalidade de seus achados para algumas questões que – até os dias atuais – ainda persistem sem solução consensual.

É o que se percebe quando analisamos, mais a fundo, o tratamento dado às

letras que, segundo o autor, compõem o alfabeto português. Para o gramático lusitano, nosso alfabeto é composto de 33 letras, entre vogais e consoantes: “no nosso *a b c* há aí trinta e três letras, todas nossas e necessárias para nossa língua, das quais oito são vogais [...] e vinte e quatro consoantes” (OLIVEIRA, 1975, p. 48). O fato de a soma das partes não condizer com o todo – já que oito mais vinte e quatro resulta em 32 – deve-se à consideração, por Fernão de Oliveira, no cômputo final, do *h*, que no seu esquema ortográfico funciona ora como letra, ora como sinal de aspiração. Evidentemente, esse fato deve-se, a nosso ver, menos a uma inovação metodológica do que a uma desatenção aritmética, já que mais adiante ele vai propor a ocorrência, em português, de dois sinais gráficos: o de abreviatura (-) e o de aspiração (h), não havendo razão para o autor somar este último ao seu quadro consonantal composto, antes, de vinte e quatro unidades.

A despeito desse lapso, sua gramática apresenta aquela que pode ser considerada – do ponto de vista estritamente ortográfico – sua maior inovação: a proposição de três novos sinais gráficos para representar as oito vogais do português, já que, segundo constata, nosso idioma possui oito vozes vocálicas, mas apenas cinco figuras. Daí propor a divisão do sistema vocálico português em vogais grandes (abertas) e vogais pequenas (fechadas), com exceção do *i* e do *u*, cuja pronúncia é única. Não bastasse essa divisão, Fernão de Oliveira propõe também a adoção de uma nova grafia, por meio da qual as vogais abertas pudessem aparecer sob outra constituição gráfica: respectivamente α (em oposição ao *a* fechado), ε (em oposição ao *e* fechado) e o ω (em oposição ao *o* fechado).

Assim, teríamos, ao final, o seguinte quadro, resultante de suas inovações ortográficas:

voz / pronúncia	letra / sinal
a	A
á	α
e	E
é	ε
i	I
o	O
ó	ω
u	U

Quadro 1 - Sistema vocálico e ortográfico proposto por Fernão de Oliveira em sua *Gramática da Linguagem Portuguesa* (1536)

O quadro, por si só, já nos revela a criatividade e ousadia de Fernão de

Oliveira no que diz respeito à ortografia do português. Não contente com essa intervenção inicial, o eminente gramático procura ainda – num ímpeto descritivista que, temporariamente, se sobrepõe ao seu normativismo – registrar de modo sistemático a grafia e a pronúncia das mesmas vogais, num esforço inovador de minuciosas *descrições articulatórias* dos fonemas, bem como suas respectivas *descrições gráficas*, motivo que teria levado um estudioso de sua obra, reconhecendo o pioneirismo dessas digressões ortográficas, a considerá-lo um “observador perspicaz, senhor de uma grande sensibilidade auditiva e capaz de descrever minuciosamente a articulação de todos os fonemas e respectivos símbolos gráficos” (PINTO, 1961).

Desse modo, Fernão de Oliveira propõe as seguintes explicações, no que tange à pronúncia das vogais:

1. *letra a* (pequeno/fechado): “a sua pronúncia é com a boca mais aberta que das outras vogais e toda a boca igual”;
2. *letra α* (grande/aberto): “a pronúncia é com a mesma forma da boca, senão quando traz mais espírito”;
3. *letra e* (pequeno/fechado): “a sua voz não abre já tanto a boca e descobre mais os dentes”;
4. *letra ε* (grande/aberto): “não tem outra diferença da força do *e* pequeno, senão quando enforma mais o espírito”;
5. *letra i* (vogal): “pronuncia-se com os dentes quase fechados e os beiços assim abertos como no *e* e a língua apertada com as gengivas de baixo e o espírito lançado com mais ímpeto”;
6. *letra o* (pequeno/fechado): “sua pronúncia faz isso mesmo: a boca redonda dentro e os beiços encolhidos em redondo”;
7. *letra ω* (grande/aberto): “tem a mesma pronúncia com mais força e espírito”;
8. *letra u* (vogal): “[esta letra] aperta as queixadas e prega os beiços, não deixando entre eles mais do que só um canudo por onde sai um som escuro” .

Ressalte-se o emprego de formas referenciais marcadas pela visualidade, presentes em suas descrições, como “beiços *assim* abertos”, “faz *isso* mesmo” ou “um som *escuro*”.

Já no que se refere à grafia das vogais, sua explicação afigura-se bastante insólita, sobretudo em função de seu empenho descritivista:

1. *letra a* (pequeno/fechado): “tem a figura de um ovo com um escudete diante e a ponta do escudo em baixo, cambada para cima”;
2. *letra α* (grande/aberto): “tem figura de dois ovos ou duas figuras de ovo, uma pegada com a outra, com um só escudo diante”;
3. *letra e* (pequeno/fechado): “tem figura de arco de besta com a polqueira de cima de todo em si dobrada, ainda que não amassada”;

4. *letra ε* (grande/aberto): “parece uma boca bem aberta com sua língua no meio”;
5. *letra i* (vogal): “sua figura é uma haste pequena, alevantada, com um ponto pequeno redondo em cima”;
6. *letra o* (pequeno/fechado): “[sua figura] é redonda toda por inteiro, como um arco de pipa”;
7. *letra ω* (grande/aberto): “parece duas faces com um nariz pelo meio ou dois *oo* juntos ambos”;
8. *letra u* (vogal): “sua figura é duas hastes alevantadas direitas, mas em baixo são atadas com uma linha que sai de uma delas”.

É curioso perceber como, no discurso de Fernão de Oliveira, as referências para a descrição da grafia das letras seguem de perto a realidade cotidiana mais comum, revelando a intenção didática de sua gramática.

Em relação ao sistema consonantal, os achados são outros, mas igualmente marcados por inovações mais ou menos criativas. Primeiro, temos um quadro em que as consoantes são alocadas, a partir de uma perspectiva da pronúncia (aliás, para as consoantes, com exceção das letras *j* e *v*, o autor não expõe uma descrição gráfica, mas apenas fonológica), segundo uma categorização, *a priori*, em letras mudas, letras aspiradas e semivogais:

B	Letra muda
C	Letra muda
Ç	Letra muda
D	Letra muda
F	Letra muda
G	Letra muda
H	Letra muda
J	Letra muda
L	Semivogal
M	Letra muda
N	Letra muda
P	Letra muda
Q	Letra muda
R	Semivogal
RR	Letra muda
S	Semivogal
SS	Letra muda
T	Letra muda
V	Letra muda
X	Letra muda
Z	Semivogal
Y	Letra muda
Ch	Letra aspirada
Lh	Letra aspirada
Nh	Letra aspirada

Quadro 2 - Sistema consonantal proposto por Fernão de Oliveira em sua *Gramática da Linguagem Portuguesa* (1536)

Por conter a letra *h*, o quadro de Fernão de Oliveira possui vinte e cinco consoantes, e não vinte e quatro como o autor tinha equivocadamente proposto antes. Esse quadro pode ser melhor explicitado a partir das exposições de alguns conceitos pertinentes aos fonemas consonantais, numa tentativa de resgate do discurso metalingüístico presente em sua gramática.

Com efeito, para Fernão de Oliveira, as letras mudas receberiam essa denominação por não possuírem, em si mesmas, nenhuma voz, propriedade

adquirida apenas no contato com uma vogal; já as semivogais – ao contrário daqueles conceitos que hoje em dia recebem semelhante denominação – seriam aquelas letras que, embora façam o papel de consoantes, quando em posição inicial ou medial no vocábulo, possuem voz independente quando em posição final (l, s, r, z); finalmente, as letras aspiradas seriam aquelas que, embora sem figura própria, adquirem vozes (quando ao lado de vogais) diferentes de outras semelhantes não aspiradas – em outros termos, são os chamados dígrafos, letras que representam um fonema aspirado a partir do acréscimo do *h* (ch, lh, nh).

Portanto, no que se refere à exposição acerca da pronúncia das consoantes, Fernão de Oliveira propõe as seguintes explicações:

1. *letra b*: “[pronuncia-se] entre os beiços apertados, lançando para fora o bafo com ímpeto e quase com baba”;
2. *letra c*: “pronuncia-se dobrando a língua sobre os dentes queixais, fazendo um certo lombro no meio dela diante do papo, quase chegando com esse lombro da língua ao céu da boca e impedindo o espírito, o qual por força faça apartar a língua e faces e quebre nos beiços com ímpeto”;
3. *letra ç*: “esta letra *c* com outro *c* debaixo de si virado para trás, nesta forma *ç*, tem a mesma pronúnciação que *z*, senão que aperta mais a língua nos dentes”;
4. *letra d*: “[sua pronúnciação] deita a língua dos dentes de cima com um pouco de espírito”;
5. *letra f*: “[sua pronúnciação] fecha os dentes de cima sobre o beiço de baixo”;
6. *letra g*: “[sua pronúnciação] é como a do *c*, com menos força de espírito”;
7. *letra h*: “se é letra consoante, como alguns quiseram e o traz Diomedes gramático, há mister própria força e se a tem ou não, ou se é boa a pronúnciação que lhe dão alguns Latinos, eles o vejam. Nós, Portugueses, não lhe damos mais as vogais com que se mistura. E dizem os Latinos que se podem misturar com todas as vogais”;
8. *letra j* (i consoante): “a sua pronúnciação é semelhante à do *xi*, com menos força, e esta mesma virtude damos ao *g*, quando se segue depois dele *e* ou *i*, mas a mim me parece que com o *i* consoante o podemos escusar”;
9. *letra l*: “[sua pronúnciação] lambe as gengivas de cima com as costas da língua, achegando às bordas dela os dentes queixais”;
10. *letra m*: “[sua pronúnciação] muge entre os beiços apertados, apanhando para dentro”;
11. *letra n*: “[sua pronúnciação] tine [...] tocando com a ponta da língua as gengivas de cima”;
12. *letra p*: “a força ou virtude do *p* é a mesma que a do *b*, senão que traz mais espírito”;
13. *letra q*: “[apesar de Diomedes e Quintiliano considerarem essa letra sobeja], nós a havemos mister na nossa língua, assim para algumas dicções que de necessidade têm *u* líquido, como *quase*, *quando*, *quanto*, *qual*, e outras semelhantes, como também para quando se seguem *i* ou *e*, para tirar a dúvida que pode haver entre *c* e *ç*”;
14. *letra r* (singelo): “[pronuncia-se] com a língua pegada nos dentes queixais de cima, e sai o

- bafo tremendo na ponta da língua”;
15. *letra r* (dobrado) [rɾ]: “[sua] pronúnciação é a mesma que a do *r* singelo, senão que este dobrado arranha mais as gengivas de cima”;
 16. *letra s* (singelo): “é letra mimosa, e, quando a pronunciamos, alevantamos a ponta da língua para o céu da boca e o espírito assobia pelas ilhargas da língua”;
 17. *letra s* (dobrado) [ss]: “pronuncia-se como o outro, pregando mais a língua no céu da boca”;
 18. *letra t*: “tem a mesma virtude do *d*, com mais espírito, todavia tira o *t* para fora”;
 19. *letra v* (u consoante): “[sua força] é como a do *f*, mas com menos espírito”;
 20. *letra x*: “pronuncia-se com as queixadas apertadas no meio da boca, os dentes juntos, a língua ancha na boca e o espírito ferve na humidade da língua”;
 21. *letra z*: “[sua pronúnciação] zine entre os dentes cerrados, com a língua chegada a eles e os beiços apartados um do outro”;
 22. *letra y*: “as mais das vezes, quando vem uma vogal logo atrás outra, nós, pronunciamos entre elas uma letra como em *meio*, *seio*, *moio*, *joio*, e outras muitas. A qual letra a mim me parece ser *y*, e não *i* vogal, porque ela não faz sílaba por si, nem tampouco *j* consoante na força que lhe nós demos, mas em outra quase semelhante àquela, muito enxuta e sem nenhuma mistura de cuspinho”.

As explicações, por sua vez, limitam-se ao número de vinte e duas consoantes, pois Fernão de Oliveira optou por não apresentar isoladamente a pronúncia das três letras aspiradas, já que são pronunciadas como as correspondentes surdas (c, l, n), mas apenas com o acréscimo do sinal de aspiração, como o próprio autor já havia explicado anteriormente, quando de sua definição dos tipos de fonemas consonantais em português.

Algumas observações curiosas podem ser feitas acerca da exposição dos fonemas consonantais pelo gramático português. Em primeiro lugar, é interessante notar que, para Fernão de Oliveira, é errado escrever as letras *m* ou *n* no final das sílabas, já que no seu lugar deveria aparecer o til, marca de nasalização que os substituiria com melhor proveito. Além disso, o autor faz uma ressalva sobre a letra *k*, que foi suprimida de seu quadro de consoantes, pois, segundo ele, “não faz nada, nem eu vi nunca em escritura de Portugal esta letra *k* escrita” (OLIVEIRA, 1975, p.50). Finalmente, procurando mais uma vez inovar em suas considerações ortográficas, Fernão de Oliveira propõe o uso da letra *q* apenas para os casos em que o *u* é pronunciado (quando, qual, quase), sendo desnecessário em *todos* os casos em que o *u* não for pronunciado, substituindo-se o *q* pela velar surda, mesmo antes de *e* e *i* (cadeira, ceixume, cina, começo); proposta semelhante é feita ainda em relação ao *j*, que o gramático português sugere que se substitua pelo *g*, antes de *e* ou *i*.

Mais curioso ainda é o fato de Fernão de Oliveira – num recurso mnemônico

talvez inconsciente – procurar reproduzir os fonemas consonantais explicados por meio de palavras que tragam em si mesmas as letras referidas; trata-se, neste caso, de uma espécie rara de metalinguagem com *mise-en-abîme*, provocando um sagaz efeito de aliteração. É assim que, ao explicar a pronúncia da letra *b*, o autor emprega termos como *beíços*, *bafo*, e *baba*; ao explicar a letra *d*, emprega *deita* e *dentes*; ao explicar o *f*, opta pelo verbo *fechar*; ao explicar o *l*, preferir o verbo *lamber*; para a letra *m*, escolhe o verbo *mugir*; para o *n*, escolhe *tine*, acompanhado de uma seqüência de palavras que provoca um singular efeito de aliteração (*tocando*, *ponta*, *língua*, *gengivas*); para o *r* dobrado, escolhe o verbo *arranhar*, para explicar o *t*, usa os recursos fonológicos das palavras *virtude*, *todavia* e *tira*; para o *x*, emprega *queixada*; finalmente, para o *z*, usa *zine*.

Assim, coube a Fernão de Oliveira a tarefa de estabelecer, pela primeira vez, um sistema ortográfico para o português, uma vez que “ao lado do propósito de se respeitar a origem latina da língua, percebia-se a existência de traços especiais da fonologia portuguesa, que requeriam um tratamento diferenciado, [pautando-se pelo] princípio da simplificação ortográfica, não querendo admitir que um fonema fosse representado de duas ou mais maneiras diferentes ou que um único símbolo pudesse valer para fonemas distintos” (MONTEIRO, 1998, p.101). Discussões acerca da simplificação ortográfica, aliás, não eram incomuns na época, fato já presente em Quintiliano, mas que se torna objeto de acirrados debates durante o Renascentismo europeu (KIBBEE, 1990), o que não causa surpresas numa época em que – sobretudo no que se refere ao português – se vivia uma situação de evidente caos ortográfico, havendo necessidade de uma sistematização que, aliás, já começa a se formar desde pelo menos o século XIII (TOLEDO NETO, 1995, 1999; FONSECA, 1985).

Espécie de fundador da filologia portuguesa – já que, como salientou Rebelo Gonçalves, antes dos gramáticos portugueses não se pode dizer que houvesse filólogos no sentido rigoroso da palavra (GONÇALVES, 1936) –, Fernão de Oliveira pode ser considerado também, como sugerimos, um de nossos primeiros ortógrafos e foneticistas, graças à maestria de suas exposições acerca da pronúncia e grafia dos fonemas do português em razão tentativa de sistematização de seu uso, o que o colocava, logo de início, no centro da disputa entre as tendências normativistas e descritivistas dos estudos lingüísticos.

Curiosamente, apesar de adiantar alguns fatos da ortografia da língua portuguesa que apareceriam bem depois, como na célebre *Ortografia Nacional* (1904) de Gonçalves Viana (AGUIAR, 1984), Fernão de Oliveira revela plena consciência da importância do hábito e de sua incidência sobre a consolidação e uso da ortografia portuguesa, transformando-o, em muitos sentidos, em verdadeiro princípio norteador de suas considerações, apesar de suas propostas de simplificação ortográfica e de adoção de uma ortografia mais fonêmica do

que etimológica. Seguindo de perto, nessa matéria, as propostas de Quintiliano – crítico dos exageros ortográficos que propugnava pela simplificação –, o gramático português vê, portanto, no *costume*, um imperativo contra o qual seria praticamente impossível lutar.

Não obstante, propõe uma série de regras que, a rigor, se insere numa clara tendência ao normativismo gramatical, já bastante em voga desde Donato e sua *Ars Maior*. Definindo a gramática como a “arte que ensina a bem ler e falar” (OLIVEIRA, 1975, p. 43), Fernão de Oliveira emprega uma série de exemplos que, em conjunto, podem ser tomados como modelos de um uso exemplar da língua, marca acentuada de seu normativismo gramatical (LEITE, 2001).³ Trata-se de uma evidente intenção pedagógica, a qual serviria até mesmo como referência para o ensino do português no Brasil (CASAGRANDE; BASTOS, 2002).

Apesar dessa preocupação pedagógica, que via no projeto de se ensinar o bem falar uma necessidade, não podemos nos esquecer da importância que a sistematização gráfica adquire nesse período de franco desenvolvimento da imprensa escrita, o que, fatalmente, determinaria o aparecimento de teorias voltadas, exclusivamente ou não, para a reforma da ortografia. Como já sugeriu Roger Chartier, “o papel dos editores de texto e dos revisores na sistematização gráfica e ortográfica das línguas vernaculares foi muito mais determinante do que as proposições de reforma ortográfica feitas por certos escritores que queriam impor uma ‘escritura oral’, completamente governada pela pronúncia” (CHARTIER, 2002, p.28).

Esse, como outros fatos, não desmerece o trabalho de Fernão de Oliveira como ortógrafo da língua portuguesa. Antes, faz avultar ainda mais a ousadia e a originalidade daquele que, com incontestável razão, pode ser considerado o primeiro grande pensador da língua portuguesa no contexto da cultura européia renascentista.

SILVA, M. The orthographic issue in the Fernão de Oliveira *Gramática da Linguagem Portuguesa* (1536): an introduction. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.1, p.23-38, 2006.

- **ABSTRACT:** *The present article analyses the constitution of the Portuguese orthography from the comments by Fernão de Oliveira in his Gramática da Linguagem Portuguesa (1536), and points out the graphical and phonological suggestions which purpose to establish a graphical norm for the Portuguese Language.*
- **KEYWORDS:** *Portuguese, orthography; Fernão de Oliveira; grammar*

³ Para Moura Neves (2002, p. 46), o uso de exemplos constitui “a marca mais evidente do caráter normativo dos manuais tradicionais de gramática”. Perspectiva divergente, já que considera a gramática de Fernão de Oliveira “mais descritiva do que propriamente normativa”, encontra-se em Bastos (1981, p. 32).

Referências bibliográficas

AGUIAR, G. de. Ortografia portuguesa e etimologia. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo, v. 21, n. 79/80, 1984.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

BASTOS, N. M. O. B. *Contribuição à história da gramática portuguesa: o Século XVI*. 1981. 149 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1981.

BATISTA, R. de O. Nossa língua e essoutras: o tratamento da diversidade lingüística em Fernão de Oliveira. In: IMAGUIRE, L.; ALTMAN, C. (Org.). *As línguas do Brasil: tipos, variedades regionais e modalidades discursivas*. São Paulo: Humanitas, 2002.

BUESCU, M. L. C. *Historiografia da língua portuguesa: século XVI*. Lisboa: Sá da Costa, 1984.

_____. A Língua Portuguesa, mãe e não madrasta. Uma busca equívoca, mas eficaz: a gramática universal. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). *Língua Portuguesa: história, perspectivas, ensino*. São Paulo: Educ, 1998. p. 15-31.

BURKE, P. *A arte da conversação*. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

BURNEY, P. *L'orthographe*. Paris: Presses Universitaires, 1962.

CARVALHO, J. B. *O renascimento português: em busca de sua especificidade*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1980.

CASAGRANDE, N. dos S.; BASTOS, N. B. Ensino de língua portuguesa e política lingüísticas: séculos XVI e XVII. In: BASTOS, N. B. *Língua Portuguesa: uma visão em mosaico*. São Paulo: Educ, 2002. p. 53-62.

CHARTIER, R. *Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

D'AZEVEDO, Pedro A. A respeito da antiga orthographia portuguesa. *Revista Lusitana: Archivo de Estudos Philologicos e Ethnologicos relativos a Portugal*. Lisboa, v. 5, 1897.

ESTRELA, E. *A questão ortográfica: reforma e acordos da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Notícias, 19--.

FÁVERO, L. L. *As concepções lingüísticas no século XVIII: a gramática portuguesa*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

_____. História das idéias lingüísticas: gramáticos e ortógrafos portugueses dos séculos XVI e XVII. *Filologia e Lingüística Portuguesa*, São Paulo, n. 1, p.95-105, 1997.

FONSECA, F. V. P. da. Remarques sur l'orthographe de l'ancien Portugais. *Revue de Linguistique Romane*, Strasbourg, v. 49, n. 193/194, p.183-187, Jui. 1985.

GONÇALVES, F. R. História da filologia portuguesa. *Boletim de Filologia*, Lisboa, v. 4, n. 1/2, p. 1-13, 1936.

- HOUAISS, A. *A nova ortografia da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1991.
- KIBBEE, D. French grammarians and grammars of French in the 16th century. In: NIEDEREHE, H.-J.; KOERNER, K. *History and historiography of linguistics: studies in the History of the Language Sciences*. Amsterdam: John Behjamins, 1990. p.301-314
- LEITE, M. Q. O discurso dos exemplos nas gramáticas portuguesas do século XVI. In: URBANO, H. et al. *Dino Preti e seus temas: oralidade, literatura, mídia e ensino*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 289-309.
- MATTOS E SILVA, R. V. *Contradições no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1997.
- _____. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo: Contexto, 2000.
- MONTEIRO, J. L. As idéias lingüísticas de Fernão de Oliveira. *Confluência*, Rio de Janeiro, n.15, p.98-116, 1998.
- MOURA NEVES, M. H. de. Heranças: a gramática. In: BASTOS, N. B. *Língua portuguesa: uma visão em mosaico*. São Paulo: Educ, 2002. p. 43-52.
- OLIVEIRA, F. de. *A gramática da linguagem portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975.
- PINTO, R. M. Gramáticos portugueses do renascimento. *Revista de Letras*, Assis, v.2, p.123-145, 1961.
- SCHLIEBEN-LANGE, B. O multilingüismo como tema da lingüística na Península Ibérica no século XVI. In: _____. *História do falar e história da lingüística*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1993.
- SILVA, M. Reforma ortográfica e nacionalismo lingüístico no Brasil: uma abordagem histórico-discursiva. *Letras*, Campinas, v.20, n.1/2, p. 99-122, Dez. 2001.
- STEFANINI, J. *Histoire de la grammaire*. Paris: CNRS, 1994.
- TOLEDO NETO, S. de A. Relação grafema/fonema no português antigo. *Estudos Lingüísticos*. São Paulo, n.24, p.636-642, 1995.
- _____. Aspectos da variação gráfica no português arcaico: as variantes consonantais no *Livro de José de Arimatéia* (Cod. ANTT 643). In: SEMINÁRIO DE FILOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA, 1., 1999, São Paulo: Humanitas, 1999, p. 55-63.
- VASCONCELOS, F. de. Ortografistas portugueses dos séculos XVI a XVIII. Separata de Língua Portuguesa, Lisboa, v. 3, n. 8, p.1-8, 1933.

Bibliografia consultada

- BUESCU, M. L. C. *Babel ou a ruptura do signo: a gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1983.

CFFs: AS CONSTRUÇÕES DO TIPO *FOI FEZ* NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Angélica T. Carmo RODRIGUES¹

- RESUMO: Neste artigo, investigo as “construções do tipo *foi fez*”, **CFFs**, presentes na modalidade falada do Português do Brasil, mediante os resultados obtidos em um estudo mais abrangente realizado em minha tese de doutoramento. Minha análise mostra, entre outras coisas, que as **CFFs** se formam a partir de uma seqüência mínima de V1 e V2, em que V1 corresponde a um dos verbos **ir**, **chegar** e **pegar** e V2 é relativamente livre. Essas construções podem ocorrer sob a forma de dois tipos distintos. No tipo 1, V1 e V2 são interligados pela conjunção *e*, e, no tipo 2, V1 e V2 apenas se justapõem. Ademais, V1 e V2 partilham flexões de tempo e pessoa e têm sujeitos correferenciais. Quanto à sua função, as **CFFs** atuam no nível discursivo-pragmático, na medida em que V1 dramatiza ou enfatiza os eventos descritos em V2.
- PALAVRAS-CHAVE: Construções; verbos; relevo discursivo.

Introdução

O objetivo deste artigo é descrever e analisar uma classe particular de construção, presente no Português brasileiro falado e denominada *construções do tipo foi fez*, **CFFs**.² Os resultados aqui apresentados são resultado de uma pesquisa maior desenvolvida no doutorado. Esta pesquisa se orienta a partir do arcabouço teórico do Funcionalismo Lingüístico, buscando, entretanto, suscitar um possível diálogo com a Gramática de Construções, na medida em que se sustenta que essas duas abordagens podem se complementar na análise das **CFFs** (RODRIGUES, 2006). Assumo, com os gramáticos construcionistas (FILLMORE, 1985; GOLDBERG, 1995; KAY; FILLMORE, 1999; CROFT, 2001), que todas as construções da língua, mesmo as mais marginais e idiomáticas, podem e devem

¹ Doutora em Lingüística pelo Programa de Pós-Graduação em Lingüística – UNICAMP – Instituto de Estudos da Linguagem – 13083-970 – Campinas – São Paulo – Brasil. Endereço eletrônico: angelica_rodrigues@hotmail.com

² Algumas poucas ocorrências foram observadas em textos escritos exibidos na internet, mas esses textos se caracterizam pela reprodução de uma situação de fala. Não verifiquei a ocorrência de **CFFs** em textos formais, como jornais e revistas.

ser sistematicamente descritas tendo em vista suas propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas. Mostrarei que as **CFFs** possuem regularidades internas no tocante a suas propriedades sintáticas e a sua função discursiva, permitindo que sejam analisadas como um caso de construção gramatical. O termo “construção” é empregado aqui num sentido teórico, de acordo com o significado que lhe é atribuído pela gramática das construções (GC). Para a GC, uma construção é definida como uma unidade com forma e significado, cujos aspectos de sua forma e de seu significado não estão previstos pelos elementos individualmente presentes em sua composição nem por outras construções pré-existentes na língua (GOLDBERG, 1995, p.4).

Dessa forma, entendo que o estatuto construcional das **CFFs** é garantido tanto pelo seu valor discursivo, que não decorre nem da composicionalidade de seus elementos individuais, nem do sentido lexical desses elementos, quanto por suas propriedades sintáticas, que extrapolam os limites da coordenação e da auxiliarização (RODRIGUES, 2005, 2006).

Integram o *corpus* desta pesquisa 393 dados extraídos de amostras reais de fala coletadas em banco de dados constituído por pesquisadores e bolsistas do Projeto PEUL da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esse banco de dados é constituído, entre outros, pelo *Corpus* Censo ou Amostra Censo, composto por amostras da variedade não culta falada nos bairros da área metropolitana do Rio de Janeiro. Os dados desse projeto são resultados de uma série de entrevistas realizadas em dois períodos: de 1980 a 1984 (Amostra 80), quando 64 falantes foram entrevistados; e de 1999 a 2000 (Amostra 00), quando 16 desses 64 falantes foram recontactados (I) e mais 32 falantes foram selecionados, respeitando-se os mesmos parâmetros utilizados na coleta anterior (C) (PAIVA; DUARTE, 2003, p.20-25). Foram utilizados apenas os dados das Amostras 80 e 00 (C) nesta pesquisa.

Com o intuito de analisar não só qualitativamente, mas também quantitativamente os casos de **CFFs**, efetuei inicialmente um levantamento de suas ocorrências no *corpus*. Uma vez realizada sua coleta, os dados foram codificados, de acordo com a metodologia utilizada nas pesquisas de base sociolinguísticas e variacionistas, e submetidos a uma análise quantitativa. Uma análise qualitativa prévia orientou a escolha daqueles fatores gramaticais que pareciam atuar nas **CFFs**. Partindo de algumas hipóteses iniciais a respeito da configuração sintática e do funcionamento das **CFFs**, estabeleci uma relação de grupos de fatores gramaticais ou linguísticos que permitiram compreender melhor as especificidades morfossintáticas dessas construções. Nenhum fator extralinguístico foi controlado nesta pesquisa. Para sustentar minhas hipóteses, trabalhei com 16 grupos de fatores que foram operacionalizados por meio do pacote VARBRUL, principalmente dos programas MAKECELL e CROSTAB. Dentre os grupos de fatores considerados, apresentarei neste artigo os resultados

referentes aos seguintes fatores: **tipo de CFFs, tempos e modos verbais de V1 e V2, negação, contração e tomada de decisão**. Os três primeiros grupos de fatores dizem respeito ao comportamento sintático das **CFFs** e foram elaborados para investigar propriedades distintivas dessas construções. Já os dois últimos visam a discutir os valores semântico-pragmáticos das **CFFs**. O conceito de grupo de fatores, que remete à Teoria da Variação laboviana, é usado neste trabalho apenas como recurso heurístico. No Brasil, muitos trabalhos de enfoque funcionalista (CASSEB-GALVÃO, 1999; DIAS, 2001; RODRIGUES, 2001; BRAGA, 2003; GONÇALVES, 2003; CARVALHO, 2004; entre outros) têm lançado mão desses construtos e metodologia por compreenderem que os pressupostos inerentes às análises variacionistas garantem que todas as ocorrências sejam investigadas de forma coerente e sistemática à luz das mesmas categorias gramaticais. Sabe-se, no entanto, que em muitos desses casos, tal como no das **CFFs**, os fenômenos analisados não constituem casos de variação linguística *stricto sensu*.

Tipos de CFFs

As **CFFs** formam-se a partir de uma seqüência mínima de dois verbos, V1 e V2, em que V1 e V2 partilham sujeito e flexões modo-temporais e número-pessoais. V1³ é quase sempre um dos verbos **ir, chegar e pegar**⁴ e V2 é relativamente livre. V1 e V2 podem estar conectados pela conjunção *e*, tipo 1 [+ CONJ], ou podem estar justapostos, tipo 2 [- CONJ], como nos exemplos (1) e (2) respectivamente:

- 1) a. A gente, a gente que fica lá embaixo, brincando. Que que que a gente vai fazer aqui em cima? Meu pai está no trabalho, minha mãe fica estudando negócio aí da Jafra, que ela está fazendo, minha irmã fica com o namorado dela, eu vou ficar olhando assim; **eu vou e desço**. Eu e meu irmão fica jogando pingue-pongue.

b. Chega lá, você não- você não entende, não fala castelhano, fica o rádio falando castelhano, como é?-"Ih, mas é mesmo! Aí, não quero não." (rindo) **chegou e devolveu o rádio**. (risos) Essa é uma, essa é uma das. (risos) e aí, por aí a fora, não é?

c. Prefiro não - não fazer - não - não continuar não. Vou terminar meus estudos primeiro, aí, depois, eu vou ver! Tanto que ele me convidou para continuar lá e tal- falei: "Ah! Mas

3 Verbos como **virar** e **vir**, entre outros, também ocorrem em construções semelhantes, mas não serão discutidos aqui. **Virar** parece ter um uso mais lexicalizado uma vez que sempre aparece em sentenças como (a) marcando mudança de turno:

(a) Ele **virou falou** assim.

Vir tem um comportamento similar ao dos verbos **ir** e **chegar**, contudo exemplos com **vir** são mais ambíguos e se mostraram mais problemáticos no que diz respeito à distinção de seu emprego como forma lexical original ou não. Sendo assim, **vir** também ficou fora do escopo desta investigação.

4 Observações assistemáticas indicam que, em Português, pelo menos no Estado de São Paulo, também o verbo **catar** pode ocorrer no lugar de **pegar**.

não vou continuar não, porque não vai dar." Aí, **eu peguei e saí do coisa**. Aí, continuou a amizade e tal, mas, aí, **eu peguei e saí**.

- 2) a. Então ela chegou para mim e falou: "Cristina, aí, tem um concurso aí da Gretchen- você está a fim de entrar?" Antes de ser a rainha do carnaval, falei: "Pô, Margarida, até que é uma boa, vou entrar." E na época a Gretchen usava aqueles shortezinho bem entrando lá mesmo, não é? Aí **eu peguei falei**: "Tudo bem. Eu vou entrar. "Aí, **minha mãe foi fez um short para mim** de cetim branco, um collant azul, sandália alta, não é?"

b. Ele se mantém também tem um (inint), ele está com trinta e poucos ano, mas mantém a forma. Porque, senão, **a pessoa chega começa a ficar barriguda**.

c. "Ele disse: "não, não desliga não que eu quero lhe falar uma coisa." Eu não estou conhecendo a voz mesmo. Eu disse: "olha, vou desligar, hein? Até amanhã." **Ele pegou deu uma gargalhada**. eu disse: "espera aí, fala outra vez." Aí ele falou, eu disse: " bandido, você me acordando agora e tal." (riso).

A Tabela 1 permite três conclusões a respeito das **CFFs**. A primeira delas é que as construções de tipo 2 [- CONJ] são mais freqüentes no *corpus* do que as de tipo 1 [+ CONJ]. A segunda é que **ir** e **pegar** ocorrem mais em construções de tipo 2 [- CONJ] enquanto **chegar** ocorre mais em construções de tipo 1 [+ CONJ]. Por fim, a terceira conclusão é que o verbo **ir** ocorre mais freqüentemente como V1 nas **CFFs** do que **pegar** e **chegar**.

Tabela 1 - Freqüência dos tipos de CFFs e dos verbos na posição de V1

Tipo de CFFs	Tipo 1 [+ CONJ]		Tipo 2 [- CONJ]		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
<i>Ir</i>	77	34	150	66	227	58
<i>Pegar</i>	24	28	61	72	85	22
<i>Chegar</i>	62	76	19	24	81	20
TOTAL	163	41	230	59	393	100

Não obstante se verifique a existência desses dois tipos de **CFFs**, acredito que, ainda assim, estamos tratando de um mesmo grupo de construções. Pullum (1990) defende a existência de dois tipos de construções, uma vez que verificou que o comportamento sintático de construções semelhantes às **CFFs**, em inglês, era sensível à presença da conjunção. Tudo leva a crer, no entanto, que, no que se refere ao Português, as características sintáticas, semânticas e pragmáticas das

CFFs de tipo 1 e 2 são idênticas.

Entendo que há um *continuum* entre esses dois tipos na medida em que o segundo parece ter ocorrido em decorrência do primeiro.⁵ A minha hipótese é que as **CFFs** de tipo 1 ainda preservariam a forma da construção que as originou, as construções coordenadas, e as de tipo 2 já estariam num estágio mais avançado de mudança. A favor dessa hipótese estão as **CFFs** com *chegar*, que apresentam mais casos de ambigüidade (cf. RODRIGUES, 2006) e se realizam majoritariamente como construções do tipo 1 [+ CONJ] (cf. Tabela 1).

Tempos e modos verbais nas CFFs

Aparentemente não há restrições no que diz respeito à pessoa e aos tempos e modos verbais usados nas **CFFs**. Contudo, algumas formas são mais recorrentes. A Tabela 2 mostra, em linhas gerais, que, estatisticamente, as **CFFs** com *ir* caracterizam-se pelo uso equivalente ao do pretérito perfeito (48,5%) e do presente do indicativo (49%).

Tabela 2 - Tempo e modo verbais das CFFs com IR

Tempos e modos verbais	N	%
<i>Pretérito perfeito do indicativo</i>	110	48,5
<i>Presente do indicativo</i>	112	49
Pretérito imperfeito do indicativo	3	1,5
Infinitivo	1	0,5
Imperativo	1	0,5
TOTAL	227	100

A Tabela 3, por sua vez, mostra que as **CFFs** com *chegar*, assim como as **CFFs** com *ir*, se caracterizam pelo maior uso de presente do indicativo (31%) e de pretérito perfeito (28%). Observe, entretanto, que 22% dos verbos dessas construções aparecem no infinitivo, uma peculiaridade desse grupo.

⁵ Uma vez que as ocorrências das **CFFs** não são encontradas na escrita formal, é impossível encontrar evidências diacrônicas concretas para essa hipótese.

Tabela 3 - Tempo e modo verbais das CFFs com CHEGAR

Tempos e modos verbais	N	%
<i>Presente do indicativo</i>	25	31
<i>Pretérito perfeito do indicativo</i>	23	28
<i>Infinitivo</i>	18	22
Futuro perifrástico	3	4
Presente do subjuntivo	3	4
Pretérito imperfeito do indicativo	2	2,5
Locução verbal	3	5
Futuro do subjuntivo	4	5
TOTAL	81	100

A Tabela 4 traz os resultados para as **CFFs** com **pegar**, que se caracterizam pelo maior uso de pretérito perfeito (71%), embora o presente do indicativo também seja usado (26%). A diferença de uso do presente e pretérito perfeito é evidentemente mais polarizada nas construções com **pegar**.

Tabela 4 - Tempo e modo verbais das CFFs com PEGAR

Tempos e modos verbais	N	%
<i>Pretérito perfeito do indicativo</i>	61	71
<i>Presente do indicativo</i>	22	26
Pretérito imperfeito do indicativo	1	1,5
Pretérito imperfeito do subjuntivo	1	1,5
TOTAL	85	100

O uso de determinado tempo verbal nessas construções está diretamente relacionado ao contexto discursivo em que emergem. Segundo Vilela e Koch (2001, p.545-553), cada uma dessas seqüências textuais, narração, descrição e argumentação, possui propriedades gramaticais próprias, principalmente no que concerne ao tempo verbal. As **CFFs** atualizam-se majoritariamente em porções textuais que se caracterizam pela seqüência de eventos que não admitem reversibilidade. Contudo, observei que existe uma correlação entre o tipo textual em que as **CFFs** ocorrem e V1. As **CFFs** com **ir**, por exemplo, são mais usadas em contextos de narração (50%) e de descrição (41%), sendo que apenas 9% dessas construções são usadas em trechos argumentativos.

As **CFFs** com **pegar** também são muito mais recorrentes em contextos de narração (74%), embora também sejam usadas em trechos descritivos (22.5%) e, menos freqüentemente, em trechos argumentativos (3.5%). O maior uso de formas verbais no pretérito perfeito do indicativo nas **CFFs** com **ir** e **pegar** justifica-se pelo fato de essas construções serem mais empregadas em contexto narrativo. Por outro lado, as **CFFs** com **chegar** são mais empregadas em contextos de argumentação (46%), embora também tivessem sido empregadas em porções descritivas (30%) e narrativas (24%). A predominância de **CFFs** com **chegar** num contexto de argumentação favorece o uso do infinitivo.

A negação nas CFFs

O padrão de negação das **CFFs** representa um dos seus traços mais idiossincráticos no que se refere às demais construções do Português, principalmente em relação às construções coordenadas e às construções com verbos auxiliares, e sobretudo em relação às construções **go-and-verb** presentes em outras línguas (RODRIGUES, 2006). A negação das **CFFs** se dá de modo que o morfema de negação precede V2, embora tenha escopo sobre toda a construção. A esse respeito, considere os exemplos (3) e (4):

- 3) E- E você é supersticiosa?
F- Está aí. Eu não sei lá. Eu- tem gente que fala: “faz mal passar por debaixo de escada”. Aí **eu vou e não passo**. Mas se tiver que passar, eu passo.
- 4) Porque meu marido tem um <tempe-> ele é [um ótimo]- um (hes) ótimo pai, mas ele é como um Português daquele autoritário, que foi educado assim. Ele é um homem de instrução, também. (“Ele”) chegou a fazer exame para marinha portuguesa e **foi e não passou**. Mas ainda conserva aquele espírito que o Português é: o pai é (hes) autoridade!

Em (5) vemos que o mesmo padrão se mantém quando V1 é o verbo **chegar**.

- 5) Eu corria bem, pouca- há dois anos atrás eu corria [seis]- seis quilômetro, lá na praia, naquela areia fofa. Corria! Tranquilo! Aí **chegava não tinha problema**.

(6), coletado de forma não sistemática, confirma o mesmo padrão de negação também para as **CFFs** com **pegar**:

- 6) O pão tava meio feio, aí **eu peguei e não comprei**.

Aparentemente não há impedimento formal para a realização do morfema

de negação antes de V1 nas **CFFs**. Veja que (7) apresenta o morfema de negação adjacente a V1. Não se pode dizer, entretanto, que o escopo da negação seja o próprio V1, mas sim a construção como um todo. Em (7), a **CFF** está vinculada a uma oração de finalidade, numa relação de hipotaxe (“existe todo um sistema operacional *para que o carteiro não precise abrir a bolsa na rua para conferir os CEPs*”).

7) É, [Ah... num sabia] foi inaugurado recentemente um centro de triagem em Benfica que é tudo automatizado. [Nossa!] A máquina pode mandá o CEP prum setor errado (est) aí... e o continuísmo [da] [da] do trabalho, num tem como evitá. (est) Então, o fulano de tal dexô de recebê, eu num recebi, má a pessoa num qué sabê que atrás disso, além do ser humano cartero, (est) existe um sistema todo operacional, que é mecanizado, que não depende de carteiro, que ele já recebe pronta, **ele não chegá abrí a bolsa na rua** pra conferí os CEPs, pra vê se faz parte do distrito dele, entendeu?... Ah, num recebi, num sei quê... ainda num chegô, mas essas pessoas que reclamam deveria sabê como é que funciona o correio (est) antes de reclamá, porque é mínimo, quase nada, em relação a o que o correio entrega por dia, no país intero (bate com as mãos para marcar as palavras) [Imagina, é] pode havê sim, inclusive... é... nessa transição [de] [de] de... que tá acontecendo na empresa, nessa informatização, nessa mecanização, otimização, em geral (est) pode tá havendo [alguma] algum conflito, né?

Já em (8), coletada de forma não-controlada, a **CFF** aparece numa forma de interrogativa precedida por “por que”. Também aqui o escopo da negação recai sobre toda a construção.

8) **Por que você não pega e compra um carro?**

É preciso destacar que a construção “**pega e compra**”, em (8), está inserida numa construção maior, já que se pode dizer que existe em Português uma construção do tipo “**por que X não Y?**”, relacionada à emissão de sugestão ou conselho, como em (9) e (10):

9) **Por que ela não tem um bebê?**

10) **Se o chefe dele é tão antipático, por que ele não pede demissão?**

Veja que tanto a posição *X* quanto *Y*, referidas acima como partes da construção “**por que X não Y?**”,⁶ podem ser preenchidas por elementos diversos. No caso de (8), a posição *Y* é preenchida por uma **CFF**, o que justifica a presença do *não* antes de V1.

Tendo em vista os exemplos acima, acredito que o fato de V1 raramente ser precedido por negação diz respeito mais a questões de ordem semântica

⁶ Embora proponha a existência da construção do tipo “**por que X não Y?**” em Português, não tenho notícia de nenhum estudo descritivo desse fenômeno. As hipóteses levantadas acima não representam, portanto, resultado de uma análise sistemática.

do que formal. Os exemplos acima mostram que, ocasionalmente, o morfema de negação pode ser adjacente ao V1. Contudo, parece que, quando seu uso é bloqueado nessa posição, ou seja, na maioria dos casos de **CFFs**, isso se dá por razões semânticas. Acredito que o morfema de negação adjacente a V1 forçaria uma interpretação lexical desse verbo. Veja que os exemplos abaixo são inaceitáveis:

- 11) ***Eu não peguei e comprei um carro.**
- 12) ***Eu não fui e falei.**
- 13) ***Quando eu não estou com vontade, eu não pego e varro.**

A função das CFFs no discurso

Autores como Bechara (1999), Tavares (2005), Amaiz e Camacho (1999), Stefanowitsch (1999, 2000) e Hopper (2002) correlacionam as construções semelhantes às **CFFs** principalmente a aspecto verbal. Bechara e Tavares, particularmente, propõem que as construções por eles analisadas carregam um valor inceptivo.

Contudo, tendo em vista o largo *corpus* analisado (**ir** = 227 ocorrências; **pegar** = 85 ocorrências; **chegar** = 81 ocorrências), verifiquei que essa hipótese não pode ser confirmada no que diz respeito às **CFFs**, em PB.

A minha hipótese é a de que as **CFFs** não contribuem para o quadro aspectual do PB. Para nenhuma das ocorrências do *corpus* foi possível aferir uma interpretação aspectual clara que decorresse apenas do V1.

Veja, por exemplo, que, em (14), há um contraste aspectual entre os enunciados “*ele tava comendo*”, no imperfectivo, e “*ele foi me deu uma dentada*”, no perfectivo. Contudo, esse contraste permaneceria se, ao invés do uso da **CFF**, “*ele foi me deu uma dentada*”, tivéssemos apenas “*ele me deu uma dentada*”. Defendo, portanto, que, por mais que as **CFFs** possam emergir em contextos de mudança aspectual, como em (14), sua função não é a de marcar aspecto:

- 14) E: E como é que foi a sua mordida (E falando com risos) e a mordida da sua amiga?
F: Bom, a mordida da minha amiga foi... acho que [foi]... foi nas pernas, né? O cachorro pegô ela nas pernas, na perna, né? e comeu quase toda – toda a perna dela. O cachorro, um cachorrão, né? Pô, ela teve que costurá toda a perna, né? Acho que tomô umas cem injeções, mais do que isso. Foi muito, foi horrível.
E: E você, disse que foi mordida pelo seu próprio cachorro (risos de E). Como é que foi isso?
F: Ah, foi eu caí em cima dele, né? tava brincano, eu caí em cima do meu cachorro, **ele tava comendo**, né? **Aí ele foi me deu uma dentada**. Foi... acho que foi... é, foi no braço. Eu

tive outra mordida de gato também, que eu tava tentando separá-lo, né? da gata, né? aí ele me mordeu.

E: Cê tem gato em casa?

F: Tenho. Eu tenho um gatinho.

O contraste entre aspecto perfectivo/imperfectivo na narrativa marca o contraste entre planos discursivos. Hopper e Thompson (1980, p.280) enfatizam que, em qualquer situação de fala, certas informações são mais relevantes que outras. Segundo os autores (1980, p.282), a recorrência de um ou outro elemento gramatical relacionado ao relevo discursivo sugere que alguma limitação psicológica no processamento do discurso deve estar envolvida, já que os falantes aparentemente necessitam sinalizar morfossintaticamente aquelas partes do discurso que devem ser tomadas como mais relevantes.

A parte do discurso que não contribui imediatamente ou crucialmente para os objetivos do falante, mas simplesmente auxilia, amplifica ou comenta, é chamada de fundo (*background*). Por outro lado, o material que embasa os pontos principais do discurso é conhecido como figura (*foreground*).

Ao tratar do contraste entre figura e fundo, entre primeiro e segundo planos no texto, Travaglia (1999, p.103) defende que, no Português, o mecanismo e os elementos (formas, categorias) envolvidos nesse contraste estão ligados à relevância pragmática, que se dá através, entre outros recursos, do uso de formas verbais, como em (15), em que a mudança de aspecto imperfectivo/perfectivo indica contraste entre figura e fundo (TRAVAGLIA, 1999, p.107). Os verbos no perfectivo descrevem os eventos que aparecem em primeiro plano e funcionam como figura e os verbos no imperfectivo codificam os eventos que aparecem em segundo plano e funcionam como fundo:

- 15) “i cumu eu vô sempri na casa da Teresa, eu peçu carona pra eli, porque é na rua deli mesmu, né. Intão, ele descí, mi de(i)xá lá, né. Depois eu voltei da casa... Eu sempre vejo eli depois... eli vem... sei lá... intão, cumu eli num tava passan(d)u, né, **eu peguei i fui... fui à pé mesmu**. I quan(d)o to passan(d)u im frenti à casa deli, eli ta lá cum duas menina” (NURC/SP DID 059, *apud* Travaglia, 1999, p.107).

Note, entretanto, que Travaglia atenta apenas para o contraste entre os usos do aspecto perfectivo e imperfectivo, sem considerar a construção “**eu peguei i fui**”, que introduz o perfectivo. Esse fato dá respaldo à hipótese defendida neste trabalho de que as **CFFs** não contribuem para o quadro aspectual do texto. No enunciado “**eu peguei i fui**”, V1, *peguei*, marca, e, conseqüentemente, destaca uma tomada de decisão expressa por V2, **fui**. Vê-se pelo desenrolar dos fatos que o destaque sobre essa decisão não é gratuito, uma vez que, a partir daquela ação, os fatos tomaram novo rumo: a informante flagrou a traição do namorado.

Essa função de destacar algum evento importante também foi atribuída, por Hopper (2002), à construção **go ahead**, que, segundo o autor, funciona, entre outras coisas, para sinalizar pontos que o ouvinte deve valorizar. Embora esse seja também um valor atribuído às **CFFs**, defendo que, nem sempre, o evento destacado pelo uso das **CFFs** é, de fato, o evento mais importante ou mais relevante no contexto discursivo. Veja que, em (16), o falante descreve os passos de uma receita de arroz e não se pode dizer que o uso da **CFF** marca o evento mais importante, uma vez que todos os passos da receita são relevantes:

- 16) I- E quando você faz, como é que você faz, assim, um arroz? Essas coisas.
F- Fazer um arroz?
I- É, como é que faz?
F- Como é que eu faço?
I- É.
F- Eu boto a água para ferver, aí cato o arroz, **aí vou lavar**. Aí boto alho na panela com a banha, aí deixo o alho corar, aí jogo o arroz dentro, aí espero refogar.

Nesse caso, o uso da **CFF** parece obedecer também à subjetividade do falante e não apenas à relevância das informações descritas.

Nos trabalhos consultados, é também muito recorrente a asserção de que as construções do tipo **go-and-verb** introduzem uma ação inesperada que altera o curso previsível da narrativa. Stefanowitsch (1999), por exemplo, defende que “**he went and did it**” (“ele foi e fez isso”), em (17), expressa uma noção de surpresa, na medida em que introduz um evento que contradiz as expectativas em relação ao primeiro enunciado “**Nobody thought he could climb Everest**” (“ninguém acreditava que ele escalaria o Everest”):

- 17) Nobody thought he could climb Everest, but **he went and did it!**
(Ninguém achou que ele escalaria o Everest, mas *ele foi e fez isso!*)

Hopper (2002) também defende esse valor de contra-expectativa para as construções do tipo **turn around and**, como em (18):

- 18) you ask 'em to lend you a fiver and they might <laughs> **turn round and tell you to sod off.**
(Você pede a eles que te emprestem uma nota de 5 dólares e eles podem (virar e) falar pra você desaparecer.)

Observei que esse mesmo valor pode ser encontrado em alguns casos de **CFFs**, como em (19):

- 19) O banco é uma coisa assim que - tem muita coisa ruim, não é? <pa...>. Sabe? Aquele

paranóico que chega, sabe? Que tira tua atenção, aquele- não sei, não é? Acho que, [no]- no geral, sabe Roberto, vai muito também [da tua]- da tua natureza, sabe? Da tua, digamos assim, índole, sabe? de aceitar, ou seja, admitir, está? aquela idéia de estar trabalhando assim para um sistema fechado, está? (est.) E, sabe? Se moldar- se moldar não é bem a palavra. Sabe? Adaptar o teu trabalho para tua natureza, ou então pular fora, está? Se dar para adaptar, tudo bem, você fica; se não, você sai fora. A Sílvia, por exemplo. A Sílvia é psicóloga. Devido ao campo de trabalho, não é? Estar a maior braba mesmo, estar russíssimo assim para todo mundo, a Sílvia foi lá no Banco Nacional, <pá>, se inscreveu- (ruído de um líquido sendo despejado) - barulho gostoso, não é? - (risos) A Sílvia se inscreveu- aí passou, <pá>, tudo bem, psicotécnico, mil coisas, não é? Passou. Mas ela é psicóloga formada, não é? Então não estava atuando, primeiro lugar, porque, sabe? Não corre atrás como deve. Porque, quando você quer, você acaba conseguindo pelo menos um estágio, não é? (est.) Ganhando pouquinho, <pá>, mas consegue. Mas **a Sílvia foi virou bancária**. A gente passou assim, o quê? Teve [um]- um convívio muito pequeno.

Entretanto, em (19), a presença da conjunção adversativa *mas* já assinala que alguma informação contrastante será introduzida. Destarte, o valor semântico do enunciado não é alterado pela presença das **CFFs**, uma vez que se ao invés de “**a Sílvia foi virou bancária**” tivéssemos “**a Sílvia virou bancária**” o mesmo contexto de contra-expectativa se manteria.

Ademais, a contra-expectativa não é um valor muito característico das **CFFs**, como mostra a Tabela 5. Veja que os resultados para **ire pegars** são estatisticamente irrelevantes. Já aqueles para **chegar** são um pouco mais significativos:

Tabela 5 - Contrajunção nas CFFs

V1	Ir		Chegar		Pegar	
	N	%	N	%	N	%
<i>Contrajunção</i>	5/227	2	12/82	25	1/85	2

Vale ressaltar que o valor de contrajunção nas **CFFs** com **chegar** está mais vinculado a contextos de argumentação e descrição e não de narração, como parece ser o caso das construções em Inglês.

Em relação a (20), acredito que a noção de contrajunção também já está disponível, de certa forma, no enunciado. Observe que não é o V1 o responsável por nenhuma alteração semântica dos enunciados. Compare (20) com (21) e veja que a noção de contrajunção permanece disponível em (21) mesmo sem o V1:

20) F- Ah, eu acho que deveria ter mais ajuda, não É? [mais]- mais empregos, não É? porque, poxa! [a gente]- a gente anda atrás de emprego, não consegue, sabe? tem muito desemprego. Eu acho que essas pessoas que tinham vontade de subir, não É? eu acho que deveria ter mais emprego, [mais]- mais oportunidade, sabe? geralmente, muitas pessoas têm aquela vontade de trabalhar, [vai]- vai no emprego, faz seleção, (entrevistador tossindo) aqueles que não precisam, sabe? passam, conseguem emprego, os que precisam, poxa! não consegue, poxa! eu acho que, sabe? deveria ter, sabe? [um]- um- sei lá, um melhor apoio de alguém, o governo. Sei lá, assim, sabe? para ter mais emprego. É duro (inint) a gente sair sabe? estudar, trabalhar, assim, para conseguir uma coisa, poxa! **chega lá e não consegue**. Um montão de exigência, sabe? tem gente, poxa, que não tem condições de estudar, tem gente que, não É? É aquilozinho só e tudo bem. Então vai quem, poxa, quem tem um nível de escolaridade tudo bem. quem não tem, poxa! vai trabalhar em casa de família. ("p"!) Aí não dá acho que deveria ter oportunidade para essas pessoas assim, sabe?

21) É duro a gente sair, estudar, trabalhar para conseguir uma coisa e não conseguir.

Um outro valor atribuído às construções do tipo **go-and-verb** é o de tomada de decisão, defendido principalmente por Stefanowitsch, para enunciados como (22):

22) We asked him not to call the police, but **he went (ahead) and did it anyway**.
(Nós pedimos pra ele não chamar a polícia, mas *ele (foi (em frente) e) fez isso de qualquer maneira.*)

Verifiquei que, de fato, alguns casos de **CFFs** são responsáveis pela sinalização de uma tomada de decisão. A Tabela 6 mostra que esse valor é mais recorrente, contudo, nas **CFFs** com **pegar**.

Tabela 6 - Tomada de decisão nas CFFs

V1 Tomada de decisão	Ir		Chegar		Pegar	
	N	%	N	%	N	%
<i>Sim</i>	4	2	2	3	20	24
<i>Não</i>	223	98	80	97	65	76
TOTAL	227		82		85	

O enunciado (23) é representativo:

23) E- Jupira, assim, parece um nome [indígena,] não é?
F- [Indígena.] É, isso mesmo. (balbucio) Foi minha vó, uma mulher a mulher que eu nasci na rua eu nasci no meio da rua, não é? Nasci na Chácara do Céu, mas nasci na rua. Aí, essa

dona (balbucio) me pegou para casa dela. Aí, pegou, ela (“me”) botou roupa, lá. Ela disse que quando eu acabei de nascer, ela viu uma cabocla no portão, e essa cabocla era cabocla Jupira. Ela pediu, insistiu para o meu pai botar esse maldito desse nome, que eu tenho um ódio. (balbucio) **Aí, meu pai pegou botou esse nome em mim: Jupira, Jupira!** Isso (“até”) me cansa. Jupira. Nome feio para [caramba.] (ri) (rindo) Eu não gosto, não! (f) Tenho pavor desse nome. Não sei para quê meu pai foi botar esse nome em mim! Foi por causa dela. Ela disse que quando eu acabei de nascer ela viu uma cabocla. E essa cabocla era cabocla Jupira. Aí, botou esse nome em mim: Jupira! Cabocla Jupira. Não tenho nada de cabocla, aqui. (riso e)

Note, entretanto, que o uso de **pegar** não é o único responsável pela sinalização da tomada de decisão em (23), uma vez que a sua retirada não comprometeria o entendimento desses enunciados. Ou seja, a noção de tomada de decisão já está implícita no texto, sendo acessível sem o uso específico das **CFFs**.

Goldberg (1995, p. 67), tendo em vista sua proposta de que as construções de uma língua mantêm relações entre si, reinterpreta, com base nos trabalhos de Givón (1985), Kirsner (1985), Langacker (1985), Clark (1987) e Wierzbicka (1988), a hipótese do isomorfismo a partir de quatro princípios.⁷ O segundo deles, que é o que nos interessa aqui, é o chamado de “Princípio da Não-sinonímia” e prevê que “se duas construções são sintaticamente distintas, então devem ser semântica ou pragmaticamente distintas”. Goldberg (1995) entende que os “aspectos pragmáticos das construções” envolvem elementos de sua estrutura informacional, tais como tópico e foco, além de aspectos estilísticos como registro. A autora (1995, p.2-3) remete a autores como Green, Oehrle, Bolinger, Borkin, Wierzbicka, entre outros, cujos trabalhos têm apontado para as sistemáticas diferenças de significados entre construções similares.

Wierzbicka (1988, *apud* GOLDBERG, 1995), por exemplo, contrasta as sentenças (24) e (25), afirmando que, somente na primeira, o falante presumidamente tem a intenção de atravessar a estrada:

24) I am afraid **to cross** the road.
(Estou com medo de atravessar a estrada.)

25) I am afraid **of crossing** the road.

O Princípio da Não-Sinonímia desdobra-se em dois corolários. O corolário A prevê que “se duas construções são sintaticamente distintas e semanticamente sinônimas, logo não devem ser pragmaticamente sinônimas” (GOLDBERG, 1995, p.67). Já o corolário B pressupõe que “se duas construções são sintaticamente

⁷ A hipótese do isomorfismo postula que “a condição natural da língua é preservar uma forma para cada significado e um significado para cada forma” (BOLINGER, 1977, *apud* HAIMAN, 1985, p.21).

distintas e pragmaticamente sinônimas, logo não devem ser semanticamente sinônimas” (GOLDBERG, 1995, p.67).

Argumentei acima, em relação às ocorrências (14), (16), (19), (20) e (23), que, de uma perspectiva semântica estritamente referencial, as **CFFs** parecem não ser responsáveis por nenhum valor específico. A retirada de V1 não acarreta mudança semântica, mas sim pragmática. Considere também as ocorrências abaixo, em que a presença do V1 **foi** em (26) em oposição a (27), em que o V1 foi removido, parece não alterar a interpretação dos eventos narrados:

26) F: [Você] Quase que eu fui atropelado um dia.

E: Como é que foi isso?

F: Eu sai da Escola, fui atravessar a rua, só que numa tava- num tava olhando direito. Tava mais preocupado com o ônibus, né? Que eu ía perdê o ônibus. Se eu perdesse o ônibus naquela hora eu ía ficar mofando lá... no ponto. Aí eu ia atravessar, o carro foi parou encostou em mim.

E: E aí?

F: [Aí-] aí **o cara foi buzinou**, quase morri do coração, aí **eu fui atravessei**. Naquele dia Deus me guardou.

27) **O cara buzinou**, quase morri do coração, **aí eu atravessei**.

Do ponto de vista referencial (26) e (27) são semelhantes e corroboram as asserções de Goldberg em relação ao corolário A do Princípio da Não-Sinonímia, uma vez que “*o cara foi buzinou*” e “*o cara buzinou*”, além de “*eu fui atravessei*” e “*eu atravessei*”, são:

- i. sintaticamente distintas, vide a presença de V1 em (26);
- ii. semanticamente sinônimas, já que não há contraste entre as interpretações semânticas de (26) e (27); e
- iii. pragmaticamente diferentes, uma vez que (26) ganha ênfase ou dramaticidade pelo acréscimo do V1.

Podemos considerar “*o cara foi buzinou*” em relação a “*o cara buzinou*”, e “*eu fui atravessei*” em relação a “*eu atravessei*” como formas variantes, tendo em vista que as formas variantes *stricto sensu* são aquelas que mantêm o mesmo significado e podem ocorrer num mesmo contexto (LABOV, 1978, *apud* GORSKI *et al.* 2003, p.109). Nos seus primórdios, a lingüística variacionista, pressupostamente, considerava a existência de variantes apenas no nível morfossintático e fonológico. Gorski *et al.* (2003), compreendendo como *mesmo significado* não apenas o mesmo valor de verdade ou mesmo significado referencial, mas também como mesmo significado/função, defendem que “é possível tratar fenômenos discursivos como variáveis, utilizando-se do aparato

metodológico da teoria variacionista, especialmente no que diz respeito à definição do envelope de variação, i.e., a identificação da variável, das formas variantes e dos fatores condicionantes.” Além do mais, a ocorrência de formas variantes em níveis sintático e discursivo, em que não existe sinonímia denotativa plena, pode ser controlada, segundo Naro e Braga (2000), por meio da postulação de fatores independentes apropriados.

Tendo em vista as discussões acima, resta definir qual é, de fato, a função das **CFFs**.

Embora não haja uma homogeneidade no que diz respeito a algumas especificidades semânticas e ao ambiente em que as **CFFs** podem ocorrer, acredito que há uma função única que subjaz a todos os casos de **CFFs**. Sustento que as **CFFs** têm uma função discursivo-pragmática de dramatizar ou enfatizar os eventos codificados em V2. Considero que esse efeito de dramatização ou ênfase se dá pelo acréscimo de mais material linguístico,⁸ ou seja, o V1.

A função de dramatização e ênfase diz respeito às questões relacionadas ao relevo discursivo. Dentre as funções do relevo positivo,⁹ destacadas por Travaglia (1999, p.78), “a mais básica é exatamente dar destaque/proeminência, que pode ter funções derivadas, tais como: a) enfatizar; b) intensificar; c) marcar um valor especial, indicando que o elemento em relevo deve ser tomado num sentido diverso do habitual, muitas vezes contrário; d) estabelecer contraste; e) reforçar um argumento; f) marcar importância para a estrutura ideacional/informacional; g) marcar o foco informacional etc.”

Assumir as **CFFs** como instanciadoras de relevo é ratificar sua atuação no plano discursivo-pragmático, uma vez que, segundo Travaglia (1999, p.127), o relevo não é de nível sintático nem semântico, mas sim pragmático, tendo origem e resultado na interação entre os falantes numa dada situação de comunicação.

Proponho, deste modo, que, além do contraste entre imperfectivo/perfectivo, por exemplo, também as **CFFs** devem ser inseridas entre os diferentes recursos marcadores de relevo do Português.

⁸ Embora não desenvolva a questão, Hopper (2002) cogita a possibilidade de o uso de **hendiadys** estar associado, entre outras coisas, à intenção do falante de compensar, através do aumento do “volume” de itens linguísticos, os enunciados pequenos, mas importantes.

⁹ Travaglia (1999, p.77) distingue relevo positivo e relevo negativo: sendo que o primeiro visa a enfatizar determinados elementos dentro do texto, enquanto o segundo tem como objetivo rebaixar ou ocultar determinados elementos em relação a outros no texto.

Conclusão

Tendo em vista a abrangência dos questionamentos inspirados pelas **CFFs**, fica evidente apenas que muito ainda se pode inquirir a respeito dessas construções. Atentei para a existência dessas construções e espero com isso instigar novas análises, principalmente para as **CFFs** formadas a partir de verbos como **virar**, **vir** e **catar**, por exemplo, diferentes daqueles focados neste trabalho. Certamente não foi possível escopar neste artigo todos os aspectos relacionados às **CFFs**, muito menos todas as questões teóricas que sua análise suscita. *Eu fui e fiz este trabalho*: mais um passo está dado!

Agradecimentos

Agradeço:

- aos pesquisadores da UFRJ, pela concessão dos materiais para a realização da tese que originou este artigo;
- à professora e orientadora Dra. Maria Luiza Braga (UFRJ) e ao professor Dr. Andrew Pawley (Australian National University), pela motivação, pela orientação atenciosa e pela amizade;
- ao CNPq pela concessão da bolsa de doutorado no Brasil, bem como pela bolsa de doutorado *sandwich* na Austrália.

RODRIGUES, A. T. C. FFCs: The *foi fez* constructions in Brazilian Portuguese. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.1, p.39-58, 2006.

- **ABSTRACT:** *In this paper, I investigate the “foi fez constructions” (Lit. “Went Did constructions”) (FFCs), in spoken Brazilian Portuguese, taking into account the results of my PhD research. My analysis shows, among other things, that FFCs consist minimally of a sequence of V1 and V2, where V1 is one of the verbs **ir** (to go), **chegar** (to arrive), and **pegar** (to take) and V2 is relatively open. The FFCs occur in two different types. In Type 1, V1 and V2 are connected by e (and), in Type 2, V1 and V2 are contiguous. Moreover V1 and V2 share inflections for verb tense and subject. In regard to function, FFCs act in a discourse-pragmatic level, considering that V1 dramatizes or emphasizes the events codified by V2.*
- **KEYWORDS:** *Constructions; verbs; grounding.*

Referências bibliográficas

ARNAIZ, A.; CAMACHO, J. A Topic auxiliary in Spanish. In: GUTIÉRREZ-REXACH,

J.; MARTÍNEZ-GIL, F. (Ed.) *Advances in Hispanic Linguistics*. Boston: Cascadilla Press, 1999. p. 317-331.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BOLINGER, D. *Meaning and form*. London: Longman, 1977.

BRAGA, M. L. E aí se passaram 19 anos. In: PAIVA, M.; DUARTE, M. E. L. (Org.) *Mudança lingüística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003. p.159-174.

CARVALHO, C. S. *Cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos: uma análise funcionalista*. 2004. 251f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

CASSEB-GALVÃO, V. C. *O achar no português do Brasil: um caso de gramaticalização*. 1999. 167f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

CASTILHO, A. T. Aspecto verbal no português falado. In: ABAURRE, M. B. M.; RODRIGUES, A. C. S. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. v.8, p.83-121.

CLARK, E. V. The principle of contrast: a constraint on language acquisition. In: MACWHINNEY, B. (Ed.) *Mechanisms of language acquisition*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1987. p.1-33.

CROFT, W. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. New York: Oxford University Press, 2001.

DIAS, N. B. *As cláusulas de finalidade*. 2001. 175f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

FILLMORE, C. J. Syntactic intrusions and the notion of grammatical Construction. In: ANNUAL MEETING OF BERKELY LINGUISTIC SOCIETY, 11., 1985, Berkeley. *Proceedings of the Eleventh*. Berkeley: Berkeley Linguistic Society, 1985. p.73-86.

GIVÓN, T. Function, structure and language acquisition. In: SLOBIN, D. I. (Ed.) *The crosslinguistic study of language acquisition*. Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates, 1985. v.2, p.1005-1028.

GOLDBERG, A. E. *Constructions: a constructional grammar approach to argument structure*. London: The University of Chicago Press, 1995.

GONÇALVES, S. C. L. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*. 2003. 250f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

GORSKI, E. et al. Fenômenos discursivos: resultados de análises variacionistas como indícios de gramaticalização. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.)

Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p.106-122.

HOPPER, P. J.; THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. In: *Language*, v.56, n.2., p.251-299, 1980.

_____. Hendiadys and auxiliation in English. In: BYBEE, J.; NOOMAN, M. (Ed.) *Complex sentences in grammar and discourse: essays in honor of Sandra A. Thompson.* Philadelphia: John Benjamins, 2002. p.145-173.

KAY, P.; FILLMORE, C. J. Grammatical constructions and linguistics generalizations: the what's X doing Y? construction. In: *Language*, v.75, n.1, p.1-33, 1999.

KIRSNER, R. S. Iconicity and grammatical meaning. In: HAIMAN, J. (Ed.) *Iconicity in syntax.* Amsterdam: John Benjamins, 1985. p.249-270.

LABOV, W. *Language in the inner city: studies in the BLACK English vernacular.* Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1978.

LANGACKER, R. W. Observations and speculations on subjectivity. In: HAIMAN, J. (Ed.) *Iconicity in syntax.* Amsterdam: John Benjamins, 1985. p.109-105.

NARO, A. J.; BRAGA, M. L. A interface sociolingüística/gramaticalização. *Gragoatá*, n. 9, p.125-135, 2000.

PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. A mudança lingüística em curso. In: PAIVA, M. C. & DUARTE, M. E. L. *Mudança lingüística em tempo real.* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003. p.13-29.

PULLUM, G. K. Constraints on intransitive quasi-serial verb constructions in modern colloquial English. In: OHIO STATE MINI-CONFERENCE ON SERIAL VERBS, 1990. JOSEPH, B. D.; ZWICKY, A. M. (Ed.) *When verbs collide: papers.* Columbus: The Ohio State University. Department of Linguistics, 1990. p.218-239.

RODRIGUES, A. T. C. *As orações de tempo e condição na fala da criança: uma perspectiva sócio-funcionalista.* 2001. 187f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

RODRIGUES, A. T. C. Eu peguei e saí: uma construção nos limites da coordenação. In: *Veredas.* Revista de Estudos Lingüísticos, Juiz de Fora, n. 1/2, p. 29-40, 2005.

RODRIGUES, A. T. C. *Eu fui e fiz esta tese: As construções do tipo foi fez no português do Brasil.* 2006. 211f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

STEFANOWITSCH, A. The go-and-verb construction in a cross-linguistic perspective: image-schema blending and the construal of events. In: ANNUAL HIGH DESERT LINGUISTICS SOCIETY CONFERENCE, 2., 1999. *Proceedings...* Albuquerque: High Desert Linguistics Society, 1999. p.1-12.

STEFANOWITSCH, A. The English go-(PRT)-and-VERB construction. In: ANNUAL MEETING OF THE BERKELEY LINGUISTIC SOCIETY, 26., 2000. *Proceedings...*

Berkeley: Berkeley Linguistic Society, 2000. p.259-270.

TAVARES, M. A. Transitividade em construções com o verbo pegar. In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 4, 2005. *Atas...* Brasília, 2005.

TRAVAGLIA, L. C. O relevo no português falado: tipos e estratégias, processos e recursos. In: NEVES, M. H. M. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. v.7, p.77-130.

VILELA, M.; KOCH, I. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 2001.

WIERZBICKA, A. *The semantics of grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1988.

POR UMA VISÃO DISCURSIVA DO FENÔMENO DA HESITAÇÃO

Julyana Chaves NASCIMENTO¹

Lourenço CHACON²

- RESUMO: Partindo de questionamentos ao modo como a literatura trata o fenômeno hesitativo, defendemos, neste trabalho, a hipótese de que as hesitações funcionariam como marcas de momentos de tensão entre elementos lingüístico-discursivos. Buscando confirmá-la, analisamos material extraído de sessões de conversação de um sujeito com doença de Parkinson e de um sujeito sem patologia neurológica. Verificamos, nos vínculos entre as marcas de hesitação e os trechos de fala que a elas se relacionavam: (a) se ocorria contenção da ou abertura para a deriva; (b) se as ações sujeito-língua ocorriam antecipadamente ou reparando a deriva; e (c) se as tensões predominavam no eixo sintagmático e/ou paradigmático da linguagem. Essa observação permitiu-nos conjecturar: (I) que, no processo hesitativo, podem figurar uma contenção da deriva e/ou uma abertura para a deriva; (II) que as hesitações se constituem em pontos de deriva/ancoragem de ações sujeito-linguagem de reparação e/ou antecipatórias; (III) que subsistemas lingüístico-discursivos funcionam sob diferentes relações de predominância no acontecimento do fenômeno hesitativo.
- PALAVRAS-CHAVE: Hesitações; discurso; doença de Parkinson.

Apresentação

Em revisão sobre pesquisas que se ocupam do fenômeno hesitação (NASCIMENTO, 2005), observamos que grande parte dos autores aponta para uma distribuição não aleatória do fenômeno hesitativo e destaca sua determinação multifatorial. Sobre esse segundo aspecto, dentre os fatores que determinariam o aparecimento de hesitações, encontramos menções: a questões emocionais e à atividade reflexiva (memória) e articulatória em Goldman-Eisler (1956); a

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos – UNESP – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP – Brasil. Endereço eletrônico: jchavesn@yahoo.com.br

² UNESP – Faculdade de Filosofia e Ciências – Departamento de Fonoaudiologia – 17525-900. Bolsista CNPq – Processo 350328/2004-8. Apoio CNPq – Processo 401675/2004-1. Endereço eletrônico: chacon@marilia.unesp.br

questões cognitivas, formais e interacionais em Marcuschi (1999a e b); a questões interacionais, emocionais (*stress*) e de planejamento em Levin e Silverman (1965); a questões de planejamento e desempenho linguístico em Scliar-Cabral et al (1994); e a questões como a própria realização motora da fala (*slips of tongue*) em Ragsdale e Sisterhen (1984).

Destacamos, ainda, algumas outras contribuições da literatura para o estudo das hesitações. Uma delas se refere à relação estabelecida – especialmente por Tannenbaum, Williams e Wood (1967) – entre a maior ocorrência de hesitações e o que esses autores interpretam como *aumento da demanda cognitiva*. Além dessa relação com aspectos mentais, as hesitações, enquanto lapsos da mente, segundo Nooteboom (1980), denunciariam aspectos do controle mental da fala e não teriam um funcionamento somente segmental. Ou seja, elas estariam relacionadas a outros fatores linguísticos, não exclusivamente ao segmental, como destacou Taylor (1969) sobre a influência da determinação tópica sobre a ocorrência das hesitações. Ainda quanto às contribuições da literatura sobre o fenômeno hesitativo, para Voss (1979), o processo de decodificação (e talvez o de codificação), não sendo linear, seria similar a um processo de escolhas entre a projeção do ouvinte e a informação acústica do dado. No que se refere às hesitações agora como marcas das escolhas dos falantes, Jernudd e Thuan (1983) relacionam esse fenômeno à solução/resolução da negociação de normas específicas, culturalmente definidas e mais ou menos permanentes, normas essas que implicariam a negociação do significado, questão que se aproxima à proposta dos autores brasileiros, especialmente os de orientação textual-interativa, no estudo das hesitações.

Mas, para além dessas considerações, que – certamente – contribuíram para mobilizar nossa reflexão, e a despeito da fundamental diferença de orientação entre as formas de abordagem das hesitações (algumas delas destacadas acima), apontaremos, a seguir, alguns fatores que, a nosso ver, aproximam esses estudos, mais tradicionais, sobre hesitação. Com efeito, eles podem ser aproximados na medida em que neles:

- (1) as hesitações são vistas como descontinuidades linguísticas, analisadas prioritariamente em relação a aspectos formais e/ou funcionais da linguagem;
- (2) é estabelecida uma relação muito próxima entre o que seria um planejamento cognitivo da linguagem, enquanto estrutura, e as hesitações;
- (3) não são problematizadas as relações entre (diferentes) funções e (diferentes) marcas de hesitação, uma vez que não se explicitam as (diferentes e complexas) formas de conexão entre funções e marcas.

Além dessas semelhanças, os enfoques sobre o fenômeno hesitativo tendem, ainda,

a se aproximar por se centrarem na materialidade da linguagem, o que lhes permite concebê-lo como um produto dos esforços cognitivos de um sujeito pragmático.

No entanto, alguns estudiosos vêm propondo uma outra forma de abordagem para o fenômeno hesitativo,³ na medida em que buscam observá-lo de uma perspectiva enunciativo-discursiva.⁴ E é justamente nessa perspectiva que o presente estudo pode ser enquadrado. Assim, com base em subsídios teóricos da Análise do Discurso de linha francesa – doravante AD –, nosso estudo tem como proposta levantar mais argumentos a favor da hipótese de que as hesitações não se reduziriam a marcas linguísticas, mas, antes, se caracterizariam como um processo (marcado linguisticamente) de natureza enunciativo-discursiva.

Para tanto, no item **Hesitações como ponto de deriva/ancoragem do dizer** apresentaremos alguns conceitos da AD que nos fornecerão suporte para nossa compreensão do fenômeno hesitativo. Em seguida, em **Sobre os dados**, descreveremos o *corpus*, os dados e a forma de análise proposta para esses últimos. Por fim, na sessão **As relações A-H-B e as tensões da língua marcadas na materialidade do discurso**, com base na análise de alguns dados, buscaremos confirmação empírica para nossas hipóteses sobre o funcionamento discursivo das hesitações.

Hesitações como ponto de deriva/ancoragem do dizer

Em trabalho publicado no Brasil em 1990, Authier-Revuz trata de aspectos do enunciado, considerado não do ponto de vista de sua materialidade, mas do ponto de vista de sua constituição dialógica, tal como o concebe Bakhtin (2000). Como se sabe, para Bakhtin, no curso da atividade dialógica, um locutor termina seu enunciado para dar a palavra ao outro, para dar lugar à compreensão responsiva ativa do outro. Desse modo, como atitude responsiva, o enunciado deve ser considerado como uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera da comunicação humana (ou, como preferimos, no interior de um “campo discursivo”). Assim, “cada enunciado é um elo na cadeia muito complexa de outros enunciados” (BAKHTIN, 2000, p.291), ou, em outros termos, cada enunciado, já em si mesmo, é repleto de reações-resposta a outros enunciados. Conseqüentemente, para esse autor, os enunciados são marcados pela ressonância longínqua da alternância dos sujeitos falantes, pelos matizes dialógicos e pelas fronteiras tênues entre si, permeáveis à expressividade do locutor.

Ressonâncias (mostradas) dessa concepção bakhtiniana de enunciado

³ Por exemplo: Oliveira e Chacon (1999), Chacon e Schulz (2000), Nascimento (2000), Chacon (2002), Zaniboni (2002), Oliveira (2003) e Nascimento (2005).

⁴ Ressalte-se que a abordagem enunciativo-discursiva tem como ponto de partida um questionamento já sugerido pelos estudos textuais-interativos sobre as hesitações: poderiam elas ser compreendidas como um processo?

podem ser encontradas também em Authier-Revuz (2004). Com efeito, para a autora, “nenhuma palavra é neutra, mas, inevitavelmente carregada, ocupada, habitada, atravessada pelos discursos nos quais viveu sua existência socialmente sustentada” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.27) – o que significa, para essa autora, atribuir à linguagem um caráter de heterogeneidade (constitutiva e mostrada).

No que mais de perto diz respeito a nossa discussão sobre o fenômeno da hesitação, vamos destacar o que essa autora define como heterogeneidade mostrada. Esse tipo de heterogeneidade refere-se às formas pelas quais o sujeito inscreve o outro (lingüísticamente) na seqüência do discurso, ou, em outras palavras, refere-se às formas lingüísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com uma heterogeneidade constitutiva – não diretamente apreensível ou identificável – do discurso. Essa inscrição lingüística do outro seria possível pelo fato de que “[...] a estrutura material da língua [...] permite que, na ‘linearidade’ de uma cadeia, se faça escutar a polifonia não intencional de todo discurso através da qual uma análise pode tentar recuperar os indícios da pontuação do inconsciente” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.35).

Tais considerações de Authier-Revuz (1990) fornecem-nos um importante contraponto às abordagens mais tradicionais do fenômeno da hesitação – na medida em que, nesse tipo de abordagem, as hesitações são vistas como marcas de formulação (ou marcas de problemas de formulação) no texto oral, ou seja, são vistas como descontinuidades. Assim, contribuições dessa autora (de modo mais particular) – mas também de Bakhtin (2000) e de Pêcheux (1990, 1997a e b) – permitem-nos conceber o fenômeno hesitativo como um tipo de marca, no fio do discurso, em sua materialização lingüística, da negociação do sujeito da enunciação com os múltiplos outros constitutivos de sua produção discursiva. Dito de outro modo, ao assumirmos essa perspectiva, as hesitações seriam, portanto, (mais) uma forma de heterogeneidade mostrada.

Compreendidas, pois, dessa maneira, as hesitações não se reduziriam a indícios de descontinuidade do fluir temático – como se pode depreender do modo como os estudos mais tradicionais enfocam esse fenômeno. Enfocá-las por esse prisma, a nosso ver, é negligenciar a complexa natureza e constituição do discurso, circunscrevendo-o ao que seria um de seus aspectos, o da superfície lingüística. Assim, na perspectiva que vimos assumindo, tanto os momentos considerados como de fluência quanto aqueles considerados como de disfluência corresponderiam, então, a diferentes modos de negociação do sujeito com os outros que o constituem, em diferentes graus de complexidade.

É com base nessa perspectiva que acreditamos poder repensar os fenômenos hesitativos tão freqüentes na atividade verbal. Passaremos, a seguir, a descrever

as especificidades de nosso *corpus* para, mais diante, podermos efetuar uma análise de hesitações explicitando seu funcionamento discursivo.

Sobre os dados

Os dados que serão usados para o desenvolvimento deste trabalho constituem um recorte dos dados apresentados e analisados em Nascimento (2005). Especificamente, iremos analisar trechos de uma amostra de conversação de um sujeito parkinsoniano (J.) e de uma amostra de um sujeito sem patologia neurológica (V.).⁵ Os sujeitos selecionados foram aproximados por serem do mesmo sexo (masculino), estarem na mesma faixa etária (J. com 76 e V. com 63) e apresentarem um grau aproximado de escolaridade (J. tendo cursado oitava série e V., sexta série).⁶

Note-se que usamos dados de linguagem extraídos de contextos patológico e não patológico. Esses uso se deve à nossa compreensão de que ambos os contextos podem se constituir em lugares interessantes para a observação de fatos de linguagem. Ressaltemos, entretanto, que apenas quando necessário faremos considerações sobre a especificidade do funcionamento das hesitações no parkinsonismo.

Como, para nós, as marcas de hesitação corresponderiam a pontos de negociação dos sujeitos com seus *outros* discursivos, ao delimitarmos os trechos com marcas de hesitação, recortaremos, como dados de análise, não só as marcas hesitativas (**H**) em si mesmas, mas também as porções de conversação que as antecipam (**A**) e que as sucedem (**B**), e que com elas diretamente se relacionam – do mesmo modo como o faz Nascimento (2005).

Aproveitaremos desse estudo de Nascimento também a caracterização que essa autora faz, com base na observação de movimentos de sentido envolvidos no fenômeno hesitativo,⁷ de dois funcionamentos bastante peculiares a

⁵ O parkinsonismo é uma das principais afecções neurológicas presentes em idosos (BARBOSA, 1989). Segundo a literatura especializada, essa afecção decorre de alterações progressivas ao nível do sistema extrapiramidal e núcleos da base (MACHADO, 1993), acometendo principalmente o sistema motor. Grande parte dos autores que tratam do parkinsonismo (BARBOSA, 1989; LIMONGI, 2001; MACHADO, 1993; MONTEIRO, 1997; SILVA, 1984) concorda que os tremores, a acinesia – distúrbio caracterizado por pobreza de movimentos e lentidão na iniciação da execução de atos motores voluntários e automáticos, associada à dificuldade de mudanças de padrões motores – e a rigidez de movimentos compõem o quadro clínico sintomático básico da doença de Parkinson. Essa literatura aponta também para alterações cognitivas e para alterações de linguagem provocadas pelo parkinsonismo.

⁶ As sessões de conversação variaram de trinta a quarenta minutos cada e foram registradas por um gravador SONY, tipo DAT, modelo TCD-D8, acoplado a um microfone SONY, modelo ECM-MS957. Nas gravações, observa-se como fio condutor uma atividade discursiva não-controlada, que buscou deixar os sujeitos em questão o mais próximo possível de situações comuns de conversação.

⁷ Em Nascimento (2005), movimentos de sentido equivalem a diferentes sentidos que estão em jogo e se entrelaçam na produção de um texto conversacional – idéia que assumiremos aqui neste nosso estudo.

esse fenômeno: seu envolvimento em situações enunciativo-discursivas de **especificações** e de **tropeços**. Em comum a ambos os funcionamentos, verificam-se situações que apresentam uma manutenção na orientação semântica do sentido.

Em nossa análise, também de acordo com Nascimento (2005), cada um desses funcionamentos será caracterizado quanto: (a) à efetivação de uma contenção da ou de uma abertura para a deriva; (b) às ações sujeito/língua, antecipadas ou de reparação, em relação à materialização de pontos de deriva; e, (c) à predominância das tensões em relação aos eixos sintagmático e/ou paradigmático da linguagem. A respeito dessas tensões, lembremos que é em virtude da insistência do *outro* como lei nos espaços discursivos que o trabalho de formulação do texto se faz numa dupla tentativa: a de “controlar, através de mecanismos lingüísticos adequados, a dispersão, que ameaça – na enunciação – a unidade [desse] texto; e por outro lado, [a de] procurar mecanismos de ancoragem [...]” (TFOUNI, 2005, p.3).

Assim, observaremos em (a) se as hesitações estão em momentos em que os significados/significantes foram controlados ou se elas estão em momentos em que, apesar dos “esforços” do sujeito,⁸ há um deslizamento dos significados/significantes. Em (b) caracterizaremos as ações sujeito/língua como ações que efetivamente controlam a deriva e ações que “reparam” a direção do dizer uma vez que a deriva tenha se estabelecido. Por fim, para a observação das predominâncias das hesitações em eixos – aspecto (c) –, vamos nos apoiar na sugestão – possível a partir de uma releitura discursiva das idéias de Saussure (1979a e b) e de Jakobson (1975) – de um funcionamento enunciativo-discursivo calcado em um eixo paradigmático (associativo, baseado em similaridades) e em outro sintagmático (seqüencial, baseado na concatenação de elementos lingüísticos).

De acordo com Saussure (1979a e b) e com Jakobson (1975), a produção da fala (para o primeiro) ou da mensagem (para o segundo) supõe uma concorrência e uma concatenação de unidades lingüísticas, ou seja, uma seleção de certas unidades e sua combinação em unidades maiores. Assim, nessa perspectiva, quem usa a linguagem teria em sua memória “uma reserva (na forma de recordações concretas)” de representações pré-fabricadas. E é assim que, por meio de um “sistema latente”, os indivíduos realizariam a operação de “[...] eliminar mentalmente tudo quanto não conduza à diferenciação requerida no ponto requerido [...]” (SAUSSURE, 1979b, p.151) para o estabelecimento da continuidade dos enunciados que produzem. Inspirando-nos (discursivamente) nesse modo

⁸ Note-se que o termo “esforços” não se refere a uma ação consciente do sujeito sobre a língua. Exatamente por isso definimos esse aspecto como “ação sujeito/língua”. Desse modo, pretendemos salvaguardar o ponto de vista em que o sujeito é efeito do discurso e, ao mesmo tempo, provoca, em alguma medida, efeitos no discurso.

de conceber a atividade da linguagem é que propomos observar as hesitações (também) conforme a predominância de seu funcionamento num ou noutro eixo, ou, de modo mais ou menos equilibrado, nos dois eixos – contanto que se ressalte que, para uma releitura discursiva dessas seleções e combinações, elas não seriam completamente livres, ou, em grande medida, escapariam ao controle dos falantes, já que seriam determinadas pela relação que o sujeito estabelece, na produção do discurso, com os *outros* constitutivos dessa produção.

Mas como os *outros* possivelmente detectáveis numa produção discursiva transcenderiam (e em muito!) os propósitos de nossa análise, realizaremos um recorte dos *outros* que poderiam estar em tensão na ocorrência de uma marca hesitativa – mesmo porque seria impossível esgotar os *outros* que atuam numa produção discursiva. Dada essa limitação constitutiva de nosso objeto, selecionaremos como um *outro* prioritário a própria *língua* em seus subsistemas semântico, sintático, morfológico e fonológico.

As relações A-H-B e as tensões da língua marcadas na materialidade do discurso

Entendendo as marcas hesitativas como um lugar em que o sujeito se ancora na tentativa de controlar a deriva em seu dizer – ou, em outras palavras, se ancora na tentativa de conter *outros* não “pretendidos” em seu dizer –, com base em dados nos quais se observa uma manutenção de orientação semântica, buscaremos caracterizar as hesitações conforme esses “*outros-língua*” se deixem entrever ou efetivamente se mostrem na materialidade do discurso, marcando uma atitude do sujeito e marcando-se por uma atitude do sujeito.⁹

Para a caracterização dos quatro primeiros dados abaixo, lançaremos mão da seguinte fórmula interpretativa: **A** corresponde a um trecho do enunciado que antecede a ocorrência de uma marca de hesitação (**H**) e **B** ao trecho que se segue a essa marca, tal que **H** estaria indiciando uma relação significado/significante **A-B**.

Consideremos o trecho de conversação abaixo:¹⁰

⁹ Aqui, tomaremos como dados, conforme havíamos adiantado, somente alguns exemplos de especificações (caracterizadas por uma relação **A-B** tal que o termo **B** complementa o termo **A**) e alguns exemplos de tropeços (caracterizados por uma relação entre os termos **A** e **B** tal que **B** se constitui por segmentos fonológicos, incluindo aí seu componente cognitivo e seu componente motor, que se mostram em tensão em **A**).

¹⁰ **V.** se refere ao sujeito não parkinsoniano e **J.** ao sujeito parkinsoniano. Os números se referem meramente a uma sequência organizacional para a exposição dos trechos apresentados na análise. Os trechos grifados se referem aos dados que serão analisados. Por fim, os elementos em negrito correspondem às marcas de hesitação: “::” representa alongamentos hesitativos, “+” representa pausas hesitativas e “/” representa interrupções.

Trecho V.-1

1 **L.** foi alfaiate também?

2 **V.** fui alfaiate + eu fui alfaiate de:: cinqüenta a sessenta + de sessenta a sessenta e

3 sete + eu fui bancário

4 **L.** verdade o senhor trabalhou no banco + tinha esquecido disso

5 **V.** [trabalhei sete anos num banco + depois:: +

6 desliguei do banco + mon/ comprei um restaurante + tive esse restaurante até setenta

7 ++ e três + sempre tocando pistão + né + paralelo ao trabalho + depois entrei numa

8 empresa de gás + trabalhei alguns anos na empresa de gás também +

Nesse segmento de conversação, os termos da fórmula interpretativa (**A-H-B**) são:

na linha 2:

A = “eu fui alfaiate de”

H = “**de::**” (o alongamento em **de**)

B = “cinqüenta a sessenta +”

e nas linhas 6 e 7:

A = “+ tive um restaurante até sessenta”

H = “++” (pausa que interrompe constituinte sintático)

B = “e três +”

tal que **A** e **B** estão, conforme antecipamos, num mesmo movimento semântico – mantém-se o tema “profissão” em foco. **H**, ponto que deixa entrever a concorrência de elementos lingüísticos (*outros-língua*) num mesmo eixo paradigmático (intervalo de décadas, no primeiro caso; anos, no segundo caso), ao mesmo tempo em que aponta para essa concorrência, antecipa e garante, como lugar de ancoragem na progressão do eixo sintagmático, a seleção de apenas um único elemento desse eixo, **B**.

Há, então, para esses dois exemplos:

- (a) contenção da deriva. Relacionada ao alongamento na linha 2 e à pausa na linha 6, encontramos somente uma possibilidade discursiva materializada, ou seja, quanto às inúmeras possibilidades de definição de temporalidade relacionadas à profissão de **V.** (décadas e anos), uma única escolha se materializa em **B**, a saber, “cinqüenta a sessenta”, no primeiro caso, e “e três”, no segundo;
- (b) ações sujeito/língua antecipatórias. Dado que, como fruto da contenção da deriva, somente um elemento discursivo (referente a um período de tempo,

na linha 2, e a um tempo mais pontual, nas linhas 6 e 7) concretizou-se lingüísticamente, podemos afirmar que, ao mesmo tempo em que a hesitação funcionou, nesse exemplo, como ponto de deriva da língua sobre o sujeito (já que é capturado neste ponto por elementos lingüísticos em concorrência), funcionou também como ponto de ancoragem do sujeito sobre a língua (já que este se antecipa ao deslize do dizer, impedindo-o).

- (c) predominância de funcionamento no eixo paradigmático. Consideramos, para tanto, que os *outros-língua* que, provavelmente, concorrem para ocupar a posição definida como **B**, nos dois casos apresentados, são possibilidades léxico-semânticas de definições temporais. Diríamos que há, no desenrolar do movimento semântico “profissões de **V**.”, eixos que relacionam elementos de (mais de uma forma de) temporalidade. Haveria, portanto, uma série de elementos lingüístico-discursivos passíveis de marcar uma relação entre “profissões de **V**.” e tempo. Lembremos, para continuar essa argumentação, que teorizamos que as hesitações se constituem em lugares de negociação do sujeito com os *outros* do discurso. Assim, nos exemplos, embora não sejam mostrados quais desses elementos relacionados num mesmo eixo paradigmático léxico-semântico estão em concorrência, essa concorrência se deixa entrever de algum modo, já que vem marcada pela ocorrência do alongamento e da pausa.¹¹

Nos trechos **J.-1** e **J.-2**, observaremos uma relação **A-H-B** semelhante à descrita acima:

Trecho J.-1

- 1 L. o senhor nunca fez outro tipo de atividade assim? porque o seo C. disse que fazia::
2 como é que fala? + fazia esporte + nadava + o senhor não fazia nada disso?
3 J. nunca +++
4 L. nunca nunca?
5 J. nunca porque na:: na:: bom na infância + eu morei na:: na lavoura né + até os:: dez
6 anos

Trecho J.-2

- 1 L. a T. é mineira e o senhor?
2 J. sou de Colina
3 L. Colina?
4 J. São Paulo
5 L. fica perto da onde?
6 J. m::ais perto de:: Barretos ++ Bebedouro

¹¹ Outros elementos, de natureza lingüística ou não, poderiam e poderão estar em relação de tensão nas hesitações analisadas. Não apontaremos esses “outros” por dois motivos: (1) nosso recorte se foca nos *outros-língua*; e (2) não detectamos indícios, na materialidade discursiva, de quais seriam esses possíveis *outros*.

nas linhas 5 e 6 do trecho **J.-1**, temos

A = “eu morei na:: lavoura + até os”

H = “**os::**” (o alongamento em **os**)

B = “dez anos”

já na linha 6 do trecho **J.-2**, os termos são

A = “m::ais perto **de**”

H = **de::** (o alongamento em **de**)

B = “Barretos”

No exemplo retirado de **J.-1**, também se mantém a direção do dizer, ou seja, mantém-se o movimento de sentido “atividades rotineiras”. Há, portanto, contenção da deriva coadunando com ações sujeito/língua antecipatórias. Entre os elementos que poderiam ocupar a posição **B**, que remete à idade até a qual **J.** trabalhou na lavoura, somente “dez anos” se materializa. Outras formas concorrentes nessa posição **B** (nove anos? oito anos? dez anos?...) estariam em tensão, marcada pelo alongamento, que funciona como lugar de ancoragem e, portanto, de contenção da deriva.

A explicação para o dado do trecho **J.-2**, embora possa se assemelhar à explicação fornecida para os exemplos anteriores, merece atenção particular. Consideremos que “Barretos” e “Bebedouro” sejam duas das possibilidades mnemônicas relacionadas paradigmaticamente no eixo das cidades próximas a Colina. Observemos, no segmento sublinhado, o alongamento em **de (::)** e a pausa longa (++) . Se considerarmos como dado apenas “m::ais perto **de::** Barretos”, veremos, no alongamento em negrito, um momento em que as ações sujeito/língua efetivamente contêm a deriva, ou seja, momento em que, a despeito da tensão predominantemente paradigmática, os *outros-língua* não se materializam. Mas, se considerarmos toda a estrutura “m::ais perto **de::** Barretos ++ Bebedouro”, outro tipo de interpretação seria possível: o que se materializou em **B** (Barretos) foi justamente a deriva, já que a escolha pretendida era “Bebedouro”. Refuta-se uma escolha – que efetivamente expõe a deriva – por outra. Nesse ponto, escancara-se, pois, uma tensão entre elementos paradigmaticamente relacionados não apenas por proximidade léxico-semântica, mas também por proximidade fonético-fonológica. Com efeito, em termos léxico-semânticos, “Barretos” e “Bebedouro” são, ambos, elementos linguísticos relacionados por se referirem a cidades geograficamente próximas tanto uma da outra quanto próximas a Colina. Mas esses elementos se aproximam também por uma semelhança de segmentos consonantais (/b/, /t/, /d/) e de segmentos vocálicos (/e/, /o/) que os colocariam num mesmo eixo associativo.

Assim, a nosso ver, esse exemplo é particularmente interessante na medida em que

permite detectar, no funcionamento das hesitações como pontos de deriva/ancoragem no eixo paradigmático, não apenas aspectos léxico-semânticos, mas também aspectos fonológicos em jogo (em concorrência) numa mesma ocorrência hesitativa.¹²

Passemos, a seguir, para a consideração de outras possibilidades de interpretação dos mecanismos hesitativos.

Trecho V.-2

- 1 L. o senhor tocava só no carnaval?
2 V. não já toquei em orquestra + tive conjunto um bom tempo
3 L. o senhor chegou tocar na orquestra daqui da prefeitura?
4 V. [CHEGUEI + não na sinfônica não + eu toquei na
5 orquestra aqui Orquestra Para Todos + era do meu amigo Reinaldo hoje já falecido +
6 então mas uma orquestra completa com quatro saxs três trombones três pistões +
7 cantor + ritmo + violão na época né + contrabaixo + antes + de ter o
8 L. [ãh]
9 denorex + o teclado que parece que é mas não é + né + então sempre na música +
10 agora + eu f/ tive que fazer uma pequena cirurgia né + quatro safena + e uma
11 L. [nossa]
12 mamária + e estou tirando umas férias da música (...)
13 L. [mas já faz três anos que o senhor fez a cirurgia
14 não faz? (...)
15 V. [três anos que eu fiz a safena +
16 mas eu tive dois infartos nesse tempo né

Para o preenchimento da fórmula **A-H-B**, tomaremos, a partir desse ponto, **A** como um elemento fonético-fonológico não necessariamente materializado imediatamente antes de **H**, mas que, de algum modo, encontra-se presente no trecho selecionado; e **B**, como uma espécie de “alvo” das ações sujeito-linguagem, cuja concatenação envolve o(s) elemento(s) fonético-fonológico(s) em causa em **A**. Assim, em **V.-2** acima, temos:

- A** = fricativas (em “falecido”, “safena”, “férias”, “faz”, “infarto”)
H = “f/”
B = “tive que fazer uma pequena cirurgia né +”

em que **H** se configuraria como marca de um deslize, já que ocorre num lugar

¹² Esses dados nos alertaram para uma possibilidade à qual a literatura linguística que trata do estudo das hesitações não tem atentado (ou dado destaque): hesitações relacionadas a elementos fonético-fonológicos. Essa literatura se centra na observação de uma relação do fenômeno hesitativo principalmente com aspectos lexicais e sintáticos.

anterior à seqüência pretendida (**B** = “tive que fazer...”). Há, desse modo, em **H**, a materialização de um “*outro-língua*” possível (“**f/**”) e já antecipado em **A**; portanto, a atitude sujeito/língua mostra-se por contornar/reparar (em **B**) o que seria uma seleção fonético-fonológica não pretendida. Nesse caso, entendemos o fonema /f/ como uma das possibilidades paradigmáticas (**A**) que, selecionada, é substituída também (ou principalmente) por afetar a concatenação sintagmática pretendida em **B**. Vemos, pois, que esse tipo de dado não caracteriza um funcionamento predominantemente paradigmático (como nos exemplos anteriores), mas sim um funcionamento que aponta tanto para seleções quanto para concatenações não pretendidas.

Situação semelhante pode ser vista a seguir:

Trecho V.-3

- 1 **L.** no caso o pai a mãe do senhor deixava:: (...)
- 2 **V.** deixava com autorização de pai e mãe com o:: autorização judicial +
- 3 que quatorze anos não podia e não ficava + na noite né +
- 4 então catou o mesmo juiz de direito + **q/ t/ quatorze anos +** quinze anos eu trabalhei
- 5 com + com:: autorização do juiz de direito +
- 6 agora depois:: já era outro juiz aí não precisou mais
- 7 **L.** aí o senhor já era amigo dele

No trecho acima, **H** corresponderia ao deslize “**q/ t/**”, na linha 4. Os segmentos fonético-fonológicos em tensão (**A**) seriam oclusivas (posterior e anterior coronal) presentes no trecho em questão, como “quatorze”, “catou”, “direito”, “quinze”, “trabalhou”, dentre outras palavras. O “alvo” (**B**) seria “quatorze”, na linha 4, de cuja concatenação essas oclusivas participam.

A = oclusivas (em “quatorze”, “catou”, “direito”, “quinze”, “trabalhou”)

H = “**q/ t/**”

B = “quatorze”

Desse modo, em **H**, vemos elementos paradigmáticos que devem ser escolhidos e concatenados em **B**, mas cuja concatenação escapa ao controle do sujeito (ou seja, vemos um ponto em que a deriva se escancara e mais de uma possibilidade fonético-fonológica de captura pela língua).

Também podemos observar situação semelhante nos dados do trecho **J.-3** que se segue:

Trecho J.-3

1 + Marília tem s/ quarenta e cinco mil prédios +

2 como é que pode ter:: cem cento e cinqüenta mil veículos? êh ++ mas era era era

3 cho- chocante viu ++ mas eu ch - cheguei lá + hoje eu não tenho (nenhuma vontade

4 de:: vontade de)

na linha 1:

A = /s/

H = “s/”

B = “quarenta e cinco mil prédios”

nas linhas 2 e 3:

A = /j/

H = “era era cho-”

B = “chocante viu +”

e na linha 3:

A = /j/

H = “ch-”

B = “cheguei lá +”

Diferentemente do que vimos ao tratarmos dos dados extraídos dos trechos **V.-1**, **J.-1** e (em parte) **J.-2**, verificamos, nos dados extraídos de **V.-2**, **V.-3** e **J.-3**:

- (d) abertura para a deriva. Os momentos de deslizamentos verificados nesses trechos efetivamente escancararam os elementos fonético-fonológicos em concorrência nos pontos de hesitação;
- (e) ações sujeito/língua reparatórias. Dado que a deriva marcadamente se instalou, mais de uma possibilidade do eixo paradigmático se mostrou no eixo sintagmático. Assim, a hesitação funcionou, nesse exemplo, como ponto de abertura da língua para o sujeito (já que se deixa capturar, nesse ponto, por elementos lingüísticos em concorrência), sem que tenha podido se antecipar ao deslizamento, impedindo-o. Restou-lhe reparar os efeitos dessa abertura da língua na enunciação do elemento **B**;
- (f) predominância de funcionamento no eixo sintagmático. Consideramos, para tanto, que os *outros-língua* mostrados em **H** indiciam uma concatenação problemática para o sujeito na enunciação de **B**.

Em síntese, nesses casos, as hesitações marcam-se como segmentos fonético-fonológicos que, ao deslizarem para a materialidade lingüística,

além de iniciarem uma concatenação problemática, mobilizam uma ação reparadora em **B**. Um fator que interpretamos como peculiar a essas hesitações (talvez por configurarem predominantemente tensões fonético-fonológicas) refere-se a um foco de tensão mais pontual no subsistema fonético-fonológico da língua: aquele de uma possível dificuldade de coordenação dos movimentos envolvidos na fala – especialmente no caso do sujeito **J.** (parkinsoniano). Isso porque, nos casos acima, observamos fenômenos hesitativos em consoantes – fato curioso, já que a literatura destaca a ocorrência desses fenômenos somente em vogais – e deslizes – marca para a qual não encontramos referência na literatura.¹³

Considerações finais

As particularidades de cada um dos modos de funcionamento explorados em nossa análise somente nos interessam aqui na medida em que nos permitem, além de responder afirmativamente à possibilidade de atribuímos às hesitações um funcionamento (também) discursivo, levantar elementos para a construção de um quadro mais geral do funcionamento das hesitações – tarefa, no entanto, fora de nossos propósitos neste estudo.

Foram dois tipos de relações **A-H-B** mais ou menos estáveis que observamos na análise acima. No primeiro grupo, os *outros-língua* em tensão eram predominantemente elementos léxico-semânticos relacionados na memória; no segundo, os *outros-língua* eram, predominantemente, elementos fonético-fonológicos – inclusive sua contraparte motora.¹⁴

Apesar de focalizarmos esses funcionamentos hesitativos apenas em relação aos subsistemas da língua que privilegiamos, não poderíamos excluir a atuação de outros subsistemas lingüísticos na ocorrência das hesitações. Ocorre, entretanto, que nem sempre será possível localizar, na estrutura material da língua, indícios da atuação de todos os elementos lingüísticos.¹⁵ Assim, quando nos referimos a um funcionamento cuja tensão é predominantemente léxico-semântica ou fonético-

¹³ Esse argumento toma-se pertinente uma vez que parte dos dados de análise foram retirados de conversação de sujeito parkinsoniano. No que diz respeito à linguagem, segundo Robbins, Longemann e Kibshner (1986), as alterações de fala estão presentes em mais de 92% dos parkinsonianos. Essas alterações de linguagem, para a literatura biomédica, devem-se prioritariamente a alterações de aspectos motores da fala.

¹⁴ Há provavelmente, para os dois grupos, embora não tenhamos explorado, uma contraparte cognitiva concorrendo para o aparecimento de hesitações. Um dos fatores que nos levam a considerar essa contraparte é o relato de que o parkinsonismo afeta a cognição – em especial a memória (LIMONGI, 2001). Outro fator, constatado por Nascimento (2005), é a ocorrência de um maior número de hesitações numa amostra de conversação de parkinsonianos se comparada com uma amostra de fala de sujeito sem patologia neurológica.

¹⁵ Observe-se, a propósito, que, no dado retirado do Trecho **V.1**, por exemplo, a ocorrência da pausa, além de se vincular ao aspecto semântico, pode ser remetida ao aspecto sintático, já que ocorre numa juntura sintática.

fonológica, não estamos negando a atuação de fatores morfológicos, sintáticos ou prosódicos, por exemplo.

De qualquer modo, acreditamos ter fornecido elementos para se pensar que as hesitações, ao se constituírem num processo discursivo, o da negociação sujeito/língua com os *outros* do discurso, funcionariam, de modo mais geral, como possibilidades de:

- (a) contenção e/ou abertura para a deriva;
- (b) ações sujeito/língua antecipatória ao e/ou reparatória do deslizamento do dizer; e
- (c) mobilização de elementos lingüístico-discursivos no eixo das similaridades e no eixo das contigüidades.

NASCIMENTO, J. C.; CHACON, L. Towards a discursive approach of hesitation phenomenon. *Alfa*, v.50, n. 1, p.59-76, 2006.

- *ABSTRACT: From questions about the way Linguistics literature deals with hesitation phenomena, we hypothesized that hesitations would work as marks of moments of tension among linguistic-discursive elements. On this article, trying to give theoretical and methodological sustentation to this hypothesis, we analyzed data of conversation sessions two subjects: one with Parkinson's disease and other without neurological pathology. The subjects were close in age and had similar school education. Based on the relationship between the hesitation marks and some sections of speech involved with them, we verified: (a) if a 'contention of' or an 'opening for' deviation would happen; (b) if the involved tensions prevailed in the syntagmatic and/or paradigmatic axis of the language; and, (c) if the actions related to subject/language happened in advance or to correct the materialization of deviation. By means of this observation we, then, concluded that: (I) the hesitation process can show points where meaning/form are contained and/or meaning/form get deviation direction; (II) the hesitation constitute a deviation/anchor point of repair and/or anticipatory actions of subject/language; (III) the linguistic-discursive sub-systems work by different relations of predominance in the hesitation process.*
- *KEYWORDS: Hesitation; discourse; Parkinson's Disease.*

Referências bibliográficas

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n.19, p.25-42, 1990.

_____. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: _____. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre:

EDIPUCRS, 2004. p.11-80.

BAKHTIN, M. M.. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p.277-326.

BARBOSA, E. R. Parkinsonismo. *Revista Brasileira de Neurologia*, [São Paulo], v.25, p.27-32, 1989.

CHACON, L. Relação entre aspectos motores e cognitivos nas dificuldades de linguagem de Parkinsonianos. *Veredas*, Juiz de Fora , v.6, p.141-152, 2002.

_____; SCHULZ, G. Duração de pausas em conversas espontâneas de parkinsonianos. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n.39, p.51-71, 2000.

GOLDMAN-EISLER, F. The determinants of the rate of speech output and their mutual relations. *Journal of Psychosomatic Research*, London, v. , p.137-143, 1956.

JAKOBSON, R. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. In: _____. *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1975. p.34-62.

JERNUDD, B. H.; THUAN, E. Control of language though correction in speaking. *International Journal for the Sociology of Language*, v.44, p.71-97, 1983.

LEVIN H.; SILVERMAN, I. Hesitation phenomena in children's speech. *Language and Speech*, [S.l.], v.8, p.67-85, 1965.

LIMONGI, J. C. P. Principais sintomas, causas e formas clínicas. In: _____. (Org.) *Conhecendo melhor a Doença de Parkinson: uma abordagem multidisciplinar com orientações práticas para o dia-a-dia*. São Paulo: Plexus, 2001. p.13-35

MACHADO, A. B. M. *Neuroanatomia funcional*. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 1993.

MARCUSCHI, L. Atividades de compreensão na interação verbal. In: PRETI, D. (Org.). *Estudos de língua falada*. São Paulo: Humanitas, 1999a. p.15-45.

_____. A hesitação. In: NEVES, M. H. M. (Org.). *Gramática do português falado: novos estudos*. Campinas: UNICAMP/FAPESP, 1999b. p.159-194.

MONTEIRO, W. *Doença de Parkinson: manual para parkinsonianos e seus familiares*. 2.ed. Presidente Prudente: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e UNOEST, 1997.

NASCIMENTO, J. C. *Hesitações na atividade verbal de sujeitos parkinsonianos: relatório final de Iniciação Científica*. UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2000 (FAPESP processo 99/12850-0).

_____. *Fenômeno hesitativo na linguagem: um olhar para a doença de Parkinson*. 2005 158f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) -

Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2005.

NOOTEBOOM, S. G. Speaking and unspeaking: detection and correction of phonological and lexical errors in spontaneous speech. In: Fronkin, W. (Ed.) *Errors in linguistic performance: slips of the tongue, ear, pen and hand*. New York: Academic Press, 1980. p.87-95.

OLIVEIRA, E. C.. *Um estudo comparativo do funcionamento das pausas na atividade verbal de sujeitos parkinsonianos*. 2003. 177f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2003.

_____.; CHACON, L. Aspectos prosódicos da fala de sujeitos parkinsonianos. *Alfa*, São Paulo, v.43, p.203-228, 1999.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. São Paulo: Pontes, 1990.

_____. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997a. p.61-161.

_____. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997b. p.163-252.

RAGSDALE, J. D.; SISTERHEN, D. H. Hesitation phenomena in the spontaneous speech of normal and articulatory-defective children. *Language and Speech*, v.27, p.235-44, 1984.

ROBBINS, J. A.; LOGEMANN, J. A., KIRSHNER, H. S. Swallowing and speech production in Parkinson's disease. *Annals of Neurology*, v.19, n.3, p.283-287, 1986.

SAUSSURE, F. de. Relações sintagmáticas e relações associativas. In: _____. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1979a. p.142-147.

_____. Mecanismo da língua. In: _____. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1979b. p.148-155.

SCLIAR-CABRAL, L.; RODRIGUES, B. B. Discrepâncias entre a pontuação e as pausas. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n.26, p.63-77, 1994.

SILVA, A. B. Doença de Parkinson e demência. *Revista Brasileira de Neurologia*, Brasília, v.20, p.95-98, 1984.

TANNENBAUM, P. H.; WILLIAMS, F.; WOOD, B. S. Hesitation phenomena and related encoding characteristics in speech and typewriting. *Language*

and Speech, v.10, p.203-15, 1967.

TAYLOR, I. Content and structure in sentence production. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, v.8, p.170-175, 1969.

TFOUNI, L. V. Letramento e autoria: uma proposta para contornar a questão da dicotomia oral/escrito. *Revista da ANPOLL*, n.18, p.127-141, 2005.

VOSS, B. Hesitation phenomena as sources of perceptual errors for non-native speakers. *Language and Speech*, v.22, p.129- 44, 1979.

ZANIBONI, L. F.. *Função das pausas na atividade discursiva de sujeitos com doença de Parkinson*. 2002. 138f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2002.

A AUTORIA INSTITUCIONAL NOS EDITORIAIS DE JORNAIS

Francisco ALVES FILHO¹

- RESUMO: Este trabalho resulta de uma discussão em torno das relações de implicação e determinação entre as noções de autoria e de gêneros do discurso. A discussão é realizada com base num alargamento da noção de autoria, a qual passa a ser vista como uma categoria constitutiva dos gêneros do discurso como um todo, e não somente daqueles em que o estilo individual é concebido como um empreendimento enunciativo de base – caso dos gêneros literários. A perspectiva principal do estudo considera que há uma relação de mútua determinação entre gênero e autoria de modo que, por um lado, os gêneros já contemplam uma dada concepção de autoria, mas, por outro, é o trabalho da autoria que vai configurando a “relativa estabilidade” formal e funcional dos gêneros. A análise comparada de editoriais de jornal lança luz sobre essa discussão e aponta o fato de que, mesmo em gêneros fortemente institucionais, o estudo da autoria oferece contribuições significativas para o estudo dos gêneros.
- PALAVRAS-CHAVE: Autoria; autoria institucional; gêneros jornalísticos; editorial.

Introdução

O propósito principal deste artigo é discutir a noção de autoria, com atenção especial para a *autoria institucional* – aquela que assume a responsabilidade por textos assinados por empresas e instituições – tomando como dados de análise exemplares de editoriais de jornais brasileiros. A tese de fundo na qual se apóia este estudo é a defesa de que os gêneros de discurso mantêm, exibem e semiotizam uma dada configuração de autoria, a qual tanto é variável em função dos próprios gêneros como contribui para a dinamicidade e a plasticidade dos gêneros. Com isso, estamos defendendo que a autoria tem uma função enunciativa essencial para o funcionamento e circulação dos gêneros e deveria ser contemplada quando da teorização acerca desse funcionamento e circulação.

¹ UFPI – Centro de Ciências Humanas e Letras – Departamento de Letras – 64049-550 – Teresina – PI – Brasil.
Endereço eletrônico: chicofilho@uol.com.br

Embora tenha recebido pouca atenção nos estudos acerca dos gêneros de discurso,² a noção de autoria parece-nos fundamental para a compreensão destes últimos uma vez que o *acabamento*, o *estilo* e mesmo a *estrutura composicional* dos textos é, em grande parte, decorrente do trabalho de autoria: no fim das contas, quem confere um acabamento aos textos e faz as escolhas estilísticas são os autores, embora inseridos sempre em conformações ideológico-discursivas. Mas é claro que a noção de autoria com a qual trabalhamos nem de longe coincide com a concepção tradicional que crê na quase identidade total entre autor e indivíduo, conforme vista pela estilística clássica. Um dos problemas dessa concepção é que ela pressupõe uma soberania do autor diante do estilo, mas, ao nosso ver, o estilo não pode ser visto como uma categoria desvinculada do gênero (ver, a esse respeito, BAKHTIN, 1992b). Como já defendido em trabalho anterior (ALVES FILHO, 2005), estamos admitindo que a autoria é uma categoria sociodiscursiva, que somente pode ser apreendida num estudo que enfoque as relações inextricáveis entre a dimensão verbal e a dimensão social dos textos.

Por outro lado, não comungamos com a tese da morte do autor (defendida por BARTHES, 1984), porque não tratamos do autor aqui como um ser biográfico-histórico e nem como o suposto detentor do sentido dos textos.³ O fato de o autor ter perdido sua aura de soberania perante os leitores e os sentidos, como disse Barthes, não nos impulsiona a inferir desse processo a “morte do autor”. Claro que houve um novo enquadramento cognitivo e semântico-hermenêutico, sobretudo porque o papel do leitor passou a ser reavaliado, porém o autor continua muito vivo porque ele é uma categoria extremamente relevante a guiar os processos de leitura dos textos e discursos.

O que estamos afirmando é que a autoria se situa a um só tempo na imanência dos textos (pois nela deixa vestígios lingüístico-textuais), mas também no mundo sócio-cultural (onde encontramos as instituições e as pessoas que assumem a responsabilidade pelos textos). Sendo um pouco mais direto, diríamos que a autoria se situa num lugar onde a dimensão textual e a dimensão social se encontram e se co-constituem. Por essa razão, afirmamos que a autoria tanto reflete como refrata os indivíduos e as instituições que assumem a responsabilidade enunciativa pelos textos. Esta idéia de autor como aquele que, ao mesmo tempo, *reflete e refrata*, são oriundas de várias

2 Um dos poucos estudos que encontramos mostrando a relação teórica importante entre autoria e gêneros foi a tese de doutorado de Rosângela Hammes Rodrigues, intitulada *A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo*, defendida no LAEL/PUC-SP. Na pesquisa, a autora elucida pontos importantes do papel enunciativo da autoria para a construção do gênero artigo de jornal e para o tipo de interação que se dá entre articulistas e leitores de jornal.

3 Parece-nos que, na visão de Barthes, o autor deixa de estar submetido ao seu “retrato biográfico”, mas passa a se submeter a uma língua, que falará independentemente dele.

passagens de textos diversos de Bakhtin, as quais receberam recentemente uma sistematização elucidativa em texto de Faraco (2005, p.39):

O autor-criador é uma posição axiológica recortada pelo autor-pessoa e, portanto, o autor-criador é uma posição refratada, ou, de forma mais precisa: O autor-criador é uma posição refratada e refratante. Refratada porque se trata de uma posição axiológica conforme recortada pelo viés valorativo do autor-pessoa; e refratante porque é a partir dela que se recorta e se reordena esteticamente os eventos da vida.

Essa formulação é interessante porque aponta para o fato de que a autoria tanto é uma categoria sócio-discursiva relativamente estabilizada – portanto, refratante – como também estará sempre sujeita ao trabalho de cada autor-pessoa – por conseguinte, refratada. No caso dos editoriais de jornal, esse duplo aspecto da autoria é particularmente relevante porque pode ajudar a explicar como o editorialista – autor-pessoa – pode refratar a posição discursiva da empresa jornalista – autor-criador.

As relações entre autoria e gêneros do discurso

A teoria de gêneros que fundamenta este trabalho é de vezo sócio-discursivo, baseada sobretudo em Bakhtin (1997, 1992a, 1992b, 1998 e 199-). Estamos tomando por gêneros do discurso os tipos sócio-históricos de enunciados (e não construtos formal-abstratos) dinâmicos e complexos e que, por essa razão, a um só tempo, tanto possibilitam as práticas de linguagem como delas são em grande parte decorrentes. Por isso, os gêneros não serão aqui tomados como estruturas rígidas e fixas que engessam as práticas discursivas, mas encarados como semi-estruturados e como semi-estruturantes. Assim é que, se, por um lado, os gêneros apresentam-se para os sujeitos de uma dada esfera social como ferramentas semióticas para a consecução de ações de linguagem (SCHNEUWLY et al, 2004), por outro, tais ferramentas são constantemente reformuladas e redimensionadas pelos autores dos textos. Tomemos como exemplo um artigo científico: ele se apresenta para os membros de uma comunidade como uma ferramenta com usos, funções e configurações razoavelmente pré-determinadas, porém, ao mesmo tempo, novos usos, funções e configurações poderão emergir a partir do trabalho individual e concreto dos diversos autores. Isso significa que mudanças sociais e culturais se presentificam e podem ganhar forma no trabalho cotidiano da autoria nos diversos gêneros.

De igual interesse é o fato de que as mudanças pelas quais passam os gêneros são mais freqüentes e notáveis quando se observam perfis opostos de autores:

de um lado, os autores inexperientes e em estágio inicial de aprendizagem de um certo gênero; de outro, os autores expertos e com alto grau de mestria nos gêneros que utilizam freqüentemente. Obviamente que, no caso de autores inexperientes, parte dos usos e funções não previsíveis para os gêneros decorre da própria falta de mestria, de domínio e, às vezes, de conhecimento acerca dos gêneros. Mas isso não pode ser desprezado porque a fase de aprendizagem e apropriação de um gênero pode revelar funções e usos que, embora não estejam consagrados numa dada esfera social de comunicação social, podem, em tese, vir a fazer parte do perfil de tal gênero e respondem por representações que dele formulam os sujeitos. Já no caso de autores expertos, o que temos é que, por manejar com bastante segurança e fluência conjuntos de textos, os autores se permitem redimensionar as funções e estruturas dos gêneros.

Temos encontrado exemplos eloqüentes do último caso nas colunas de opinião assinadas de jornais brasileiros, precisamente nas situações em que os colunistas mobilizam estruturas e estilo de outros gêneros e os superpõem às funções e estilo das colunas de opinião já relativamente estabilizadas na esfera jornalística. Há exemplos de uso da estrutura composicional e do estilo de e-mail, carta, fábula, poesia, receita e tese, casos em que se pode dizer que o trabalho da autoria opera mudanças e provoca um novo enquadramento enunciativo para um texto, e, como conseqüência, contribui com o processo de relativização da estrutura e das funções do gênero ao qual pertence. Temos tomado esses casos como indiciadores da relação de mútua determinação existente entre gênero e autoria, mesmo porque a concepção de autoria de vários gêneros do discurso faculta e possibilita esse tipo de trabalho dos autores.

Entretanto, esse tipo de correlação entre autoria e gênero não pode ser explicada com base no conceito tradicional de autoria que o vincula essencialmente ao autor empírico e biográfico. Conforme já defendido em um outro trabalho, estamos tomando por autoria

a instância humana e/ou institucional, designada comumente por um nome próprio, sócio-histórica e culturalmente pré-construída mas, ao mesmo tempo, parcialmente reconstruída a cada ato interacional de produção de sentidos, presumida nos gêneros do discurso e tomada como macro-responsável pelo acabamento, pelo intuito discursivo e pelo estilo de um produto simbólico. (ALVES FILHO, 2005, p.93)

A extensão conceitual efetuada acima permite dizer que todos os textos, decorrentes ou pertencentes a quaisquer gêneros, possuem ou admitem autoria e que, mesmo que esta não seja semiotizada, poderá ser inferida ou atribuída

pelos interlocutores.⁴ Pode-se tratar de uma autoria de *caráter individual privado*, como certas cartas, crônicas e poemas. Aqui o autor, embora (ou porque) fortemente marcado pelos discursos sociais, fala preponderantemente em seu próprio nome enquanto um indivíduo da vida privada, assumindo em primeira pessoa a responsabilidade pela conclusibilidade e pela valoração axiológica dos enunciados. O autor busca obter o efeito de uma autoria individual, de modo que os interlocutores experimentem a sensação de estar interagindo diretamente com um outro indivíduo. Por todas essas razões, a materialidade verbal tenderá fortemente a conter pronomes de primeira e de segunda pessoa, modalizadores e recursos de adjetivação.

Pode tratar-se ainda de uma *autoria de caráter sócio-profissional*, como certas *cartas-abertas*, *e-mails*, colunas assinadas e artigos de opinião. Nesses casos, há uma superposição entre a posição-indivíduo e a classe sócio-profissional, de modo que as referências à primeira pessoa são também uma referência a toda a classe sócio-profissional ao qual o autor se vincula. Classicamente, nesse uso, o autor fala em nome de sua categoria profissional, como uma espécie de porta-voz, sendo comum, no plano lingüístico, a presença de pronomes de primeira pessoa do plural.

Pode ser o caso também de uma *autoria institucional*, como editoriais, notícias da imprensa, bulas de remédio, editais e certas publicidades, nos quais a voz que fala e assume a conclusibilidade e a posição axiológica é a voz de uma empresa ou entidade, havendo deliberadamente o apagamento a qualquer referência que aponte para o redator individual produtor dos textos. Interessante observar aqui que a autoria institucional, no caso dos editoriais, pode ser enquadrada naquilo que Faraco (2005) denominou como o caráter *refratado* e *refratante* do autor-criador, uma vez que a posição axiológica da empresa jornalística aparece recortada pelo redator dos textos e, ao mesmo tempo, a autoria do editorial promove uma refração da realidade que será recriada pelos enunciados. Do ponto de vista da dimensão verbal, há aqui a tendência a não aparecerem pronomes de primeira pessoa e, por outro lado, há preferência por recursos de impessoalização.

Parece-nos que seria possível apontar também, embora de modo intuitivo, a existência de uma *autoria cultural*, no caso de lendas, provérbios, contos folclóricos e alguns tipos de piadas, pois, em tais casos, temos que a responsabilidade pelo

⁴ A idéia de que todo enunciado possui autor aparece formulada claramente no texto de Bakhtin "O problema do texto em lingüística, filologia e nas ciências humanas: um experimento em análise filosófica" (1992a). Nesse texto, afirma Bakhtin que todo enunciado (texto) tem sempre um autor real ou potencial. Mesmo quando, por exemplo, o estudo lingüístico opta por abstrair a autoria, como nos casos da análise de exemplos inventados, ele ainda considera que nestes casos se tem "tipos particulares de autores – inventores de exemplos, experimentadores com sua responsabilidade específica de autor" (p.330). No limite, tem-se também autores nos enunciados mais padronizados, comuns e banais, embora nestes a imagem do autor não entre diretamente na intenção nem no projeto do próprio locutor, diferentemente da obra de arte, em que o autor é percebido e sentido não como imagem representada mas como "um princípio ativo da representação (sujeito representador)" (p.336).

discurso e pela posição axiológica ultrapassa o indivíduo, as instituições e os agrupamentos classistas e somente pode ser referida a todo um universo cultural bem mais amplo. Por essa razão é comum textos dessa natureza circularem anonimamente, restringindo autorias individuais e institucionais. Nesse caso, trata-se de uma autoria cultural no sentido de que a responsabilidade enunciativa e valorativa reside numa coletividade ampla no tempo e no espaço sócio-histórico.

Como já foi possível perceber, a lógica que preside a tipificação acima é a de que a responsabilidade enunciativo-axiológica dos textos se dá em várias instâncias, indo desde uma responsabilidade centrada num único indivíduo até aquela que se centra numa imensa coletividade social e histórica. Esperamos que tudo isso contribua também para fortalecer a assunção de que a autoria tem um caráter representacional-discursivo e que não corresponde a uma realidade anterior e exterior aos textos. Nas práticas sociais de linguagem, o que se dá mais comumente é que a autoria é parcialmente construída durante o processo de produção de um texto oral ou escrito e reconstruída nos atos de leitura dos interlocutores, como já apontado antes.

A autoria na esfera jornalística

Os jornais diários constituem um excelente material verbal-discursivo para o estudo das correlações entre gênero e autoria, porque eles apresentam um conjunto variado de textos cujo caráter genérico decorre, em grande medida, da configuração e do papel da autoria neles desempenhada, conforme foi sugerida por Melo (1994) e utilizada em Rodrigues (2001) e Alves Filho (2005). Assim é que a explicação para as diferentes funções enunciativas entre os editoriais, artigos de opinião, colunas de opinião assinadas e cartas de leitor (gêneros do agrupamento do argumentar conforme proposta de Schneuwly et al)⁵ decorre muito diretamente das diferenças entre o papel da autoria neles desempenhado, e não exatamente ou unicamente do estilo, dos temas e da estrutura composicional. Tanto assim que o texto de alguns artigos de opinião poderia, omitidas as fontes, ser tomado como uma coluna de opinião ou como um editorial. O quadro abaixo visa mostrar as diferenças e semelhanças entre a autoria nos gêneros citados acima:

⁵ Schneuwly et al (2004) e também Bronckart (1999) propõem que os estudos dos gêneros contemplem também uma organização tipológica dos textos. Tomando por critério as operações psicolinguísticas que presidem a produção de linguagem e os recursos linguístico-discursivos que as materializam, esses autores propõem a existência de cinco agrupamentos tipológicos para os textos: relatar, narrar, argumentar, expor e descrever ações. O agrupamento do argumentar – onde podem ser situados os gêneros opinativos da imprensa – situa-se no domínio social de comunicação que tem por objetivo discutir os problemas sociais controversos, tendo como capacidades de linguagem dominantes a sustentação, refutação e negociação de tomadas de posição.

GÊNEROS JORNALÍSTICOS DO AGRUPAMENTO ARGUMENTAR	TIPO DE AUTORIA	INSTÂNCIA QUE ASSUME A AUTORIA	INSTÂNCIA INTERNA OU EXTERNA AO JORNAL?
EDITORIAL	INSTITUCIONAL	EMPRESA JORNALÍSTICA	INTERNA
COLUNA DE OPINIÃO ASSINADA	SÓCIO-PROFISSIONAL	COLUNISTA (JORNALISTA)	INTERNA
ARTIGO DE OPINIÃO	SÓCIO – PROFISSIONAL	ARTICULISTA (FIGURA DA SOCIEDADE)	EXTERNA
CARTA DE LEITOR	INDIVIDUAL PRIVADA	LEITOR	EXTERNA

Quadro 1 – Tipologia de autoria no agrupamento argumentar da esfera jornalística

Como ilustrado pelo quadro 1, serve para produzir a identidade genérica do editorial o fato de ele possuir uma autoria institucional assumida internamente pela própria empresa e pelo veículo de comunicação onde é publicado. Já a coluna de opinião assinada, embora, tanto quanto o editorial, possua uma autoria interna à empresa jornalística (visto que os colunistas trabalham para esta e são a ela ideologicamente ligados), apresenta uma autoria de tipo sócio-profissional: o colunista fala em primeira pessoa e em seu próprio nome, mas enquanto um jornalista, portanto em nome de sua classe. Por sua vez, os artigos de opinião comungam com as colunas de opinião a autoria individual-profissional, mas destas diferem pelo caráter externo da autoria: articulistas são, em geral, representantes de prestígio social dos diversos segmentos profissionais dos grupos sociais.⁶ E a carta de leitor possibilita a manifestação de uma autoria individual privada, de modo que o leitor fale em seu próprio nome e em defesa de interesses privados, embora também encontremos cartas de leitor de teor sócio-profissional. O que podemos observar, no conjunto acima, é que, ao se comparar o funcionamento da autoria em gêneros pertencentes a um mesmo agrupamento tipológico e a uma

⁶ Para uma visão mais detalhada da autoria nos artigos jornalísticos, ver Rodrigues (2001), cuja tese inclui discussões muito pertinentes acerca da constituição da autoria nesse gênero. Interessa, sobretudo, a caracterização do caráter de prestígio da autoria e de sua interação assimétrica com os leitores.

mesma esfera de comunicação, os gêneros se aproximam em relação a alguns “traços” e se distanciam em relação a outros, sendo mais bem compreendidos se vistos em co-relação uns aos outros.

O gênero de discurso editorial de jornal

Do ponto de vista das teorias de gêneros de vezo bakhtiniano, pode-se assegurar, com muita tranquilidade, que os editoriais constituem um gênero de discurso. Eles possuem relativa estabilidade quanto a estilo, tema e estrutura composicional; emanam de uma esfera social de comunicação e nela se desenvolvem – o jornalismo; promovem a alternância interacional entre sujeitos historicamente situados – a empresa jornalística e o conjunto de leitores; e apresentam determinadas formas típicas de acabamento e de exauribilidade no tratamento do objeto de sentido. Acrescentaríamos também que o seu caráter genérico pode ser apreendido pelo fato de os editoriais possuírem uma autoria pré-configurada sócio-historicamente e materializada textualmente, a qual está sendo aqui denominada de *autoria institucional*.

A autoria institucional do editorial

Embora os editoriais de jornal possuam uma autoria muito bem delimitada e estabilizada no atual momento, ela já passou por mudanças significativas. Indício disso é o que ocorreu no jornalismo opinativo, nos EUA, no século XIX, quando, segundo Beltrão (1980), o editorial era assinado pelo editor do jornal – embora com uso apenas das iniciais do seu nome – e era escrito para expressar a sua opinião pessoal. Somente tempos depois é que o editorial passou a ser usado para expressar uma opinião representada como de caráter institucional. Esse caráter de autoria institucional possui, hoje, em diversas culturas, uma alta estabilidade, embora tenhamos encontrado alguns casos que se afastam da força centrípeta que a regula.⁷

Nossos dados de pesquisa apontam para os seguintes aspectos caracterizadores da autoria institucional nos editoriais de jornais:

Impessoalização – fala-se *não* em primeira pessoa do singular, mas em terceira pessoa, ou seja, busca-se impessoalidade e objetividade na abordagem

⁷ No jornal *Diário do Povo*, editado em Teresina, encontramos, no espaço de duas semanas, no mês de maio de 2006, cinco editoriais apresentando a estrutura composicional, o estilo e a temática típicos do gênero notícia. Esse funcionamento “inesperado” suscita várias indagações: seria uma forma do jornal se eximir de emitir explicitamente uma opinião? Seria uma falta de domínio do gênero da parte do redator que escreveu os textos? Ou seria uma forma de ceder o espaço enunciativo do editorial para outras vozes sociais? Trata-se de um material que, se investigado, pode apontar para explicações interessantes acerca deste jornal e de sua inserção na vida política do lugar social onde se assenta.

da temática e nas estratégias de argumentação. Uma das funções enunciativas dessa escolha estilística é *não* dar a entender a existência de uma subjetividade e de uma parcialidade no tratamento do objeto de sentido, além de também evidenciar a restrição que impede a tematização das experiências pessoais. Há uma posição axiológica avaliando os fatos, mas o efeito pretendido é que essa apreciação valorativa seja tomada como uma decorrência-conseqüência dos próprios fatos e não como um ponto de vista subjetivado.

No trecho abaixo, por exemplo, os verbos no tempo presente e na terceira pessoa do singular e a ausência a qualquer referência à primeira pessoa dão a entender que a posição axiológica em jogo não decorre de um *acho que* ou *penso que*, mas é uma conseqüência direta dos próprios fatos:

- 1) **Toda cidade é** obrigada a fazer alguns sacrifícios em nome do desenvolvimento. Quase sempre **é traumático**, mas vez por outra **é necessário** derrubar uma casa para abrir uma rua, por exemplo, ou mesmo todo o cotidiano de uma rua. **Dá para imaginar** como **estaria São Paulo** hoje se **os moradores tivessem relutado** em não derrubar ou modificar nenhum prédio da década de 20, por exemplo. (*O Dia*, 27 abr. 2006)

Institucionalização – fala-se em nome de uma instituição ou empresa, a qual assume a responsabilidade pelo tratamento do objeto de sentido e pelas posições axiológicas assumidas, eximindo o redator do texto das responsabilidades jurídicas e enunciativas em relação ao conteúdo e posições assumidas em cada texto empírico; ou seja, o autor jurídico é a própria empresa jornalística, e esse funcionamento pode ser visto no uso de verbos de terceira pessoa e na ausência de elementos que refiram à primeira pessoa ou ao redator empírico do texto. Esse funcionamento exemplifica bem a tese de Bakhtin (1992a) de que o *autor-pessoa* (aqui, a pessoa do editor) não corresponde ao *autor-criador* (aqui a posição axiológica assumida pela empresa jornalística), mas, ao mesmo tempo, a reflete e a refrata. Essa função ganha mais proeminência quando o nome da empresa jornalística é explicitamente citado no corpo do texto:

- 2) Os valores apresentados ontem por **este JMN**, que abriu manchete sobre os repasses constitucionais do Governo Federal à Região Integrada da Grande Teresina, geram, a princípio, controvérsias, mas mostram claramente que a não execução do projeto está ligado a questiúnculas de natureza político-partidária. Os 14 municípios que compõem a Região Integrada recebem mais dinheiro do que três das mais importantes capitais do Nordeste - São Luís (MA), Salvador (BA) e Recife (PE). (*Meio Norte*, 26 abr. 2006)

Ausência de assinatura e de elementos biografizantes – os textos não vêm assinados por nenhum autor individual, assim como não possuem pé biográfico.⁸

⁸ Pé biográfico é uma síntese biográfica do autor de um texto e que figura, no geral, logo abaixo do texto. Nos artigos de jornal, o pé biográfico aparece recorrentemente.

No geral, há apenas o rótulo *editorial* acima de cada texto individual, o que basta para indicar tratar-se de um texto cuja responsabilidade discursiva é da própria empresa jornalística. Da perspectiva da leitura, essa ausência serve para instaurar nos leitores uma interação de caráter institucional, ou seja, pode conduzi-lo a avaliar posições axiológicas cuja responsabilidade é institucional e não pessoal.

Uso da variedade padrão de linguagem – há sistematicamente a ausência de “sotaques sintáticos, lexicológicos e fonéticos”, que possam apontar para sujeitos empíricos ou para segmentos socioculturais. Ao contrário, faz-se uso de recursos gramaticais e lexicais provenientes da modalidade padrão da língua, de modo a produzir um efeito de sentido de imparcialidade e de “seriedade” na abordagem da temática. Faz-se uso do prestígio da variedade culta da língua de modo que esse prestígio “contamine” os textos e contribua para dar a entender um *tom de verdade*. Abaixo seguem seis trechos de editoriais de seis jornais brasileiros diferentes produzidos em diferentes cidades (Teresina, São Luis, Brasília, Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro). Parece pouco provável identificar, nas marcas lingüísticas, traços culturais, psicológicos ou sociais que possam remeter para algum traço identitário dos redatores que os produziram ou dos segmentos socioculturais aos quais eles pertencem, embora não seja impossível identificar o estilo dos jornais.

- 3) O Fundo Monetário Internacional (FMI) está preocupado que o Brasil não controle seus gastos em ano eleitoral. A dívida foi colocada ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, anteontem, em Washington. (*O Dia*, 25 abr. 2006)
- 4) No epicentro do caos que tomou conta do Sistema Estadual de Educação, por ser o maior responsável pelo que está acontecendo, o governador José Reinaldo Tavares demitiu o sr. Edson Nascimento do cargo de secretário. (*O Estado do Maranhão*, 28 abr. 2006)
- 5) A cada mudança de governo no Rio Grande, aos cidadãos incumbe assistir a um mesmo e embaraçoso impasse. O que concentra as atenções dos administradores que saem e dos que entram, o que lhes rouba o sono e lhes consome as horas não é o destino a ser dado a grandes empreendimentos estimulados e financiados pelo poder público, ou a forma mais adequada de aplicar recursos excedentes em realizações de interesse coletivo. (*Zero Hora*, 1 dez. 2002)
- 6) O aumento do custo de vida, com alguns índices como IGP-M superando 21% em 12 meses, preocupa os brasileiros após oito anos do Plano Real, que derrubou a inflação. O valor da cesta básica ultrapassou o do salário mínimo e já não se pode dizer que a estabilidade do seu preço é conquista nacional. (*Correio Braziliense*, 1 dez. 2002)
- 7) Governos novos enfrentam problemas novos e antigos. Também ao governo Lula caberá a esfinge da educação — que vai nos devorar se não for decifrada, ou tirada do caminho. O governo que sai tem números positivos a mostrar nesse terreno — sobretudo a quase universalização da educação pública para o ensino fundamental. (*O Globo*, 30 nov. 2002)

- 8) A visita do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva a Buenos Aires está sendo aguardada com grande entusiasmo pelas autoridades argentinas. Amanhã Lula toma o café da manhã com o presidente Eduardo Duhalde e depois tem uma reunião com os ministros da Fazenda e das Relações Exteriores e com os presidentes das Casas legislativas. (*O Estado de São Paulo*, 1 dez. 2002).

Interação entre uma instituição e indivíduos-leitores – via editoriais, tem-se uma instituição (uma empresa jornalística) interagindo com indivíduos constituídos como leitores (também consumidores, pelo fato de comprarem os jornais). Mas não há traços linguístico-textuais que apontem diretamente para a interação com os leitores, ou seja, a figura do leitor não é trazida para a materialidade do texto, sendo apenas presumida (já em colunas e em artigos é comum haver menção direta aos leitores). Ou seja, o leitor se apresenta nos editoriais como uma posição axiológica presumida pelo editorial, mas não como uma instância de diálogo direta. Assim, por não dialogar diretamente com os leitores, os editoriais conferem aos seus próprios temas e posições enunciativas um acentuado tom de verdade. Como a palavra não é passada diretamente ao leitor, o que se busca é que ele aceite a orientação argumentativa apresentada e, conseqüentemente, alinhe-se à posição enunciativa defendida pelo jornal – nesse sentido, a interação é tensa. Em outras palavras, a autoria *no* editorial confere autoridade à empresa jornalística para que ela assuma uma posição e a defenda como uma verdade.

Busca e cobrança por uma coerência enunciativa – as instituições jornalísticas se vêem compelidas a manter coerência em torno de suas posições enunciativas, sendo isso cobrado pelo conjunto dos leitores. Ou seja, do ponto de vista dos leitores, os jornais, por intermédio de seus editoriais (mas também de outros gêneros), passam a ser rotulados como sendo de um certo matiz (político, moral, estético ou partidário). Não é incomum encontrar editoriais publicados em épocas distintas e motivados por acontecimentos diversos, mas que expressam uma mesma posição enunciativa global. Esse funcionamento exemplifica bem a tese de Foucault (1969) de que o autor (aqui diríamos a *autoria*) é vista como um “foco de coerência” que interage dialeticamente com o trabalho de leitura e de crítica dos conjuntos de leitores.

Ineditismo textual – também se pode dizer que a autoria nos editoriais pode ser vista na busca pelo ineditismo do texto do editorial. Vemos que as notícias, muitas vezes, são transcritas e reeditadas de outros jornais e agências de notícias. Também encontramos artigos de opinião sendo publicados ao mesmo tempo em mais de um jornal. Mas isso não tem ocorrido com os editoriais: como tendência geral de funcionamento, dir-se-ia que um exemplar de editorial deve ser publicado uma única vez e em um único jornal. Esse funcionamento decorre

do fato de ser o editorial, de modo deliberado, que responde pela tomada de posição axiológica explícita do jornal: é sobretudo pelo editorial que um jornal pode se diferenciar de outros jornais, embora possa haver uma série de posições parecidas ou idênticas entre jornais diferentes. Ainda que o discurso possa ser o mesmo, a enunciação precisa ser diferente e decorrer de um enunciado inédito.

Considerações finais

Esperamos ter contribuído, com este trabalho, para enfatizar a grande importância do estudo da autoria para as teorias de gênero e para a compreensão dos fenômenos discursivos como um todo. Conforme entendemos, a ampliação e o alargamento do objeto de estudo linguístico – do signo até o discurso, passando pela frase e pelo texto – necessitam de uma correlata ampliação da noção de “falante” a quem se atribui a responsabilidade pelos atos de linguagem. Em outras palavras, se a noção de locutor – genérico, abstrato e idealizado – dá conta do estudo do signo e da frase e se a noção de *enunciador* resolve o estudo da significação pragmática, não se pode dizer que essas duas noções sejam suficientes para a investigação do funcionamento dos textos e dos discursos. De fato, os estudos dos textos pelo viés teórico da noção de gêneros do discurso somente podem ser conduzidos satisfatoriamente se a noção de autoria for efetivamente contemplada. A razão é óbvia: textos e discursos são produzidos não por locutores ou enunciadores, mas por *autores*.

ALVES FILHO, F. The institutional authorship on the newspaper editorials. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.1, p.77-89, 2006.

- *ABSTRACT: This work results from a discussion on the relations of implication and determination between the concepts of authorship and discourse genres. The discussion is based on an enhancement of the conception of authorship which is now seen as a constitutive category of the discourse genre as a whole, and not only of those in which the individual style is conceived as a base enunciation enterprise – the case of the literary genres. The main perspective of the study considers that there is a relation of mutual determination between genre and authorship so that, on one hand, the genres already contemplate a given conception of authorship, but on the other hand, it is the authorship work that configures a formal and functional ‘relative stability’. The comparative analysis of newspaper editorials throws some light on this discussion and points out to the fact that, even in strongly institutional genres, the authorship study offers significant contributions for the genre study.*
- *KEYWORDS: Authorship; institutional authorship; newspaper genres; editorials.*

Referências Bibliográficas

ALVES FILHO, F. *A autoria nas colunas de opinião assinadas da Folha de S. Paulo*. 2005. 272f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

BAKHTIN, M. *Discurso na vida e discurso na arte: sobre poética sociológica*. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza, 199-. (Texto de circulação acadêmica – Mimeografado)

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: AnnaBlume; Hucitec, 1997.

_____. O problema do texto em lingüística, filologia e nas ciências humanas: um experimento em análise filosófica. In: _____. *Estética da criação verbal*. S. Paulo: Martins Fontes, 1992a.

_____. Os gêneros do discurso. In _____. *Estética da criação verbal*. S. Paulo: Martins Fontes, 1992b.

_____. *Questão de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: Editora da UNESP; Hucitec, 1998.

BARTHES, R. A morte do autor. In: _____. *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1984.

BELTRÃO, L. *Jornalismo opinativo: filosofia e técnica*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BRONCKART, J.-P. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC, 1999.

FARACO, C. A. Autor e autoria. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

FOUCAULT, M. *O que é um autor*. Lisboa: Passagens, 1969.

MELO, J. M. de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. 2.ed. rev. Petrópolis: Vozes, 1994.

RODRIGUES, R. H. *A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo*. 2001. 356f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://lael.pucsp.br/lael/teses>>. Acesso em: 15 jul. 2002.

SCHNEUWLY, B. et. al. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

SEMÂNTICA GLOBAL E POSSIBILIDADES DISCURSIVAS: O DISCURSO RELATADO EM DUAS REVISTAS DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Marcela Franco FOSSEY¹

- RESUMO: O trabalho que se segue visa descrever, a partir de uma perspectiva discursiva, como duas revistas de divulgação científica, *Superinteressante* e *Pesquisa FAPESP*, utilizam o discurso relatado. A descrição deste traço específico – como a voz de outrem se materializa nas reportagens dessas revistas – é parte de um trabalho mais amplo, que buscou caracterizar a forma de divulgar ciência em ambas as publicações. Para tanto, consideramos, com base nos preceitos teóricos da Análise do Discurso francesa e na noção de *semântica global* (MAINGUENEAU, 2005), que, por meio de indícios que a materialidade do discurso permite observar, podemos ter acesso aos processos discursivos característicos de cada publicação. Nesse sentido, identificar as formas privilegiadas, por cada revista, de discurso relatado, mostrou-se uma etapa bastante relevante nesta pesquisa.
- PALAVRAS-CHAVE: Divulgação científica; semântica global; discurso relatado.

O artigo que se segue é parte de um trabalho maior, no qual buscamos caracterizar, a partir de uma perspectiva discursiva, dois modos distintos de divulgar ciência para leigos em duas revistas de divulgação científica (doravante DC)²: a *Superinteressante* e a *Pesquisa FAPESP*. O pressuposto inicial no qual está ancorado todo o trabalho, que tem por base os preceitos teóricos da Análise do Discurso francesa, e mais especificamente a noção de *semântica global*, tal como proposta por Maingueneau (2005), foi de que, por meio de uma análise de indícios da superfície textual, é possível identificar um conjunto de regras que especifica as possibilidades de dizer de cada publicação.

A escolha das duas revistas foi feita a partir de um conhecimento prévio do suposto público a que cada uma delas se dirige. No caso da *Pesquisa FAPESP*,

¹ Doutoranda do Programa de Linguística – UNICAMP – Instituto de Estudos da Linguagem – 13083-970 – Campinas – SP – Brasil. Endereço eletrônico: mffossey@uol.com.br

² Para os fins desta pesquisa, o foco de nossa investigação são os textos escritos publicados em revistas especializadas em divulgar ciência para leigos. Porém, vale mencionar que acreditamos que muitas das características da divulgação científica impressa são também comuns à divulgação televisiva ou radiofônica – guardadas as diferenças essenciais decorrentes das especificidades do suporte. Mas nos limitaremos a fazer considerações a respeito apenas dos meios de divulgação impressos, uma vez que este é o nosso objeto de análise.

trata-se de um público habituado aos temas de cunho científico, mas que é leigo naquelas áreas que não a sua (físicos lendo sobre medicina, por exemplo).³ A revista circula principalmente no meio acadêmico, uma vez que é distribuída gratuitamente a pesquisadores que possuem alguma ligação com a *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo*, uma das principais agências de fomento à pesquisa do país e que também financia a revista. Ela também é vendida, desde 2002, em bancas, mas o seu “sustento” não vem da venda em bancas, nem das assinaturas pagas nem da publicidade, mas sim da *FAPESP*. No caso da *Superinteressante*, o público-alvo é o jovem que se encontra totalmente fora da comunidade científica – assim como a própria revista – caso em que os textos de divulgação, pelo menos em princípio, têm como função básica disseminar entre leigos certos conhecimentos produzidos pela comunidade científica. É uma publicação comercial (fato evidenciado por quase 33% do total da revista dedicado à publicidade) e totalmente desvinculada do campo científico.

Para descrever como cada uma das revistas estudadas divulga ciência para leigos, foi necessário levar em conta aspectos extra-discursivos – o fato, por exemplo, de uma ser uma revista mercadológica e a outra ser a publicação de uma agência financiadora de pesquisas – e também, com o mesmo grau de importância, pistas e indícios presentes na superfície textual. Por exemplo: a forma de relatar novidades e experimentos do meio científico, com formas mais ou menos explícitas de atribuição das fontes enunciativas, um vocabulário mais “jovial”⁴ ou enunciados mais “acadêmicos”⁵ foram indícios para os quais estivemos atentos e

³ Até o n.46 (set. 1999), tínhamos *Notícias FAPESP*. a revista nasceu não como uma publicação voltada para o grande público, mas sim como um boletim que informa assuntos internos à instituição e que, portanto, tinha como público-alvo potencial um grupo envolvido, direta ou indiretamente, com a Fapesp. A partir do n.6, começam a surgir outros temas para as reportagens, além daqueles relativos ao funcionamento da instituição. Novas seções vão sendo “inauguradas”: *Ciência* (n.6), *Tecnologia* (n.7), *Humanidades* (n.14) e *Opinião* (n.18). O *Editorial* surge apenas no n.22, em jul. 1997 e *Cartas* (dos leitores), no n.43, em jun. 1999. O formato “boletim” vai sendo aos poucos deixado de lado, para dar espaço a reportagens que relatam resultados de pesquisas. É só a partir do n.47 (out. 1999) que a revista passa a se chamar *Pesquisa FAPESP*. Escolhemos nos referir à revista sempre como *Pesquisa Fapesp* – mesmo quando utilizamos artigos de quando a revista era ainda *Notícias FAPESP* – porque no próprio site da revista (<http://www.revistapesquisa.fapesp.br>) não é feita a distinção no link que dá acesso a todas as edições publicadas até hoje.

⁴ A utilização de termos como *superbundas*, *matar a charada*, *acabar no mato sem cachorro*, *provocar sensação*, *engenhocas eletrônicas* etc., remetem a um modo de falar que não é a dos cientistas, mas dos jovens ou das pessoas “comuns”, para quem a revista se dirige. Os exemplos são abundantes. A presença de termos desse tipo é, também, um indício do conjunto de regras que delimita o dizível desta publicação. Assim, parece-nos coerente ler, em uma revista que tem um perfil como o da *Superinteressante*, que um grupo de cientistas *matou uma charada*, que uma pesquisadora *bisbilhota* os radicais livres ou que uma determinada descoberta *causou sensação*. Afinal, para falar *com* os jovens, é uma boa estratégia falar *como* os jovens (e não como os cientistas).

⁵ Em todas as reportagens analisadas da *Pesquisa FAPESP* observamos trechos dedicados exclusivamente a explicitar *quem faz* a pesquisa, *onde*, *como* e *por quê*. Desse modo, o que observamos é um certo formato de reportagem – que inclui métodos utilizados nos experimentos, instituição de origem dos pesquisadores, agências financiadoras, etc. – que se reporta basicamente ao modo bastante específico de fazer ciência dentro dos laboratórios. Isto é, tal delimitação do tema a ser tratado nas reportagens remete à delimitação necessária para que uma pesquisa científica se efetue. Para nós, esse é um modo da revista materializar um posicionamento discursivo: *falamos de ciência como alguém que vê de perto os processos envolvidos na sua produção*. Ou seja, esta relação tão próxima com a ciência parece ter reflexo direto no modo de organização das reportagens e naquilo que a revista escolhe “contar” para o seu leitor.

que nos permitiram identificar os parâmetros discursivos que regulam cada uma das revistas. Outros indícios nos ajudaram nesta tarefa: foi preciso levar em conta cada revista como um todo, cada detalhe que as caracteriza, como a publicidade (quem anuncia, a quantidade de páginas reservadas para a publicidade e como são as propagandas em cada uma), o lay-out, os temas tratados. Enfim, levar em conta as “pistas infinitesimais”⁶ que, em seu conjunto, possibilitaram identificar a discursividade de cada revista.

Dessa perspectiva, a *escolha* desses recursos seria resultado de forças coercitivas às quais os discursos necessariamente obedecem. Essas forças encontram-se imbricadas umas nas outras, condicionando-se mutuamente, sendo os discursos, em sua materialidade textual, resultado desta relação de interdependência. Segundo hipótese de Maingueneau (2005), a organização dos elementos coercitivos de um discurso decorre de uma **semântica global**: um conjunto de regras – poucas e mais ou menos simples – que rege todas as dimensões do discurso e que funciona como uma rede de restrições. Este autor propõe que tanto a produção quanto a circulação dos discursos de uma determinada conjuntura estão organizadas de acordo com sistemas de **restrições semânticas** próprios de cada *posicionamento discursivo*. Entende-se por *posicionamento*, neste contexto, um lugar de produção discursiva específica que engloba tanto as operações das quais deriva certa identidade enunciativa quanto a própria identidade.

Rompe-se, assim, com uma teoria da significação que esteja concentrada especificamente nos signos ou nas sentenças, uma vez que essa semântica global fornece “regras” de funcionamento para todas as instâncias do discurso, sendo impossível trabalhar com a perspectiva de que há um lugar privilegiado de constituição de sentidos. Um dos efeitos é rejeitar a noção de superfície textual como a simples materialização de um significado que teria origem em outro lugar, e, assim, aceitar o fato de que não há uma profundidade que funciona como “princípio organizador” dos significados mobilizados em um discurso. Torna-se evidente, pois, a necessidade de lidar com o “dinamismo da ‘significância’ que domina toda a discursividade: o enunciado, mas também a enunciação, e mesmo além dela” (MAINGUENEAU, 2005, p.22). Enfim, faz-se necessário pensar globalmente o funcionamento discursivo e perceber que os significados organizam-se em todas as dimensões dos discursos, isto é, vocabulário, temas, sintaxe, *ethos* etc., organizam-se simultaneamente e de acordo com um mesmo conjunto de regras – a semântica global – na construção dos sentidos. Tendo em vista, pois, caracterizar o modo de divulgar ciência de cada uma das publicações analisadas, tivemos sempre em nosso horizonte teórico a noção de semântica global.

Para nós, a análise realizada veio corroborar nossas hipóteses: cada

⁶ Utilizamos, neste trabalho, a noção de paradigma indiciário. Para mais detalhes, ver Carlo Ginzburg, 1991.

revista possui um conjunto de regras que delimita suas possibilidades do dizer. Nossas análises concentraram-se, em ambas as revistas, nas formas de discurso relatado, no léxico, em certos enunciados (que restringem ou ampliam o tema da reportagem ou a precisão das informações), em alguns traços extra-lingüísticos (o perfil mercadológico ou institucional de cada uma), na publicidade, nas manifestações dos leitores. E a partir da descrição de todos esses elementos, foi-nos possível afirmar que existe uma relação de dependência entre eles, que partilham harmoniosamente as páginas dessas revistas, de acordo com as regras discursivas de cada uma delas. Alguns desses elementos são mais evidentemente típicos de cada publicação – como o vocabulário (mais jovial ou mais acadêmico) ou os anúncios publicitários (mais comerciais ou mais voltados para a vida acadêmica). No entanto, apenas uma análise mais longa e detalhada, como a que apresentaremos a seguir, nos permitiu perceber como esse conjunto de regras atua, em cada publicação, nos modos de relatar, para leigos, o que fazem os cientistas.

Vale ainda ressaltar que o tratamento genérico que é dado ao público-alvo dessas revistas – leigos, público leigo, grande público etc. – é uma postura inicial que decorre da classificação dada a ambas as revistas. Tanto a *Pesquisa FAPESP* quanto a *Superinteressante*, guardadas as especificidades de cada uma, são classificadas e vendidas nas bancas (e/ou distribuída aos pesquisadores ligados à *FAPESP*, no caso da *Pesquisa FAPESP*) como *revistas de divulgação científica*. Por *divulgação científica* entendemos, neste trabalho (cf nota de rodapé 2), a divulgação de notícias científicas por meio da publicação em jornais e revistas especializados em divulgar para leigos. Porém, o leigo de uma e de outra é bastante diferente e identificar os processos discursivos que faz emergir as imagens de público-alvo de cada publicação foi uma das propostas centrais da pesquisa da qual este artigo é uma parte. Ou seja, o pressuposto inicial – que acreditamos ter se confirmado – foi de que, por meio de uma análise das produções discursivas de divulgação da ciência, é possível depreender, com base na materialidade discursiva dos dois tipos de publicação, os processos de construção de uma *imagem* de público-alvo e da *imagem* do funcionamento da ciência nessas comunidades discursivas que formam os respectivos públicos-alvo. E, como já ressaltamos anteriormente, os processos discursivos que fazem emergir as imagens de leitores na *Pesquisa FAPESP* e na *Superinteressante* são regidos pela semântica global de cada uma delas.

Para o momento, concentramos as observações e análises nos modos característicos de discurso relatado dessas duas publicações. Nosso objetivo, ao trazer exemplos e tentar descrever como cada uma delas traz a voz de outrem para suas reportagens, é apontar na direção dessas regras que organizam e restringem suas possibilidades enunciativas. Para tanto, analisamos o gênero reportagens e optamos por selecionar textos cuja temática está centrada em pesquisas realizadas pelas *ciências duras*.

O discurso relatado

Uma das questões, de certo modo a principal que se colocou quando nos deparamos com a estrutura de discurso relatado das duas revistas, é como longos trechos sem atribuição de fonte da informação podem ser identificados como vinculados ao discurso da ciência, como nos dois exemplos abaixo:

- 1) A epilepsia é desencadeada por uma atividade elétrica anormal dos neurônios. Já o derrame ocorre devido ao entupimento de uma das artérias que irrigam o cérebro, num processo geralmente associado a fatores de risco como hipertensão, diabetes e altas taxas de colesterol. Essas duas causas diferentes – a hiperexcitação elétrica, de um lado, e o impedimento da chegada de sangue ao cérebro, de outro – levam a um resultado idêntico: a morte maciça de neurônios, mais evidente no hipocampo, importante estrutura do lobo temporal relacionada às emoções, aprendizado e memória. (Memória Seletiva, *Pesquisa FAPESP*, n.66, jul. 2001)
- 2) O maior inimigo da vida não mede mais que trinta milionésimos de milímetro. Causa gripe, sarampo, paralisia infantil, varíola, AIDS - entre muitas outras agressões à saúde. Esse inimigo é tão peculiar que, além de microscópico, tem um lado vivo e um lado morto.[...] Mas, como é formado por um material genético básico - o ácido nucléico - e é capaz de multiplicar-se, não se pode negar-lhe a condição de criatura viva. Essa criatura é o vírus... (Inimigo público número 1, *Superinteressante*, n.3, dez. 1987)

É certo que os temas dos exemplos acima são científicos – os processos fisiológicos envolvidos em um ataque de epilepsia e em um derrame (exemplo 1) e uma descrição do que é um vírus (exemplo 2). No entanto, em termos de organização textual e enunciativa, cabe a pergunta: **como identificar a origem enunciativa de excertos como esses?** Enquanto muitas das informações vêm vinculadas a nomes próprios e instituições de pesquisa, outras simplesmente estão lá, como se houvesse um *a priori* que permitisse sua presença na reportagem sem algum grande nome se responsabilizando por ela. Assim, embora alguns recursos textuais/discursivos utilizados nos excertos das duas revistas sejam bastante distintos (como as escolhas lexicais, por exemplo), a ausência de referência a uma fonte de informação é um traço compartilhado.

Para Authier-Revuz (1998), a DC é uma prática de reformulação textual-discursiva, resultado da reformulação de um discurso-fonte (DCP – discurso científico primário, nos termos da autora) em um discurso segundo (DC), em função de um público-alvo específico: enquanto o DCP se volta para um público especializado e envolvido com o universo da ciência, a DC é voltada para o grande público, o público leigo. Partindo, então, do princípio de que a DC é uma prática que visa à disseminação, para o grande público, de conhecimentos científicos que circulam dentro de uma comunidade fechada, Authier-Revuz volta sua atenção para como a busca por essa disseminação opera sobre a linguagem. Para ela, a

DC resulta de um trabalho de tradução realizado pelo divulgador, já que o que se busca é traduzir a “língua” dos cientistas (discurso-fonte) para a “língua” do grande público (discurso segundo). Nesse cenário, cabe ao divulgador o papel de mediador entre cientistas e o público leitor, a partir de uma “configuração ternária da mediação, no nível do quadro enunciativo. [...] Um ‘eu falo pelos outros’ poderia ser a fórmula sobre a qual se articula esta retórica da mediação” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.121). Dessa perspectiva, há uma reformulação, por parte do divulgador, de um discurso pré-existente em função de um novo público, o que atua diretamente no funcionamento da linguagem desse discurso segundo. Trata-se, porém, de uma tradução bastante específica, cujo resultado mostra, explícita e sistematicamente, que a DC tem sua origem no discurso fonte da ciência.

No entanto, é no nível enunciativo que a proposta de Authier-Revuz (1998) se mostra relevante e deve ser retomada. Nas palavras da autora, a DC caracteriza-se por uma **dupla estrutura enunciativa** porque no quadro enunciativo da DC coexiste tanto a enunciação do DCP, objeto explicitamente mencionado, quanto a enunciação da DC enquanto atividade mediadora entre o “mundo dos leigos” e o “mundo da ciência”, cabendo ao divulgador o papel de ponte entre esses dois pólos. A autora afirma: “mesmo quando as referências à enunciação de D1 [discurso-fonte da ciência] são vagas – ‘segundo os químicos..., para os geofísicos..., os especialistas consideram...’ ou mesmo os ‘diz-se, pensa-se, admite-se hoje’ da comunicação científica –, elas não participam menos da remissão explícita a um discurso primeiro que nos parece caracterizar a economia global de nossos textos de DC” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.112). Levando em conta as devidas ressalvas – relativas à relação entre DCP e DC [D1 e D2 da autora]⁷ – a afirmação acima oferece um caminho para respondermos à pergunta exposta dois parágrafos atrás. A partir da afirmação de que mesmo quando vaga, a remissão explícita ao discurso da ciência caracteriza a economia global dos textos de DC, acreditamos ser possível ir um pouco além: a economia global da DC confere

⁷ Em Fossey (2006), desenvolvemos uma discussão sobre a que campo (nos termos de Maingueneau, 2005) estaria vinculada a divulgação de ciência para leigos. Propomos (com outros autores, como Zamboni, 2001) que a DC não se inclui no campo da ciência, mas sim no campo jornalístico. Essa proposta procede da observação de que as diferenças entre o discurso científico primário e a DC não residem apenas no público a que se destina cada um desses discursos. Não se trata, apenas, do fato de que um é tipicamente destinado a um público solidamente vinculado à prática científica enquanto o outro se destina aos leigos em ciência. Na verdade, muitas outras coisas mudam: a esfera social de circulação do DCP, os enunciadores autorizados a produzir esse tipo de discurso, as circunstâncias de produção (pesquisa, métodos, laboratórios, instituições, cientistas, pareceristas, financiamentos, os espaços de publicação dos *papers* – revistas que não se compram nas bancas de jornal – congressos, etc.), enfim, as condições de produção necessárias e os espaços de circulação autorizados relativos ao DCP fazem com que o seu espaço enunciativo seja essencialmente distinto daquele da DC. A “ciência para leigos” é resultado de uma produção discursiva que deriva da inter-relação entre outras variáveis: o enunciador da DC é o divulgador (seja ele jornalista especializado em ciência ou cientista especializado em divulgar), o espaço de circulação é o “mundo do grande público” (elas estão expostas nas bancas de jornal junto aos jornais diários – e também dentro deles, em seções dedicadas à ciência – e as revistas as mais variadas: femininas, masculinas, semanais, para *teens*...), e o objetivo de sua produção não é a busca por validação de teorias *científicas*. Temos, assim, uma outra proposta: de que a DC não estaria no *campo científico*, mas sim no *jornalístico*, o que implica que o seu funcionamento se dá de acordo com as regras gerais do campo jornalístico e dos *gêneros* que este campo admite. Nesse contexto, a proposta de tratar a DC como tradução deixa de ser válida, uma vez que as traduções de um determinado texto costumam circular em uma mesma esfera social.

significação e atua sobre todo o conjunto dos textos, mesmo quando nenhuma menção é feita a este exterior habitado por cientistas, permitindo que os leitores *saibam* que essas informações sem fontes explícitas estão, de fato, vinculadas ao campo da ciência. Isto é, o conjunto do discurso da DC encontra-se englobado por uma estrutura enunciativa que a todo o momento, no fio do texto, mostra onde está a sua fonte, prestigiosa e confiável, de informação. E quando não há indícios explícitos dessa “localização”, essa estrutura enunciativa parece dar conta de deixar claro que mesmo ali, onde não é explicitado quem fala, é a voz da ciência e de seus representantes que se faz ouvir, por intermédio do divulgador. Assim, essa estrutura enunciativa permite, juntamente com outros fatores, que cada fragmento do texto seja “devidamente” interpretado e interpretável.

Assim, essa primeira “inquietação” relativa à identificação da fonte enunciativa de trechos que “vagam” livremente nas reportagens analisadas pôde ser explicada a partir da proposta de Authier-Revuz (1998), brevemente exposta nas linhas que precedem. No entanto, nossas análises foram nos mostrando que esses trechos que, à primeira vista, nos pareceram sem marca de fonte enunciativa são, na verdade, não tão abundantes assim. A maneira como o discurso relatado funciona nas reportagens analisadas opera de maneira bastante específica com os recursos lingüísticos, utilizando elementos diversos daqueles que o discurso relatado “tradicional” costuma empregar. Existem muitas formas de marcar textualmente que o que está sendo dito vem de outra fonte, ou seja, existem formas variadas de assimilar o discurso do outro. Além dos *esquemas de base* (BAKHTIN, 2004), isto é, o discurso direto – com aspas delimitando o dizer do cientista e que indica claramente as fronteiras entre o discurso citado e o citante – e o discurso indireto – apresentado sob a forma de uma oração subordinada substantiva introduzida por um verbo *dicendi* –, observamos que as realizações concretas são bem mais variadas e numerosas. De fato, a variedade de formas de discurso relatado, como discurso direto com “que”, resumo com citações, etc., são formas que não marcam com tanta ênfase a fonte enunciativa, e faz com que, à primeira vista, certos excertos apareçam como se não tivessem fonte enunciativa.

Além disso, percebemos também que o emprego dessas variantes de discurso relatado não se dá aleatoriamente em cada uma das revistas. A análise que exporemos nos próximos itens tentará mostrar que a escolha dessas variantes parece estar, em boa medida, em concordância com outras escolhas que cada revista faz, em termos de possibilidades lingüísticas, textuais e discursivas. Como já dito anteriormente, o que parece explicar essa “coerência” interna a cada uma das publicações é a noção de semântica global, noção que será retomada mais adiante.

Vejamos, então, algumas das formas características de discurso relatado de cada uma das revistas. Tendo em vista que os modos de relatar de cada uma das

publicações analisadas mostraram diferenças relevantes, iremos apresentar os exemplos e as análises de cada revista separadamente. Começamos, assim, pela *Pesquisa FAPESP*.

O discurso relatado na *Pesquisa FAPESP*⁸

Não vamos nos delongar na descrição de algumas formas de discurso relatado, *discurso direto*, *modalização em discurso segundo*, *discurso indireto*. São modos de relatar o discurso de outrem que variam no grau de ênfase em que delimitam as fronteiras entre discurso citado e discurso citante – ainda que nos três modos seja bastante explícito que aquilo que é dito provém de um outro enunciador. Em relação às reportagens analisadas, o que se mostrou relevante e vale ressaltar é que a ocorrência de discurso direto (DD) é relativamente baixa nas reportagens analisadas. Nossa hipótese é a seguinte: está associada ao DD uma suposta fidelidade, uma vez que é encenada a reprodução exata do discurso citado. No entanto, graças a sua proximidade com o campo científico – uma vez que, como vimos acima, se trata de uma revista patrocinada por uma fundação que financia pesquisas –, a *Pesquisa FAPESP* poderia dispensar o DD como um artifício que garante autenticidade ao que é relatado, e privilegiar outras formas de discurso relatado, sem conseqüências para a credibilidade das informações que veicula.

Na verdade, o modo de relatar característico da *Pesquisa FAPESP* se dá por meio de estratégias que diluem a atribuição das fontes enunciativas e que promovem um apagamento do jornalista. Resulta que as reportagens, em geral, falam de ciência sem, a todo momento, remeterem aos cientistas – “liberdade” que uma publicação solidamente vinculada ao campo científico pode ter. A partir de agora, olharemos com mais cuidado esses modos típicos da revista marcar – às vezes mais, às vezes menos explicitamente – a fonte enunciativa daquilo que veicula: **resumo com citações** e **resumo sem citações na forma de DD**.

Quando encontramos estruturas entre aspas, elas fazem, em geral, parte da significação de todo o parágrafo, resultando naquilo que Maingueneau (2004) denomina “resumo com citações”. Para esse autor, o *resumo com citações* integra sintaticamente, no fio do discurso citante, fragmentos que são atribuídos ao discurso citado. Esses fragmentos têm marcas tipográficas – aspas, itálico ou ambos – que delimitam quais palavras foram reproduzidas *exatamente* como

⁸ No trabalho completo, analisamos 12 reportagens da revista *Pesquisa FAPESP*. *Botânicos revelam a riqueza da flora paulista* (fev. 1996), *Passos para derrotar a doença de Chagas* (mar. 1996), *O cobertor de luz dos recém-nascidos* (jul. 1999), *Programados para ver* (mar. 1901), *Memória Seletiva* (jul. 2001), *No cerne do átomo* (maio. 2004), *Quinto estado da matéria* (jul. 2004), *Forma e função* (nov. 2004), *O caos amigável* (jan. 2005), *As jóias de Saturno* (fev. 2005), *Parasita dissimulado* (maio. 2005), *As máscaras da histeria* (nov. 2005). Ainda que não apareçam exemplos de todas elas, em razão das restrições de espaço, as conclusões aqui apresentadas levaram em consideração o que foi observado nas 12 reportagens.

foram proferidas, enquanto o que está sem aspas ou itálico seria uma reprodução do *conteúdo*, como no discurso indireto. Resulta disso que o *resumo com citações* produz uma “homogeneização sintática de um enunciado por meio do qual ouvem-se, no entanto, duas instâncias de enunciação” (MAINGUENEAU, 2004, p.155). Vejamos um exemplo retirado de nosso corpus:

- 3) O professor Walter Colli observa que a compreensão completa e precisa da LPPG dificilmente terá algum efeito direto importante para o chagásico, “**mas servirá para conhecimento das bases químicas do ciclo da doença de Chagas**”. (*Passos para derrotar a doença de Chagas*, n.7, mar. 1996)

No entanto, observamos um outro tipo de estrutura que não se enquadra exatamente na descrição de *resumo com citações* de Maingueneau, como no exemplo acima, mas que nos pareceu que assim poderia ser classificada. Trata-se de fragmentos entre aspas, que seriam caracterizados como DI, mas que formam um conjunto coeso com trechos vizinhos que não possuem qualquer marca de que são um discurso citado. Isso nos leva a concluir que há uma relação de dependência entre os trechos aspeados e seus vizinhos é o fato de, nas citações, haver anáforas que se referem a informações que estão fora das aspas, ou seja, nos trechos vizinhos. Para nós, esse é um indício bastante forte de que esses trechos sem marcas de que são um discurso citado provêm da mesma fonte enunciativa das citações vizinhas. Assim, os fragmentos sem aspas seriam como um resumo que restitui o sentido, mas não as palavras exatas empregadas, como no discurso direto. Por isso, mantemos a nomenclatura *resumo com citações* porque nos pareceu, em essência, se tratar de fenômenos semelhantes àqueles descritos por Maingueneau (2004). Vejamos alguns exemplos:

- 4) Desse programa saiu uma rara estatística epidemiológica confiável sobre a doença no Brasil. **Há 74,1 casos de neurocisticercose em Ribeirão Preto** para cada grupo de 100 mil habitantes. “*Não dá para dizer **se é muito ou é pouco**, pela falta de parâmetros de **outras localidades** para comparar*”, diz o médico Osvaldo Takayanagui. (*Parasita dissimulado*, n.111, maio 2005)
- 5) Essa imagem em preto-e-branco sugere que **uma das novas luas**, com menos de 10 quilômetros de diâmetro, situa-se bem próxima a um dos anéis mais externos de Saturno, o F [...]. “*Percebi **esse objeto** quase indetectável próximo à parte externa do anel F*”, disse Murray, da Queen Mary College, da Universidade de Londres, em comunicado do Conselho de Pesquisa em Física de Partículas e Astronomia do Reino Unido. “*Foi um privilégio inacreditável ser o primeiro a identificá-lo*.” (*As jóias de Saturno*, n.108, fev. 2005)

Nos exemplos acima, marcamos em itálico os fragmentos aspeados, que reproduzem as palavras de um determinado enunciador, que vem identificado, nos exemplos, depois do fragmento citado. No entanto, dentro desses fragmentos,

podemos observar, em negrito, expressões anafóricas que remetem a um conteúdo que está fora das aspas (que também marcamos em negrito). Em (5), por exemplo, “esse objeto” e o pronome “lo”, que são elementos do discurso direto, referem-se a “uma das novas luas”, que está fora das fronteiras do enunciado citado.

A principal observação a ser feita em relação aos exemplos acima é que podemos identificar com certa clareza os indícios que remetem às fontes enunciativas de fragmentos aparentemente destituídos de um enunciador que se responsabilize por eles.

Outra estrutura de discurso relatado observada nas reportagens foi a que denominamos **resumo sem citação na forma de DD** (mas que fazem de outras formas remissão a uma fonte enunciativa). Classificamos assim fragmentos que têm um funcionamento similar ao *resumo com citações*, mas sem nenhuma citação na forma de DD. São trechos em que a fonte enunciativa se encontra ainda mais diluída, mas ainda pode ser apontada.

- 6) Mas o que se quer realmente é gerar neurônios realistas, estatisticamente semelhantes aos naturais. Para chegar lá, o primeiro - e talvez mais difícil - desafio é estabelecer padrões de classificação. O que faz um neurônio da célula ganglionar da retina do gato distinguir-se de qualquer outro? Foi preciso escolher **um conjunto de medidas** que representassem cada grupo de neurônios, como tamanho, largura, orientação e ângulos dos segmentos dos dendritos, as ramificações desse tipo de célula. *Segundo Costa, a escolha **desses parâmetros** ainda é um problema aberto, que deve levar em conta o que se quer estudar.* (Programados para ver, n.62, mar. 2001)

No exemplo acima, temos um excerto consideravelmente longo que, à primeira vista, não tem qualquer marca textual indicando tratar-se da fala de um cientista. Se estivesse entre aspas, por exemplo, poderia configurar perfeitamente o relato de um cientista envolvido na pesquisa. Mas não está. Porém, ainda assim, podemos entender que esse excerto pode ser assumido por *Costa*, o enunciador explicitado da última frase, na forma de uma modalização em discurso segundo (marcado em itálico), pois aqui também temos um termo anafórico (*esses parâmetros*) que remete a um elemento do trecho anterior sem identificação enunciativa (*um conjunto de medidas*).

Todas essas estruturas – resumo com e sem citações – são muito frequentes nesta publicação. São formas bastante diluídas de marcar a fonte enunciativa dos enunciados que a revista veicula em suas reportagens. Certamente, ainda que “discretos”, esses elementos ancoram a enunciação no campo científico, na forma de um relato. Voltamos, assim, à proposta de Authier-Revuz: (1998) temos, de fato, uma dupla estrutura enunciativa, que se constrói pela própria enunciação e pode ser analisada pela observação de indícios como esses que acabamos de apontar. Voltamos, também, à proposta de que esses indícios são,

em última instância, regidos pela semântica global desta revista, que permite que a voz dos cientistas seja atualizada, na maior parte das vezes, dessa maneira menos marcada.

A partir dessa estrutura enunciativa de relato, que coloca em uma mesma cena duas enunciações – a dos cientistas e a dos jornalistas – podemos identificar que trechos como os que analisaremos adiante, absolutamente sem marca de discurso relatado, são, ainda assim, a voz da ciência. Antes de analisarmos essas estruturas destituídas de marcas de fonte enunciativa, vejamos aquilo que chamamos de **estrutura narrativa**.

Classificamos como **estrutura narrativa** fragmentos que apresentam características textuais semelhantes às de uma narração literária: têm personagens (pesquisadores), narrador (jornalista), uma seqüência de fatos (o que fizeram/observaram/consideram... os pesquisadores) e verbos na 3ª pessoa:

- 7) O coordenador do grupo, **Luciano da Fontoura Costa**, engenheiro eletrônico com especialização em Física, **tem prestado consultoria** para indústrias nacionais e estrangeiras. Dois exemplos: para a Hewlett Packard do Brasil, **criou** um sistema de controle de qualidade de monitores de vídeo, e para a Intelligent Network, dos Estados Unidos, um programa de reconhecimento de padrões e inteligência artificial em redes de computadores e Internet. (*Programados para ver*, n.62, mar. 2001)

Marcamos em negrito o “personagem” central do relato que o jornalista faz e os verbos que descrevem suas ações. No entanto, as reportagens não são narrativas literárias, e por isso a esse “personagem” podemos atribuir a fonte enunciativa do que o jornalista relata, embora não haja estrutura de discurso relatado no exemplo acima. Essa atribuição se dá porque as reportagens são sobre as pesquisas que esses cientistas desenvolveram, e por isso, podemos concluir, por exemplo, que quem “contou” ao jornalista que “tem prestado consultoria para indústrias nacionais” foi o próprio pesquisador identificado no relato, Luciano da Fontoura Costa. É muito importante deixar claro que nosso objetivo não é verificar quem, de fato, contou ao jornalista o que é relatado, mas os efeitos relativos às fontes enunciativas que certas estruturas causam. Vale frisar que nossa análise é discursiva, ou seja, descrevemos efeitos possíveis de serem apreendidos no e pelo discurso.

Por fim, nos exemplos que se seguem, encontram-se estruturas semelhantes às que classificamos como *narrativa* – na medida em que contam como se dão certos processos científicos – mas com algumas peculiaridades. Uma delas é que, se quiséssemos, poderíamos acrescentar aspas no fragmento do próximo exemplo e teríamos, assim, a fala de um cientista envolvido na pesquisa relatada. É diferente da estrutura anterior, que não tem como ser transformada

em DD pela simples adição de aspas. Nesses casos, finalmente, chegamos àquelas estruturas que, inicialmente, tanto nos chamaram a atenção: **quem fala, enfim?**

- 8) De cada planta, uma dessas fichas foi guardada no Herbário do Instituto de Botânica, depositário da coleção principal. As duplicatas foram ou estão sendo enviadas, por ordem de prioridade, para a instituição de origem do especialista que deve confirmar a classificação da espécie (mesmo se localizada no Exterior), para o Departamento de Botânica da UNICAMP, para o Departamento de Botânica da USP e, se ainda restavam exemplares disponíveis, para os demais herbários do Estado. (*Botânicos revelam a diversidade da flora paulista*, n.6, fev. 1996)

Estruturas similares à do exemplo chamam a atenção pela ausência de remissão a uma fonte enunciativa. Voltando à nossa hipótese derivada da proposta de Authier-Revuz (1998), reconhecemos que se trata de um discurso relatado porque praticamente todo o texto o é – ainda que, em geral, isso seja marcado de maneira bastante “discreta”. Dessa forma, a estrutura enunciativa das reportagens faz com que esses fragmentos tenham “implicitamente” uma fonte enunciativa, associada aos diversos elementos apontados nas análises anteriores, ou seja, quando nos deparamos com esses fragmentos, sabemos que eles também estão ancorados no discurso que a DC se ocupa de relatar, isto é, no discurso científico.

Vejamos mais um conjunto de exemplos antes de passarmos para a análise do discurso relatado na *Superinteressante*:

- 9) Em geral associa-se a neurocisticercose à carne suína e se imagina que basta evitar o consumo de receitas à base de porco, além de seus derivados, para ficar a salvo. Não é bem assim. Quando um indivíduo come carne de porco contaminada pelos cisticercos, as larvas do parasita, existe o risco de pegar outra doença, a teníase. Uma vez ingeridos, os cistos incrustados na musculatura suína transformam-se, dentro do intestino humano, na *Taenia solium*, a forma adulta do parasita, conhecida como tênia ou solitária. [...] O ciclo da teníase se fecha quando o porco ingere água ou alimentos que tiveram contato com as fezes contaminadas do homem. (*Parasita dissimulado*, n.111, maio 2005)
- 10) Nos últimos cinco anos, após o seqüenciamento do genoma de quase 150 organismos, a identificação da estrutura, da função e dos modos de interação dessas moléculas [proteínas], codificadas pelos genes, tornou-se uma prioridade mundial, por representar um caminho aparentemente seguro para entender com mais detalhes as reações químicas que mantêm os organismos vivos ou os fazem perecer. (*Forma e função*, n.105, nov. 2004)

Nos exemplos acima, temos uma estrutura semelhante à do exemplo (8), mas com uma diferença. Os “conteúdos” desses trechos explicam ou retomam fatos mais ou menos consensuais no meio científico: como se comporta

o parasita *Taenia solium* no organismo humano e quais são as formas de contaminação (9) e a importância do papel das proteínas no funcionamento dos seres vivos (10). É possível ainda relacionar a “generalidade” de tais conteúdos ao fato de eles serem, até mesmo, parte do conteúdo programático do ensino fundamental – como em (9). De fato, aprende-se sobre doenças parasitárias já “na escola” e, então, tais conteúdos podem ser encontrados em livros escolares. Já o exemplo (10) seria um caso de informações consensuais, em razão da divulgação sistemática do tema “genômica” em todos os meios de informação. Assim, em casos como os dos exemplos (9) e (10), não seria necessário – talvez nem mesmo possível – citar quem diz o que o jornalista relata.

Pudemos observar, a partir da análise apresentada, que a *Pesquisa FAPESP* privilegia as formas de discurso relatado que fazem referências enunciativas de uma forma menos evidente, isto é, que diluem, no fio do texto, a referência às suas fontes enunciativas. Depois de apreendido esse modo de funcionamento, percebemos que os excertos que de fato não têm fonte enunciativa explícita, como nos exemplos (8) e (10), são menos frequentes do que pareciam ser à primeira vista. Assim, graças a esse modo de funcionamento que dilui as fontes enunciativas, a *Pesquisa FAPESP* fala de ciência reproduzindo, no discurso, a proximidade com o campo científico que, de fato, ela possui. Inclusive, por isso, pode-se dar ao luxo de não explicitar, sempre, certas fontes.

Vejamos, na seção a seguir, como se apresentam as formas de discurso relatado da revista *Superinteressante*.

O discurso relatado na *Superinteressante*⁹

É interessante notar que o DD (e variantes que produzem esse efeito de preservação das palavras do outro, como o discurso direto com “que”) apareceu com maior frequência na *Superinteressante*, e acreditamos que esse “evento” tem uma explicação discursiva. Ao contrário da *Pesquisa FAPESP*, a *Superinteressante* não tem vínculo institucional com o campo científico, o que a levaria a privilegiar o discurso direto como forma de assegurar a veracidade daquilo que relata. Isso porque essa forma de discurso relatado se caracteriza por dissociar claramente

⁹ No trabalho completo, analisamos 10 reportagens da revista *Superinteressante*: *O oitavo dia da criação* (out. 1987), *O inimigo público número 1* (dez. 1987), *Nasce o homem* (set. 1988), *A face oculta do caos* (set. 1989), *A ameaça dos radicais* (nov. 1990), *A fera é azul* (jan. 1995), *O ataque da estrela* (nov. 1998), *Uma luz sobre o Alzheimer* (jun. 2001), *De que somos feitos* (jul. 2004), *Design perfeito* (jul. 2005). Ainda que não apareçam exemplos de todas elas, em virtude das restrições de espaço, as conclusões aqui apresentadas levaram em consideração o que foi observado nas 10 reportagens.

as duas enunciações, o discurso citado e o discurso citante, causando um efeito de distanciamento entre os dois enunciadores, o que cita (os divulgadores) e os que são citados (os cientistas). E por simular a restituição das falas citadas, confere também um efeito de fidelidade ao que foi dito. No contexto da DC, tem-se o efeito de “*quem o diz é um cientista*”, o que, em princípio, conferiria maior “confiabilidade” ao relatado na reportagem. Vejamos um exemplo retirado da *Superinteressante*:

- 11) “O Homo sapiens não é o produto de uma escada que sobe diretamente em direção ao nosso estado atual, mas, sim, constituímos tão-somente a ramificação que sobreviveu de um arbusto outrora exuberante”, afirma Jay Gould. “O processo evolutivo é cego, não envolve uma finalidade específica de desenvolvimento por parte das espécies”, diz por sua vez Richard Leakey. “Os australopitecíneos não devem ser vistos como um fracasso numa grandiosa corrida evolutiva rumo à condição humana”, argumenta. “Eles foram espécies bem-sucedidas, com um estilo de vida estável durante milhões de anos.” (*Nasce o homem*, n.12, set. 1988)

Além de muito numerosos, os fragmentos de DD são, muitas vezes, bastante longos, como no exemplo acima, o que não foi observado nas reportagens da *Pesquisa FAPESP*.

Observamos também aquelas ocorrências de DD do tipo que constroem um conjunto coeso com os excertos vizinhos, formando estruturas semelhantes às que vimos na *Pesquisa FAPESP*. A estrutura que chamamos **resumo com citações** se mostrou bastante freqüente também nas reportagens analisadas da *Superinteressante*. Como na *Pesquisa FAPESP*, as adaptações que fizemos à descrição desse tipo de estrutura feita por Maingueneau (2004) continuam valendo para as análises feitas com os excertos a seguir. De fato, não foram muito freqüentes as estruturas tal como descritas pelo autor (cf. exemplo 6), mas, se considerarmos *resumo com citação* os parágrafos que possuem DD que estão vinculados aos excertos vizinhos, teremos, assim, nas reportagens da *Superinteressante*, um número muito elevado desse tipo de estrutura. Entretanto, como veremos pelas análises, essas estruturas nesta revista não são exatamente como as da *Pesquisa FAPESP*. Vejamos um exemplo:

- 12) {A maioria das espécies sobrevive à dose diária de calor graças a seus eficientes **sistemas fisiológicos de refrigeração**, que mantêm em níveis toleráveis a temperatura do sangue que se dirige ao cérebro. Desprovidos desse recurso natural, **os ancestrais humanos trataram de se erguer para se proteger.**} {Pelos cálculos de Wheeler, **um hominídeo em pé** ao meio-dia absorvia 60 por cento a menos de calor do que estando de quatro. [MODALIZAÇÃO EM DISCURSO SEGUNDO]} {“**Ficar em pé**”, diz o cientista, “é a maneira ideal de **se manter frio** nas caminhadas pela desguarnecida paisagem equatorial.” [DD]} (*Nasce o homem*, n.12, set. 1988),

- 13) {A **não-linearidade** exigia cálculos mais difíceis. Era a mosca na sopa previsível da Mecânica clássica. **Poucos consideraram a não-linearidade** uma força criativa; mas foi a **não-linearidade** que criou os padrões misteriosamente belos dos estranhos atratores.} {"**Não-linear** era uma palavra que **você só encontrava no final do livro**", diz Farmer. "Um estudante de Física fazia um curso de Matemática e o último capítulo tratava de **equações não-lineares**. Geralmente **essa parte era deixada de lado.**" [DD]} (A face oculta do caos, n.24, set. 1989)

Os dois exemplos acima foram analisados da seguinte maneira: isolamos entre chaves ({}), os excertos de acordo com o tipo de discurso relatado que apresentaram (DD e *modalização em discurso segundo*), e que estão classificados entre colchetes ({}). Já aqueles marcados com itálico são excertos que não possuem fonte enunciativa explicitada. Porém, podemos concluir que esses trechos estão associados aos que possuem fonte enunciativa explicitada por meio dos elementos em negrito, que são informações recorrentes tanto em um excerto quanto em outro. Mas é interessante notar que aqui não há estruturas exatamente anafóricas, como na *Pesquisa FAPESP*. Os termos em negrito são apenas "as mesmas coisas" sendo ditas nos excertos em discurso citado e naqueles que aparentemente não são discurso citado. De fato, nos exemplos acima, os trechos em itálico são como uma "introdução" que o jornalista faz daquilo que o cientista "irá" dizer. É como se a voz do cientista viesse corroborar aquilo que o jornalista disse com suas próprias palavras...

Nos dois exemplos acima, queremos chamar a atenção para o quão breves são os trechos em que não estão explicitamente marcados os enunciadores responsáveis pelo que é dito. Vejamos, agora, mais um exemplo:

- 14) {*Outra bactéria, Bacillus thuringiensis, foi utilizada pela empresa belga Plant Genetics Systems, numa ousada tentativa de combater a malária, que, atinge cerca de 200 milhões de pessoas no mundo inteiro. Em vez de buscar uma vacina antimalária por Engenharia Genética – como faz, por exemplo, o cientista brasileiro Luis Hildebrando Pereira de Souza, no Instituto Pasteur, de Paris –, os pesquisadores belgas resolveram recorrer a Engenharia Genética para matar as larvas dos mosquitos transmissores da malária. Conseguiram isolar da bactéria thuringiensis o gene responsável pela produção de uma proteína capaz de envenenar as larvas. Depois, transplantaram-no para o DNA da alga azul-verde da qual as larvas se alimentam. A alga, ao se reproduzir, reproduz também a proteína transplantada. Assim, ao comer a alga, as larvas acabam comendo a proteína que irá matá-las. O resultado é que se impede o nascimento do mosquito que transmite a malária.*[ESTRUTURA NARRATIVA]} {"Com isso, será possível reduzir a incidência da moléstia numa boa proporção", prevê o imunologista Mark Vaeck, diretor da Plant Genetics, ouvido por SUPERINTERESSANTE.[DD]} (O oitavo dia da criação, n.2, out. 1987)

Já no exemplo acima, podemos observar um longo fragmento sob a forma

de *estrutura narrativa*, seguido por um DD – que *comenta* todo o processo explicitado pelo trecho *narrado*. O termo anafórico sublinhado *com isso*, que aparece na voz do imunologista Mark Vaeck, retoma a descrição do processo de aniquilação do mosquito transmissor da malária e produz o efeito de que tudo isso que foi dito antes é, de alguma forma, a voz desse pesquisador “ouvido pela SUPERINTERESSANTE”. Assim, esse processo faz com que o excerto em DD englobe esse longo trecho e acaba por “firmar” ainda mais aquilo que está na forma de *estrutura narrativa* como sendo a voz da ciência. Vale também dizer que, nesta publicação, a atribuição da fonte enunciativa por meio de uma *estrutura narrativa* – que, é importante lembrar, não é uma forma de discurso relatado, mas ainda assim traz para o fio do texto “personagens” (negrito no exemplo 14) a quem podemos atribuir a responsabilidade ao que é feito por meio dos verbos (negrito no exemplo 14) – mostrou-se também muito frequente.

Observamos também na *Superinteressante* aquela estrutura que chamamos de **resumo sem citação na forma de DD**. Como já explicitado na análise desse tipo de estrutura nas reportagens da *Pesquisa FAPESP*, classificamos desse modo trechos similares ao *resumo com citações*, mas que não possuem nenhuma citação na forma de DD:

- 15) {A infantilização do corpo também explica, segundo Morris, a ocorrência de **narizes pequenos nas mulheres** - posto que bebês têm apenas um botãozinho no meio da face. Mas ela não seria a única razão. De acordo com o autor, o nariz humano (o único protuberante entre os grandes primatas) funciona como um **ar-condicionado** que fornece umidade e retém o pó da atmosfera. [MODALIZAÇÃO EM DISCURSO SEGUNDO]} {*Nos tempos primitivos, os machos caçadores precisavam de um “aparelho” mais potente - portanto maior - para ter fôlego em suas expedições na savana poeirenta. **As fêmeas, que ficavam em casa, desenvolveram menos o nariz.***} (*Design perfeito*, n.215, jul. 2005)

Nesse exemplo, o trecho em itálico não possui nenhuma marca explícita da sua fonte enunciativa. Porém, pelos termos em negrito, podemos conferir unidade enunciativa a quase todo o excerto: não são termos anafóricos que, de dentro dos trechos modalizados em discurso segundo, retomam aquilo que está fora (como vimos com frequência nos exemplos da *Pesquisa FAPESP*), mas são, como é comum nesta revista, “as mesmas coisas” sendo ditas, sem que seja explicitado que se trata da voz de Morris. No entanto, esse trecho em itálico é a continuação da explicação do porquê das mulheres terem narizes menores que os homens. E essa explicação é uma hipótese do pesquisador, que é duas vezes apontado, explicitamente, como fonte enunciativa, na forma de modalização em discurso segundo. Por isso, além dos termos em negrito apontarem para aquilo que foi dito anteriormente pelo pesquisador, o fato do fragmento em itálico ser a continuação

daquilo que vinha sendo dito por Morris nos permite apontá-lo como o enunciador desse fragmento.

Por fim, examinaremos estes trechos sem indicação alguma da fonte enunciativa. Eles não são muito freqüentes, mas, vez ou outra, podemos encontrar fragmentos sobre os quais nos perguntamos: *quem disse isso?* Vejamos alguns exemplos:

- 16) Um organismo pode ser comparado a uma fábrica de luvas: produz desde luvas microscópicas até gigantes, com diferenças milimétricas entre um tamanho e outro. Cada luva - ou anticorpo - veste perfeitamente um vírus ou antígeno - e só aquele. Muitos anticorpos vivem e morrem ingloriamente sem encontrar o antígeno para o qual foram feitos e travar com ele uma batalha de vida ou morte. Não se trata, porém de um desperdício da natureza: para o organismo é melhor ter um de cada a ter vários só de alguns. (*O inimigo público número 1*, n.3, dez. 1987)
- 17) Pois o DNA é que detém dentro de si o código genético que orienta as células na tarefa de fabricar as proteínas - as substâncias que dão as características de todos os seres. A forma do DNA é tão extraordinária como inconfundível. Trata-se de duas fitas que se enroscam a determinados intervalos como se construíssem uma dupla hélice - e é assim que se convencionou representar essa molécula nos modelos desenhados por computador. O DNA também pode ser comparado a uma escada em caracol. Esse formato é que lhe permite executar uma singular manobra no processo de reprodução. Quando a célula se divide, a escada se separa em dois, de baixo para cima, como um zíper defeituoso que se abre. Cada um dos lados da escada atrai então para si os elementos que lhe faltam (e estão esparsos na célula), de tal maneira que logo se formam duas escadas de DNA, réplicas perfeitas da primeira. (*O oitavo dia da criação*, n.2, out. 1987)

O que nos pareceu relevante nesses excertos é sua semelhança com trechos de uma apostila ou de um livro didático. Seja por conta das analogias, seja pelo tipo de vocabulário, podemos levantar a seguinte hipótese: nesses trechos, o jornalista parece assumir como sua missão tornar certas informações “palatáveis” para o público a que se destinam. Essas informações, em geral, assemelham-se àquelas veiculadas pelos fragmentos dos exemplos (9) e (10) da *Pesquisa FAPESP*: são fatos que não podem ser remetidos a um cientista em especial, mas que são consensuais no meio científico. Por exemplo, como se dá a produção de anticorpos ou como “funciona” o DNA. São temas bem gerais e que não remetem a um cientista debruçado sobre eles, mas são saberes científicos conhecidos da ciência de um modo geral.

Nos trechos sem atribuição de fontes enunciativas da *Superinteressante*, a nossa hipótese é de que o jornalista assume, de forma definitiva, o papel de ponte entre cientistas e leigos e “traduz” certas informações científicas para um “formato” que esses leigos poderão entender. Quem fala, nessas situações,

é alguém capacitado para tornar acessível aos leigos o que os cientistas falam em um código que só seus pares – e o jornalista capacitado – conseguem entender.

De modo geral, pelas análises que apresentamos acima, percebemos que a *Superinteressante* utiliza com maior frequência as formas de discurso relatado que marcam mais explicitamente suas fontes enunciativas. Sobre isso podemos mencionar dois efeitos interessantes: (a) o uso, por esta publicação, desse tipo de estratégia para garantir legitimidade daquilo que ela relata (quem diz é um cientista) e (b) demarcação de dois lugares enunciativos bastante claros: um *aqui* do jornalismo e dos leigos e um *lá* da ciência. Esses dois lugares enunciativos tão delimitados parecem reproduzir a distância que de fato há entre a revista e o fazer científico.

Comentários finais

A análise feita nos mostrou que a *Superinteressante* raramente deixa em aberto quem está falando. Ao ler suas reportagens, a todo o momento somos lembrados de que aquilo que preenche suas páginas foi dito por cientistas, ou seja, marca-se incessantemente um lugar para o jornalista e outro para os cientistas. Acreditamos que essa distância enunciativa em relação àquilo que o jornalista relata é um indício da distância que há, de fato, entre a revista e as instituições de pesquisa e de produção científica. Por outro lado, a *Pesquisa FAPESP* utiliza muito mais as formas que promovem o apagamento do jornalista e, conseqüentemente, não marca com tanta clareza e insistência esses dois lugares distintos, o dos jornalistas e o dos cientistas. É como se esse divulgador, por “trabalhar” para essa revista – de apelo fortemente institucional – fosse “confiável” o suficiente para não precisar dizer, a todo o momento: “*sou apenas um porta-voz, o que eu digo é reprodução da voz, confiável e verdadeira, da ciência*”. As fronteiras são mais difusas, e nossa hipótese é de que isso se dá graças à proximidade que há entre essa revista e uma instituição que “produz” ciência.

Na tabela abaixo, apresentamos um quadro comparativo no qual tentamos resumir o que observamos em relação ao uso do discurso relatado na *Pesquisa FAPESP* e na *Superinteressante*:

Essa proximidade ou distanciamento em relação à ciência que cada uma das revistas tem é marcado não apenas por meio do discurso relatado, mas também no léxico característico de cada uma delas, na publicidade, em certos enunciados, nas cartas dos leitores – outros elementos para os quais lançamos o olhar na tentativa de explicitar a semântica que rege os processos discursivos dessas revistas de divulgação científica.

Queremos ressaltar que todas as categorias que fomos delineando não são, de maneira alguma, uma tentativa de propor uma espécie de manual de classificação de discurso relatado. Não queremos que essas categorias sejam utilizadas para classificar os discursos relatados que encontramos em nossas leituras, *a la* exercícios escolares. São apenas uma tentativa de mostrar como cada uma das revistas analisadas explicita os seus laços com o campo científico por meio do discurso relatado.

Ainda sobre o discurso relatado, é interessante notar que as formas observadas de tratar das palavras de outrem, tanto em uma revista quanto em outra, são formas provavelmente corriqueiras. Por exemplo, quando vamos resenhar algum teórico para nossas pesquisas, utilizamos mecanismos bastante similares. No entanto, as especificidades que caracterizam como cada revista atualiza a voz da ciência em suas reportagens foram mais um indício que nos permite afirmar que tanto a *Pesquisa FAPESP* quanto a *Superinteressante* “falam” de acordo com regras e, por isso, “falam” certas coisas e não outras e de certos modos e não de outros.

Neste artigo, queremos apenas chamar a atenção para o fato de que nossa análise decorre de um certo olhar, que tem como respaldo um determinado recorte teórico. Mas, certamente, existem outras possibilidades de interpretação para esses mesmos fenômenos, tendo em vista a multiplicidade de teorias que buscam entender os mecanismos discursivos de significação.

Agradecimentos

Este trabalho contou com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Processo n. 04/05079-5.

FOSSEY, M. F. Global semantics and discursive possibilities: reported speech in two scientific vulgarization magazines. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.1, p.91-112, 2006.

- *ABSTRACT: This work aims to describe, from a discursive approach, how two scientific vulgarization magazines, Superinteressante and Pesquisa Fapesp, employ reported speech in their reports. The description of this specific trace – how the voice of others is materialized on*

the genre report of these magazines – is part of a larger work, which aimed to characterize two distinct manners of divulging science for the general public. To do so, we assumed, based on the French Discourse Analysis, specifically on the notion of global semantics (Maingueneau, 1984), that by analyzing signs on the textual surface, it is possible to identify the discursive processes that characterize both publications. Therefore, identifying the most common types of reported speech for each publication was a relevant step in this research.

- **KEYWORDS:** *Global semantics; scientific vulgarization; reported speech.*

Referências bibliográficas

ARANTES, T. Memórias e letiva. *Pesquisa FAPESP*, São Paulo, n. 66, jul. 2001. Disponível em <http://www.revistapesquisa.fapesp.br/?art=1372&bd=1&pg=1&lg=>. Acesso em: 19 ago. 2004.

AUTHIER-REVUZ, J. A encenação da comunicação no discurso de divulgação científica. Tradução de Claudia R. C. Pfeiffer. IN: AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

BAKHTIN, M. . *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004.

CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. Coord. Tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

FOSSEY, M. F. *A semântica global em duas revistas de divulgação científica: Pesquisa FAPESP e Superinteressante*. 124f. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, 2006.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. IN: _____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.

_____. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2004.

MARQUES, F. Parasita dissimulado. *Pesquisa FAPESP*, São Paulo, n. 111, maio 2005. Disponível em <http://www.revistapesquisa.fapesp.br/?art=30&bd=1&pg=1&lg=>. Acesso em: 26 maio 2005.

REVISTA PESQUISA FAPESP. São Paulo, n.6, fev. 1996a. Disponível em <http://www.revistapesquisa.fapesp.br/?art=98&bd=1&pg=1&lg=>. Acesso em: 19 ago. 2004.

REVISTA PESQUISA FAPESP. São Paulo, n.7, mar. 1996b. Disponível em <http://www.revistapesquisa.fapesp.br/?art=104&bd=1&pg=1&lg=>. Acesso em: 19 ago. 2004.

SUPERINTERESSANTE: edição completa de agosto de 1987 até junho de 2004. São Paulo: Abril, 2005. 9 CD-ROMs.

TUNES, S. Programados para ver. *Pesquisa FAPESP*, São Paulo, n.62, mar. 2001. Disponível em <http://www.revistapesquisa.fapesp.br/?art=1220&bd=1&pg=1&lg=>. Acesso em: 19 ago. 2004.

ZAMBONI, L.M.S. *Cientistas, jornalistas e a divulgação científica: subjetividade e heterogeneidade no discurso de divulgação científica*. Campinas: Autores Associados, 2001.

ZORZETTO, R. As jóias de saturno. *Pesquisa FAPESP*, São Paulo, n.108, fev. 2005. Disponível em <http://www.revistapesquisa.fapesp.br/?art=2673&bd=1&pg=1&lg=>. Acesso em: 26 maio 2005.

ZORZETTO, R.; BELLINGHINI, R. H. Forma e função. *Pesquisa FAPESP*, São Paulo, n.105, nov., 2004. Disponível em <http://www.revistapesquisa.fapesp.br/?art=2604&bd=1&pg=1&lg=>. Acesso em: 26 maio 2005.

ACONSELHAMENTOS DE AUTO-AJUDA: UM CASO DE CAPTAÇÃO DO GÊNERO PROVERBIAL

Anna Flora BRUNELLI¹

- RESUMO: Neste trabalho, que está baseado nos princípios da Análise do Discurso francesa, seguindo especialmente o pensamento de Maingueneau, analisamos a relação que há entre o discurso de auto-ajuda e os provérbios, o que nos permitiu verificar que o discurso em questão pode ser considerado como um caso de captação do gênero proverbial.
- PALAVRAS-CHAVE: Análise do discurso francesa; discurso de auto-ajuda; provérbios.

Introdução

Dispersos nos textos dos livros de auto-ajuda, há uma série de enunciados que se assemelham muito a provérbios e a frases feitas.² Parece que tais enunciados poderiam ser destacados do contexto original para integrar-se a outros, isto é, assim como os provérbios, eles parecem inseríveis em vários contextos. Aliás, a esse respeito, notamos que, embora isto não seja a regra, muitos deles estão destacados com alguma marca tipográfica (aspas, negrito e/ou itálico) que os distingue dos demais enunciados do texto. A partir dessa observação, neste trabalho, numa tentativa de caracterizar o discurso de auto-ajuda, analisamos em que medida esse discurso se aproxima dos provérbios, procurando destacar seus efeitos de sentido. Para tanto, comparamos as propriedades desses enunciados do discurso de auto-ajuda que se assemelham a provérbios com as dos próprios provérbios, apresentadas por Rocha (1995), que os investiga do ponto de vista da

¹ UNESP – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Departamento de Estudos Linguísticos e Literários – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP – Brasil. Endereço eletrônico: anna@ibilce.unesp.br

² Embora haja diferenças entre esses tipos de enunciados, neste trabalho, vamos tomá-los apenas por provérbios, mais ou menos como fez Lysardo-Dias (2001), que, analisando materiais semelhantes, sem objetivos taxionômicos, propôs a designação “enunciação proverbial” para dar conta da série de enunciados que diz respeito a provérbios, frases feitas, ditados, etc.

lingüística da enunciação e do discurso, e por Obelkevich (1997), que os investiga adotando um ponto de vista histórico-social. Para essa comparação, selecionamos os enunciados oriundos de uma obra que consideramos representativa do discurso de auto-ajuda, o livro *O sucesso está em suas mãos*, de Lair Ribeiro (1992). Embora haja, nesse livro, um conjunto bastante rico de enunciados que, em função de suas características, podem fazer parte do conjunto de ocorrências a serem investigadas, selecionamos para tanto especialmente os enunciados que, espalhados por toda a obra, aparecem separados do corpo do texto, em negrito.

Posteriormente, vamos sustentar que o discurso de auto-ajuda, em função de suas características, pode ser considerado como um caso de *captação* do gênero proverbial, segundo designação proposta por Grésillion e Maingueneau (1984), o que justifica a existência, em seus textos, de enunciados como esses, que, conforme veremos a seguir, apresentam as mesmas propriedades dos provérbios.

Os provérbios e a lingüística da enunciação

Rocha (1995) investiga os provérbios do ponto de vista da lingüística da enunciação e do discurso. Partindo do conceito de subjetividade de Benveniste, segundo o qual a enunciação é produto da atividade do sujeito falante, a autora analisa uma coletânea de provérbios em francês seguidos de seus correspondentes em português, investigando suas marcas enunciativas e as relações que promovem entre os interlocutores, sempre considerando o fato, “essencial, de que o provérbio constitui uma frase feita, o discurso do Outro, sempre citado ou reenunciado, e reenunciável” (ROCHA, 1995, p.14).

Apresentando-se como verdades gerais e atemporais, os provérbios costumam ter uma formulação impessoal. Entretanto, como existem alguns com marcas pessoais, Rocha discute em seu trabalho o estatuto dessas marcas, o que a leva a investigar também dêiticos, formas verbais e a questão da referência. Seu principal intuito é indicar que os provérbios, por não serem produzidos no ato da enunciação (são reenunciados ou citados), “não referem aos seres presentes no universo da enunciação, ou o fazem indiretamente, de maneira ambígua e proveitosa para as intenções do locutor” (ROCHA, 1995, p.15).

Uma das primeiras considerações feita pela autora a respeito dos provérbios é a sua identificação como um caso de conotação autonímica, tendo em vista que acumulam duas semióticas: a de frase empregada e citada ao mesmo tempo. Esta última ocorre no modo do *como se diz*, no modo do *como diz o outro*, etc. Acerca desse modo de dizer, Rocha afirma que se trata do modo que integra o enunciador na comunidade, uma vez que é o modo da norma da língua. Além disso, esse modo representa a língua tal qual ela é falada, caracterizando-se pela

frequência; nesse sentido, “esse modo representa a língua como *uso*” (ROCHA, 1995, p.68).

Tendo qualificado os provérbios como frases de conotação autonímica, Rocha parte para a sua descrição enunciativa, iniciando-a pelo exame das marcas pessoais. Dado o pequeno número de provérbios que encontra com marcas pessoais, constata que há neles uma forte tendência à expressão impessoal. Por outro lado, nota que há também uma reversibilidade em termos de expressão pessoal e impessoal, o que pode ser verificado nas variantes de um mesmo provérbio. Como todos os provérbios podem assumir uma formulação pessoal, embora a maioria deles traga uma formulação impessoal, Rocha (1995, p.172) conclui que eles “visam atingir o alocutário, mas indiretamente, sob o disfarce de uma expressão impessoal”. A esse respeito, afirma:

[...] tudo se passa de um modo muito indireto, quando se trata do uso de provérbios em discurso: o locutor não fala com suas palavras, já que usa o discurso do Outro, em cuja autoridade se apóia, e dirige-se indiretamente ao alocutário, pois mesmo que o provérbio traga um nítido *tu*, trata-se sempre de um *tu de percurso*, que designa todo mundo em geral e ninguém em particular. (ROCHA, 1995, p.172)

No caso do discurso de auto-ajuda, dentre as 23 ocorrências que foram selecionadas do *corpus* (RIBEIRO, 1992) e que acreditamos ter valor de provérbio, cinco são impessoais e 18 apresentam marcas pessoais. Dessas, em apenas uma há marca de primeira pessoa do singular; as outras todas trazem marcas de segunda pessoa (“você” e/ou formas correlatas). Exemplos:

- 1) Se você mudar, o mundo muda com você. (p.42)
- 2) Trabalhe o seu ponto forte, que o resto se fortalece. (p.52)
- 3) Se o único instrumento que você tem é martelo, todo problema você pensa que é prego. (p.89)

O pronome *você*, presente nesses enunciados, pode ser entendido com um caso de pessoa subvertida, nos termos de Fiorin (1996), ou seja, trata-se de um exemplo de neutralização de uma oposição no interior da categoria de pessoa que resulta no emprego de uma pessoa (no caso, a 2ª), com o valor de outra (no caso, a 3ª indeterminada). Para ilustrar esse fenômeno, Fiorin cita o seguinte exemplo: “[...] eu me senti, como quando o professor *te* interroga em grego dois dias seguidos”, a que acrescenta:

Nesse exemplo, a segunda pessoa do singular substitui uma terceira indeterminada: “eu me senti como se sente alguém quando o professor o interroga em grego dois dias seguidos”. É o caso do chamado *tu genérico*, que tem por função “pessoalizar enunciados impessoais [...]”. (FIORIN, 1996, p.90)

Embora o autor se refira ao “tu”, é óbvio que o comentário que tece também se aplica ao pronome de tratamento “você”, que, como sabemos, substitui o “tu” na interpelação da segunda pessoa em várias regiões do Brasil. De fato, Ilari et al. (1996), analisando o comportamento dos pronomes pessoais no português falado no Brasil, referem-se ao emprego desse pronome com valor indeterminado. Nas palavras dos autores: “Notável [...] é o emprego de **você**, exatamente um pronome referente ao alocutário, como recurso para uma forte indeterminação do sujeito” (p.101). Desse modo, podemos concluir que, no caso das ocorrências de que estamos tratando, assim como Rocha observou para o caso dos provérbios, seus eventuais pronomes são termos metalingüísticos, isto é, referencialmente vazios, ou ainda, são pronomes de percurso que, ao invés de permitir a identificação de um único objeto, levam o alocutário a percorrer todos os indivíduos a que o pronome possa se referir. A esse respeito, Rocha afirma que o *tu* e o *vós*, que normalmente designam de modo claro a segunda pessoa, nos provérbios funcionam de modo peculiar, percorrendo todos os valores possíveis no interior de um domínio sem se fixar em um valor específico. Desse modo, como os provérbios, os enunciados em questão podem passar da expressão pessoal à impessoal, assim como o inverso pode ocorrer com aqueles que não trazem marcas pessoais. Vejamos alguns exemplos:

- 4) Você não pode obter bastante naquilo que você não quer. (p.79) ↔ “Não se pode obter bastante naquilo que não se quer”; ou “Não se consegue obter bastante naquilo que não se quer”.
- 5) Quem assume para si uma meta que não é sua, está comprando sua própria infelicidade. (p.83) ↔ “Quando você assume para si uma meta que não é sua, está comprando sua própria infelicidade”; ou “Se você assumir para si uma meta que não é sua, estará comprando sua própria infelicidade”.

Quanto aos dêiticos espaciais e temporais que porventura aparecem nos provérbios, Rocha constata que eles também não se referem a um lugar ou a um tempo específico, mas a qualquer lugar ou tempo em que o provérbio possa ser reenunciado. Nesse sentido, são também termos metalingüísticos, referencialmente vazios, que permitem sempre a reinserção do provérbio em novas situações de comunicação.

Outra característica dos provérbios investigada por Rocha é a ausência de “expressões referenciais definidas”. Por isso, nos provérbios, os sintagmas

nominais, inclusive os complexos ou os que têm um nome próprio por núcleo, nunca designam um objeto singular, independentemente, inclusive, do tipo de determinante que estiver antecedendo o nome núcleo do sintagma. E isso porque o que importa em um enunciado genérico, como é o caso dos provérbios, não é “o tipo de determinante que precede o sintagma nominal sujeito, mas o fato de que a existência desse sujeito não se restringe a um instante ‘t’ em relação com uma enunciação específica” (ROCHA, 1995, p.172), o que é impossível nos provérbios, que dizem respeito a classes ou a indivíduos enquanto representantes de sua classe.

No caso das ocorrências de que estamos tratando, notamos que nelas também não há dêiticos espaciais nem temporais, nem mesmo os referencialmente vazios; além disso, não encontramos nelas nenhuma expressão referencial definida. Como no caso dos provérbios que já fazem parte do estoque da língua, os sintagmas nominais desses enunciados dizem respeito a classes ou a indivíduos que as representam, e não a um único referente específico ligado à situação de enunciação, o que, segundo Rocha, se deve à relação muito específica que os provérbios, assim como qualquer enunciado genérico, têm com a situação de enunciação: trata-se da não-referência, isto é, da ausência de referência a um ser específico presente numa situação específica, que é um fator essencial e suficiente “para todo enunciado que vise à generalidade, ou seja, à transcendência da especificidade” (ROCHA, 1995, p.138). Desse modo, quanto à sua referência, os provérbios (e também os enunciados de que estamos tratando), metafóricos ou não, estão situados no universo do discurso. Assim, um provérbio como *Brigam as comadres, descubrem-se as verdades*, mesmo quando se aplica a comadres bem específicas que se encontram numa situação de enunciação específica, “pertence ao universo do discurso na medida em que vale para todas ‘comadres’ virtuais, e leva o alocutário a uma inferência generalizante, do tipo ‘Brigas revelam segredos’” (ROCHA, 1995, p.139).

Como todo enunciado genérico sempre leva o alocutário a uma inferência que contenha um universal (como *sempre, jamais, todo, tudo, nenhum, ninguém, etc.*), nos provérbios, a ausência de valor referencial específico para os seres mencionados é fundamental, pois nunca se trata de especificidade, mas de universalidade. Conforme observa a autora, isso também é válido para os provérbios metafóricos, cujas expressões, ao constituírem uma metáfora, perdem seu sentido próprio e específico, levando à inferência de uma verdade universal, expressa no presente genérico. Por exemplo: do provérbio metafórico “por um cravo se perde um cavalo”, se infere “por pouco sempre se perde muito”. Desse modo, um enunciado como o exemplo abaixo,

6) Se o único instrumento que você tem é um martelo, todo problema você pensa que é prego. (p.89)

leva a uma inferência do tipo “se você está pensando como sempre pensou, nunca vai conseguir resolver seus problemas”, ou ainda, para utilizar as próprias palavras de Ribeiro, “você (sempre) tenta encaixar os problemas no paradigma que tem” (p.95). Conforme dissemos no início deste trabalho, para compararmos as propriedades de alguns enunciados do discurso de auto-ajuda com as dos provérbios, selecionamos preferencialmente os enunciados que, na obra considerada exemplar do discurso de auto-ajuda, se encontram em destaque, separados do resto do corpo do texto. Entretanto, existem outros enunciados nessa obra, espalhados pelo texto principal, que também se assemelham a provérbios. A título de exemplificação, apresentamos abaixo dois desses enunciados:

- 7) Se você é cirurgião, tenta resolver tudo com cirurgia. (p.95)
- 8) Se você é psicanalista, tende a achar que tudo se resolve com psicanálise. (p.95)

Como podemos notar facilmente, esses enunciados parafraseiam o exemplo (6); portanto, levam ao mesmo tipo de inferência.

Analisando as formas verbais dos provérbios, Rocha verifica que neles existem tanto verbos de estado quanto verbos de ação e que, apesar da generalidade do emprego do presente, *quaisquer outros tempos podem ser usados*. E isso porque, nos provérbios, “o essencial não é [...] o uso de tal ou tal tempo, mas que haja um caráter não-pontual, indefinido, que nos impeça de limitar a ação ou o estado a um instante ‘t’ preciso em relação ao momento da enunciação” (ROCHA, 1995, p.173). Nesse sentido, como enunciados não engendrados numa situação de enunciação específica, os provérbios são enunciados não percíveis cujas eventuais marcas temporais não os situam temporalmente do mesmo modo como o fazem nos enunciados comuns.

Rocha também verifica que todos os provérbios, inclusive os metafóricos, podem se reduzir a uma injunção, a uma interpretação imperativa. Assim, o modo verbal esperado nos provérbios deveria ser o imperativo, já que eles encerram sempre uma advertência ou conselho; entretanto, a autora nota que, do ponto de vista formal, a preferência é pelo indicativo presente precedido de um SN na terceira pessoa, que lhes confere a suavidade necessária a quem deseja falar sem dizer. Desse modo, “embora tenham por objetivo a injunção, procuram chegar a ela por caminhos disfarçados, mais suaves, menos agressivos” (ROCHA, 1995, p.115). De fato, a maior parte das ocorrências de que estamos tratando também se apresenta assim. Vejamos alguns exemplos:

- 9) O segredo da vida não é fazer o que você gosta. É gostar do que você faz. (p.101)
- 10) A vida que você leva foi criada por você. (p.117)

Esses enunciados, como os provérbios, podem ser parafraseados por uma injunção. Assim, teríamos, respectivamente:

- Aprenda a gostar do que você faz (para ser feliz, para se dar bem na vida, etc.).
- Assuma a responsabilidade de sua vida (ou) Tome o controle de sua vida.

No caso do enunciado metafórico que apresentamos anteriormente (exemplo 6), teríamos a seguinte injunção: “mude seu modo de pensar”, “abandone velhas crenças”, “adote posturas diferentes”, ou ainda, para utilizar termos empregados por Ribeiro (1992), “mude de paradigma”. Para ilustramos melhor o valor de injunção dos enunciados em questão, apresentamos os enunciados (11) e (12):

- 11) Se você quer jogar no Flamengo, não vista a camisa do Fluminense. (p.69)
- 12) Se você vive em terreno de peru, é muito difícil você aprender a voar feito águia. (p.55)

Conforme podemos notar, esses enunciados metafóricos equivalem a injunções do tipo: “não conviva com pessoas negativas”, “selecione bem suas companhias”, “cerque-se de pessoas positivas e/ou bem-sucedidas”, etc.³ Verificamos, assim, que valer por uma injunção é mais uma das características que aproxima os enunciados em questão aos provérbios.

Ainda segundo Rocha (1995), o provérbio, em função de sua natureza de enunciado genérico que nunca faz referência a uma situação específica (embora seja aplicável a ela), “resulta num estratagema em que o locutor se furta a fazer um comentário sem, contudo, deixar de fazê-lo, pois deixando falar o provérbio, ele se faz falar pelo código” (p.150). Afinal, conforme dito antes, como frase citada, o provérbio ocorre no modo de dizer que representa a língua tal como ela é falada. Desse modo, aquele que emprega um provérbio tem mesmo a intenção de atingir um alvo preciso, mas a própria natureza genérica do provérbio dá origem “a uma dubiedade em termo de referência a alvos específicos, o que é, aliás, vantajoso para ambos os parceiros do ato de fala, já que permite ao locutor todo o jogo do “dizer e não dizer” (para lembrar Ducrot), e também do ouvir sem escutar ou receber sem receber, da parte do alocutário” (ROCHA, 1995, p.150).

A partir dessa propriedade dos provérbios, a autora analisa, finalmente, seu valor argumentativo. Como se trata de um enunciado do “dizer e não dizer”, está sempre presente nos discursos argumentativos. Mesmo quando não é explicitamente argumentativo, o provérbio joga com a capacidade de inferência do alocutário,

³ Para a construção dessas paráfrases, levamos em conta o contexto em que aparecem os enunciados metafóricos (11) e (12).

num sutil jogo de subentendidos. Assim, por exemplo, aquele que numa fase tumultuada de sua vida ouve um *Depois da tempestade vem a bonança*, irá inferir que está sendo aconselhado a não se preocupar. (ROCHA, 1995, p.174)

Conforme destaca a autora, a maior virtude do provérbio do ponto de vista da argumentação é que, se empregado no contexto adequado, é um enunciado irrefutável, pois ele constitui uma idéia estabelecida pelo senso comum, que é admitida de longa data como verdadeira e, assim, preexistente à argumentação do locutor particular que o emprega numa situação específica. Como enunciado citado, e não criado no momento de uma determinada enunciação, a argumentação do locutor que o emprega se torna totalmente cerceadora, na medida em que se apóia sobre princípios anteriormente admitidos, que constituem uma verdade de origem anônima, consagrada por toda a comunidade lingüística. Por isso, o provérbio em discurso permite realizar o ideal da argumentação, pois reduz o auditório ao silêncio, criando no outro uma adesão obrigada, e “isto sem que o argumentador aja como se quisesse forçar diretamente o comportamento de seu parceiro, uma vez que se trata de um discurso polifônico” (ROCHA, 1995, p.176).

Os provérbios do discurso de auto-ajuda

Os enunciados do discurso de auto-ajuda de que estamos tratando, ao assimilarem as características dos provérbios, assumem também os efeitos de sentido associados a essas propriedades. De um ponto de vista mais geral, percebemos que, de uma forma ou de outra, a aparência de provérbios desses enunciados contribui para sustentar a credibilidade do discurso de auto-ajuda.

Por se assemelharem a provérbios, os enunciados em questão parecem enunciados citados, isto é, parecem enunciados reempregados, que estariam migrando de um lugar de onde se originariam enunciados inquestionáveis, de validade universal (o que justifica, inclusive, sua capacidade de se desprender do corpo do texto principal), para o texto em que aparecem. Isso confere, automaticamente, o estatuto de discurso citante ao discurso de auto-ajuda.

Porém, se nos provérbios a semiótica de citação ocorre simplesmente no modo do “como se diz”, no modo do “como diz o outro” (que pode ser um outro qualquer), ou no modo do “como diz a sabedoria popular”, no caso do discurso de auto-ajuda, podemos dizer que ela ocorre, tendo em vista que o seu sujeito-enunciador é um sujeito-enunciador de saber,⁴ *especialmente* no modo do “como diz o outro”, que

⁴ As características desse sujeito-enunciador são apresentadas no terceiro capítulo de Brunelli (2004).

é um *outro* convocado porque é um outro de saber; assim, poderíamos dizer, é o modo do “como diz a verdade”. Nesse sentido, a semelhança que os enunciados de que estamos tratando têm com os provérbios resgata o valor de verdade dos provérbios, posto em destaque, ao passo que sua associação com uma origem popular não é colocada em questão em **função das próprias características do discurso citante** (o discurso de auto-ajuda), espécie de lente a partir da qual os enunciados em questão devem ser observados. A esse respeito, lembramos uma das principais teses da Análise do Discurso francesa, segundo a qual o sentido dos enunciados se configura no interior dos discursos nos quais se encontram. Dito de outra forma: se se analisam esses enunciados (ou outros quaisquer) independentemente do contexto discursivo que os cerca, não se compreendem exatamente os seus efeitos de sentido, pois o discurso, com as suas coerções semânticas, funciona como uma espécie de filtro que resgata, da heterogeneidade discursiva que o cerca, o que lhe é fundamentalmente constitutivo.

Por outro lado, na qualidade de provérbios e, portanto, na qualidade de enunciados que se querem impessoais, os enunciados em questão se revestem de autoridade, como se também fossem, como os provérbios legítimos, oriundos de uma sabedoria anônima e inquestionável.

Além disso, esses enunciados conduzem – à semelhança dos provérbios – a uma inferência que contenha um universal, o que também lhes reforça a credibilidade, tendo em vista que seu estatuto de enunciado genérico sinaliza a sua universalidade, isto é, a capacidade de se inserir em vários contextos.

Do ponto de vista da argumentação, podemos dizer que tais enunciados reforçam o poder persuasivo do discurso de auto-ajuda, porque, como enunciados que ativam o jogo do “dizer e não dizer”, simulam que o discurso de auto-ajuda está apoiado numa verdade incontestável.

O discurso de auto-ajuda: simulacro de provérbios?

Grésillion e Maingueneau (1984) consideram o provérbio como um caso de discurso relatado, mais exatamente de polifonia, uma vez que nesse tipo de enunciação “o locutor abandona voluntariamente sua voz e toma emprestada outra para poder proferir um segmento da palavra que não lhe pertence como própria, que ele apenas cita” (GREIMAS, 1970, apud GRÉSSILLION; MAINGUENEAU, 1984, p.112).⁵ Aliás, segundo Grésillion e Maingueneau, trata-se do discurso relatado por excelência, tendo em vista que

⁵ A tradução é nossa.

retoma não o propósito de um outro especificado, mas aquele de todos os outros, fundidos nesse “se” [on] característico da forma proverbial. Não só, como na polifonia ordinária, a responsabilidade da afirmação de um provérbio é atribuída a um personagem diferente do locutor, mas, ainda, ele mistura a voz do locutor a todas as vozes que proferiram, antes dele, o mesmo ditado. (p.112)

Nesse sentido, trata-se de um caso de “enunciação-eco”, na medida em que o sujeito-enunciador do provérbio apresenta a sua asserção como uma imitação, o eco ou a retomada de um número ilimitado de enunciações anteriores desse mesmo provérbio. Por isso, nos termos do quadro polifônico da enunciação, podemos dizer que o locutor do provérbio se assimila a seu enunciador, isto é, ele assume pessoalmente a perspectiva do provérbio, “mas não o faz senão escondendo-se atrás de um outro enunciador, ‘SE’, que é o verdadeiro fiador da verdade do provérbio” (GRÉSSILLION; MAINGUENEAU, 1984, p.113). Segundo os autores, esse SE, que representa a opinião comum, a sabedoria das nações, é um “agente verificador”, uma instância capaz de dar validade a uma proposição, enfim, é o suporte de verdade do provérbio. Assim, dentro da ótica polifônica, SE é um personagem que participa do discurso, sustentando uma primeira asserção, E_0 , cuja verdade é pressuposta por uma segunda, E_1 .

Para os autores, a polifonia do provérbio, isto é, o fato de que nele há uma diluição do locutor atrás da voz de um enunciador distinto, identificado como SE, depende, ao mesmo tempo, de fatores extralinguísticos e linguísticos. Extralinguísticos tendo em vista que os provérbios pertencem a um estoque de enunciados conhecidos como tais pelos usuários de uma determinada língua, que conhecem o sentido literal dos provérbios e as generalizações que deles derivam. Linguísticos porque o provérbio não se apresenta como um enunciado de um tipo qualquer que eventualmente teria o privilégio de ser memorizado, pelo contrário, ele tem propriedades específicas, já identificadas pelos linguistas, por exemplo, o estatuto genérico do enunciador e do enunciatário, a ausência de embreagens temporais, a referência dos grupos nominais a classes e não a indivíduos, os laços estreitos que alguns mantêm com a função poética de Jakobson (as estruturas binárias, que são quase sempre breves e simetrias fonéticas e prosódicas). Como enunciado ligado à sabedoria das nações, que é uma autoridade indiscutível, com essas características, o provérbio se diferencia da massa dos enunciados profanos e contingentes.

Quanto à questão da autoridade de que desfrutam os provérbios, os autores afirmam que o SE do predicado “SE-verdadeiro” que os fundamenta, em vez de variar numericamente e qualitativamente ao infinito, conforme os contextos enunciativos, tende a coincidir com o conjunto de locutores da língua, cuja competência inclui um estoque de provérbios; nesse sentido, eles se diferenciam dos casos de citação de autoridade, nos quais, embora não haja também distância visível entre as duas

enunciações, a original e a citada, há variação da autoridade conforme o contexto. Assim, o locutor que enuncia um provérbio maximiza a validade de seu dizer, remetendo-a para além da diversidade e da relatividade das autoridades.

Por se tratar de um caso de autoridade inquestionável, entendem os autores que os provérbios constituem um modelo do mais alto interesse para aqueles que procuram fundamentar a autoridade de seus enunciados, ou ainda, um antimodelo ideal para os que se voltam para a destruição das verdades já estabelecidas. Desse ponto de vista, definem um procedimento discursivo, por eles nomeado de *distorção*,⁶ que consiste justamente em produzir um enunciado que tem as marcas lingüísticas da enunciação do provérbio, mas que não faz parte do conjunto dos provérbios de uma língua. A *distorção* pode ser aplicada sob dois regimes bem diferentes: um lúdico outro militante.⁷ O primeiro ocorre quando a *distorção* entra no quadro inocente dos jogos de palavras, sem pretensões ideológicas, políticas, etc. Por outro lado, a *distorção* é militante quando se destina a dar autoridade a um enunciado ou a destruir aquela do provérbio em nome de interesses de vários tipos.

A *distorção* militante, a que mais interessa aos analistas do discurso, por sua vez, segue duas orientações opostas, conforme conteste a autoridade do provérbio ou a utilize a seu favor: no primeiro caso, trata-se de uma estratégia de subversão, que suscita uma contradição entre o sentido transmitido pela enunciação da estrutura semântica original (indicada E_0) e aquela da enunciação da estrutura resultante da *distorção* (indicada E_1). Já no segundo caso, tem-se uma captação, isto é, uma *distorção* que acompanha, o quanto for possível, o sentido da estrutura semântica utilizada.

Os autores ainda acrescentam que essas duas estratégias de *distorção* podem ocorrer em dois níveis: no primeiro, há *distorção* das condições genéricas da enunciação proverbial, que envolvem o conjunto das características formais dos provérbios (sintáticas, prosódicas, etc.) e suas condições de uso, isto é, seus traços pragmáticos, que exigem “em particular, que se trate de uma verdade de ‘bom senso’ endereçada a um alocutário universal, de uma verdade que possa ser sustentada pelo SE da sabedoria das nações” (GRÉSSILLION; MAINGUENEAU, 1984, p.115). Desse modo, a *distorção* nesse primeiro nível constitui um pastiche do gênero proverbial, no qual as condições de emprego podem ser tanto captadas quanto subvertidas. No primeiro caso, o locutor fabrica um pseudo-provérbio inscrevendo seu enunciado na eficácia ideológica ligada às condições de emprego do provérbio. Já no segundo caso, ele produz um enunciado que, embora

⁶ Alguns lingüistas brasileiros preferem adotar a forma original francesa, “*détournement*”, tendo em vista que não se encontra nenhuma forma correspondente em português. Aqui, empregamos o termo “*distorção*”, embora saibamos que o sentido não é o mesmo do termo original.

⁷ Embora os regimes sejam diferentes, os autores esclarecem que a distinção não deixa de suscitar problemas de fronteiras, pois há *distorções* militantes que se realizam somente pelo jogo com a língua.

satisfaça as condições formais, viola as condições de emprego normais, o que leva à construção de enunciados absurdos.

No segundo nível, não se distorcem as condições genéricas, mas um provérbio já existente. Aqui há uma modificação no significado de E_0 e, conseqüentemente, no seu significado, que pode variar bastante. Assim, enquanto certas distorções se contentem em parasitar um provérbio conhecido, explorando especialmente seu valor fônico, outras produzem provérbios E_1 em que a ligação com E_0 é clara, tanto nos casos de captação quanto nos casos de subversão.

A partir das semelhanças que encontramos entre os provérbios e os enunciados da auto-ajuda e que foram apontadas no primeiro item deste trabalho, podemos considerar que se trata de um caso de captação do gênero proverbial, dito de outra forma: é uma distorção militante no nível um (aquele que envolve as condições genéricas) que visa dar autoridade a um enunciado. Para usar um termo do próprio Maingueneau, trata-se de caso de simulacro dos provérbios. A esse respeito, afirmam os autores:

Captando o gênero proverbial, uma enunciação se apresenta como eco de um número ilimitado de enunciações anteriores, de forma a fazer esquecer seu caráter essencialmente contingente e relativo. Em caso de sucesso, esse simulacro se transforma em verdade que, repetida “por todo o mundo” se instalará solidamente no número das evidências coletivas. (GRÉSSILLION; MAINGUENEAU, 1984, p.117)

Inicialmente, podemos dizer que esse é justamente o caso dos enunciados do discurso de auto-ajuda de que estamos tratando. Captando as condições genéricas dos provérbios, esses enunciados constituem um simulacro bem sucedido do gênero proverbial, o que lhes confere o mesmo crédito de que desfrutam os provérbios. Segundo Obelkevich (1997), os provérbios, do ponto de vista da significação, além do conteúdo que veiculam por meio dos signos lingüísticos que os compõem, também têm um sentido latente, pois enquanto meio de expressão eles também significam. A esse respeito, o autor afirma que os provérbios

se têm alguma coisa em comum, **isso não está no seu conteúdo manifesto, mas no latente** – sua anonimidade, impessoalidade, recurso à tradição e assim por diante; **pelo menos nesse nível, o texto de cada provérbio traz em si um subtexto, e o próprio meio possui uma mensagem.** (p.50; os grifos são nossos)

É esse significado latente que é captado pelos enunciados do discurso de auto-ajuda, o que lhes transforma de meros enunciados a “estratégias para situações, mas estratégias com autoridade”.

Por outro lado, podemos ir além dessa constatação. Levando em conta as características enunciativas dos provérbios discutidas por Obelkevich (1997), notamos que há uma grande similaridade entre eles e o próprio discurso de auto-ajuda, pois o que são ambos se não a manifestação de um saber que resulta num aconselhamento? Vejamos: embora alguns provérbios sejam injunções indiretas, ainda assim se trata de injunções e, nesse sentido, podemos caracterizá-los, assim como fizemos para o discurso de auto-ajuda, pelo traço “direcionamento”.⁸ Para esclarecer esse ponto, remetemos a Obelkevich, segundo o qual, os provérbios são definidos especialmente pela sua função externa, ou seja, pelo seu papel didático de fornecer um aconselhamento, o que é exatamente o que faz o discurso de auto-ajuda. Esse discurso, por sua vez, assim como os provérbios, oferece sabedoria e aconselhamento de maneira rápida e incisiva. Logicamente, os provérbios, como são constituídos por um único enunciado, são muito mais incisivos, mas a auto-ajuda é um tipo de discurso que comporta o traço “direcionamento”, tendo em vista que se trata de um discurso voltado muito mais a dizer ao seu destinatário o que fazer ou que atitude tomar em relação a uma determinada situação do que a discutir os eventuais problemas de seus possíveis destinatários, fazendo um levantamento de suas causas, discutindo suas prováveis conseqüências, descrevendo suas condições de emergência, etc. Conforme constatamos, nada disso tem espaço no discurso de auto-ajuda, que se presta mais a aconselhar do que a filosofar. Desse modo, o próprio discurso de auto-ajuda pode ser considerado como um simulacro do gênero proverbial. O que parece distingui-los é que, no caso dos provérbios, as suas propriedades se encontram condensadas num único enunciado. Já no caso do discurso de auto-ajuda, temos as mesmas características numa escala maior. De uma forma ou outra, sempre se trata de apontar um caminho, o que é feito de uma forma segura e embalada em autoridade.

Além disso, pela ótica de Obelkevich, não existe uma homogeneidade discursiva entre os provérbios, uma vez que muitos podem apontar diferentes direções (por exemplo, “Deus ajuda a quem cedo madruga” x “Quem espera sempre alcança”).⁹ A esse respeito, notamos que, dada a abrangência temática do discurso de auto-ajuda, nem sempre há consenso entre enunciados que pertencem a obras diferentes. Parece-nos que, como no caso dos provérbios, tais diferenças não são relevantes, porque, mesmo sustentando idéias mais ou menos distintas, os enunciados do discurso de auto-ajuda também são práticos e também se encaixam nos contextos a que são remetidos. Como os provérbios,

⁸ Uma discussão mais detalhada a esse respeito se encontra em Brunelli (2004).

⁹ Segundo Obelkevich, os pares de provérbios contraditórios não são antagônicos, visto que ambos são verdadeiros, embora apenas um será conveniente para uma situação específica. Desse modo, não faz sentido querer resgatar a coerência lógica dos provérbios, como se fossem textos filosóficos. Trata-se de manifestações orais, práticas e *ad hoc*. Assim, “a verdadeira importância dos provérbios contraditórios é que eles chamam a atenção para situações que provocam dificuldades, ou, ocasionalmente, para forças sociais em conflito” (1997, p.53).

eles destacam a existência de situações problemáticas, para as quais oferecem soluções.

Por isso, podemos dizer que o traço “universalidade” é um dos que podem ser propostos para descrever não só os provérbios (tendo em vista a infinidade de situações em que podem ser empregados), como também o discurso de auto-ajuda.

Em função da proximidade existente entre o discurso de auto-ajuda e os provérbios, chama-nos a atenção o fato de que a literatura de auto-ajuda tenha alcançado grande sucesso no mundo ocidental no final do século XX, justamente num momento em que, segundo Obelkevich (1997), os provérbios não desfrutam de muito crédito. Talvez os provérbios não estejam exatamente nessa situação. Ou, quem sabe, a auto-ajuda esteja ocupando uma lacuna aberta nas sociedades ocidentais pela provável redução do prestígio dos provérbios, o que faz se adequando às exigências impostas pelo individualismo moderno.¹⁰ Assim, o aconselhamento, como tantas outras coisas, passou a ser um produto comercializável, que vem agora com um revestimento adequado à situação, porque embora o conteúdo dos textos de auto-ajuda possa variar bastante (especialmente em função do tipo de tema que privilegiam; por exemplo, saúde, vendas, casamento, trabalho, etc.), todos trazem alguns pontos comuns: o tom extremamente otimista, uma supervalorização das potencialidades dos indivíduos, a focalização nas soluções a despeito da complexidade dos problemas, a promessa da realização dos sonhos, etc. Quer dizer, assim como os provérbios, trata-se de um aconselhamento, mas um aconselhamento bem ao gosto e, especialmente, às *necessidades do individualismo moderno*.

Das funções dos provérbios, o discurso de auto-ajuda, talvez em função das necessidades do homem moderno, reforça especialmente o valor pragmático que eles têm. A esse respeito, até os provérbios fatalistas chamam os destinatários a uma ação que deve trazer resultados;¹¹ nesse sentido, podemos dizer, há neles uma espécie de “esperança” subjacente. O discurso de auto-ajuda, como um simulacro de provérbios, amplia essa esperança para socorrer o seu destinatário, chamando-o a uma ação que deve resolver os seus problemas. Daí o tom otimista de enunciados como: “podemos criar **Sucesso** na nossa vida” (RIBEIRO, 1992,

p.26), “você pode mudar sua vida” (p.56) ou “todo problema tem solução” (p.96). Sendo assim, vale dizer que o discurso de auto-ajuda, enquanto simulacro dos

¹⁰ No segundo capítulo de Brunelli (2004), investiga-se mais detalhadamente a relação entre o discurso de auto-ajuda e o individualismo moderno.

¹¹ Segundo Obelkevich, o fatalismo dos provérbios é, por assim dizer, pragmático, tendo em vista que, quando ocorre, é uma espécie de reação a um mundo cruel e injusto, reação esta combinada com um “chamado à ação, na esfera imediata de cada indivíduo, na qual a ação traz resultados” (p.55).

provérbios, não é a cópia de um modelo original que estaria se perpetuando no tempo, *mas a absorção de certas características que se adaptam às condições de emergência desse simulacro*. Ou, dito de um modo que parafraseia Mainueneau (1989, p.120): quando uma formação discursiva faz penetrar seu Outro constitutivo em seu próprio interior, ela “traduz” esse Outro, isto é, interpreta-o por meio de suas próprias categorias. Constatamos, então, que o Outro não é exatamente um produto pronto e acabado, que o discurso apenas reproduz: é matéria-prima a partir da qual o discurso se constitui num trabalho que desfaz a nitidez das fronteiras entre a identidade e a alteridade.

BRUNELLI, A. F. Self-help counseling: a case of reproduction of the proverbial genre. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.1, p.113-128, 2006.

- *ABSTRACT: In this paper, based on French Discourse Analysis, following the theory developed by Mainueneau, we investigate the relations between self-help counseling discourse and proverbs. The analysis reveals that the self-help counseling discourse reproduces some characteristics of the proverbial genre.*
- *KEYWORDS: French discourse analysis; self-help counseling discourse; proverbs.*

Referências bibliográficas

BRUNELLI, A. F. *O sucesso está em suas mãos: análise do discurso de auto-ajuda*. 2004. 149f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1996.

GREIMAS, A.J. Les proverbes et les dictons. In: _____. *Dus sens*. Paris: Seuil, 1970.

GRÉSILLION, A.; MAINGUENEAU, D. Polyphonie, proverbe et détournement. *Langages*, n.73, p.112-125, 1984.

ILARI, R. et al. Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para análise. In: CASTILHO, A. T.; BASILIO, M. (Org.) *Gramática do português falado: estudos descritivos*. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1996. v. 4. p.79-166.

LYSARDO-DIAS, D. *Provérbios que são notícia: uma análise discursiva*. 276f. 2001. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Tradução de Freda

Indursky. Campinas: Fontes; Editora da UNICAMP, 1989.

OBELKEVICH, J. Provérbios e história social. In: BURKE, P.; PORTER, R. (Org.) *História social da linguagem*. Tradução de Álvaro Hattner. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

RIBEIRO, L. *O sucesso não ocorre por acaso*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

ROCHA, R. *A enunciação dos provérbios: descrições em francês e português*. São Paulo: Annablume, 1995.

Bibliografia consultada

FORNARI, L. M. S.; SOUZA, E. C. As narrativas nos discursos de auto-ajuda. *Revista da FAEEBA*, Salvador, n.15, p.133-141, 2001.

MAINGUENEAU, D. *Sémantique de la polémique*. Lausanne: L'Age d'homme, 1983.

_____. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar, 2005.

RIMKE, H. M. Governing citizens through self-help literature. *Cultural Studies*. v.14, n.1, p.61-78, 2000.

RÜDIGER, F. *Literatura de auto-ajuda e individualismo: contribuição ao estudo da subjetividade na cultura de massa contemporânea*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

IDENTIDADE E IDENTIFICAÇÃO: ENTRE SEMIÓTICA E PSICANÁLISE

Waldir BEIVIDAS¹
Tiago RAVANELLO²

- RESUMO: O texto investiga os conceitos de *identidade* e de *identificação* na interface da semiótica greimasiana e da psicanálise freudiana. Defende a interface com o argumento de que a semiótica não pode pretender fazer *tabula rasa* de conceptualizações por vezes fecundas que foram ou são trabalhadas em outros campos do saber. Basta tomá-las como problemáticas a serem *semiotizadas*, isto é, ajustadas à pertinência do seu método e enfoque. O texto compara sugestões sobre os conceitos, apresentadas no *Dicionário de Semiótica* (GREIMAS; COURTÉS, 1979), com proposições e reflexões posteriores (LANDOWSKI, 1992; ZILBERBERG, 1981). Explora em seguida formulações freudianas sobre identidade e identificação, para propor uma projeção conjunta dos dois num único “quadrado semiótico” que os integre. Propõe que a identidade seja definida como *paixão-limite*, pois, em sentido forte, é um impossível de se obter, nas relações passionais, e que a identificação seja definida como *compaixão*, no sentido de tentar (com-)partilhar o *pathos* (isto é, valores modais e tímicos) do outro. Nota, por fim, que, em semiótica e em psicanálise, tanto o principal mentor de uma (GREIMAS) quanto o criador da outra (FREUD) reconheceram a insuficiência deixada por ambas as teorias quanto aos conceitos em questão. O texto pretendeu apresentar algumas sugestões para tentar reverter a situação.
- PALAVRAS-CHAVE: Semiótica; psicanálise; identidade; identificação.

« Así - como el padre - debes ser » ... « así - como el padre - no debes ser: no debes hacer todo lo que el hace, pues hay algo que le está exclusivamente reservado ».

Freud

¹ UFRJ – Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica – 22290-240 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Endereço eletrônico: waldirbevidas@gmail.com

² Doutorando do Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica – UFRJ – 22290-240 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Endereço eletrônico: tiagoravanello@yahoo.com.br

Preâmbulo

A semiótica não pode pretender buscar *ab ovo* toda a fenomenologia empírica que vai procurar conceptualizar. O terreno discursivo das interações humanas é, desde sempre, objeto de inúmeros olhares – olhar filosófico, sociológico, antropológico, psicanalítico. Não há como poder encontrar um fenômeno “branco”, nas interações humanas, um “grau zero” dos seus semantismos – para nos servirmos livremente das expressões barthesianas – a partir de onde operar semioticamente, desde a partida. Essa parece uma premissa epistemológica senão inelutável, ao menos razoável. O terreno humano das interações discursivas já se nos apresenta matizado, carregado de conceptualizações ou teorias mais ou menos ingênuas, mais ou menos metódicas, mais ou menos rigorosas, por várias disciplinas ou vários campos do saber.

Tivesse Greimas feito *tabula rasa* do terreno onde fundeou sua teoria narrativa, ela não teria tido a coloração proppiana que a caracteriza. E de igual modo, isso vale para o resto de sua teoria semiótica. Portanto, importa-nos, como semioticistas, procurar vasculhar as regiões mais promissoras, mais heurísticas, não importa se de saberes já erigidos em teorias aqui e acolá, e tomá-las como matéria “bruta” para, em seguida, semiotizar, isto é, lançar olhar específico, talvez nem melhor nem pior do que os outros, mas de singular pertinência no enfoque.

Por isso, pretendemos válidas as tentativas de semiotizar as formulações freudianas sobre a identidade/identificação. Não apenas porque, como pensador, ele mereça lugar de mesmo naipe de qualquer filósofo antigo, crítico arguto, historiador competente ou poeta criativo. E, no entanto, Freud ficou, a bem dizer, ‘esquecido’ na montagem de conceitos diretamente atinentes à *semiótica das paixões*. Ora, não vemos, em princípio, por que formulações, por exemplo, de Sêneca sobre a “cólera” (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p.305-7), ou de Proust sobre a “indiferença” (MARCIANI, 1984), dentre outros importantes filósofos e literatos, sobre outras tantas e importantes paixões, sejam mais “verdadeiras”, fecundas ou verossimilhantes do que a reflexão de Freud sobre “amor” ou “ódio”, para servir de material de indagação à construção dessa semiótica passional.

Por certo, na história do pensamento já está consignada e registrada a imensa contribuição que a acuidade de filósofos e a genialidade de literatos nos legaram, cujas reflexões e inspirações a Semiótica soube bem extrair para sua descrição do universo passional. Uma “filosofia das paixões” tem a idade da pedra da filosofia. Testemunha que as paixões nos movem e comovem desde os arcanos de nossa subjetividade. E os poetas souberam, desde sempre, cantar e chorar – para resumir com dois recantos os confins dos sentimentos – a quintessência da alma humana, nelas depositada. O próprio criador da psicanálise, bem advertido quanto a isso,

costumava atribuir aos poetas a descoberta do inconsciente e a ele próprio, mais modestamente, apenas uma metodologia de seu acesso.

No entanto, em que pese a prata fina do pensamento filosófico ou o diamante da intuição poética, talvez estejamos pouco atentos para o valor que, segundo nos parece, pode representar a estratégia freudiana, de ourives, perante as aquisições dos filósofos, críticos ou literatos, os quais tiveram privilégio quase exclusivo na investigação e composição da semiótica das paixões até os dias de hoje. As reflexões e formulações do médico vienense partem de um ângulo, e nele se situam, singular e diferente da postura introspectiva, via de regra ‘solitária’, que o filósofo aciona para depurar a prata de seu pensamento cogitativo ou o literato para lapidar a jóia da sua criação poética.

Convém ressaltar de antemão que as proposições freudianas de modo algum foram fruto de especulação desenfreada, elucubração mágica, esoterismo fantástico, “ansiosa por construir mistérios e pescar em águas turvas” (FREUD, 1915, p.2130). Para seu lamento, suspeições dessas já assombravam sua teoria, desde os inícios. E ainda hoje muitos “demolidores” do psicanalista procuram requentá-las para fazer crer (VAN RILLAER, 1984; WEBSTER, 1999; ZWANG, 1985), e por vezes conseguem, porquanto no ambiente de muitas das ciências humanas circula isso em surdina, entre risos e insinuações de desdém tanto quanto de comisseração. Pelo contrário, a conceptualidade freudiana tem proveniência bem localizada e legítima. Ela resulta da leitura *empírica*, longa e obstinada, dos discursos mais diversos: (a) de seus pacientes diretos, da fala mais concreta e ostentada à mais secreta e renegada, tudo ao molde engenhoso da bricolagem pacienciosa do artesão; (b) da leitura atenta da escritura de pacientes, por assim dizer, a distância (Schreber), leitura de filósofos (Schopenhauer, Nietzsche, Kant), poetas, literatos ou artistas, da Gradiva de Jensen ou contos fantásticos de Hoffmann ao Michelângelo de Leonardo da Vinci.

É nessa leitura *empírico-discursiva* da fala sofrida, na horizontal do divã, ou da escritura literária e filosófica, na vertical da escrivadinha, que praticamente construiu sua conceptualização mais decisiva. E logo cedo Greimas (1966, p.186) notou-lhe a preciosidade, notou-lhe uma “semiótica implícita”, porque baseada, “em grande parte, na busca de um modelo actancial, capaz de dar conta do comportamento humano”. Talvez não haja na história da humanidade pensador que tenha mergulhado mais fundo na alma humana do que o (psic-)analista dos discursos do sofrimento. E, no entanto, estamos construindo uma teoria dos “estados de alma” completamente à margem das suas proposições, numa incômoda ignorância – até onde nos é dado ver, não bem fundada ou justificada explicitamente – sobre uma possível *isotopia do desejo*, ou da pulsão, que talvez comande ‘inconscientemente’ as nossas interações discursivas, nossas enunciações, nossa práxis significante em geral.

É, portanto, com certo tom de “protesto” ou de “inconformidade” (mas também de complementaridade) para com o modo como veio sendo conduzida a semiótica das paixões, desde inícios dos anos 90, do século findo, que o presente trabalho esboça algumas notas de abordagem da identidade e da identificação na interface entre a semiótica greimasiana e a psicanálise freudiana.

Posição do problema

É difícil falar claramente da *Identidade* ou da *Identificação* e por demais fácil resvalar para a confusão. Por isso as reflexões a seguir pedem um certo número de advertências iniciais.

Num dos textos finais da sua obra, uma conferência sobre a “Diseccción de la personalidad psíquica”, Freud lamentava que o mecanismo da identificação, base e fundamento de um processo, que admite muito “complicado”, o da conversão da instância parental em supereu, não lhe permitia o otimismo de crer “haberla penetrado por entero” (1933, p.3136). E admitia também, mais genericamente, o desconforto de que, à questão da “delimitación de conceptos no le hemos dedicado aún en psicoanálisis atención suficiente” (p.3137). E é bastante curioso notar, agora no campo da lingüística saussuriana nascente, que, em pleno exercício das suas descobertas iniciais e fecundas, Saussure procurava nos alertar de que mais importante do que uma descoberta, era atribuir-lhe “la place qui lui revient”, isto é, delimitar-lhe um lugar coerente no corpo da teoria (SAUSSURE, 1975, p.100).

Este é bem o caso quando estamos diante dos conceitos de *identidade* e de *identificação*. Eles precisam não só de uma definição satisfatória, isto é, o desenho conceitual dos seus limites e extensão, como também, mais importante, de um *locus* teórico para poderem ser pensados no interior de uma semiótica e de uma psicanálise *já constituídas* (não importa se bem ou mal), ao mesmo tempo que para poderem fazer pensar uma semiótica e uma psicanálise que *se constituem*, no progresso da pesquisa. A segunda exigência tem prioridade sobre a primeira, a nosso ver, já que as proposições que até hoje a semiótica e a psicanálise puderam nos apresentar, sobre esses conceitos, estão muito aquém da sutileza semântica e da densidade estrutural que – é uma hipótese de trabalho – eles parecem abranger e projetar no interior do discurso ou na arena da vida.

A semiótica da identidade

Mesmo assim, o que Greimas e Courtés nos apresentam no *Dicionário de Semiótica* (1979, p.223-4, verbete *identidade*), não mais que uma página de

comentários, já constitui preciosos índices e pistas para *forçar* a significância³ dos conceitos de identidade e de identificação, para *provocar* sua maior legibilidade, maior clareza, sobretudo quando queremos e temos de pensá-los no interior da dimensão tímica ou passional dos discursos. Para situar brevemente as indicações de Greimas e Courtés (1979), bastaria dizer que, em quatro pequenos parágrafos de proposições, os autores introduzem quatro regiões conceituais, de diferente estatuto, para os conceitos:

- 1) a *identidade* se opõe à *alteridade* (\cong diferença) (como a oposição clássica entre “mesmo” e “outro”) enquanto conceitos que, indefníveis como tais, encontram na sua pressuposição recíproca uma interdefinição suficiente para servir de fundamento à própria articulação da linguagem e/ou das estruturas elementares da significação (cf. o princípio saussuriano da língua como fundada na diferença);
- 2) a *identidade* designa também o traço ou conjunto de traços (sêmicos ou fêmicos) pelos quais dois objetos podem ser vistos em relação mútua, qual seja, por apresentarem, na suspensão das suas oposições, um eixo semântico comum. A valorização e manifestação dessa suspensão, fazendo emergir o eixo semântico comum, provocaria um “efeito de identificação”;
- 3) a *identidade* recobre ainda um “princípio de permanência” que garante ao sujeito a continuidade do seu “ser”, mesmo a despeito das transformações por que passam sua competência e existência (modais) ao longo do percurso narrativo (os procedimentos de anaforização, o nome próprio, entre outros, o sustentam privilegiadamente);
- 4) por fim, entendida como um procedimento do fazer interpretativo, a *identificação* se deixa ver como a operação pela qual o enunciatário assumiria o universo de discurso de um personagem como “idêntico” ao seu próprio – por exemplo, quando “uma jovem leitora se identifica com a personagem de Joana D’Arc”.

A investigação que pretendemos esboçar aqui quer privilegiar as duas últimas das quatro proposições acima, visto que, no caso da primeira, a oposição *identidade vs diferença* pertence às condições fundamentais e epistemológicas, bem genéricas, da estrutura da língua como sistema, ao passo que, no caso da segunda, o efeito de *identificação* (pela suspensão das diferenças dos termos em oposição binária ou quaternária, pouco importa) interessa mais à descrição, bem específica, de uma análise sêmica localizada.

Ao contrário, a *identidade*, concebida para designar um princípio de

³ “Se tudo significa, a análise semiótica deve-se traduzir por um ganho semântico, um suplemento de sentido ...” (ZILBERBERG, 1981, p.34).

permanência para o sujeito, na sua existência (narrativa), e a *identificação*, designada como o fazer interpretativo que projeta uma equivalência entre duas existências modais (a do enunciatário perante um personagem da narrativa), não apenas nos fazem mergulhar imediatamente no coração da vida do *discurso*. Mais que isso, esses conceitos nos obrigam também a ampliar o conceito de discurso, fazê-lo sair do “papel” e atingir a própria *vida*, como discurso. Noutros termos, pedem que arrisquemos a semiotizar o discurso da vida, as *interações* da vida cotidiana. Não é outro o trabalho em que se empenha E. Landowski (1992) desde os anos 80 do século já vivido. Para ilustrar a inflexão, no presente caso, bastaria substituir a “jovem leitora” do exemplo acima – enunciatário de um discurso localizado (a história de Joana D’Arc) –, e considerá-la uma simples “jovem” que se identifica com (aquilo que o micro-universo da sua vida lhe ensinou como sendo a figura de) Joana D’Arc, isto é, a jovem enquanto enunciatário do discurso da vida.

Queremos dizer com isso que esses conceitos não se limitam a um certo número de procedimentos de sujeitos-de-papel, localizados em tal ou tal instância de um discurso aqui ou ali manifestado. Mais que isso, parecem definir, antes, o próprio modo como uma subjetividade se constrói no espaço de interação que é a vida de todos os dias, a vida individual e social entendida como “processo significativo” (LANDOWSKI, 1992, p.12).⁴

Atrair esses conceitos de um espaço discursivo manifestado em texto (histórico, literário...) para o espaço discursivo da vida cotidiana nos conduz, num primeiro momento, a socorreremo-nos da experiência de lide reflexiva, descritiva ou analítica, que eventualmente outras disciplinas possam ter por relação a eles (sociologia, psicologia, psicanálise...). A coleta dos dados dessa experiência é uma tarefa prévia à sua posterior “semiotização”. Trata-se simplesmente de buscar nessas outras paragens novos materiais semânticos pelos quais tentar avançar a reflexão semiótica sobre a identidade e a identificação.

Por força de metiê em que um de nós vem atuando desde o trabalho de doutorado (BEIVIDAS, 2000a), e o outro, desde seu ingresso no mestrado em teoria psicanalítica, a paragem que iniciamos por explorar nestas primeiras incursões foi a da psicanálise. Os resultados modestos a que chegamos não nos permitem mais do que (ao menos) elencar sumariamente diversos campos de problemáticas, regiões conceptuais intrincadas, definições e interpretações bastante obscuras e por vezes confusas. Constatamos que essas regiões se misturam desde um pretendido enraizamento bio-etológico dos conceitos de identidade/identificação, na escala do animal, até o simbolismo mais abstrato, apontado para instâncias transcendentais da filosofia. Ora, como sabemos, a semiótica pugna sempre por

⁴ Isto não é nenhuma novidade ou subversão porquanto, conforme o lembra Landowski (1992, p.12), a semiótica desde suas origens tem-se ocupado do “real” enquanto linguagem e até mesmo do “vivido” enquanto efeito de sentido.

evitar que a *pertinência do sentido* lhe escape das mãos e, ou retroceda para a arena mais substancialista do “infra-humano”, ou então alce vôo para o sidérico transcendental do “supra-humano”. Obter um ganho de sentido, a respeito dos conceitos em foco, situado totalmente à *escala humana*, do homem comum, esse é o objetivo e os limites aqui visados.

Identidade como “princípio de permanência”

Talvez mais do que um procedimento operatório, como “princípio de permanência”, a permitir ao indivíduo “continuar o “mesmo”, “persistir no seu ser” ao longo da sua existência narrativa”, tal como os autores do *Dicionário de semiótica* propõem, a identidade parece querer designar antes, do ponto de vista do sujeito, um *sentimento de permanência* de si mesmo. Trata-se também aqui de um fazer interpretativo do sujeito (como no parágrafo 4 do verbete do Dicionário), fortemente modalizado pela veridicção (/SER/ vs /PARECER/) e sobremodalizado pelo /CRER/: “creio que sou eu mesmo e me pareço”. Os discursos da cultura confortam-nos e reforçam esse sentimento, no sentido de crença, providenciando-nos um sem número de etiquetas: nome próprio, número de identidade, nacionalidade (identidade nacional), cor, raça, etc. Essas etiquetas são artefatos simbólicos, os únicos a nos fazer sentir o sentimento de permanência ao longo da nossa vida. Não temos mais um fio sequer dos cabelos de outrora, nossas células já se substituíram talvez quase todas e milhares de neurônios já se foram de nós. Ou seja, não há nenhuma garantia de qualquer permanência de identidade na substância nua e crua do real. Portanto, o sentimento de identidade própria é um *efeito de sentido* provocado pelos discursos, como práticas sociais, sobre a identidade. Eis, portanto, uma primeira região semântica da identidade a exigir nossa reflexão.

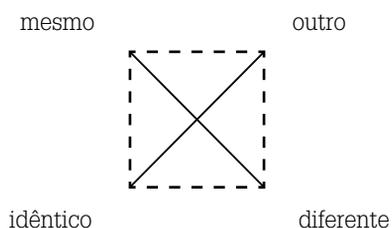
Identidade como paixão(-limite)

Buscando no campo da psicanálise algumas pistas por meio das quais entrar no semantismo intrincado dos conceitos, uma proposição nos pareceu fecunda para ajustar uma distinção semântica entre identidade e identificação: “Freud escolheu a identificação para exprimir a incompletude da identidade; a identificação não faz, na verdade, o mesmo, ela tem por efeito multiplicar esse suposto mesmo” (FLORENCE, 1994, p.145).

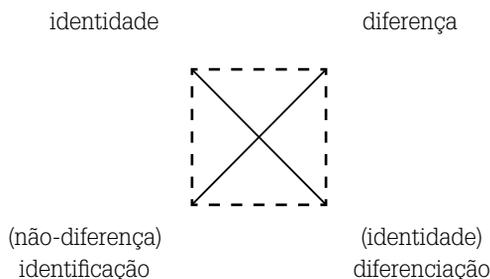
Detenhamo-nos no aspecto de “incompletude” da identidade. Sem pretender entrar aqui no campo das numerosas reflexões filosóficas sobre a Identidade, o Mesmo, o Outro, o Um... – campo que a semiótica prefere evitar a transitar

mal – talvez não seja impróprio imaginar que, em se tratando de um objeto ou de um sujeito, entendidos sempre como efeitos de linguagem, não como seres ontológicos, a identidade absoluta é um impossível de ser galgado: jamais um objeto pode ser, exatamente, o “mesmo” que um outro, jamais um sujeito pode ser, absolutamente, o mesmo que outro. A própria introdução da *alteridade* para servir de parâmetro à avaliação da “mesmidade” impede a *auto-suficiência* do semantismo conceptual da identidade. Sempre haverá um traço sêmico da diferença a parametrizar os eventuais traços sêmicos da identidade (de um objeto ou um sujeito).

Dessa maneira, poderíamos projetar num quadrado semiótico uma articulação dos conceitos em questão, a partir da sugestão das modalidades “têmicas” que Zilberberg (1981, p.45) assim dispõe:



Pensamos, no entanto, que haveria vantagem heurística podê-las reinscrever da seguinte maneira:

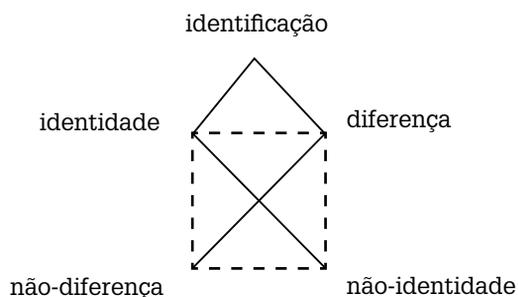


A vantagem desta última representação fica evidente não apenas porque inclui a “implicação” entre identificação → identidade na mesma *deixis*, introduzindo uma vetorização entre os conceitos (e conseqüente possibilidade de hierarquização teórica, em termos de pressuposição lógica). Há mais.

As reflexões psicanalíticas de Freud fazem da identificação um mecanismo privilegiado de processos psíquicos. Ela é concebida como a operação “primitiva”

e originária de uma “ligação afetiva com outra pessoa” (1973, p. 2585): “parecer” com os pais, ou “ser” como eles é, segundo Freud “o desejo mais intenso e decisivo” dos anos infantis (1973, p.1361). Isso talvez já nos bastasse, num primeiro momento, para entender que, modalizada por um forte “querer”, isto é, um querer tônico-*tensivo*, a identificação traduz uma posição semântica do sujeito vetorizada para a busca de uma *identidade* (absoluta, mas impossível) com quem de direito (os pais e posteriormente seus delegados, na visão atorializada de Freud). A identidade tratar-se-ia, pois, de uma *paixão-limite*, ponto de miragem patêmica do sujeito, mesmo se totalmente fundada numa posição epistêmica ilusória (/CRER-SER/ + /NÃO-SABER-NÃO-SER/) e inelutável (/CRER-SER/ + /NÃO-SABER-NÃO-PODER-SER/). Assim situada a identidade, numa região limite a permanecer como uma linha do horizonte, todas as situações humanas de vínculos sociais ou de construção da subjetividade, de interações intersubjetivas ou da dinâmica (libidinal) psíquica, se distribuiriam na larga faixa de um percurso sob tensão entre o pólo do mesmo e do outro, no percurso complexo, matizado e fortemente modalizado, da *Identificação* ou das identificações.

Hesitamos entre a proposição do quadrado acima e uma outra possível, mais próxima da interpretação de Greimas, quando designa como efeito de identificação a resultante da suspensão das oposições entre termos contrários. Esta última proposição poderia se inscrever na seguinte representação:



Pensamos, no entanto, que na proposição anterior, a identificação situada na “negação” da diferença e “vetorizada” para a identidade parece prometer maior elasticidade para suportar o dinamismo modal que parece caracterizar todos os seus modos de expressão.

As identificações freudianas

Mesmo fazendo uso farto do mecanismo da identificação, Freud reconhece em vários momentos de sua obra que ela engloba “processos insuficientemente conhecidos e difíceis de descrever” (FLORENCE, 1994, p.134) e, num texto bem tardio, declara-se “pouco satisfeito” com suas formulações a respeito (LAPLANCHE; PONTALIS, 1967, p.189).⁵ Quase cinqüenta anos após a reflexão freudiana, os autores do *Dicionário de Semiótica*, no comentário que fazem do exemplo da jovem Joana D’Arc, exemplo que classificamos como bem “freudiano”, também admitem que, “entendida nesse sentido, a identificação encontra-se ainda insuficientemente explorada” (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p.224).

Insuficiência nos dois campos, portanto, as formulações do psicanalista têm o inegável mérito de trazer-nos um material empírico abundante – do discurso da vida – que apresenta muitos desafios à investigação desse conceito. Algumas dessas formulações situam-se, é verdade, num limite incômodo entre o orgânico e o psíquico; outras, por sua vez, se apresentam já mergulhadas de pleno direito na arena das interações simbólicas, na arena do universo das significações humanas. As notas que apresentamos aqui não querem ir além de um breve comentário sobre as identificações freudianas. Queremos introduzir essas formulações no campo de investigação da semiótica para possíveis avanços e debates, mesmo se temos de evitar, propositalmente, discutir, neste momento, as divergências sérias de conceptualização entre as disciplinas da psicanálise e da semiótica.⁶

A identificação como “incorporação” ou “predação”

O limiar mais baixo (mais orgânico) da identificação, no pensamento freudiano, talvez esteja mesmo envolto numa certa “obscuridade conceitual” (SOUZA, 1994, anexo p.IX). Não sem razão, diz Freud, se tem comparado esse limiar da identificação à “incorporação oral, canibal, de outra pessoa” (1933, p.3136). O psicanalista a interpreta como uma “ramificação da primeira fase, a fase oral da

⁵ E. Roudinesco (1997, p.477) atesta que, em Freud, a identificação jamais recebeu definição sistemática. E nem a psicanálise atual, informam os autores do *Vocabulário*, se voltou ainda a uma “sistemização que ordene as suas modalidades” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1967, p.189).

⁶ Divergências que, a nosso ver, se concentram basicamente em dois fatores determinantes: (a) a descrição psicanalítica tem uma *imagerie* “genética” – a evolução das fases do psiquismo do bebê ao adulto – enquanto a semiótica privilegia o “gerativo” – reconstrução por pressuposição lógica do advento da significação nos discursos (conferir uma discussão mais ampla em Beividas, 2000b); (b) todos os processos psíquicos (significantes) para a psicanálise se desenrolam sob a pressão da dinâmica pulsional ou libidinal, como “matriz” de qualquer relação intersubjetiva, dinâmica, em que se acotovelam as pressões do recalque, da resistência, da censura, da denegação..., enquanto, para a semiótica, as “pré-condições” do sentido repousam num *locus* (“sensível” ou de “sensibilização”) que, quando muito, permite reservar ao pulsional apenas o estatuto de uma simples isotopia, como outras, isto é, uma das tantas maneiras (a maneira sexual) de resolver uma sensibilização ‘ascendente’, que vai emergir à sua manifestação nos discursos da vida do sujeito.

organização da libido, durante a qual o sujeito se incorporava ao objeto ansiado e estimado, comendo-o, e, ao fazê-lo assim, o destruiu” (1921, p.2585).

Esse limiar, que pode ser visto como protótipo da identificação, ou identificação canibal, serve bem aos propósitos de autores que buscam um enraizamento biopsicológico para as estruturas (de significação), pois defendem que essa incorporação nada mais seja do que um remanescente psíquico da predação: “a interpretação em termos de *lacet* de predação do esquema estrutural da identificação abre uma via real para compreender a identificação como um processo psíquico herdando os grandes problemas da regulação biológica” (PETITOT, 1981, p. 231). Este autor vê aí o canteiro de um “problema imenso” para se estudar, e outros tentam igualmente explorar a noção “francamente morfológica” da identificação, com o recurso thomiano da teoria das catástrofes: “talvez seja do lado das identificações que se encontrarão as relações mais extensas entre a obra de Freud e aquelas de Thom, mas também as maiores dificuldades” (PORTE, 1995, p.123-4).

É de se notar, porém, que, nessa região conceptual da identificação como predação, uma observação do próprio Thom parece não autorizar o otimismo dos autores acima. Na sua tentativa de introduzir um dinamismo na estrutura do quadrado semiótico, Thom (1983, p.56, *italico* nosso) observa que as estruturas cíclicas [o quadrado semiótico] “diferem consideravelmente das interações biológicas irreversíveis como a predação: naquelas, o objeto de valor pode ser ingerido por um outro actante *ou* identificar-se com ele”.

Presumimos que a “diferença considerável” que a formulação de Thom põe entre predação e identificação semiótica (ou estruturas cíclicas) pareça pôr um certo freio na tentativa de resolver, como continuidade, a equação identificação predatória e identificação propriamente dita, ou “simbólica”. O que mais nos interessa nesse gênero de proposições é que, se encaramos o ato da predação, ou do canibalismo, como uma forma primitiva de assimilação da *pregnância* – valores semânticos da coragem, força, valentia, destemor e, mais amplamente, do ‘espírito’ do outro (devorado) –, não apenas poderemos fazer todo o universo dos discursos da antropofagia mergulhar imediatamente no campo do sentido, e provocar com isso o ganho de sentido ou a forte densidade ‘simbólica’, isto é, semiótica, desses tipos de discurso, relegados a um certo *desdém*. Mais ainda, é possível com isso termos uma *definição mínima* da identificação enquanto forma “a mais primitiva de enlace afetivo” (Freud, 1921, p.2586): a identificação poderia definir-se fundamentalmente como uma *somação (sublimada) da pregnância do outro*.

A caracterização de sublimação para a *somação* – ainda carente de melhor desenvolvimento por parte da nossa pesquisa – funda-se na hipótese, primeiramente genérica, sobre aquilo que alguns psicanalistas admitem como

uma “íntima conexão” entre os processos de identificação e de sublimação (FLORENCE, 1994, p. 124). Em seguida, mais especificamente, a hipótese é a de entender a somação sublimada como um ato “ascético”, isto é, de ascender o real à dignidade do simbólico, espécie de limiar de conversão dos *estados de coisa* aos *estados de alma*. Noutros termos, no lugar da devoração (real) do outro, o sujeito sublima essa devoração numa identificação à pregnância do outro – dando, pois, uma nova saída ao irreversível da predação animal, a saída da dinâmica “cíclica” passível de caracterizar os percursos semânticos do sujeito no interior do quadrado semiótico, isto é, a dinâmica polêmico-contratual que vai moldar toda forma de interação humana.

Desse modo, quer se trate, de início, do gesto ainda somático da criança (não propriamente sugar o leite da mãe, mas, por assim dizer, sugar a mãe pelo leite), quer se trate, em seguida, da somação ‘imaginária’ (/OUERER-SER/ como o pai) a identificação galga daí em diante a encruzilhada dos caminhos simbólicos da imitação, da idealização, dos modelos de vida, identidades grupais, comunidades religiosas, sentimentos de respeito, admiração a um líder, enfim, todo o complexo de interações que se traduzem nas inúmeras formas de expressão dos vínculos sociais.

Identificação parcial, como “traço único”

Segundo uma das tantas definições freudianas, a identificação consiste em “conformar o próprio eu analogamente ao outro tomado como modelo”. Porém, embora isso lhe pareça estranho, não se trata de uma cópia ou assimilação do todo do outro. A identificação se caracteriza por ser “parcial e altamente limitada, contentando-se em tomar um *único traço* da pessoa-objeto” (1921, p. 2585-6). Um dos exemplos de Freud é o do caso Dora, que reproduz apenas a tosse do pai.⁷

Os estudos que estamos fazendo ainda não nos permitem uma avaliação satisfatória disso, mas os exemplos freudianos deixam dúvidas: a “tosse” de Dora pode mesmo ser entendida como traço único do pai? Ou deixa-se ver, antes, como a manifestação ‘sincrética’, de um só golpe, de toda uma constelação sêmica concenente (valores modais do pai), constelação intrincada que caberia à análise esfoliar?

Talvez a via mediana seja a mais razoável: nas relações de identificação não assumimos (no sentido de somação) a pregnância total do outro. Mas ela também não se limita drasticamente a apenas um único traço pregnante, um único valor modal. Identificamo-nos a um conjunto desses traços: todos detestamos

⁷ Essa formulação encontrou receptividade bastante forte em Lacan e foi desenvolvida por ele num denso seminário sobre a Identificação como “traço unário”, que não comentaremos aqui por falta de estudo mais aprofundado, ou antes, de uma compreensão que nos satisfaça minimamente e não se limite a repetir em estribilho algumas frases pontuais de Lacan, tal como ocorre genericamente em muitas reflexões da literatura pós-lacaniana concenente a esse tema.

a 'hitlerocidade' – para homenagear a saborosa construção de Guimarães Rosa – isto é, a atrocidade de Hitler, mas há um quê de carismático e de líder que muita gente lhe admira e imita. Na verdade, a dificuldade maior na análise semiótica (e na clínica psicanalítica) é mesmo a de conseguir extrair satisfatoriamente a constelação sêmica de valores modais que aprisionam a identificação do sujeito ao outro, sob a forma do traço, único ou não.

Identificações neuróticas

Mais do que um tipo de identificação, alguns psicanalistas preferem dizer que estamos aqui diante de um “conglomerado identificatório”, ou um conglomerado de “identificações cruzadas” (KRISTEVA, 1994, p.50). Outros preferem tomar toda a reflexão freudiana sobre a identificação e tipificá-la como identificação totêmica, melancólica, narcísica, histérica, entre outras, conforme sejam detectados possíveis matizes diferenciados entre o “eu”, o “ideal do eu”, relações de objeto, enfim, matizes erigidos dentro da conceptualidade psicanalítica (FLORENCE, 1994, p.130-2).

Para nosso ponto de vista, de interface entre semiótica e psicanálise, presumimos, interessa mais explorar o terreno fortemente modalizado que se daria no largo espectro das identificações *neuróticas* em sentido genérico – entenda-se por isso desde o homem de patologia comum àquele de patologia exacerbada. A jovem Joana d'Arc do exemplo de Greimas e Courtés se enquadraria eminentemente na presente região semântica da identificação.

Um dos exemplos de Freud para caracterizar essa região é o de uma jovem aluna de pensionato que recebe de seu secreto amor uma carta, que a deixa excitada de ciúmes, diante do que reage com ataques histéricos. Algumas amigas suas, que conhecem os fatos, poderão ser vítimas de um *contágio psíquico* e sofrerão de igual ataque. Freud deduz disso, enquanto mecanismo de identificação, a “aptidão ou a vontade de colocar-se na mesma situação” (1921, p.2586) – noutras palavras, de /poder/ ou /querer/ pôr-se na mesma situação. Segundo Freud, esse tipo de somação equivale a um “processo dedutivo inconsciente”:

estes fatos despertam sua compaixão, e então se desenvolve nelas, embora sem chegar à sua consciência, o seguinte processo dedutivo: “se tais causas provocam ataques como este, também eu posso tê-los pois tenho idênticos motivos...”. Assim pois, a identificação não é uma simples imitação, senão uma apropriação baseada na mesma causa etiológica, expressa uma equivalência e se refere a algo em comum que permanece no inconsciente. (1900, p.438-9)

A semiótica, até o presente momento, ainda não teve meios de adentrar suficientemente a arena fortemente coercitiva que os mecanismos do recalçamento, da censura, da resistência, da repetição, entre outros, representam para o fazer

interpretativo do sujeito. Se pensarmos nas injunções imperativas – “como teu pai deves ser, como teu pai não podes ser” (cf. epígrafe) –, nas injunções volitivas (querer-ser como o pai; querer-ter o seu objeto de desejo), ou na *compaixão* genérica que comanda, ao que parece, os bastidores da identificação – QUERER/DEVER/PODER/SABER colocar-se na *mesma* situação, no mesmo PATHOS;⁸ se, por outro lado, investigarmos as sobremodalizações epistêmicas e veridictórias, por meio das quais o sujeito não apenas supõe (CRER) a pregnância do outro, mas também a supõe como ‘verdadeira’ (SER vs PARECER), então teremos de retomar, em semiótica, o vasto campo das articulações modais – um pouco desdenhado ultimamente – para explorar os infinitos arranjos pelos quais, pelas tensões implicativas entre identidade e identificação, se constituem as interações da vida social, as posições da subjetividade.

BEIVIDAS, W.; RAVANELLO, T. Identity and identification: Semiotics and Psychoanalysis. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.1, p.129-144, 2006.

- **ABSTRACT:** *The text investigates the concepts of identity and identification in the interface between Greimasian semiotics and Freudian psychoanalysis. It defends the interface with the argument that semiotics cannot make tabula rasa of occasionally fecund concepts that are or were used in other fields of knowledge. It is enough to take them as problematic issues to be semiotized, i.e., adjusted to the pertinence of the semiotic method and approach. The text compares suggestions about the concepts, introduced in the Semiotics Dictionary, with subsequent proposals and reflections (LANDOWSKI, ZILBERBERG). It also explores Freudian formulations about identity and identification, in order to propose a joint projection from both into a unique “semiotics square” which integrate them. The text aims to propose that identity be defined as passion-limit, since, in a strong sense, it’s an impossible to be obtained, in passion relations, and that the identification be defined as compassion, in order to try to share(with) the pathos (that is, modal and thymic values) from the other. Finally, it notes that, in semiotics and psychoanalysis, both the former’s first mentor (GREIMAS) and the latter’s creator (FREUD) recognized the inadequacy left by both theories in respect to the concepts in question. This text intended to put forward a few suggestions to try and revert this situation.*
- **KEYWORDS:** *Semiotics; psychoanalysis; identity; identification.*

⁸ Note-se aqui que a expressão “compaixão” não é tomada limitadamente no sentido de “compadecer-se”, tal como proporciona uma primeira leitura da citação freudiana logo acima. O ganho de sentido que pretendemos com o termo é de propor a identificação como um “almejar a situação em que o outro está”, isto é, seu *pathos*, querer o valor (a alta estima) que o outro representa no imaginário do sujeito, noutros termos, (com-)partilhar a pregnância (valores modais, cognitivos, pragmáticos e/ou tímicos) do outro. O exemplo greimasiano da jovem frente a Joana d’Arc ilustra-o bem, assim como o de qualquer fã frente a seu ídolo.

Referências bibliográficas

BEIVIDAS, W. *Inconsciente et verbum: psicanálise, semiótica, ciência, estrutura*. São Paulo: Humanitas, 2000a.

BEIVIDAS, W. Semiótica e psicanálise: o gerativo e o genético. In: PINO, D. *Semiótica: olhares*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000b. p.33-43.

FLORENCE, J. As identificações. In: ROITMAN, A.(Org). *As identificações na clínica e na teoria psicanalítica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. *Tensão e significação*. São Paulo: Discurso Editorial; Humanitas, 2001.

FREUD, S. La interpretación de los sueños (1900). In _____. *Obras completas*. Tradução de Luis Lopez Ballesteros y de Torres. 3.ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973. p.343-720.

_____. La novela familiar del neurotico (1908). In _____. *Obras completas*. Tradução de Luis Lopez Ballesteros y de Torres. 3.ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973. p.1361-3.

_____. Lecciones introductorias al psicoanálisis (1915). In _____. *Obras completas*. Tradução de Luis Lopez Ballesteros y de Torres. 3.ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973. p.2123-2412.

_____. Psicología de las masas y análisis del yo (1921). In _____. *Obras completas*. Tradução de Luis Lopez Ballesteros y de Torres. 3.ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973. p.2563-610.

_____. El «yo» y el «ello» (1923). In _____. *Obras completas*. Tradução de Luis Lopez Ballesteros y de Torres. 3.ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973. p.2701-28.

_____. El malestar en la cultura (1929). In _____. *Obras completas*. Tradução de Luis Lopez Ballesteros y de Torres. 3.ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973. p.3017-67.

_____. Nuevas lecciones introductorias al psicoanálisis (1933). In _____. *Obras completas*. Tradução de Luis Lopez Ballesteros y de Torres. 3.ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973. p.3101-206.

GREIMAS, A. J. *Sémantique structurale*. Paris: Larousse, 1966.

GREIMAS, A.J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1979.

GREIMAS, A. J.; FONTANILLE, J. *Sémiotique des passions: des états de choses aux états d'âme*. Paris: Seuil, 1991.

KRISTEVA, J. O real da identificação. In: ROITMAN, A.(Org). *As identificações na clínica e na teoria psicanalítica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulaire de la psychanalyse*. Paris: PUF, 1967.

- LANDOWSKI, E. *A sociedade refletida: ensaios de sociossemiótica*. São Paulo: Educ; Pontes, 1992.
- MARCIANI, F. Les parcours passionnels de l'indifférence. *Actes Sémiotiques: Documents*, Paris, n. 53, p.5-30, 1984.
- PETTITOT, J. Psychanalyse et logique: plaidoyer pour l'impossible. In: MAJOR, R. (Org.) *Le lien social*. Paris: Confrontation, 1981.
- PORTE, M. *La dynamique qualitative en psychanalyse*. Paris: PUF, 1995.
- ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dictionnaire de la psychanalyse*. Paris: Fayard, 1997.
- SAUSSURE, F. de. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1975.
- SOUZA, O. *Fantasia de Brasil: as identificações em busca da identidade nacional*. São Paulo: Escuta, 1994.
- THOM, R. Structures cycliques en sémiotique. *Actes sémiotiques: Documents*, n.47/48, Paris, 1983.
- VAN RILLAER, J. *Les illusions de la psychanalyse*. Bruxelles: P. Mardaga, 1984.
- WEBSTER, R. *Por que Freud errou: pecado, ciência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- ZILBERBERG, C. *Essais sur les modalités tensives*. Amsterdam: John Benjamins, 1981.
- ZWANG, G. *La statue de Freud*. Paris: Robert Laffont, 1985.

RAZÃO E AFETO: A ARGUMENTAÇÃO NA CRÍTICA DE ARTE

Lucia TEIXEIRA¹

- RESUMO: O artigo analisa a argumentação em textos de crítica de arte, tomando como exemplos um texto de Ferreira Gullar e outro de Luiz Camillo Osório, a respeito da obra de Lygia Clark. Com a fundamentação teórica da semiótica francesa, mostra que a argumentação se desenvolve como uma praxis enunciativa constituída tanto de um programa de manipulação que usa recursos de persuasão fundamentados na descrição e explicação de procedimentos e efeitos estéticos quanto de um mecanismo de sensibilização do discurso por meio dos afetos que advêm do contato do corpo do sujeito com a obra de arte.
- PALAVRAS-CHAVE: Argumentação; crítica de arte; manipulação; contágio; afeto no discurso.

O homem só inventou a pintura porque existe uma parte da experiência humana que não se traduz em palavras.

Ferreira Gullar, 2003, p.78

A epígrafe de Ferreira Gullar serve-me aqui de ponto de partida para refletir sobre a relação de produção de sentido que se estabelece entre arte e crítica de arte. Numa espécie de percurso experimental, em que o ensaio parte da contemplação de um trabalho plástico, reúno a constatação de Gullar de que linguagens diferentes expressam experiências humanas diferentes à minha visita à exposição “Abrigo poético – Diálogos com Lygia Clark” (MAC, Niterói, setembro a dezembro/2006). Para bem realizar tal percurso, passei antes por dois textos críticos – um do próprio Gullar, publicado no belo livro *Relâmpagos*, outro de Luiz Camillo Osório, crítico de arte do jornal *O Globo* –, que indicam, ambos, possibilidades estimulantes de leitura da obra de Lygia.

¹ Universidade Federal Fluminense – Instituto de Letras – Departamento de Ciências da Linguagem – 24210-200 – Niterói – RJ – Brasil. CNPq. Endereço eletrônico: luciat@bn.microlink.com.br

São dois os problemas a tratar: de que modo a crítica orienta o olhar do espectador e de que modo essa orientação não é inteiramente capaz de afastar a surpresa do deslumbramento, o relâmpago que, segundo Gullar, transforma um objeto do mundo em acontecimento estético. Pretendo mostrar justamente que um problema não anula o outro, mas, ao contrário, um ilumina o outro, só podendo a crítica cumprir sua função se for capaz de explicar as relações da obra com a linguagem e com a história e ao mesmo tempo preencher o estado de espera do leitor e potencial espectador com o prenúncio da emoção que advirá do contato de seu corpo com a obra.

Percorre-se uma exposição como se entra num texto: de início, sensações ainda sem discurso, a pulsação de materialidades significantes, o sujeito imerso na inquietação da ausência de sentido; em meio a isso, uma repetição, uma ruptura, uma intensidade, um descompasso – e o sentido começa a tomar forma. Numa exposição, como num texto, é preciso selecionar, associar, imprimir discontinuidades, para compreender. Há uma ordem para o percurso, há seqüências e interrupções, o tempo do movimento marcado no espaço dividido em salas, núcleos, temas. Nas paredes curvas do MAC pulsam as telas de onde saem as dobras, os encaixes, a superação do suporte já anunciada. Jogam-se ao chão, sobre pequenos pedestais e ganham a forma de objetos, esculturas, novas formas dobradas, encaracoladas, prateadas, douradas, brancas – e da cor volto às paredes, vejo mais cores, meu olhar vagueia, Maria Leontina, Samsor Flexor estão ao lado, e Amílcar de Castro e Hélio Oiticica e mais tantos, todos submetidos ali, naquela sala, à influência de Lygia, a seu poder formal, à sua reflexão vigorosa. Meu olhar vagueia ainda, meu corpo se move e vejo entrarem os meninos da escola, no dia de ingresso gratuito, bendito dia de formar novos olhares, fico observando o barulho que fazem, os risos da incompreensão, a curiosidade do olhar. Mexem-se, sobem e descem rampas, olham-se de pequenos balcões, riem de tudo, de vez em quando voltam às obras, sentam-se para brincar, agora que os museus descobriram que são espaços vivos e transformaram a arte em jogo ninguém escapa de um quebra-cabeças com peças “tiradas” dos quadros. Pois os meninos estão ali, comigo, e mais um sujeito que explica em inglês a duas senhoras que é preciso olhar de lugares diferentes para o desenho de Hélio Oiticica para ver o movimento das peças coloridas, e mais casais de namorados desatentos, e mais os turistas de sempre com seus mágicos celulares transformados em câmeras. Tudo isso vai formando um turbilhão de imagens e palavras e vai me ajudando a construir o sentido da exposição. Tantas vezes já vira as peças de Lygia Clark e nunca as vira desse modo!

Os movimentos do corpo vão fazendo com que eu veja o que não havia antes visto e que sempre havia estado lá, coisa do mundo, à espera da contemplação. Já Merleau-Ponty (2004) observava essa relação, quando dizia que o mundo visível

se associa ao mundo dos movimentos motores, para mostrar que a visão não é uma operação do pensamento, mas uma relação direta do corpo com o mundo.

Vou e volto, primeiro andar, segundo andar, primeiro de novo, movimento agora os olhos, enquadro de várias maneiras o que vejo, observo os tamanhos, as cores, os movimentos. Direita, esquerda, para cima, para baixo, concentração, dispersão. Perco-me de Lygia e recordo Merleau-Ponty: a visão não é um certo modo do pensamento ou presença em si, é o meio que me é dado de estar ausente de mim mesmo, de assistir de dentro à fissura do ser. É nesse movimento de sair e retornar que o sentido toma forma, vira discurso.

Mas o sentido, esse do verbo, já me havia sido dado antes, no livro, no jornal, na explicação. De que modo então eu me esquecera dele, desse sentido renunciado, nesse turbilhão de movimentos? Não, não me esquecera, estava lá, dentro de mim, em minha cabeça que é também meu corpo, estavam lá a palavra de Gullar e o texto de Osório.

Junto comigo, os espectadores que não leram, talvez, nem Gullar nem Osório, descobrem também eles sentidos para aquela obra, para aquele museu. E aquelas janelas, aquele mar, os visitantes atentos ou dispersivos, tudo me leva de volta à fenomenologia. O que buscam tantos espectadores? De que modo cada um percorre a exposição, o que pode ver e o que retém do que vê quando sai dessa sala quase cheia? E como sai esse espectador, o que leva com ele e de que modo passa a olhar o mundo?

Penso nesse espectador – em mim mesma – como o ser fissurado de Merleau-Ponty, que sai de si pelo olhar e retorna a si pela memória do que viu, organizada como sentido, como ordem do mundo. O corpo que vê e se movimenta percebe do mundo as sensações, mas as sensações já se manifestam recobertas de discurso, a percepção do mundo estando sempre submetida à semiotização da experiência. Não há pureza, não há estado original possível e toda filosofia, toda semiótica, toda ciência, afinal, precisa enfrentar essa espécie de pecado original da existência na linguagem.

Para enfrentá-lo é que criamos teorias, nomenclaturas, modelos. É pela via da semiótica francesa que começo, então, a pensar na função da crítica, em seu poder de convencimento, de persuasão e no modo como pode transformar aquilo que o senso comum chamaria “sensibilidade” em carga afetiva do discurso, de modo a associar a explicação e a descrição à paixão e aos efeitos de atração e repulsão experimentados pelo sujeito diante do objeto.

Giulio Carlo Argan, grande crítico de arte italiano, comentando os enganos históricos da crítica, defende a necessidade de aliar à atividade crítica o conhecimento da história da arte, a partir de comentário sobre o engano de avaliação que fez consagrar Cabanel em vez de Cézanne:

O pequeno-burguês que admirava Cabanel e desprezava Cézanne julgava certamente mal (como um juiz que ignorando a jurisprudência erra a sentença), mas ainda assim julgava; se tivesse conhecido a história da arte, teria entendido que a arte de Cézanne, não a de Cabanel, podia enquadrar-se num discurso histórico coerente. A função do método é justamente fornecer ao juízo um fundamento de experiência que reduza ao mínimo a margem de arbítrio, o risco de introduzir um não-valor numa série de valores e de construir, assim, uma falsa história. (ARGAN, 1992, p.17)

Argan introduz, nessa passagem, ao falar de jurisprudência, sentença, juízo e arbítrio, um esboço da rede figurativa que enquadra a crítica numa função de julgamento. Também aí a oposição entre ignorância e conhecimento aponta para determinadas competências que atribuem ao enunciador de textos de crítica de arte autoridade para proceder ao julgamento. As análises de textos de crítica de arte que empreendo já há algum tempo me mostram que se constitui na crítica uma práxis enunciativa que deve ir além da racionalidade da explicação, para enfrentar os afetos e sensibilizar o espectador.

Para explicar o conceito de práxis enunciativa, Schulz (1995) recorre a Denis Bertrand e fala em formas discursivas que o uso das comunidades sócio-culturais fixa sob a forma de tipos, de estereótipos ou de esquemas. Retomando o que chama de “orientação recente da semiótica greimasiana”, o autor propõe uma concepção da enunciação que articule as formas discursivas resultantes do ato individual de enunciação com as organizações culturais, mais ou menos congeladas, da significação que, situadas acima da iniciativa do sujeito enunciador, dependem da práxis enunciativa e constituem o que chama de “o impessoal da enunciação”. Para Schulz, o discurso é tanto uma criação como o resultado de uma *bricolage* que reutiliza os materiais de criações anteriores. A originalidade do discurso vai depender dos modos como reage ou responde à exploração dos resíduos discursivos que acolhe. Propõe-se, em consequência, uma concepção de enunciação que articule as formas discursivas resultantes do ato enunciativo individual com o que o autor chama de “organizações culturais, mais ou menos congeladas, da significação”, que independem da iniciativa particular do sujeito enunciador, mas que o incluem numa práxis enunciativa que, garantindo a previsibilidade, atua como força coesiva do discurso e assegura sua força argumentativa pela naturalização que confere a determinados materiais discursivos.

Segundo Greimas e Fontanille (1993), essa práxis caracteriza o modo de constituição semiótica de culturas. Assim, por exemplo, espera-se, num texto de crítica de arte, a debreagem de vozes que confirmem a palavra do enunciador, a referência a recursos técnicos da obra de arte analisada e aos efeitos que

produzem, como demonstração da competência do crítico, a valorização do percurso de aprendizagem do artista e o reconhecimento de seu trabalho; espera-se, enfim, um movimento discursivo que, ao mesmo tempo em que fala da obra e do artista, instala a autoridade do crítico.

Nas pesquisas que empreendi com *corpora* de textos de crítica de arte do pré-modernismo, do modernismo e do momento contemporâneo, observei a reiteração desse esquema discursivo, bem como a possibilidade de ir além dele, em textos que associam à racionalidade da explicação e descrição a disseminação, no discurso, dos impactos da obra apreciada sobre o sujeito crítico. Há no crítico, assim, tanto um sujeito dotado de saber quanto um espectador afetado pelo acontecimento estético.

Esses dois aspectos da crítica de arte passam a ser agora desenvolvidos: sua configuração como um programa de manipulação que obedece a um esquema próprio de sanção fundamentada em aspectos objetivos, mensuráveis, descritíveis, e sua qualidade de discurso de sensibilização dos afetos do leitor, capaz de oferecer à contemplação e usufruto do espectador o “sentido sentido” de que fala Landowski (1999) em seu texto sobre o contágio.

Argumentação como programa de manipulação

As bases para o estudo da argumentação como um programa de manipulação foram sistematizadas por Diana Luz Pessoa de Barros, em seu fundamental *Teoria do discurso* (1988). Já ali, a autora mostrava que a argumentação precisava ser revista e considerada como uma estrutura de “programas narrativos de busca ou de construção do saber ou de procura de adesão e de confiança” (BARROS, 1988, p.111) e considerava três procedimentos utilizados pelo enunciador para influenciar o enunciatário: a implicitação ou explicitação de conteúdos, a prática de atos ilocucionais para atingir fins perlocucionais e a argumentação em sentido restrito. Os três procedimentos apresentam-se confundidos no fazer persuasivo do enunciador e constituem a argumentação em sentido lato (BARROS, 1988, p.98-113).

É justamente essa idéia de “confusão”, a idéia de que vários procedimentos e mecanismos sintáticos e semânticos estão envolvidos na argumentação, que me leva a considerar a relação entre os níveis narrativo e discursivo do percurso de sentido como uma outra “confusão” a ser levada em conta, também esta assinalada por Barros, que vai mostrar, com exemplos, o modo como esquemas argumentativos se explicam narrativamente.

Estão em jogo, portanto, dois níveis do percurso gerativo de sentido: o narrativo e o discursivo. O primeiro é mais abstrato que o segundo; nele se articulam relações

entre sujeitos e objetos, num nível esquemático, que se manifesta em estados e transformações redutíveis a operações de conjunção ou de disjunção entre sujeitos e objetos. O segundo nível, o discursivo, recobre o anterior, por meio da intervenção de um sujeito da enunciação que projeta as categorias de tempo, espaço e pessoa, além de selecionar temas e figuras. Assim, por exemplo, a narrativa da trajetória profissional de um pintor, redutível a um esquema de passagem de um estado inicial disjunto para um estado final conjunto, considerando como os dois pólos da operação de junção um sujeito /pintor/ e um objeto-valor /reconhecimento/, pode ser discursivizada num verbete de dicionário, num texto crítico, numa louvação, num poema, numa pintura. Cada uma dessas manifestações discursivas dá forma textual a uma narrativa em que um pintor, em estado inicial de disjunção com o reconhecimento, termina por sofrer uma transformação que o leva a um estado final de conjunção com esse valor.

Há ainda um primeiro nível do percurso, mais abstrato que o narrativo, o nível fundamental, em que estão em jogo as oposições semânticas fundamentais geradoras do sentido do texto. A análise do percurso, considerando didaticamente a existência dos três níveis, cada um com uma sintaxe e uma semântica próprias, é o caminho mais interessante para observar a construção do sentido como um mecanismo de reiterações e transbordamentos, marcado por previsibilidade e surpresa. É também por meio da análise de cada nível que se pode perceber a operacionalidade da utilização de categorias de um nível de análise para compreender procedimentos de outro nível.

É essa possibilidade de articulação entre os níveis do percurso que permite o tratamento da argumentação, que é um mecanismo discursivo, como um programa de manipulação.

Um programa de manipulação, tal como o concebe a semiótica, não se reduz ao sentido corrente da palavra manipulação, muito gasta em tempos de juízos simplificados, concretizados, por exemplo, em pesquisas de opinião ligeiras, do tipo “a televisão manipula o comportamento das pessoas?”, “a propaganda eleitoral consegue manipular a vontade do eleitor?” etc. Não é essa a manipulação de que fala a semiótica, não um mero ato mecânico comunicacional de imposição de vontade de um locutor sobre um ouvinte apático e amorfo.

A relevância da abordagem semiótica da narrativa prende-se à sua articulação com o espetáculo do homem no mundo, querendo isso dizer que a semiótica pretende, ao analisar os textos, analisar o modo de o homem existir no mundo. Compreendendo a existência humana na linguagem, não mediada pela linguagem, não possível através da linguagem, mas na linguagem, a semiótica recupera, na metodologia de análise, as coerções, as impossibilidades, as obrigatoriedades, bem como a possibilidade da rebeldia e da recusa que caracterizam a vida social.

Impulsionados por tentações e provocações, seduções e intimidações, vamos aceitando ou recusando os contratos que definem nosso caminho e nossas ações, moldam nossas vontades e dirigem nossos gostos, ainda que precisemos da ilusão de que mantemos a vida sob controle. Quase nunca somos capazes de perceber a inclusão de nossa rebeldia em um sistema de valores aceitos, em que o rebelde perde a causa, porque ali a rebeldia é a regra e por isso mesmo já não é mais contestação, nem coragem, nem desafio, é a normalidade de um outro sistema de valores. Oscilamos entre manipulações de diferentes ordens, e nossa luta não é entre o bem e o mal, o certo e o errado, como escolhas possíveis e objetivas, mas é a luta de estar imerso em linguagem e viver no entrechoque de redes discursivas.

É essa mesma aventura humana que se realiza nos textos e que a semiótica formula como um programa de manipulação. Originalmente a primeira etapa da seqüência canônica da narrativa, a manipulação argumentativa realiza-se no discurso, mediante a ação de um enunciador que pretende conquistar a adesão de um enunciatário. Para analisar esse programa, marcado não só pela relação entre dois sujeitos em torno de valores, mas também pelas modalizações das ações persuasiva e interpretativa, será necessário observar esses dois sujeitos envolvidos e seu modo de constituição narrativo-discursiva. Para isso, a metodologia de análise não poderá fixar-se em distinções canônicas nem entre níveis nem entre componentes. Quero dizer que só se pode dar conta dos mecanismos argumentativos considerando-se, ao lado das projeções de pessoa, tempo e espaço, relativas ao componente sintático, as coberturas figurativas que as transformam em atores, locais e marcos temporais, relativas ao componente semântico. E para tratar a argumentação como programa de manipulação, será necessário narrativizar o percurso do sujeito que enuncia.

A metodologia de análise, portanto, consistirá em, tomando como núcleo da análise a observação das projeções de pessoa, tempo e espaço (e para isso será fundamental a contribuição de Fiorin, 1996), analisar essas três categorias considerando que a relação entre enunciador e enunciatário, vale dizer, a argumentação, se constrói nas relações sintático-semânticas que, historicizando o discurso, nele inscrevem os modos de persuadir e convencer.

Criando ora os efeitos de enunciação enunciada, ora os de enunciado enunciado, a estratégia argumentativa pode tanto aproximar os dois actantes do discurso quanto simular o distanciamento deles em relação ao que se diz. Teoricamente, temos, no primeiro caso, o efeito de aproximação entre enunciador e enunciatário, obtido pela projeção da primeira pessoa, do tempo do agora e do espaço do aqui, e no segundo, o efeito de distanciamento do enunciado enunciado, por meio da projeção da terceira pessoa, do tempo do então, do espaço do lá. A aproximação cria efeito de subjetividade, o afastamento, de objetividade. No

entanto, entre um pólo e outro, há uma gradação que não é mensurável, mas que pode ser identificada nas escolhas figurativas e temáticas, e uma dispersão de vozes.

A projeção de pessoa não se refere apenas à escolha básica entre projetar no discurso um eu ou um ele. Trata-se de examinar o jogo de vozes presente na cena discursiva, observando as marcas da heterogeneidade que criam efeitos de verdade, de autoridade, de consenso, etc. Afirmar a qualidade da obra de um artista e trazer para o texto o julgamento de um *marchand*, de um outro artista, de um colecionador, com isso reforçando o juízo do enunciador e construindo sua autoridade, é uma forma de fazer com que o enunciatário reconheça e aceite a verdade do discurso. Dessa forma, dissimula-se a subjetividade do julgamento, criando-se o efeito de imparcialidade, garantido pela projeção, no discurso, de outras vozes autorizadas.

Constituem também recursos que esgarçam as fronteiras entre objetividade e subjetividade alguns procedimentos como os utilizados por Luiz Camillo Osório, na crítica publicada na *O Globo*, que inscrevem, em textos escritos geralmente em 3ª pessoa, excessos e arrebatamentos do enunciador, tais como a inserção de lexemas que condensam juízos de valor (“Foi um gol de placa comemorar os dez anos do MAC com uma exposição em torno de Lygia Clark.”), as retomadas anafóricas por meio de sintagmas que recuperam tais juízos (“...exposição em torno de Lygia Clark. É uma artista da maior relevância para a arte contemporânea brasileira”), as referências que cortejam o potencial espectador (“...roupas-esculturas que podem ser vestidas pelo público”, “...o público se diverte”, “capacidade de atrair um público diferenciado...”). Tais recursos atraem o leitor/espectador, já então pronto a crer na verdade do crítico.

Mas por que o leitor/espectador aceita ou por que pode recusar essa verdade? De que modo se produz a crença que leva à adesão? Parece-me que só se pode responder a essas questões observando os procedimentos semânticos que transformam as posições actanciais de enunciador e enunciatário nos atores / crítico/ e /leitor/. Pois se a relação entre ambos se estabelece sintaticamente, por conexões e relações sintagmáticas propostas no discurso, por um jogo de vozes que põe em contato um e outro, a transformação desse contato, desse enlace, em troca, intercâmbio, confronto ou acordo se dá nas escolhas temáticas e figurativas que preenchem os papéis de um e de outro e que produzem sua ancoragem num determinado espaço e num determinado tempo.

Saímos, então, de um esquema geral de previsibilidade (esse de um enunciador/destinador que manipula um enunciatário/destinatário, levando-o a aderir ao que afirma ser verdadeiro), para entrar numa espécie de deriva, que é o território das especificidades. Mesmo considerando as diferenças, é possível

estabelecer um modelo esquemático geral, em que o enunciador, projetado em 3ª pessoa, recorrendo ao tempo passado e ao espaço do lá, deixa no discurso as pistas de seu percurso e constrói sua autoridade por meio dos preenchimentos figurativos que o transfiguram em crítico. Esses preenchimentos referem-se tanto às suas competências (olhar, acompanhar, examinar, contemplar), quanto aos espaços concretos em que o discurso está ancorado (ateliês, museus, salas de exposição, escolas de arte) e às referências a fatos da história da arte, que inscrevem o acontecimento no tempo. Do mesmo modo, é possível identificar um leitor, potencial espectador de obras de arte, valorizado como integrante de um mundo especial e refinado, freqüentador de museus e galerias, leitor de biografias e conhecedor da história da arte, homem de seu tempo, aberto às inovações e às rebeldias estéticas. Tem-se aqui o preenchimento figurativo e temático que transforma actantes em atores, garantindo a possibilidade de descrição de um programa de narrativização da enunciação, produzido no discurso.

Ao lado do preenchimento dos actantes com seus papéis temáticos e figurativos, completa-se a análise com a observação da construção sintática e figurativa do tempo e do espaço, obtendo-se uma espécie de cenário integrador da relação entre enunciador e enunciatário.

A relação entre esse enunciador/crítico e esse enunciatário/leitor tanto transita por um universo discursivo previsível, uma práxis enunciativa, quanto por um excesso passional que, em princípio, desestabiliza a previsibilidade.

Corpo e afeto no discurso

O contrato proposto pelo crítico ao leitor não se completa se a crítica não acolher uma certa sensibilização do discurso, imposta pela obra de arte que a provoca. Garantindo ao senso comum a manutenção da arte na esfera das coisas superiores do espírito, mesmo a crítica mais atenciosa com o mercado permite que certas escolhas lexicais, certos índices de subjetividade, certas opiniões citadas introduzam no discurso ondulações passionais. Seria pouco produtivo, em termos argumentativos, dissimular inteiramente a subjetividade que permite a irrupção, no discurso, da paixão. Efeito de sentido de arranjos modais, a paixão permite a entrada, na cena discursiva, das desestabilizações, deslizamentos e ondulações que, teoricamente, tensionam a previsibilidade. Pensando de forma oposta, diríamos que também a paixão é previsível, também se pode falar numa práxis passional que, por exemplo, no caso da crítica de arte, se concentra no entusiasmo ou na rejeição.

Entre um e outra, entretanto, há uma gradação que dispersa o discurso da sua previsibilidade. Há, ainda, a possibilidade de paixões diversas e mesmo

conflitantes aparecerem, seja nas vozes em confronto, seja na estrutura polêmica de uma manipulação que passa por desacordos, rompimentos e novos acordos, tudo isso a provocar as ondulações da narrativa e do discurso.

E que força argumentativa tem a paixão no discurso? A força de sensibilizar o outro, a força de estabelecer comunhão com o leitor. Mas é diferente a força da paixão nos discursos. Num editorial de jornal, por exemplo, o efeito de verdade causado pela citação de fatos, dados numéricos, nomes de pessoas e lugares é mais eficaz do que, por exemplo, a desqualificação dos opositores e o engrandecimento dos adeptos. O mal da argumentação apaixonada, já alertou Perelman (1996), não é a falta de argumentos, mas a má seleção de argumentos, e desse mal procuram fugir os que pretendem criar o efeito de imparcialidade e objetividade em seus discursos. Já na crítica de arte, a paixão é bem-vinda em textos do pré-modernismo e do modernismo brasileiro, mas é dissimulada nas críticas contemporâneas.

Há uma crítica antológica de Sérgio Milliet, escrita em 1ª pessoa, a respeito de Tarsila do Amaral, em que ele narra suas diferentes reações em relação à obra da artista. Num primeiro momento, vê a pintura e não gosta. Num segundo momento, levado por Oswald de Andrade ao ateliê da artista em Paris, compreende e admira a obra de Tarsila, depois de ouvi-la falar. A paixão da rejeição sucede-se a do entusiasmo, num percurso narrado ao leitor. O efeito de sinceridade obtido pode ser muito mais produtivo para validar a palavra do crítico do que a objetividade de uma descrição ou mesmo a admiração testemunhada em depoimentos inscritos no discurso.

Corpo, contágio e relâmpago

Se o crítico não é capaz de se colocar diante da obra, inicialmente, como um sujeito em estado de espera, um sujeito pronto a ser preenchido de sentidos, se o crítico não compreende a necessidade de, em primeira instância, se deixar dominar pela obra, para só depois buscar compreender os mecanismos de produção de sentido, então a crítica estará fadada a preencher previamente a obra dos significados que já estão dados pela experiência anterior, pelos fragmentos de discursos incorporados, pela necessidade de se adequar a determinados padrões de gosto e de julgamento em voga.

Na introdução do livro *Relâmpagos*, Gullar afirma: “Toda obra de arte atinge nosso olhar como uma inesperada fulguração, um relâmpago” (GULLAR, 2003, p.11). No dicionário, relâmpago é luz intensa de curta duração. Em semiótica, é a figura que fala do deslumbramento que, precedido de uma espera tensa e sucedido por um comentário pensado e nostálgico,

representa o acontecimento estético (GREIMAS, 2002, p.26-27). Em qualquer das definições, a palavra associa-se a três traços semânticos: luz, efemeridade e intensidade.

Em pintura, costuma-se associar a luz ao mais profundo dos efeitos visuais, aquele que está na base do reconhecimento das cores, do traçado das formas, da organização topológica da tela, para além de significar nele mesmo o domínio do grau de refinamento e complexidade no manejo das tintas e pincéis, de modo a criar determinados efeitos que podem ir da atmosfera onírica dos quadros de Turner, por exemplo, ao efeito de harmonia e vivacidade dos quadros de Renoir. Mas o lampejo de que fala Gullar não é essa qualidade própria da pintura, é a fulguração repentina que funde obra e espectador num novo modo de estar no mundo, oferecendo a dose necessária de sentido e de valores por meio da qual sobrevivemos – e só assim...

Diante de uma obra de arte, então, haveria uma espécie de efeito sem causa, efeito que não depende de uma explicação lógica nem de uma preparação intelectual, mas que irrompe na duratividade dos acontecimentos do mundo como um susto, uma suspensão, uma ruptura cuja razão de ser não está nem no sujeito nem no objeto, mas na modalidade desse encontro, para usar a formulação de Landowski, em texto em que estuda isso que chama de contágio e que se refere justamente à experiência da captação do sentido em sua emergência como pura presença. É ele quem alerta para a precariedade desse momento: “momento tão delicado que deve ser constantemente convocado e revivido como experiência viva se o que se deseja é convertê-lo em objeto de análise” (LANDOWSKI, 1999, p.273).

Com isso, chegamos ao mundo da palavra, aquele em que nos movemos diariamente quase sem esforço, mas também aquele que pode exigir muito empenho e trabalho, se estamos à procura da palavra exata, do sentido mais bem formulado, das sutilezas de significação que podem dar conta dos matizes, das gradações, das intensidades da existência humana. O livro em que Ferreira Gullar reúne textos críticos dedicados a obras de todos os tempos, suportes e formatos, apresenta, já no título, *Relâmpagos*, e no subtítulo, “dizer o ver”, valor poético. Não se trata de dizer o visto, o visível, o visual, o que se vê. Trata-se de dizer o ato de ver e então será preciso conferir à palavra um certo poder de movimento, que não seja apenas o movimento de ir-e-vir entre a obra de arte e o papel, mas que incorpore também o próprio movimento de fazer significar, de soprar na palavra o sopro da vida.

Tomo o poema por meio do qual Gullar fala da *Madona do cravo*, de Leonardo da Vinci, pelo que contém de exemplar a respeito da relação entre palavra e pintura:

MANCHA

Em que parte de mim ficou
aquela mancha azul?
 Ou melhor, esta
 mancha
de um azul que nenhum céu teria
 ou teve ou mar?
 Um azul
que a mão de Leonardo achou
ao acaso e inevitavelmente
 e não só:
um azul
que há séculos
 numa tarde talvez
feito um lampejo surgiu no mundo
 essa cor
essa mancha
 que a mim chegou
de detrás de dezenas de milhares de manhãs
e noites estreladas
 como um puído
 aceno humano.
Mancha azul
que carrego comigo como carrego meus cabelos
ou uma lesão
oculta onde ninguém sabe.

(GULLAR, 2003, p.47)

O poema começa com uma pergunta: “Em que parte de mim ficou/aquela mancha azul?”, já acenando para o lugar do corpo na percepção da pintura. A pintura fica no corpo, em alguma parte de mim e a carrego, “como carrego meus cabelos ou uma lesão”, como carrego meus pés e mãos, meus olhos. E o lampejo que me faz ver a pintura como um novo modo de significar o mundo recupera o lampejo que fez “surgir no mundo a cor”, o azul que “a mão de Leonardo achou”. O poema trata, assim, dessa sucessão de lampejos, de reconhecimentos do que na vida pode ser sentido. Seu ritmo irregular, seu desenho de longas idas e breves retornos fala de um sujeito que se dispersa para encontrar a concentração. Seus cabelos compartilham o sentido da pintura, no entanto, com a dor, pois também na lesão escondida pode estar a pintura que carrego comigo.

Conclusão

A beleza da poesia que fala da pintura tem aqui um sentido mais além, porque não é apenas a beleza da superfície, aquela da junção de palavras que se combinam com harmonia e de modo surpreendente, mas é a beleza de fazer ver, de tornar possível a contemplação, de lhe conferir seu sentido mais intenso, por meio de um olhar amoroso da palavra sobre a tela. Não se trata de misturar crítica com poesia, trata-se de fazer a crítica de modo poético, porque só assim será possível dar conta da obra de arte. Na análise do quadro de Degas, o crítico diz: “Impossível descrevê-lo e impossível não tentar descrevê-lo” (GULLAR, 2003, p.33); resume-se aqui, nessa angústia entre /não poder fazer/ e /não poder não fazer/ a provocação da pintura à palavra. Se não é possível jamais decodificar uma linguagem em outra, de modo a dizer a mesma coisa, sendo sempre impossível dizer a mesma coisa – tudo que se diz é já outra coisa –, como então e para que estar nessa corda bamba da crítica e falar daquilo que é indizível? Porque talvez não o seja, porque talvez seja necessário explorar o signo verbal em profundidade, mas também em lateralidade, expandindo e forçando seus limites de significação. E isso só se fará conferindo também a esse signo, a seu arranjo num texto, a qualidade da surpresa estética, do relâmpago, do claro.

TEIXEIRA, L. Reason and affect: argumentation in art criticism. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.1, p.145-158, 2006.

- **ABSTRACT:** *The paper analyzes argumentation in art criticism texts, taking, as examples, an article by Ferreira Gullar and another by Luiz Camillo Osório, both focusing on the work of Lygia Clark. Drawing on French semiotics, it argues that argumentation is developed as enunciative praxis, both as a program of manipulation which uses persuasive resources based on description and explanation, and as a mechanism of discourse sensitization by means of the affects which emerge from the contact of the subject's body with the work of art.*
- **KEYWORDS:** *Argumentation; art criticism; manipulation; affect in discourse*

Referências bibliográficas

ARGAN, G. C. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1992a.

BARROS, D. L. P. de. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo: Atual, 1988.

FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as projeções de pessoa, tempo e espaço no discurso*. São Paulo: Ática, 1996.

GREIMAS, A. J. *Da imperfeição*. São Paulo: Hacker, 2002.

- GREIMAS, A. J., FONTANILLE, J. *Semiótica das paixões*. São Paulo: Ática, 1993.
- GULLAR, F. *Relâmpagos: dizer o ver*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- LANDOWSKI, E. Sobre el contagio. In: LANDOWSKI, E., DORRA, R., OLIVEIRA, A.C. (Ed.). *Semiótica, estesis, estética*. São Paulo: EdUC; Puebla: UAP, 1999. p.269-278.
- MERLEAU-PONTY, M. *O olho e o espírito: seguido de A linguagem indireta e as vozes do silêncio e A dúvida de Cézanne*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- OSÓRIO, L. C. Uma obra de paradoxos e estímulos criativos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 set. 2006, Caderno 2, p.6.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- SCHULZ, M. Enonciation et discours esthétique. Analyser le Serial Project N° 1 (Set A) de Sol LeWitt. In: NOUVEAUX actes sémiotiques, 41-42. Université de Limoges, 1995.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ARGAN, G. C. *Arte e crítica de arte*. Lisboa: Estampa, 1988.
- _____. *Arte moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992b.
- MERLEAU-PONTY, M. *Textos escolhidos*. Seleção, tradução e notas de Marilena Chauí. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores)
- TEIXEIRA, L. *As cores do discurso: análise do discurso da crítica de arte*. Niterói: EdUFF, 1996.
- _____. Um rinoceronte, uma cidade: relações de produção de sentido entre o verbal e o não-verbal. *Gragoatá*, Niterói, n. 4, p.47-56, 109-11, 1998.
- _____. Pintura y crítica de arte: un caso de pasión. In: MACCHIAVELLO, O. *Fronteras de la semiótica*. Lima: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- _____. Station Bourse: o que os olhos não viram. In: CORTINA, A., MARCHEZAN, R. (Org.). *Razões e sensibilidades: a semiótica em foco*. Araraquara: FCL/UNESP, 2004.
- _____. O que existe para mim: fichas, cores, fragmentos. In: MELLO, M. E. C. de; MOISÉS, L. P. (Org.). *De volta a Roland Barthes*. Niterói: EdUFF, 2005. p.113-129.

CONVERSATIONS AVEC JACQUES FONTANILLE

Jean Cristtus PORTELA¹

- RESUME : Cet entretien porte sur le parcours intellectuel de Jacques Fontanille, fondateur du Centre de Recherches Sémiotiques de l'Université de Limoges et responsable du Séminaire Intersémiotique de Paris, théoricien dont l'activité scientifique se mêle au parcours historique et théorique de la Sémiotique d'origine greimassienne. Dans cette interview par courrier électronique réalisée l'été 2006, Fontanille parle des épisodes qui ont marqué les débuts de son travail comme sémioticien et notamment des développements les plus récents de la Sémiotique.
- MOTS-CLES : Sémiotique ; passion ; tensivité ; épistémologie ; didactique ; pratique.

Quand on fait de la Sémiotique, on sait bien que dire d'un acte qu'il n'a pas de sens ou qu'il n'obéit à aucune logique, c'est faire preuve de paresse intellectuelle. D'une part, cela m'interdit de prétendre à quelque neutralité que ce soit dans cette série de questions que j'ai posées à Jacques Fontanille ; d'autre part, cela m'oblige d'emblée à rendre plus clair le projet initial de ces conversations : dans ce dialogue, je n'avais pour but que de tenter d'éclairer quelques zones d'ombre dans le passé récent de la Sémiotique, en interrogeant le parcours de celui qui est sans aucun doute un des partisans les plus combattifs de ce véritable projet éthique (pour reprendre une expression qui lui est chère).

Pendant une quinzaine de jours nous avons échangé des messages qui montrent le goût de ce chercheur pour la discipline dans laquelle il s'est engagé depuis bientôt 35 ans. Fontanille montre dans cet entretien que, pour un sémioticien, il n'y a pas de mauvaise question et surtout qu'il n'y a absolument pas de mauvais questionnement.

¹ Doctorant en Linguistique et Langue Portugaise – UNESP – Faculdade de Ciências e Letras – 14800-901 – Araçuaçuara – São Paulo – Brasil. Doctorant en cotutelle de thèse en Sciences du Langage (Sémiotique) – École Doctorale « Sciences de l'Homme et de la Société » – UNILIM – 87036 – Limoges – Haute-Vienne – France. Adresse électronique : jeanportela@uol.com.br . Cet entretien fait partie des activités développées dans le cadre d'un stage doctoral financé par la CAPES/MEC – Coordination de Perfectionnement du Personnel de l'Enseignement Supérieur du Ministère de l'Éducation brésilien.

Last but not least, poussé par une reconnaissance qui n'est pas du tout rhétorique, j'aimerais remercier Jacques Fontanille pour avoir gentiment accepté cette suite de conversations et pour avoir souvent et discrètement corrigé mon texte.

Limoges, juin-août 2006

Les années de formation

D'abord, si cela ne vous gêne pas, bien sûr, j'aimerais que vous parliez de vos origines et de votre formation avant l'Université. Vous êtes limougeaud, d'ailleurs un des rares limougeauds que je connais...

Je suis né à Limoges, dans une famille issue de la paysannerie limousine, et j'ai fait mes études secondaires dans cette même ville. J'ai suivi ensuite une formation de littérature et linguistique, et j'ai passé les diplômes universitaires de Lettres Modernes. J'étais destiné depuis l'adolescence à entrer dans l'enseignement, puisque mes parents m'avaient inscrit dans une filière qui préparait au métier d'instituteur, et ensuite j'ai préparé le métier de professeur de collège et de lycées, avant de faire mes deux thèses et d'entrer à l'université. Professionnellement, j'ai connu et pratiqué tous les types d'enseignement, depuis la maternelle jusqu'au doctorat, mais avec des rôles très variables.

Oui, je suis limousin (« limougeaud » désigne l'habitant de Limoges, et je me sens plus habitant de la région Limousin que de la ville de Limoges), et j'appartiens donc à une espèce rare : le Limousin est une des régions les moins peuplées d'Europe. Ce qui est rare est précieux, évidemment !

Êtes-vous particulièrement attaché à la culture du Limousin ? À l'occitan de chez vous, à la gastronomie peut-être... ?

J'ai un peu parlé l'occitan avec mes grands-parents et leurs voisins, dans le village où ils habitaient, et je l'ai surtout beaucoup entendu : je suis donc surtout un occitanophone passif ! Mais cela ne m'a pas particulièrement marqué, sinon que par nostalgie de mon enfance, j'aimerais encore aujourd'hui entendre l'occitan dans les rues de Limoges ; mais c'est bien fini : on y entend plus d'anglais (d'Angleterre) que d'occitan.

De fait, ce n'est ni la gastronomie ni la langue qui m'attachent au Limousin, mais les paysages, qui ont profondément modelé mon rapport à l'espace, à la couleur et à la lumière. Il y a des lieux et des points de vue, qui sembleraient anodins pour la plupart des gens, que je regarde à chaque passage comme

si je les voyais pour la première et pour la dernière fois en même temps. Ces paysages, je les emporte avec moi partout dans le monde, ils sont ma référence intérieure, et j'aimerais les emporter avec moi jusque dans l'au-delà, si on m'y autorise...

Comment s'est passée votre formation universitaire ?

Je vous ai déjà dit l'essentiel sur ma formation. Quand j'ai choisi les lettres, j'ai déçu et fâché tous mes professeurs de physique et de mathématiques. Je ne sais pas pourquoi j'ai fait ce choix, c'est ainsi.

Sur cette période universitaire, je retiens deux choses qui m'ont marqué.

D'abord, je suis entré dans l'enseignement supérieur en 1968-69, au beau milieu des révoltes étudiantes, au moment où on inventait en France les nouvelles universités, et cela laisse des traces ; je crois que c'est à ce moment-là que j'ai appris, tout ensemble, la réflexion politique, la contestation des disciplines traditionnelles, le besoin d'une recherche de pointe pour le renouvellement des enseignements, le goût de la provocation et de l'insolence.

Et ensuite, de mes années de formation universitaire en littérature, j'ai appris, non pas à lire, mais à me dégoûter définitivement de la rhétorique vaine des exercices académiques ; j'ai même fait des expériences, avec mes professeurs, pour les « tester » sans qu'ils le sachent : avec chacun, une fois je faisais « la dissertation du bon élève », avec la bonne rhétorique standard, et la fois suivante je faisais une étude structurale, ou toutes sortes de choses qui ne respectaient pas la rhétorique académique. L'écart entre mes notes était stupéfiant : de 5 à 18 sur 20, mais pas toujours dans le même sens, selon les professeurs ; évidemment, c'était leur propre conception de l'analyse littéraire qu'ils notaient ! Mais j'ai tout de même arrêté les tests pour pouvoir passer les examens et les concours sans risque !

Vous n'aviez que 19 ans en mai 68...

J'entrais dans l'enseignement supérieur ! J'ai passé beaucoup de temps dans les manifestations de rue. Et j'ai quand même réussi à passer mes examens...

D'après vos analyses, on sait bien que vous aimez Aragon, Apollinaire, Eluard, Gide et Proust, bien sûr... Vous aimez les « modernes », on le sait, mais il me semble que vous n'aimez pas beaucoup l'expérimentalisme de vos contemporains, comme celui de Queneau ou Perec, par exemple.

Je pense que ma formation y est pour quelque chose et que, quand on s'efforce

d'avoir une distance critique sur sa propre formation, on ne peut pas tenir cette exigence sur tous les plans, sinon on se marginalise. En effet, ma formation était orientée vers les programmes de formation à l'enseignement, et « mes » auteurs sont ceux que l'on propose aussi aux élèves dans les lycées. Mais il se trouve que j'y prenais aussi du plaisir, et qu'il y a chez ces auteurs de la ressource pour l'analyse. J'ai découvert Queneau et Perec plus tard, mais sans enthousiasme.

Et votre amour pour Proust ? Cela date du début de vos études universitaires ?

Proust, c'est une autre histoire : j'ai commencé à lire *La Recherche du Temps Perdu* dans les années 70, et je n'ai pas cessé pendant vingt ans. Il faut dire que je n'ai jamais réussi à lire l'ensemble d'un bout à l'autre en suivant, et que si j'ai tout lu et relu plusieurs fois, c'est parce que j'ai traité *La Recherche* comme un hypertexte : en naviguant en avant et en arrière, en sautant des passages et en reprenant les mêmes à satiété. Proust, c'était pour moi la résistance du texte, un texte qui m'échappait sans cesse. La résistance du texte, c'est le début de la sémiotique, parce que la sémiotique, c'était pour moi au début une méthode qui devait faire plus et mieux que la lecture intuitive, et Proust résistait à la lecture intuitive. Perec, par exemple, ne résiste guère, et la mécanique n'est pas même dissimulée sous le capot du moteur.

Proust, pour moi, c'est aussi un laboratoire permanent, multiforme. C'est une banalité de dire cela, mais je ne connais pas d'œuvre qui soit aussi proche d'un laboratoire sémiotique, et où la fiction ressemble à ce point à un essai philosophique, psychologique et sémiotique.

La sémiotique (re)trouvée, la connaissance d'A. J. Greimas

Quand et comment avez-vous découvert la sémiotique ?

En lisant *Sémantique structurale* [1966] et le *Maupassant* [1976], et en recherchant une théorie du texte qui soit compatible avec mes études de linguistique. Cela se passait en 1972, j'avais réussi le concours de l'agrégation de l'enseignement dans les lycées, j'étais en somme libéré des obligations antérieures, et je cherchais à définir un projet intellectuel personnel. En fait, je ne recherchais pas la sémiotique, mais une sorte de conciliation entre les sciences du langage et les approches textuelles ; j'ai rencontré la sémiotique parce que Greimas est le seul des « maîtres » de l'époque qui ait répondu *personnellement* à mon appel sur cette question, en m'écrivant « venez à Paris voir ce que nous faisons ». Et c'est seulement en fréquentant le séminaire de Greimas que je me

suis rendu compte que sa « sémantique structurale » appliquée aux textes était en fait une théorie générale de la signification. J'ai découvert alors l'ouverture du champ sémiologique à l'ensemble des modes d'expression.

Comment s'est passée votre première rencontre avec Greimas ?

Rencontre très ordinaire, d'un étudiant qui venait de Poitiers (où j'enseignais dans un lycée) pour demander à un professeur de bien vouloir diriger sa thèse. En fait, il m'a adressé à Coquet, sur le moment, mais avec Coquet, cela n'a pas marché, et Greimas m'a pris sous sa direction.

Alors vous habitiez à Poitiers...

Oui, où j'avais terminé mes études universitaires et commencé ma carrière de professeur « toutes catégories ».

Quel était-il le statut universitaire de la sémiotique à l'époque ?

À l'époque, la sémiotique était clairement un prolongement de la linguistique dans l'analyse des textes. Il y avait aussi le projet d'une sémiologie générale qui venait de Saussure, mais dans les faits, c'était l'époque des linguistiques textuelles, des analyses structurales des textes, et d'une manière générale de la « nouvelle critique littéraire » et du structuralisme.

Si on pense à J. Courtés, J.-C. Coquet, C. Zilberberg, E. Landowski, I. Darrault-Harris, J.-F. Bordron ou encore au jeune F. Rastier que, dès la fin des années 60, travaillait déjà avec Greimas – et cela pour ne citer que quelques collaborateurs français – vous étiez le « cadet » des grands sémioticiens qui ont travaillé dans les premières années de la théorie, n'est-ce pas ?

Oui, nous étions deux « cadets » dans le groupe, arrivés la même année dans le séminaire de Greimas, Denis Bertrand et moi. Si j'ose dire, on ne s'est plus jamais quittés, lui et moi. Il nous a fallu un peu plus de temps pour nous faire accepter par les plus anciens, juste le temps d'apprendre un peu de sémiotique.

J'explique à tous mes étudiants qui s'effraient de la difficulté de la sémiotique qu'en arrivant dans le séminaire de Greimas, j'ai été frappé par quatre choses d'inégale importance : (i) la densité de la fumée de cigarette qui nous mettait en apnée pendant deux heures ; (ii) la voix hésitante et si étrange de Greimas, en public ; (iii) la foule, qui débordait de la salle jusqu'au milieu des escaliers ; (iv) et le fait que la moitié des participants du séminaire ne comprenait pas plus de

30% de ce qui se disait. J'ai mis six mois (six mois de lectures acharnées) pour commencer à comprendre de quoi on parlait dans ce séminaire.

Mais l'effort en valait la peine.

Vous étiez bien le cadet, mais, par contre, vous vous êtes engagé au projet greimassien comme peu d'entre eux...

Question de tempérament et de constance ! Un des participants assidus de ce séminaire, dont j'ai oublié le nom depuis et qui a disparu dans l'anonymat, avait commenté aigrement mon attitude et ma place grandissante dans ce séminaire, en disant : « finalement, il suffit de persister et de résister pour être toujours là ! ». Beau pléonisme apparent : oui, mais persistance et résistance, ce sont des compétences « humaines, pathémiques et morales », et pas des compétences « intellectuelles et cognitives ». C'est avec Greimas aussi que j'ai appris que pour faire une carrière de chercheur au plan international, il faut, disait-il par provocation, 20% d'intelligence pure et 80% de facultés d'une autre nature, notamment de qualités humaines. C'est ce qui manque aujourd'hui en France à la génération des jeunes sémioticiens : la générosité, la disponibilité, la constance, l'abnégation. Jean-Luc Godard disait que le « travelling » était au cinéma une affaire de morale ; moi, je soutiens que le carré sémiotique et le parcours génératif, c'est aussi une affaire de morale intellectuelle et d'éthique professionnelle.

Apparemment, un de vos premiers thèmes de travail en sémiotique a été le problème du savoir, de la dimension cognitive. De cette époque datent votre thèse de troisième cycle sur la dimension cognitive chez Aragon (1979) et votre thèse d'Etat sur le point de vue dans le discours (1984), toutes les deux dirigées par Greimas...

C'était la question d'actualité, à l'époque, puisque le séminaire sur les modalités venait juste de se terminer, le numéro 43 de *Langages* [1976] était publié, et l'article de Greimas sur la véridiction aussi. Et de plus, Genette avait déjà publié *Figures III* [1972], où ces questions sont au centre du chapitre « Discours du récit », et je proposais en quelque sorte à Greimas de montrer la supériorité heuristique et analytique de son modèle sur le terrain même de Genette (que j'admire beaucoup par ailleurs !).

Comment Greimas était-il en tant que directeur de thèse ?

Très libéral, discret et parfois intransigeant. Quand je lui montrais des chapitres, il ne faisait pas grand chose d'autre que m'encourager à écrire la suite. Sa principale intervention a consisté, pour les deux thèses, à m'arrêter : « ça suffit, c'est assez volumineux, il faut soutenir ! »

En soutenance, il était terrible, sans aucune agressivité, mais aussi sans aucune indulgence. Et il y avait chez lui une exigence que j'ai mis longtemps à comprendre (ce qui me rassure, c'est que certains n'ont toujours pas compris !), et qui était de nature éthique : la rigueur était chez lui une posture éthique, une exigence d'impersonnalité de l'écriture scientifique, où les contraintes de l'objet et de la méthode d'analyse fournissaient la seule armature de l'exposé écrit.

L'épistémologie, pour lui, devait être minimale (c'est ce qu'il appelait le « minimum épistémologique »), et ce minimalisme était une règle d'éthique intellectuelle. Concrètement, ce minimum, c'est le « minimum d'indéfinissables » : bien sûr, cela alourdit considérablement le corpus définitionnel de la base conceptuelle, mais c'est cela l'éthique sémiotique : s'imposer un système conceptuel totalement défini et interdéfini, et laisser le moins de choses possibles dans l'ombre ! Et cette posture intellectuelle interdit du même coup au « maître » de se comporter comme un « gourou » ou un homme de pouvoir, car il doit tout déclarer, tout définir, et les notions vagues, implicites ou trop générales qu'il ne parvient pas à expliciter sont sa part d'impuissance, et non son savoir réservé et secret (le minimum épistémologique, justement).

La réaction contre la théorie dans les sciences humaines, avec le retour de balancier post-structuraliste, a consisté à renverser l'équilibre : moins de définitions, moins de concepts identifiés et explicités, donc moins de métalangage, et plus d'implicite, de savoir réservé, de procédures secrètes et de talents non partagés. A l'époque de ma thèse, Barthes représentait pour nous (et d'abord pour Greimas) exactement cette autre posture intellectuelle, puisque dans les dix dernières années de sa vie, Barthes multipliait les indéfinissables et les indéfinis, faisait jouer son talent et son charme intellectuels au détriment de l'exigence méthodologique et conceptuelle. Greimas avait beaucoup de charme et de talent aussi, mais il n'en faisait usage que dans la conversation privée et la relation amicale : dans la pratique scientifique, il s'imposait une abstinence étonnante. J'ajoute qu'au début de la direction de ma première thèse, comme j'écrivais des choses baroques et mal contrôlées pour avoir l'air intelligent à meilleur compte, il m'a tout simplement proposé de passer sous la direction de Barthes : la honte !

C'est auprès de lui que j'ai appris à diriger des recherches, en corrigeant un peu sa méthode, qui n'était vraiment pas assez « interventionniste ». D'abord, le rôle d'un directeur de thèse, ce n'est pas d'être un père, une mère ou un professeur : un directeur de recherche crée les conditions scientifiques, dans une discipline, pour que des doctorants trouvent matière à faire des recherches personnelles dans un projet collectif. Greimas dirigeait ses doctorants à travers la méthode de ses séminaires et le contenu de ses livres, et pas en réécrivant dans le détail les thèses de ses doctorants : j'ai essayé de faire comme lui, tout en aidant un peu plus que lui chacun de mes doctorants. Ensuite, le directeur de thèse est le premier lecteur,

le premier critique, en même temps que le co-responsable de la thèse, et il doit être sans aucune complaisance, jusqu'à la soutenance.

Je dois dire que c'est une position qui est aujourd'hui parfois difficile à tenir : il se fait de plus en plus de thèses, avec de plus en plus de bourses de thèse, et avec de plus en plus de doctorants qui n'ont pas toujours au départ l'envergure intellectuelle pour faire une thèse ; on bute souvent aussi sur le fait que trop de ces candidats au doctorat ont peur de la discussion intellectuelle, et s'effondrent dès qu'on discute trop leurs écrits. Mais c'est aussi une position qui donne des résultats parfois magnifiques, des thèses originales, des contributions essentielles à la discipline.

A la fin des années 80, la sémiotique est en train de connaître une révolution... Quels sont vos souvenirs de cette époque-là ?

La fin des années 80, une fois posée la théorie des modalités, qui faisait la transition entre la sémiotique du récit et celle du discours, c'est d'abord le séminaire sur les passions, le virage « sensible » des recherches sémiotiques, la montée en puissance des approches phénoménologiques, c'est le moment où prend naissance la sémiotique qui se fait aujourd'hui.

Mais c'est aussi l'époque de la « guerre des paradigmes » et du « combat pour la succession », les deux allant de pair : la théorie des catastrophes (Petitot), la sémiotique subjectale (Coquet), la socio-sémiotique (Fabbri, Landowski)... et autant de prétendants à la succession de Greimas.

De fait, Greimas a essayé de préparer cette succession, en organisant mieux le groupe de chercheurs qu'il avait réunis, en s'efforçant de créer une solidarité et de nouvelles habitudes de travail, et suscitant des travaux et des projets qui devaient se dérouler sans lui. Mais comme tout autre grand maître à penser, il n'a pas réussi à régler sa succession, et elle s'est réglée toute seule, une fois qu'il a cessé de s'en occuper, si j'ose dire par la force des choses, et malheureusement après sa mort.

Elle s'est réglée toute seule, en ce sens que ceux qui voulaient lui succéder pour développer leur propre projet singulier ont continué à développer ce projet en se marginalisant de plus en plus, ou en quittant le domaine sémiotique, et que ceux qui avaient à la fois l'énergie et le souci de l'intérêt collectif de la discipline, se sont retrouvés à gérer la « succession » sans l'avoir demandé.

Au cours de ces dernières années de la vie de Greimas, je m'étais un peu éloigné des querelles et des agitations, à la fois parce que j'étais en train de m'installer à l'Université de Limoges, et que j'avais à faire ici, et aussi parce que je ne sentais pas concerné par le « combat des chefs ». C'est à ce moment-là que

Greimas m'a proposé de faire avec lui (ou plutôt « pour lui », certains insinuent « contre lui ») le livre sur les passions, et c'est à ce moment-là que les choses ont pour moi changé de dimension.

Mais il faut préciser à ce sujet qu'en faisant le livre sur les passions, et en le faisant de la manière que vous connaissez, j'étais moi-même en train de créer, sans le vouloir clairement, et parallèlement à Claude Zilberberg, un « paradigme », celui qui deviendra « la sémiotique tensive » (dont je n'avais pas la moindre perspective à l'époque). Cela aura quelques conséquences sur la vie du groupe fondé par Greimas.

Greimas a disparu en février 1992... Dans ce moment-là quel était le rôle de Greimas au Séminaire, était-il toujours présent jusqu'à sa disparition ? Qui parmi ses collaborateurs a pris la direction du Séminaire ?

Dans les dernières années, Greimas essayait de préparer sa succession : d'un côté, il y avait ce que je viens d'évoquer, la bataille pour les paradigmes du futur, et de l'autre, il y avait le séminaire, un outil collectif irremplaçable, un des seuls séminaires créés l'époque du structuralisme qui fonctionnait encore (et qui fonctionne toujours !). Il avait réparti les rôles, et j'étais chargé d'organiser ce séminaire, de faire les invitations, le calendrier, et lui venait, et dirigeait les séances ; puis il est venu irrégulièrement, et plus du tout, quand la maladie l'a saisi.

A cette époque, j'étais le seul de ses anciens élèves qui était à la fois « neutre » dans la guerre des paradigmes, et intégré de manière durable dans l'université avec un poste de Maître de conférences, puis de Professeur. Il m'avait demandé de reprendre la publication des *Actes Sémiotiques* à Limoges, ce que l'ai fait, et de « gérer les acquis » (le séminaire, la vie collective du groupe, etc.).

Quand il est mort, j'ai agi comme s'il était toujours là, sauf qu'il fallait à ce moment-là choisir les thèmes du séminaire, définir l'avenir de la discipline, penser la stratégie, et travailler à l'ancrage institutionnel de la sémiotique. Mais la « petite bande » des fidèles était là, et nous avons depuis cette époque tout fait ensemble, pendant quinze ans : Denis Bertrand, Claude Zilberberg, et plus tard Jean-François Bordron. Eric Landowski avait pris ses distances (souvent quelques milliers de kilomètres !), Jean-Marie Floch participait, mais il était trop occupé par son métier, et sans doute aussi était-il tenté de prendre des distances. Anne Hénault résidait au Canada, et elle était aussi de fait à distance. Joseph Courtés était « retiré sur ses terres » à Toulouse, malheureusement pour des raisons personnelles préoccupantes, et qui ont beaucoup affecté toute la communauté des sémioticiens. Jean Petitot et Jean-Claude Coquet avaient leur propre séminaire, et surtout leurs propres perspectives théoriques ; ils ont parfois participé au séminaire intersémiotique, mais comme conférenciers invités. Il faut

aussi rappeler que juste après la mort de Greimas, c'est grâce à Jean Petitot que le séminaire intersémiotique a pu être inscrit à l'EHESS. Ensuite, il est devenu mon séminaire à l'Institut Universitaire de France, mais il est toujours dans les programmes de l'École.

Pour beaucoup des anciens élèves de Greimas, le deuil a été difficile. L'idée même que le séminaire et la recherche collective devaient continuer n'était pas partagée par tout le monde ; pour certains, la moindre responsabilité assumée par l'un de nous était déjà une prise de pouvoir menaçante ; pour d'autres, la moindre publication ou republication des œuvres de Greimas était devenu une affaire d'Etat, ou d'Ego, selon le cas. Pour ma part, je ne me suis posé aucune question superflue : Greimas m'avait confié non pas sa succession, mais la charge de m'occuper du séminaire, des publications et de l'avenir d'une partie de ses membres qui n'avaient pas de rattachement universitaire, et je l'ai fait.

Sans oublier les belles « Considérations méthodologiques » à guise d'introduction au Dictionnaire du moyen français (1992), que Greimas a publié avec Teresa Keane-Greimas (à l'époque T. Mary Keane), on peut dire que c'est avec vous qu'il a fait ses derniers écrits théoriques : Sémiotique des passions (1991a), auquel vous avez déjà fait allusion tout à l'heure, et l'avant-propos de Le discours aspectualisé (1991b). Comment se passaient ces collaborations ?

L'introduction au *Discours aspectualisé*, je l'ai faite seul et l'ai soumise à Greimas pour la co-signature. *Sémiotique des passions*, c'est autre chose : il y avait le recueil des notes de séminaire de Greimas (deux années consacrées aux passions), recueil qui a été par ailleurs mis à disposition des chercheurs à la bibliothèque du Centre de Recherches Sémiotiques de Limoges. C'est à partir de ces notes que j'ai tout rédigé.

Mais les différentes parties ont été traitées très différemment : le gros chapitre « Epistémologie et méthodologie des passions » a fait l'objet de plusieurs « navettes » entre Greimas et moi, a été très longuement discuté et même disputé ; je l'ai réécrit entièrement plusieurs fois ; le chapitre sur l'avarice a posé moins de problèmes, et je me suis contenté de le rédiger à partir des notes de Greimas, et d'ajouter mes propres considérations, qu'il a acceptées ; le chapitre sur la jalousie a été entièrement conçu et rédigé par moi, et Greimas a fait peu de remarques. J'ai enfin obtenu qu'il rédige lui-même une dizaine de pages d'introduction, et autant en conclusion.

Pour écrire ensemble, on ne doit pas seulement partager une même vision de ce qu'on fait, mais on doit aussi, avant tout, faire des concertations, de petites concessions...

Oui, plus que de « petites concessions », car si nous partagions le même objectif, Greimas et moi, nous avons à l'évidence des conceptions différentes sur la manière de l'atteindre. Ce même objectif, c'était d'exploiter le gisement théorique de plusieurs années de travail collectif sur les passions. Mais la conception de Greimas consistait à affirmer la « continuité » ; la mienne portait plutôt à la « rupture » ; d'où la tension, dans ce livre, entre le rappel des « acquis » et la promotion de la perspective tensive.

Il faut préciser que, parallèlement, Greimas écrivait *De l'imperfection* [1987], dans un dialogue permanent avec Teresa Keane-Greimas, et que sa « rupture » à lui était plus esthétique que tensive. Il m'a confié un jour, en commentant le sous-titre de *Sémiotique des passions*, « Des états de choses aux états d'âme », que dans ce livre, il estimait que nous avions « manqué les états d'âme ». J'en conviens volontiers, mais les « états d'âme », c'était son projet, et pas le mien.

Vos « auteurs fétiches » sont là, tout au long de Sémiotique des passions...

Un homme se définit aussi par les textes auxquels il revient toujours. C'est une des vertus de la recherche sémiotique : on peut revenir pendant dix ans sur les mêmes textes, et y trouver à chaque fois des choses différentes. C'est la raison pour laquelle j'ai décidé quelques années plus tard de faire *Sémiotique et littérature* [1999] : la plupart des textes que j'étudie dans ce livre m'ont suivi pendant une dizaine d'années. Et publier le livre, c'était une manière d'arrêter ce processus infini : en finir, pour pouvoir passer à autre chose.

Cognition, corps, transdisciplinarité

Pourriez-vous parler un peu de Le savoir partagé (1987) et de sa suite « naturelle », Les espaces intersubjectifs (1989). Ce sont deux œuvres de souffle publiées à peine deux ans une après l'autre...

Je vous ai expliqué que Greimas a dû m'arrêter dans la rédaction de ma thèse d'Etat, car j'étais arrivé à huit cent pages bien tassées. Elle était soutenable, certes, mais pas publishable, et pour plusieurs raisons : d'abord en raison de la taille, ensuite en raison de la difficulté technique de l'exposé, et aussi parce que j'avais pris en certains passages des risques excessifs et inutiles, et enfin parce qu'elle comportait plusieurs problématiques enchâssées qui méritaient d'être extraites et publiées séparément.

J'ai donc tout repris, supprimé les parties les plus faibles, découpé en deux ensembles ce qui restait, et tout réécrit en un an pour en faire deux livres systématiques, cohérents et utilisables.

J'ai bien fait, parce que le devenir de l'un et de l'autre diffèrent en tout : *Le savoir partagé*, qui était mon jardin secret (à cause de Proust, de la théorie du savoir, et de la dimension cognitive), a été très peu lu, peu cité, vite oublié (le lieu d'édition y est sans doute pour quelque chose, mais cela n'explique pas tout) ; *Les espaces subjectifs*, qui était plus méthodologique, plus appliqué, plus « vendeur », mais moins essentiel à mes yeux, a été lu partout, cité des milliers de fois, utilisé dans des dizaines de thèses, et il fonctionne toujours.

Je dois reconnaître pourtant que le premier a moins bien vieilli que le second, et qu'il témoigne d'une manière de faire de la sémiotique qui ne serait plus celle d'aujourd'hui, et que ceci explique sans doute cela.

Vos travaux sur la dimension cognitive ont servi pour « faire le point » sur la question du sujet connaissant en sémiotique : en postulant l'importance de la perception et de la « sensibilité » du sujet – bien sûr, vous n'avez pas été le seul à le faire – vous êtes finalement parvenu à construire un sujet doté de multiples facettes. A l'époque, l'entreprise de « Sémiotique des passions » en est le point culminant, un éloge du sujet, en quelque sorte ?

Je ne suis pas sûr d'avoir fait un éloge du « sujet ». D'abord parce que la sémiotique des passions s'intéresse à l'« actant », et pas nécessairement au « sujet » ; ensuite, parce que Coquet a bien montré, par ailleurs, que l'actant ne peut être un « sujet » que sous certaines conditions méta-modales, et que l'état passionnel de l'actant n'est pas la meilleure situation pour en faire un « sujet ». Je me suis d'ailleurs toujours intéressé à l'actant, depuis la sémiotique de l'observateur jusqu'à celle du corps ; et dans ce parcours, la « subjectivité » (plutôt que le « sujet ») a toujours été pour moi un des « effets » possibles, un effet de la structure de l'actant.

A cet égard, j'ai toujours été fasciné par les conversions actantielles, et la réversibilité des relations actantielles : le jeu des facettes et des combinatoires modales et passionnelles permet de passer en effet de l'« objet » au « sujet », entre autres, avec de nombreux stades intermédiaires. Si on se reporte par exemple à la manière dont la théorie des catastrophes traite les relations actantielles, grâce à la modification des énergies dans les « puits de potentiel », on s'aperçoit que la distinction entre sujet et objet est strictement relative à l'état de ces potentiels, et non à une pré-détermination indépendante.

La multiplication des paliers, des niveaux de pertinence, nous a bien montré combien le sujet peut être « schizophrène », clivé, brisé, malgré l'ordre essentiel qui le tient... malgré son corps ?

Si on se reporte à *De l'imperfection*, on constate que la déhiscence, le clivage, la coupure, etc., sont des conditions élémentaires de l'émergence du sens. Dans *Sémiotique des passions*, c'est la « sommation » qui joue ce rôle, avec sa part de négation, qui arrête les flux, provoque une délimitation et une extraction, etc. Donc *a fortiori*, si l'actant a un corps, ce corps ne devient signifiant que s'il connaît lui aussi de telles déhiscences, de tels décrochages. Je ne sais pas s'il s'agit de schizophrénie ; je crois que le « clivage » schizophrène, c'est justement celui qu'on arrive jamais à réparer. Or le clivage sémiotique élémentaire étant une demande de sens, le sens, c'est très exactement ce qui vient réparer la négation originelle. Donc un actant clivé et « réparé » est tout simplement un actant chargé de sens !

Vous avez toujours eu le goût de la transdisciplinarité. Depuis votre thèse d'Etat – dont l'esprit transdisciplinaire a bien été repéré par J.-L. Excousseau (1984) – à Soma et Séma (2004), vous n'avez pas cessé de faire des allusions plus ou moins explicites au cognitivisme, à la psychanalyse...

Le goût de la transdisciplinarité, c'est sans doute d'abord celui du risque intellectuel. Mais c'est aussi le signe d'une impatience : on affirme d'un côté que les hypothèses et les modèles de la sémiotique ont une pertinence transversale, dans la mesure où la signification est une propriété commune à l'ensemble des faits humains, et on sait aussi que les exigences de scientificité imposent à chaque recherche particulière de se fonder dans un champ disciplinaire strictement défini ; on espère donc un croisement des résultats disciplinaires, qui ne vient jamais. Donc, quand on est suffisamment impatient et imprudent, on est tenté d'opérer ce croisement tout seul.

Mais l'enjeu est de taille, car la sémiotique n'est pas une discipline parmi les autres ; elle ne pourrait d'abord pas exister sans les autres disciplines, qui traitent de la « substance » du contenu et/ou de l'expression ; ensuite, elle traite de la « forme », c'est-à-dire de ce qui se passe quand on réunit les deux plans d'une sémiotique-objet. Il y a donc des « règles » ou des « régularités » à étudier, qui sont non seulement transversales par rapport aux résultats des autres disciplines, mais en outre, d'application ultérieure par rapport à ces résultats. J'ai écrit quelque part que la sémiotique était une « trans-discipline d'aval » : les phénomènes sont hétérogènes, plusieurs disciplines doivent s'en emparer, mais la résolution de cette hétérogénéité, grâce à la sémosis, n'appartient pas à ces disciplines, mais bien à la sémiotique, qui construit la « signification » de ces phénomènes.

En ce qui concerne la psychanalyse, un des vos premiers articles scientifiques

portait justement sur un texte de Freud.² Et maintenant on voit le vieux Freud revenir en Soma et Séma. Est-ce vraiment une affinité de longue date ?

Affinité n'est pas le mot. Il y a à l'évidence de nombreuses zones de complicité entre la sémiotique et la psychanalyse, et Ivan Darrault, par exemple, l'a montré très clairement. Mais je n'en ai exploité qu'une seule, à la fois par prudence et par manque de compétence : cette zone de recoupement se rencontre avec toutes les sciences humaines et sociales, chaque fois qu'elles se donnent des modèles d'interprétation des « effets de sens » qu'elles manipulent.

Et c'est bien le cas pour la psychanalyse : indépendamment de la métapsychologie et de sa propre base théorique, et encore plus de ses objectifs cliniques, les psychanalystes accèdent parfois à un niveau de modélisation qui est proprement sémiotique.

C'est le cas souvent chez Freud, mais c'est aussi le cas chez Anzieu, dont j'ai beaucoup exploité la théorie du « moi-peau ». La différence, c'est que Freud fait

de la sémiotique un peu pour la même raison que Proust : parce qu'il construit des procédures d'interprétation plus ou moins formalisées ; alors qu'Anzieu fait de la sémiotique parce qu'il modélise un processus signifiant en construisant explicitement d'un côté un plan de l'expression et de l'autre un plan du contenu ; Anzieu se réfère d'ailleurs souvent à la sémiotique, où il puise quelques uns de ses concepts.

Toujours sur ce goût de la transdisciplinarité, j'aimerais que vous parliez sur la quantité et la diversité d'objets que vous avez déjà analysés dans vos travaux : d'abord, les arts verbaux de tous les genres (le roman, la nouvelle, le récit ethno littéraire, l'essai, le poème, la lettre), les arts « plastiques » (la photographie, la peinture, le cinéma, la mode), les médias (le reportage journalistique, la télévision, l'affichage)... et encore des thèmes tels que la santé, l'asthme, le luxe, la cuisine, la conversation de table, les pratiques amoureuses, etc. Il ne suffit pas de dire que c'est pure recherche d'exhaustivité menée au nom de l'adéquation... C'est de la « gourmandise » quoi !

C'est surtout une liste qui révèle mon âge canonique et qui dénonce ma productivité compulsive ! Si on compte environ vingt-cinq ans de recherches et de publications, avec une moyenne d'une dizaine par an, comment voulez-vous rester vif et créatif en faisant toujours la même chose sur les mêmes objets ? J'ai un plaisir profond à faire de la sémiotique, à écrire de la sémiotique, et pour satisfaire ce plaisir sans qu'il s'étiole, il faut tout de même un peu de variété !

² Cf. Fontanille (1983).

Pourtant mes raisons ne sont pas toutes égoïstes : je me suis toujours efforcé de rester à l'écoute des tendances, non pas par goût des vogues et des modes, mais parce qu'il est indispensable d'avoir cette écoute (on dit aujourd'hui « cette veille scientifique ») pour proposer aux étudiants des sujets de recherche qui soient en rapport avec les attentes du moment. L'élargissement progressif de mes champs d'étude suit en somme les résultats de cette « veille stratégique ».

Nos amis linguistes, les « vrais » linguistes, dirais-je, pour les satisfaire, nous reprochent justement d'être toujours trop « gourmands » par rapport aux langages. . .

S'ils étaient lucides et bienveillants, ils devraient au contraire nous être reconnaissants d'explorer en permanence les marges et les extensions de leur propre champ, de leur éviter de le faire, et de prendre les risques à leur place ! Mais non seulement ils ne nous sont pas reconnaissants de le faire, mais en outre, ils sont agacés quand nous revenons dans le champ, sur leur propre terrain. Quelle ingratitude !

Présence de Zilberberg

Vous avez déjà parlé sur le moment où la sémiotique a commencé à changer de manière irréversible. Est-ce que vous ne croyez pas qu'à l'origine de ce changement se trouve, au fond, l'Essai sur les modalités tensives (1981), de Claude Zilberberg ?

Je le crois en effet. Si j'ai souhaité faire un livre avec Claude Zilberberg, c'est justement parce que j'ai voulu travailler avec lui l'intersection entre son œuvre personnelle et les suites à donner à *Sémiotique des passions*. Au moment de la sortie de l'*Essai sur les modalités tensives*, Herman Parret a dit publiquement que ce livre était génial. Et puis tout le monde est passé à autre chose. Zilberberg pense et écrit de manière très compliquée, mais ce n'est pas une raison pour s'épargner l'effort d'aller avec lui au fond des choses.

Je crois que votre premier travail conjoint avec Claude Zilberberg a été un numéro des Nouveaux Actes Sémiotiques, Valence/Valeur (1996). Après ces premières propositions théoriques tout à fait bouleversantes pour l'avenir de la sémiotique, on a vu paraître Tension et Signification (1998), une sorte de Dictionnaire III de sémiotique. Parlez-moi à propos de cette expérience que vous avez déjà qualifiée comme « une des plus belles aventures intellectuelles, et une des plus difficiles » que vous avez connue.³

³ Cf. Fontanille (2005).

Le projet était en effet très ambitieux, et à plusieurs étages. Tout d'abord, renouer le fil entre les hypothèses de Claude, qui dataient de presque vingt ans, et les résultats de la sémiotique des passions. Ensuite, capitaliser sur cette sémiotique, et sur ses développements « tensifs » ultérieurs, pour proposer un « corpus » théorique cohérent. Enfin, en effet, proposer une sorte de suite au *Dictionnaire* de Greimas et Courtés.

Nous avons travaillé de manière très systématique, en établissant la liste des concepts que nous voulions traiter, en définissant une grille commune pour la conception et la rédaction de tous les chapitres, et en nous répartissant ensuite les différents chapitres. C'est à ce moment que les plus grandes difficultés sont apparues, parce que la différence entre nos styles de pensée et d'écriture sémiotique a alors éclaté.

Nous avons alors retravaillé réciproquement nos chapitres respectifs, longuement et douloureusement, jusqu'à ce que l'ensemble du texte soit homogène de bout en bout. Un lecteur averti doit encore pouvoir reconnaître les chapitres qui ont été rédigés à l'origine par Zilberberg ou par Fontanille, mais cela n'affecte pas la cohérence d'ensemble. L'expérience est passionnante, parce qu'il faut alors pénétrer la pensée d'autrui, intimement, la restituer, l'épurer, et surtout faire reconnaître et accepter cette épure par l'autre. Il en résulte une complicité intellectuelle qu'aucun accident de la vie ne peut effacer.

Mais la confrontation la plus difficile nous attendait encore : l'éditeur nous demandait de réduire de 40% le volume : quelques chapitres ont disparu, et dans chaque chapitre, une série régulière de développements parallèles a aussi été supprimée. Chacun de notre côté, Claude dans le *Précis de grammaire tensive* [2002], et moi dans *Sémiotique du discours* [1998], nous avons pu utiliser ces parties sacrifiées.

Quelle est l'importance que vous accordez au schéma tensif au sein de la sémiotique dite tensive ?

Les schémas tensifs sont, dans les limites de la sémiotique tensive, la même chose que le carré sémiotique, dans les limites de la sémiotique catégorielle et de la sémantique structurale. Autrement dit, la structure tensive est l'articulation élémentaire de la sémiotique tensive, le modèle minimal qui permet ensuite de savoir de quoi on parle quand on décrit des tensions sémantiques. Mais la relation entre les deux domaines est aussi importante : à savoir que le schéma tensif explique d'abord la manière dont les valeurs se forment à partir des perceptions (en intensité et en étendue), et ensuite les valeurs en question peuvent être organisées en « système de valeurs » par le carré sémiotique, grâce aux opérations de négation et d'affirmation.

Le carré sémiotique naît déjà « intégré » au parcours génératif - du moins comme on l'entend jusqu'au Dictionnaire I (1979). On peut y « disposer » (ou superposer), en encombrant ses quatre coins, des éléments extraits des plusieurs niveaux de construction de la signification et, apparemment (ou naïvement ?), on n'y trouve pas de grands problèmes d'intégration entre ces différents niveaux. En faisant opérer une logique « schématique », « topologique », au contraire de la logique binaire exclusive, le schéma tensif a imposé de nouvelles exigences à la théorie... Croyez-vous vraiment qu'aujourd'hui nous sommes déjà capables d'extraire du schéma tout son pouvoir heuristique ?

C'est une hypothèse de travail. Comme toute hypothèse, elle doit être validée par des études concrètes et par des questionnements épistémologiques. Actuellement, on peut dire que les tentatives de validation par l'analyse donnent des résultats intéressants, en termes d'adéquation. Mais il ne faut jamais oublier que l'une des validations nécessaires, au nom de la cohérence et non plus de l'adéquation, reste la possibilité d'une conversion ultérieure en « structure élémentaire de la signification ».

En outre, la structure tensif permet d'articuler explicitement plusieurs couches de catégorisation, au moins deux à deux. Elle fournit donc une solution pratique et théorique à la fois aux « homologations sauvages » qui se traduisaient chez certains sémioticiens par des « empilements » aux quatre coins du carré.

Encore une fois on voit qu'en sémiotique, comme dans le génie civil, on commence toujours le bâtiment à partir de ses fondations, quand, de fait, en s'agissant d'idées, il serait beaucoup moins risqué de faire l'inverse... Sommes-nous toujours des idéalistes ?

L'idéalisme, dans les recherches sémiotiques, est battu en brèche de tous côtés. Pour commencer, avec la structure tensif, on ne part plus d'une hypothèse idéale sur la structure élémentaire, mais d'une prise en considération de l'« impression » première, de l'affect provoqué par un événement figuratif, une tension perçue entre des intensités et des quantités. Ensuite, les tendances actuelles de la recherche sémiotique sont de plus en plus « réalistes », et affrontent les pratiques sociales, les interactions vécues, la complexité et l'hétérogénéité des sémiotiques-objets telles qu'elles se présentent en tant que phénomènes.

« Tactiques didactiques »

Vous écrivez dans l'avant-propos de Sémiotique du Discours (SD, 1^{ère} éd. 1998, 2^{ème} éd. 2003) : « Nous prenons ici le risque de ne pas attendre que le temps travaille à notre place ». Voilà un mea culpa tout à fait exemplaire qui touche le coeur de la

question de la transmissibilité de la sémiotique : le problème du point de vue du théoricien-enseignant...

En tant que projet scientifique spécifique, autonome, la sémiotique a à peine un siècle. Elle est donc sans cesse en mouvement, entre plusieurs « paradigmes » ; des courants théoriques se forment et disparaissent, d'autres se prolongent et se convertissent ; en outre, comme elle appartient à plusieurs champs disciplinaires en même temps, elle est soumise aussi aux mouvements propres à ces autres disciplines. Du point de vue didactique, il nous manque toujours le recul qui permettrait de décider quels sont les fondamentaux ; et, toujours pour les mêmes raisons disciplinaires, selon qu'elle est enseignée dans la perspective des sciences du langage, des sciences de l'information et de la communication, de l'histoire de l'art, ou même de la mercatique, ce qu'on croit être les fondamentaux change aussi.

Dans les formations que j'ai créées à Limoges, nous accueillons des étudiants qui viennent de la plupart des grands centres de sémiotique français et étrangers, et on peut constater qu'ils ont appris des choses bien différentes : certains connaissent le carré sémiotique mais sont incapables de faire une analyse narrative ; d'autres ont entendu parler des passions mais ne connaissent pas la théorie des modalités ; d'autres font des structures tensives mais ne savent pas un mot des structures actantielles.

La difficulté de l'enseignement de la sémiotique ne tient pas à sa complexité propre, car toutes les sciences sont complexes, et certaines beaucoup plus que la sémiotique. Il est vrai que la plupart des étudiants qui se tournent vers la sémiotique ont rarement été préparés par leurs études antérieures à aborder une science difficile. Mais le problème principal tient à l'instabilité de la complexité sémiotique : le jour où nous serons capables de concevoir un vrai manuel (ce que les éditeurs américains appellent un « *handbook* »), rassemblant toutes les connaissances nécessaires pour former des sémioticiens, et dont on dira que celui qui ne l'a pas lu n'est pas un vrai sémioticien, alors la question de l'enseignement de la sémiotique aura fait un grand progrès.

Si vous comparez, et vous allez le faire dans votre thèse, les différents « manuels » de sémiotique existants, vous constaterez qu'ils se répètent sur certains points, mais qu'ils sont aussi très différents les uns des autres, et pas seulement pour des raisons de tactique didactique, mais bien pour des raisons d'options théoriques ou méthodologiques. J'en étais conscient en écrivant mon propre « manuel », *Sémiotique du discours*, et j'ai donc voulu clairement annoncer la couleur : ce livre ne prétend pas redire et réorganiser les fondamentaux, il ne prétend pas être le manuel de référence couvrant toute la sémiotique ; il cherche seulement à recueillir les acquis de dix ans de recherches en matière de sémiotique discursive, tout en les ancrant dans les connaissances antérieures.

En SD, vous ne citez que les précurseurs, que les auteurs fondamentaux – vos auteurs fondamentaux, dirais-je. Or, cet ouvrage est un manuel didactique, genre censé toujours être « accessible »...

Le discours didactique n'est pas un discours de seconde main, ou de nième main. Justement, si un enseignant propose une approche originale ou personnelle d'une discipline, il doit s'imposer de la référer aux ouvrages originaux. L'empilement des manuels et des ouvrages plus ou moins vulgarisateurs, à l'intérieur desquels chacun fait référence aux précédents, est la pire des choses en matière de construction didactique, puisque les déformations et réinterprétations s'ajoutent les unes aux autres, on finit par perdre de vue les concepts fondateurs.

En outre, les « auteurs fondamentaux » ne sont pas plus difficiles que d'autres, parfois même ils peuvent être plus simples. Une des missions de l'enseignant de sémiotique, c'est de conduire les étudiants à lire et travailler ces auteurs fondamentaux, pas de les encourager à empiler les manuels. En somme, le fait que, dans ce livre, j'ai choisi de ne faire référence qu'à quelques grands textes fondamentaux, au lieu de parcourir toute la littérature sémiotique actuelle, y compris les textes de haut niveau scientifique, c'est bien la preuve que ce livre est « didactique », même si ce n'est pas au sens strict un « *handbook* ».

Vous donnez très peu d'exemples dans SD...

Il y en a quelques uns, mais ce sont plus des illustrations, pour alléger l'exposé, que des exemples d'analyse. Je n'aime pas beaucoup les exemples, car à la différence de la plupart des autres sciences, les sciences herméneutiques ne peuvent pas, dans chaque situation-occurrence analysée, éliminer les variations non pertinentes ; il en résulte que chaque objet d'analyse est irréductiblement spécifique, et que l'analyse ne vaut que pour un cas particulier, même si le modèle et la méthode sont généralisables.

De plus, dans une véritable perspective didactique, les exemples devraient être des exercices pratiques, réalisés non pas par l'auteur, mais par le lecteur, et en général, dans les manuels existants, les analyses concrètes sont plus efficaces pour faire la démonstration des talents de l'auteur que pour augmenter la compétence des lecteurs. Dans *Sémiotique et littérature*, en revanche, il y a une étude complète dans chaque chapitre, pour pousser jusqu'au bout les potentiels d'une hypothèse théorique ou méthodologique ; mais justement, ce n'est pas un manuel...

D'après vous, quelle est la formation « idéale » pour le sémioticien ou plutôt pour l'aspirant-sémioticien ?

Nous voilà revenus au point de départ, à la première question. Si je devais aujourd'hui concevoir un programme d'enseignement complet de la sémiotique, il comprendrait d'abord une série de lectures commentées des principaux auteurs fondateurs, Saussure, Pierce, Hjelmslev, Benveniste, Greimas et Eco, notamment. Il définirait ensuite une ligne théorique d'ensemble, à partir de ces auteurs, qui serait pour moi celle de la sémiotique générative.

Pour en faire l'exposé, il pourrait s'inspirer du parcours génératif tel qu'il était exposé à la fin des années 80, notamment par Courtés. Il faudrait en enrichir aujourd'hui (i) la composante modale, (ii) la composante énonciative, et surtout (iii) la composante figurative, puisqu'il y a eu récemment quantité de propositions sur la perception, l'espace et le temps. Pour ce qui concerne le dernier étage du parcours génératif, celui de la sémiotique discursive, il faudrait intégrer la théorie des instances énonçantes de Coquet, la sémiotique des passions, les éléments de phénoménologie intégrés à la sémiotique.

Mais une des évolutions les plus claires de la sémiotique d'aujourd'hui, comparée à celle de Greimas et Courtés, tient justement à son rapport avec le parcours génératif : dans les années 70-80, la perspective était surtout ascendante, et constructiviste, le parcours génératif étant surtout considéré dans sa fonction « générative », dans l'esprit des grammaires génératives de l'époque ; aujourd'hui, avec les progrès de la sémiotique discursive, l'approche est plutôt descendante, partant de la perception figurative complexe, pour retrouver des structures plus simples et plus abstraites. Et cet usage analytique et catalytique du parcours génératif, plus propre à décrire et expliquer, est aussi plus adapté aux attentes des étudiants d'aujourd'hui.

Enfin, l'apprentissage devrait se diversifier en fonction des compétences et des parcours antérieurs des apprentis sémioticiens, qui doivent découvrir la sémiotique du visible, des pratiques et des interactions sociales, des médias nouveaux et anciens...

Et, au cours de cet apprentissage, beaucoup de pratique dirigée, car la sémiotique, c'est aussi un « tour de main », une manière de regarder, d'approcher un objet, de conduire une interprétation, et surtout d'exposer une argumentation, de manière à ce qu'elle s'approche le plus possible d'une démonstration. On sait bien qu'il ne s'agit jamais d'une véritable démonstration (justement parce qu'on ne peut pas éliminer les variations non pertinentes), mais au moins, en s'imposant cet exercice ascétique, on s'épargne les facilités rhétoriques et les approximations descriptives.

On ne peut pas dire que ce n'est qu'une mode passagère parce que cela se pratique depuis longtemps : chaque sémioticien fait son manuel à lui, et certains

en font même deux ou plus. Et cela se passe partout dans le monde... Qu'est-ce que vous en pensez ?

Je crois que j'ai déjà répondu à cette question, mais je vais y revenir sous un autre angle. Oui, il semble qu'on ne peut être admis comme un sémioticien adulte et chevronné que si on a fait un manuel ; je rappelle que, pour ma part, je fais quelques réserves sur le statut de manuel de mon propre livre : c'est un livre qui est didactique à propos de choses qui ne sont pas nécessairement des contenus de manuel.

De fait la prolifération des manuels en annule la pertinence : s'il y en a autant, et si chacun fait le sien, c'est qu'il est impossible de s'entendre sur le corps de connaissances stables qui constitueraient les fondamentaux de la sémiotique. Ce n'est pas seulement la faute des sémioticiens : c'est le malheur des sciences humaines et sociales en général, et plus spécialement des sciences herméneutiques, qui sont très sensibles aux effets de mode. A Limoges, auprès de mes étudiants, j'ai dû clairement protester par exemple contre l'abandon des modèles narratifs et actantiels : dédaigneusement, ils considéraient cela comme « la vieille sémiotique », et ne voulaient plus entendre parler que de tensivité. Et c'est ainsi qu'on voit apparaître dans les congrès et les colloques des sémioticiens manchots, unijambistes ou n'a-qu'un-œil : ils connaissent une partie de la discipline, et pas les autres !

Mais il y a probablement une autre raison à cette prolifération : comparez les listes de publications des uns et des autres, appréciez la proportion des livres et des articles « de recherche », et celle des manuels et des exercices de vulgarisation. Il y a finalement très peu de sémioticiens, dans le monde, qui produisent des idées nouvelles, et surtout qui en produisent assez pour former des ensembles conceptuels cohérents, susceptibles d'être synthétisés dans des livres « innovants », des livres « de recherche ». Et vous conclurez avec moi que dans la plupart des cas, les manuels prennent la place des livres de recherche qui pourraient faire progresser la discipline. Non, vous ne conclurez pas cela avec moi, car vous êtes encore trop jeune pour prendre le risque de vous mettre tout le monde à dos !

Je vais éviter de faire des listes, car ce serait vraiment cette fois une provocation, mais je peux prendre deux exemples de sémioticiens français que je connais bien, et qui n'ont jamais fait de manuel, et dont tous les livres sont des ouvrages de recherche : Landowski et Coquet. Les deux, chacun à sa manière, ont fait progresser la recherche sémiotique, y compris en malmenant les idées reçues : de manière très significative, ce sont l'un et l'autre des sémioticiens qui ont construit leurs théories « contre » les courants dominants et les systèmes établis, qui ont polémique et bataillé, mais il en résulte une avancée significative de la discipline,

l'un du côté des esthésies interactives, l'autre du côté des instances énonçantes.

Ceci dit, il faut tout de même reconnaître que la prolifération des manuels de sémiotique en toutes langues est aussi un signe positif, et en deux sens : tout d'abord, c'est le signe que l'enseignement de la sémiotique motive les sémioticiens ; cela leur donne le goût des cours systématiques, écrits, et donc, publiables ; et c'est ensuite le signe d'un bon ancrage institutionnel de la sémiotique dans le monde : toute une génération se retrouve aujourd'hui dans les universités, y a acquis une expérience et souhaite la faire partager.

Le devenir de la sémiotique

À propos de l'épistémologie, Bruno Latour a dit qu'elle est « comme l'amiante. C'est un produit dont on a floqué tous les bâtiments pour éviter les incendies et maintenant on s'aperçoit qu'il y a des maladies professionnelles ».⁴ Voilà une manière curieuse d'envisager le problème des indéfinissables, duquel d'ailleurs vous avez déjà traité. Est-ce précisément cela que la sémiotique a toujours voulu éviter ?

Dans la bouche de Bruno Latour, cette métaphore est amusante, car si quelqu'un est capable de tenir un discours épistémologique de haut niveau, c'est bien lui.

Mais il a raison : la tendance à faire proliférer le discours épistémologique est souvent inversement proportionnelle à la puissance méthodologique et opératoire. Les ennemis les mieux intentionnés des sciences humaines trouvent qu'elles manipulent beaucoup de généralités, habillées d'une terminologie compliquée ; s'ils sont moins bien intentionnés, ils disent que ces généralités sont des banalités, ou des poncifs millénaires !

Dans les programmes de recherche nationaux, le domaine des sciences humaines et sociales est le seul où l'on trouve normal de faire une place à part significative aux questions épistémologiques. C'est tout de même étrange !

La sémiotique conçue par Greimas (tout spécialement celle-là) était conçue justement, en effet, pour éviter cette dérive, et pour construire des modèles d'analyse, pour expliciter des méthodes, et se nourrir de l'étude des corpus. C'est la raison pour laquelle le niveau épistémologique selon Greimas, celui où l'on rassemble les concepts indéfinissables, est aussi celui qui est le plus limité ; la notion de « minimum épistémologique », que j'ai déjà évoquée, est destinée à cela : réduire au plus petit nombre possible les indéfinissables, et développer au maximum le niveau inférieur, celui de la théorie, où tous les concepts doivent être interdéfinis.

⁴ Cf. Weill (2006).

Votre intérêt pour la « sortie du texte » est de plus en plus croissant...

C'est un intérêt tactique, dans une perspective stratégique. S'il cela ne dépendait que de moi, je n'aurai aucun intérêt à sortir du texte ; je m'y sens parfaitement à l'aise. Mais j'observe d'un côté que le rattachement de la sémiotique aux sciences du langage, rattachement qui repose sur la limitation textuelle, n'a pas rapporté grand chose à la sémiotique. Les sciences du langage se sont tournées vers le cognitivisme, à la recherche de positivités plus accessibles et plus tangibles que celles de la parole en elle-même ; et les relations actuelles entre la sémiotique et la linguistique sont plus que fragiles.

Et de l'autre, j'observe aussi que la demande est forte dans des domaines où la limitation au texte est improductive : dans les domaines sociaux, dans les usages des TIC, dans les applications mercatiques, en somme, dans presque toutes les occasions où la sémiotique pourrait faire la démonstration de son utilité spécifique. Et il n'est donc pas étonnant que beaucoup de jeunes sémioticiens, ou prétendus tels, s'engagent dans cette voie.

Mais dans ces terres à défricher, il n'y a plus de repères, et cela peut conduire soit à des extensions abusives des méthodes textuelles (à des objets d'analyse qui ne sont pas des textes), soit à des improvisations où la sémiotique se dissoudrait définitivement. Et c'est la raison pour laquelle je m'intéresse à ce qui n'est plus du texte, aux pratiques, aux stratégies, pour anticiper sur le mouvement, et pour dire clairement : allons-y, mais cette « sortie du texte » est un programme de recherche en soi, un défi auquel il faut répondre explicitement.

Et concrètement, ce n'est pas du tout la même chose que de faire l'analyse sémiotique d'une pratique, d'un comportement, d'une forme de vie, et d'un texte. La sémiotique est la même, mais les concepts et les procédures ne sont pas tous les mêmes.

Il ne s'agit absolument pas ici de chercher à vous piéger, mais... qu'est-ce qu'une pratique ?

Une pratique est constituée en surface d'un ensemble d'actes, dont la signification est rarement donnée d'avance, et qui se construit « en temps réel » par des adaptations de ces actes les uns par rapport aux autres. Elle se définit aussi par sa thématique principale, qui fournit le « prédicat » central de la pratique, autour duquel s'organise un dispositif actantiel comprenant un opérateur, un objectif et surtout d'autres pratiques avec lesquelles elle interagit.

Si on se reporte à la sémiotique de Greimas (ou à celle de Rastier), la sémiotique des pratiques constituerait un développement (extra-textuel et social) de la dimension « thématique », dont on sait juste qu'elle est intermédiaire entre

la figurativité et la narrativité, qu'elle combine les deux, mais dont on n'a jamais fait grand cas.

Pour l'analyse sémiotique, une pratique doit être réduite pour commencer à une « scène prédicative », c'est-à-dire à ce noyau syntagmatique qui caractérise le fonctionnement des thématiques.

Encore là-dessus, pour reprendre la formule « doctrinale » que Greimas a introduite : « Hors des pratiques, point de salut » ?

Non, pas du tout ! Les pratiques ne sont qu'un des ensembles signifiants dont nous avons à rendre compte, à côté des textes, des objets, des formes de vie, notamment. Si on tient au principe d'immanence, et j'y tiens pour des raisons heuristiques (et non doctrinales), alors il faudrait dire « Hors des sémiotiques-objets, point de salut ! »

La deuxième année de votre séminaire sur les pratiques vient de finir.⁵ Considérez-vous que le thème a été bien exploré ? Quels en seraient les développements « naturels » ?

Nous avons exploré une grande diversité de pratiques. Nous avons appris à sortir du texte sans sortir du sémiotique, et aussi à articuler le texte et les pratiques qui en font usage. Nous avons travaillé sur les pratiques sans en faire un horizon doctrinal, ce qui nous différencie par exemple de la « praxématique ». Nous avons dégagé quelques règles de la construction des valeurs dans les pratiques, notamment à travers l'analyse de nombreuses formes syntagmatiques. Nous avons aussi validé quelques hypothèses sur les composants, et sur les procédures d'identification des pratiques.

Les développements « naturels » seraient de trois types : (i) une étude systématique des valeurs pratiques, qui nous conduirait sans doute à donner plus de place à l'éthique et aux déontologies en sémiotique ; (ii) une ouverture plus volontaire sur l'ensemble des pratiques sociales touchant aux médias, car les médias utilisent des « textes » que nous connaissons bien par ailleurs (texte verbal, texte publicitaire, texte visuel, etc.), mais dans une perspective médiatique, qui est déjà elle-même de nature pratique et stratégique ; (iii) une théorie complète et explicite des pratiques, qui n'existe pas encore.

Dans votre conférence de clôture⁶ du dernier séminaire, vous avez affirmé que

⁵ Séminaire Intersémiotique de Paris: année 2004-2005, « Pratiques Sémiotiques » ; année 2005-2006, « Pratiques & Stratégies Sémiotiques II : Formes syntaxiques ».

⁶ « Pratique et éthique », intervention de J. Fontanille au Séminaire Intersémiotique de Paris du 31 mai 2006.

l'émergence de l'étude de l'éthique et des pratiques en sémiotique est due, entre autres, aux travaux de plus en plus nombreux sur les médias. Or, même les objets les plus « esthétiques » relèvent eux aussi d'un champ de pratiques, d'un champ éthique. Ou'est-ce qu'il y a dans les médias qu'on ne le puisse pas trouver dans les autres objets déjà analysés aux débuts de la sémiotique ?

Non, bien entendu, les médias ne sont pas les seuls objets d'analyse qui vont nous permettre d'avancer. Mais si je compare au conte et au mythe populaires, je me ferai mieux comprendre. Greimas a construit sa sémiotique narrative à partir de théories anthropologiques du conte et du mythe, celle de Propp, celle de Lévi-Strauss, qui étaient exclusivement textuelles.

Or tout le monde sait que les contes et les mythes entrent dans des usages sociaux, dans des pratiques qui leur confèrent leur sens « pragmatique », c'est-à-dire qui, même d'un point de vue textuel, leur confèrent une orientation tactique ou stratégique qui ne peut pas ne pas infléchir la syntaxe discursive elle-même. Et ces pratiques sont pour la plupart perdues, inaccessibles, et c'est pourquoi il faut nous contenter d'une sémiotique textuelle !

C'est la même chose pour la rhétorique : la rhétorique générale a décliné, s'est réduite à la rhétorique restreinte, à mesure que l'on perdait le sens de la pertinence des pratiques argumentatives, des pratiques sociales où l'on faisait usage des figures et des tactiques argumentatives.

L'avantage, avec les médias, c'est que les pratiques sont vivantes, présentes, envahissantes, au point d'étouffer même les textes. Mais ce ne sont pas les seuls objets d'analyse qui comprennent une pratique, évidemment.

Nous, les sémioticiens, nous sommes des drôles de types. Notre projet est dès son origine mise en cause par les autres disciplines des Sciences Humaines. Je trouve que ce n'est pas par hasard que nous avons volontiers le syndrome de la voix qui crie dans le désert... Croyez-vous que nous sommes en voie d'extinction ?

Tant qu'il y aura de jeunes doctorants de qualité, je garderai espoir. Et je ne me considère ni comme une voix qui clame en vain dans le désert, ni comme un échantillon d'espèce en voie de disparition.

Il y a des gens que vous appellent déjà « post-greimassien » ! Cela m'étonne un peu... Est-ce vrai ?

Jouons un peu : il vaut mieux, vu mon âge, qu'on me considère comme « post-greimassien », plutôt qu' « anté-greimassien ». Je suis greimassien parce que j'ai trouvé dans la théorie de Greimas l'armature d'un projet sémiotique de longue

durée ; je n'ai aucune préoccupation d'orthodoxie ou de fidélité (pas plus que d'hétérodoxie ou d'infidélité) : aussi longtemps que cette théorie me semblera fondée pour le travail que je souhaite accomplir, elle restera la mienne.

Mais j'ai développé, avec quelques uns de mes amis les plus anciens (Bertrand, Zilberberg, Bordron), une méthode et un espace de discussion (le séminaire de Paris) qui m'ont conduit à tracer mes propres voies, pour répondre à des questions qui se posaient, dans le prolongement des derniers travaux faits avec Greimas : la tensivité, le corps, etc. On peut toujours s'amuser à dire que c'est « post » ; pour moi, ce sont mes propres voies, c'est tout.

Les préfixes dont on use depuis vingt ans (surtout « post ») n'ont pas beaucoup de sens, du point de vue de l'histoire d'une discipline : c'est même une manière de ne pas faire l'histoire d'une discipline que de se contenter de dire, même avec des préfixes, « ça c'est avant », « ça c'est après ».

En revanche, ce qui a beaucoup de sens pour moi, c'est de rendre à Greimas ce qu'il m'a donné ; et comme il n'est plus là pour recevoir quoi que ce soit, je ne peut rendre qu'à ce qu'il a laissé, c'est-à-dire rendre à sa pensée et à sa théorie. Donc, je m'efforce de « faire vivre » la pensée de Greimas ; et « faire vivre une pensée », ce n'est pas la répéter à satiété, et à l'identique indéfiniment ; faire vivre une pensée, c'est la travailler, explorer ses impensés, la pousser dans ses retranchements, expérimenter des voies transverses, la confronter à ses propres silences, etc. C'est en somme penser par soi-même avec l'autre, même absent.

Donc, globalement, ce qui ne donne pas l'impression d'une répétition fidèle et orthodoxe, et pour qui ne sait pas ce que c'est que « faire vivre une pensée », c'est du « post ».

Une dernière question. En m'abonnant pour l'année 2006 aux Nouveaux Actes Sémiotique (NAS), j'ai appris qu'il serait la dernière année de la publication. Il fait longtemps que vous êtes responsable par les NAS, dès sa création en fait... Quels sont vos nouveaux projets à ce propos ?

J'ai décidé de passer la main. Anne Beyaert⁷ reprend le flambeau, à sa manière, avec ses objectifs, et un autre concept de publication. Depuis plusieurs années, je savais qu'il fallait changer de concept, pour toucher de nouveaux publics, mais je ne voulais pas le faire moi-même, et j'attendais de trouver quelqu'un qui soit motivé pour cette nouvelle aventure. C'est fait.

Quant à mes propres projets, j'en aurai bientôt ! Pour le moment, je suis très occupé à l'Université de Limoges, et mes projets sont ceux de mon université.⁸

⁷ Anne Beyaert-Geslin, Maître de conférences à l'Université de Limoges.

⁸ Jacques Fontanille est Président de l'Université de Limoges depuis 2005.

PORTELA, J. C. Conversations with Jacques Fontanille. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.1, p.159-186, 2006.

- **ABSTRACT:** *This interview is concerned with Jacques Fontanille's intellectual course, who is the founder of the Semiotic Researches Centre (Limoges University, France) and also the responsible for the Intersemiotic Seminar of Paris. Fontanille is a theoretician whose scientific activity mingles with the historical and theoretical course of the Semiotics inspired by A. J. Greimas. In this interview by mail finished in summer 2006, he speaks about the episodes that marked the beginnings of his career and notably about the most recent developments in Semiotics.*

- **KEYWORDS:** *Semiotics; passion; tensivity; epistemology; didactics; practice.*

Bibliographie des ouvrages cités

EXCOUSSEAU, J.-L. Thèse. *Actes Sémiotiques*: Bulletin, Paris, v.7, n.31, p.57-60, 1984.

FONTANILLE, J. Pouvoir didactique/Pouvoir analytique chez Freud. In: *Colloque d'Albi - Pouvoir et Dire*. Actes... Albi, n.4, p.44-82, 1983.

_____. *Le savoir partagé : sémiotique et théorie de la connaissance chez Marcel Proust*. Paris: Hadès, Amsterdam: Benjamins, 1987.

_____. *Les espaces intersubjectifs*. Paris : Hachette, 1989.

_____. *Sémiotique du discours*. Limoges : PULIM, 1998.

_____. *Sémiotique et littérature*. Paris : PUF, 1999.

_____. *Soma et séma*. Paris : Maisonneuve et Larose, 2004.

_____. *Lettre à Claude Zilberberg (29 juin 2005)*. Disponible sur le site : <http://claudezilberberg.net/hommage/homset.htm>. Dernier accès: 10 juin 2006.

FONTANILLE, J., ZILBERBERG, C. Valence/valeur. *Nouveaux Actes Sémiotiques*, Limoges, n. 46-47, 1996.

_____. *Tension et signification*. Liège : Pierre Mardaga, 1998.

GENETTE, G. *Figures III*. Paris : Seuil, 1972.

GREIMAS, A. J. *Sémantique structurale : recherche de méthode*. Paris : Larousse, 1966.

_____. *Maupassant: La sémiotique du texte : exercices pratiques*. Paris : Seuil, 1976.

_____. *De l'imperfection*. Périgueux : Pierre Fanlac, 1987.

_____.; COURTÉS, J. *Sémiotique : dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris : Hachette, 1979.

_____.; FONTANILLE, J. *Sémiotique des passions* : des états de choses aux états d'âmes. Paris : Éditions du Seuil, 1991a.

_____. Avant-propos. In : FONTANILLE, J. (Dir.), *Le discours aspectualisé*. Limoges: PULIM, Amsterdam : Benjamins, 1991b, p.5-16.

_____.; KEANE, T. M. *Dictionnaire du moyen français*. Paris : Larousse, 1992.

LANGAGES. Paris: Larousse, n.43, 1976.

ZILBERBERG, C. *Essai sur les modalités tensives*. Paris : Benjamins, 1981.

ZILBERBERG, C. Précis de grammaire tensive. *Tangence*, Rimouski, n.70, p.111-143, 2002.

WEILL, Nicolas. Rencontres : Bruno Latour. *Le Monde des Livres*, p.12, 28 avril 2006.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Afeto no discurso, p.145
Análise do discurso francesa, p.113
Argumentação, p.145
Autoria, p.77
Autoria institucional, p.77
Construções, p.39
Contágio, p.145
Crítica de arte, p.145
Didactique, p.159
Discurso, p.7, 59
Discurso de auto-ajuda, p.113
Discurso relatado, p.91
Divulgação científica, p.91
Doença de Parkinson, p.59
Editorial, p.77
Ensino e novas tecnologias, p.7
Epistémologie, p.159
Fernão de Oliveira, p.23
Gêneros jornalísticos, p.77
Gramaticografia, p.23
Hesitações, p.59
Identidade, p.7, 129
Identificação, p.129
Língua Portuguesa, p.23
Manipulação, p.145
Ortografia, p.23
Passion, p.159
Pós-modernidade, p.7
Pratique, p.159
Provérbios, p.113
Psicanálise, p.129
Relevo discursivo, p.39
Semântica global, p.91
Semiótica, p.129
Sémiotique, p.159
Sujeito, p.7
Tensivité, p.159
Verbos, p.39

SUBJECT INDEX

- Affect in discourse, p.145
Argumentation, p.145
Art criticism, p.145
Authorship, p.77
Constructions, p.39
Didactics, p.159
Discourse, p.7, 59
Editorials, p.77
Epistemology, p.159
Fernão de Oliveira, p.23
French discourse analysis, p.113
Global semantics, p.91
Grammar, p.23
Grounding, p.39
Hesitation, p.59
Identification, p.129
Identity, p.7, 129
Institutional authorship, p.77
Manipulation, p.145
Newspaper genres, p.77
Orthography, p.23
Parkinson's Disease, p.59
Passion, p.159
Portuguese, p.23
Post-modernity, p.7
Practice, p.159
Proverbs, p.113
Psychoanalysis, p.129
Reported speech, p.91
Scientific vulgarization, p.91
Self-help counseling discourse, p.113
Semiotics, p.129
Subject, p.7
Teaching and new technologies, p.7
Tensivity, p.159
Verbs, p.39

ÍNDICE DE AUTORES
AUTHOR INDEX

ALVES FILHO, F., p.77

BEIVIDAS, W., p.129

BRUNELLI, A. F., p.113

CHACON, L., p.59

CORACINI, M. J. R. F., p.7

FONTANILLE, J., p.159

FOSSEY, M. F., p.91

NASCIMENTO J. C., p.59

PORTELA, J. C., p.159

RAVANELLO, T., p.129

RODRIGUES, A. T. C., p.37

SILVA, M., p.23

TEIXEIRA, L., p.145

ANGÉLICA T. CARMO RODRIGUES

ANNA FLORA BRUNELLI

FRANCISCO ALVES FILHO

JACQUES FONTANILLE

JEAN CRISTTUS PORTELA

JULYANA CHAVES NASCIMENTO

LOURENÇO CHACON

LUCIA TEIXEIRA

MARCELA FRANCO FOSSEY

MARIA JOSÉ R. FARIA CORACINI

MAURÍCIO SILVA

TIAGO RAVANELLO

WALDIR BEIVIDAS